

# **PSICANÁLISE & BARROCO EM REVISTA**

*Revista de Psicanálise, Memória, Arte e Cultura*

## **PSICANÁLISE & BARROCO EM REVISTA**

Revista de Psicanálise, Memória, Arte e Cultura.

**Psicanálise & Barroco em revista** é publicada pela linha de pesquisa Memória Subjetividade e Criação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

### **EDITORES RESPONSÁVEIS**

Editora-Chefe: Denise Maurano Mello  
Editora: Joana Dark Silva Souza  
Editora da Seção de Artigos  
Temáticos: Renata Mattos-Avril

Revisão ortográfica: Dercirier Freire e Eliana Barros

Técnico de Informática: Bruno Carvalho da Silva

Revisor de Inglês: Bruno Carvalho da Silva

### **CONSELHO EDITORIAL**

Angela Coutinho (UNIV. SANTA ÚRSULA/RJ)

Carlos Eduardo Leal Vianna Soares (FAMATH)

Cristina Monteiro Barbosa (UFRJ)

Edson Luiz André de Souza (UFRGS)

Eliana Yunes (PUC/RJ)

Jean-Claude S. Soares (UFJF)

Júlio Cesar de Souza Tavares (UFF/RJ)

Luciano da Fonseca Elia (UERJ)

Marco Antônio Coutinho Jorge (UERJ)

Sérgio Paulo Rouanet (Academia Brasileira de Letras)

Rogério Lustosa Bastos (UFRJ)

Sérgio Nazar David (UERJ)

Sônia Alberti (UERJ)

### **CONSELHO CIENTÍFICO**

Ana Petros (UNT/AR)

Betty Bernardo Fuks (PUC/RJ e CES/MG)

Jean-Michel Vivès (UCA/FR)

Luiz Eduardo Prado de Oliveira (UNIV. PARIS VII/FR)

Paola Mieli (SVANY)

Paolo Lollo (UNIV. PARIS XIII/FR)

### **EQUIPE TÉCNICA**

Revisor(a) de normas técnicas de publicação: Matheus Philipe S. Faria, Filipe Galdino, Pedro Branco e Atalia Lima.

### **PARECERISTAS *Ad-Hoc***

Alinne Nogueira Silva Coppus (UFRJ)

Altair José dos Santos (UFG)

Andrea Bieri (UNIRIO)

Ana Petros (UNT/AR)

Ana Vicentini de Azevedo (UFSCAR)

Betty Bernardo Fuks (PUC/RJ e CES/MG)

Bruno Wagner D'Almeida de Souza Santana (PUC-RJ)

Carlos Eduardo Leal Vianna Soares (FAMATH)

Clarice Padilla Gatto (ENSP-FIOCRUZ)  
Cláudia Bodin (Universidade de Paris VII)

Cristina Monteiro Barbosa (UFRJ)

Daniela S. Chatelard (UNB)

Ecio Pisetta (UNIRIO)

Edson Luiz André de Souza (UFRGS)

Elizabeth Cristina Landi (UFG)

Felipe de Oliveira Castelo Branco (UFF)

Hélia Freitas (UERJ)

Jean-Michel Vivès (UCA/FR)

Josaida de Oliveira Gondar (UNIRIO)

Laéria Fontenele (UFC)

Lucia Maria de Freitas Perez (UNIRIO)

Luiz Alberto Pinheiro de Freitas (IBMR)

Luiz Eduardo Prado de Oliveira (UNIV. PARIS VII/FR)

Marcela Toledo França de Almeida (UFG e Wilfrid Laurier - Waterloo CA, Canadá)

Marlen de Martino (FURG)

Marlise Eugenie D Icarahy (TJ/RJ)

Mariângela Máximo Dias (UERJ)  
Maria Das Graças Leite Villela Dias  
(UFSJ)  
Maysa Puccinelli (Université Nice  
Sophia Antipoli)  
Miguel Angel de Barrenechea (UNIRIO)  
Nadiá de Paulo Ferreira (UERJ)  
Nilda Sirelle (UFF)  
Orlando Cruxen (UFC)  
Paola Mieli (SVA/NY)  
Paolo Lollo  
Rodolfo Petronio (UNIRIO)  
Sandra Edler (SPID)  
Sonia Leite (CPRJ)  
Tereza Calomeni (UFF)  
Valéria Wilke (UNIRIO)  
Walter Kohan (UNIRIO)  
Zinda Maria Carvalho de Vasconcellos  
(UERJ)

© *Copyright* **Psicanálise & Barroco em revista**

**Endereço para correspondência / *Address for correspondence /  
Adresse pour correspondance***

Psicanálise & Barroco em revista

Programa de Pós-Graduação em Memória Social, UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Avenida Pasteur, 458, 22290-240, Urca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Secretaria — (21) 2542-2820 | Coordenação — (21) 2542-2708

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

**PSICANÁLISE & BARROCO EM REVISTA**

Ano 17, Número 01: Edição julho de 2019,  
Rio de Janeiro, RJ.

## PSICANÁLISE & BARROCO EM REVISTA

(ISSN:1679-9887)

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

Ano 17, Número 01: Edição julho de 2019.

### SUMÁRIO

EDITORIAL - ENLACES ENTRE A MEMÓRIA, O AMOR E A VOZ. ----- 8

#### ARTIGOS TEMÁTICOS

JUST YOUR VOICE – A VOZ COMO MEDIADOR PRIVILEGIADO NA CLÍNICA COM BEBÊS EM RISCO PARA AUTISMO E NA CLÍNICA COM CRIANÇAS AUTISTAS ----- 13

BLIRIUM: MÚSICA E CLARÃO -----27

ALLER À LA RENCONTRE D’HILDEGARD DE BINGEN... -----42

#### ARTIGOS LIVRES

PSICANÁLISE E DIREITO: UM ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA -----59

*O REAL EM QUESTÃO: ENTRE A TEORIA DOS DISCURSOS E A HIPÓTESE COMUNISTA* ----80

O DISCURSO SOBRE O AMOR NO BANQUETE, DE PLATÃO, E A PRESENÇA DE DIOTIMA DE MANTINEIA: MULHER/SACERDOTISA/HETAIRA ----- 106

A INCLUSÃO DA DIFERENÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO À CRIANÇA DIAGNOSTICADA COM AUTISMO ----- 126

“ERA UMA VEZ...” CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A DEFICIÊNCIA E OS CONTOS DE FADAS ----- 143

PERSPECTIVAS PSICANALÍTICAS SOBRE AMOR E LAÇOS SOCIAIS NA MODERNIDADE A PARTIR DA OBRA “AMOR LÍQUIDO” DE ZYGMUNT BAUMAN----- 162

“VIVER ATÉ O DIA DA SUA MORTE”: UMA DISCUSSÃO ACERCA DOS CUIDADOS PALIATIVOS COM CRIANÇAS A PARTIR DO FILME OPERAÇÃO BIG HERO ----- 179

O PARADOXO CONTEMPORÂNEO EM TORNO DA CRIANÇA: ENTRE O EXCESSO E O VAZIO ----- 206

#### RESENHA

UMA TRÍADE IMPOSSÍVEL DE REGULAMENTAR: INCONSCIENTE, TRANSMISSÃO E DESEJO224

|                |     |
|----------------|-----|
| CONTENTS ----- | 230 |
| SOMMAIRE-----  | 231 |

## EDITORIAL

ENLACES ENTRE A MEMÓRIA, O AMOR E A VOZ.

LINKS BETWEEN MEMORY, LOVE AND VOICE.

LIENS ENTRE MÉMOIRE, AMOUR ET VOIX.

*Denise Maurano*

*Joana Souza*

*Renata Mattos-Avril*

Graças ao esforço de nossa equipe editorial é com alegria que informamos aos nossos leitores que todos os artigos publicados em *Psicanálise e Barroco em Revista*, desde 2003, encontram-se disponíveis para serem consultados na plataforma SEER, no portal de Periódicos da UNIRIO. Aproveitamos também para lembrá-los que recebemos artigos para serem submetidos à avaliação, em sistema de fluxo contínuo.

Nesta edição, assim como na anterior, a seção de artigos temáticos é dedicada ao tema da voz, da música, da memória e das musicalidades em psicanálise, contamos com excelentes artigos de pesquisadores renomados nessa área, como Inês Catão, Débora da Fonseca Seger e Edson Luis André de Sousa e Corinne Calvet Curbaille. Selecionamos artigos que abarcam um vasto panorama da reflexão psicanalítica em torno da voz passando pela clínica do autismo e a função do analista neste contexto, pela incidência da indeterminação e da utopia na cultura, mais especificamente na música de Gilberto Mendes, para pensar a indeterminação estrutural do sujeito, até chegarmos à questão do feminino – do gozo feminino – transmitida na escrita e na música de Hildegard von Bingen.

Em “***Just your voice – a voz como mediador privilegiado na clínica com bebês em risco para autismo e na clínica com crianças autistas***”, Inês Catão revela com grande sensibilidade como o desejo do analista faz função invocante na clínica com bebês e crianças ditas autistas. Temos como ponto central desta discussão uma vinheta clínica surpreendente, em que um menino autista de três anos pôde ser ouvido pela mãe em seu impasse, buscando uma saída, face à entrada da linguagem via objeto voz.

Cativado pelo filme “A pequena sereia”, na repetição “escolhida” que pode dar a ouvir algo de si que é a ecolalia, o menino fala algo que serve como isca à escuta da mãe, elevada a Outro não surdo neste ato. Para se tornar humana, a pequena sereia teria que dar a própria voz à Medusa. Para entrar na linguagem, o pequeno humano precisa dar a voz ao Outro, “recuperando-a” em seu vazio contornado que o faz falar. Pela perda da voz, tornamo-nos humanos, *parlêtres*. A prematuridade do encontro do *infans* com a pulsão invocante, que o banha mesmo antes de seu nascimento e incide no real de seu corpo, é determinante para o sujeito. Um impasse na resposta que se pode a dar à esta pulsão tem consequências estruturantes e estruturais. Daí a importância clínica fundamental, como aposta a autora, do manejo da voz e da invocação na clínica com crianças autistas.

“**Blirium: música e clarão**”, de Débora da Fonseca Seger e Edson Luís André de Sousa propõe uma viagem poética pelo universo da música aleatória, um dos movimentos surgidos em resposta à dissolução do tonalismo na música erudita ocidental por volta da década de 1950, tirando consequências analíticas sobre a indeterminação como estética e ética de criação e de invenção face ao real. Os autores se concentram na busca do compositor Gilberto Mendes, radicalmente expressa na obra “Blirium” de 1965, de ir além de um novo modo de pensar e fazer música, estendendo-se, juntamente com outros compositores da mesma época, até uma proposta de “Música Nova brasileira”. Tal movimento terá igualmente efeitos sobre a escrita musical, colocando em xeque a relação entre compositor e intérprete e entre estes e o ouvinte, já que o texto musical será a cada vez reinventado, a obra se dando a ouvir na radicalidade do “nunca antes ouvido”. Sendo que, a cada vez, há algo da obra que escapa, algo que aponta para uma multiplicidade de sentidos, para uma abertura ao sem sentido e ao imprevisível. Algo que não existe e que, mesmo assim, faz mover o existente.

É por esse trilha – de uma obra que se inscreve na cultura por sua imprevisibilidade e que, paradoxalmente, como afirma o próprio compositor, “não existe” – que os autores a aproximam do conceito de utopia, tal qual formulado por Ernest Bloch e por teóricos da utopia iconoclasta. Para estes, a função da utopia não seria descrever a imagem de um futuro que se deve ter como ideal, mas sim “ouvir” as vozes do futuro que, como potência, já estariam atuantes, em latência, naquilo que se cria no presente. Há assim uma responsabilidade no que estar por vir. Os autores irão, deste modo, aproximar a indeterminação em Blirium à potência utópica e à

indeterminação do sujeito pela via do que é conceituado na teoria lacaniana como objeto *a* e do desejo.

Ir ao encontro de Hildegard von Bingen... **“Aller à la rencontre d’Hildegarde de Bingen...”**. Este é o convite que Corinne Calvet Curbaille nos faz com seu artigo. Escutando a singularidade da produção musical e poética desta religiosa beneditina, mística, compositora, naturalista, poeta e escritora alemã do século XII, reconhecida como santa e doutora pela igreja católica, a autora se debruçará sobre a possibilidade de transmissão do real e de uma “certa verdade” sobre o gozo feminino experienciado por Hildegarde. A partir do diálogo com a via mística destacada por Lacan no Seminário “Mais, ainda”, há uma reflexão sobre o gozo fálico e o gozo Outro, que não se inscreve mas que pode abrir à criação e a uma “poética viva do corpo e da linguagem”.

Por não se inscrever, este gozo, outro não pode ser transmitido ou traduzido. Porém, uma criação artística pode dar notícias deste gozo nos efeitos que causa no fruidor. Hildegard von Bingen o faz por sua escrita com a linguagem, ao buscar escrever “o que vê e o que ouve” em seus momentos místicos, e igualmente com a escrita musical pelo canto. A interdição ao canto que lhe é imposta, assim como o posicionamento ético de Hildegard em diversos momentos de sua via, são analisados pela autora sob a ótica da função do belo em relação com o desejo e o real tal qual abordada por Lacan através da tragédia de Antígona, de Sófocles no Seminário “A ética da psicanálise”. Deste, a autora localizará uma passagem lacaniana em que a música é relacionada à catarse das paixões. A pergunta recairá, então, sobre a função da música e da escrita para Hildegard von Bingen em tecer um bordado com um saber-fazer com o objeto voz, passando por Deus como uma das faces do Outro, que interroga o gozo feminino.

Rodrigo Octavio de Arvellos Espínola e Betty B. Fuks abrem a seção de artigos livres com o texto **“Psicanálise e Direito: um estudo sobre violência doméstica”**, onde mostram que mesmo com a criação de leis, a violência contra a mulher continua sendo um fenômeno cada vez mais presente no seio da sociedade. A conexão psicanálise e direito é privilegiada a partir da análise da produção artística de grandes compositores, cujo objetivo é indagar de que forma a psicanálise pode contribuir com a produção de respostas mais eficientes no campo do Direito. Em **“O real em questão: entre a teoria dos discursos e a hipótese comunista”**, Isaias Gonçalves Ferreira estabelece a relação entre a psicanálise lacaniana e o marxismo de Alain

Badiou, tomando-os enquanto discursos que criticam o capital em seu eixo neoliberal. Em seguida, o artigo **“O discurso sobre o amor no *banquete*, de platão, e a presença de Diotima de Manteneia: mulher/sacerdotisa/*hetaira*”** de Yvisson Gomes dos Santos e Walter Matias Lima, aborda o tema do Amor no diálogo platônico a partir da personagem Diotima, sacerdotisa e cortesã cuja fala desnuda a figura poética de *Eros*. No artigo **“A inclusão da diferença nas políticas públicas de atenção à criança diagnosticada com autismo”**, Aline da Costa Jerônimo destaca a importância do posicionamento ético e político do psicanalista frente às diretrizes de atenção à criança diagnosticada com autismo. Débora Ferreira Bossa e Anamaria Silva Neves em **“Era uma vez...” Considerações psicanalíticas sobre a deficiência e os contos de fadas**”, escrevem sobre a importância dos conteúdos inconscientes presentes nos contos de fadas, relacionando a vivência dos personagens com as fantasias que perpassam o corpo da deficiência.

A relação entre a psicanálise e a obra do sociólogo Zygmunt Bauman, é costurada por Aline Nogueira no texto **“Perspectivas psicanalíticas sobre amor e laços sociais na modernidade a partir da obra ‘Amor líquido’ de Zygmunt Bauman”**. A partir das elaborações de Freud e Lacan sobre a temática do amor, a autora interroga as ressonâncias do conceito de “amor líquido” do sociólogo Zygmunt Bauman, nas subjetividades e nos laços sociais que se constituem na modernidade. O atendimento multidisciplinar de crianças em grave adoecimento e risco efetivo de morte, é o tema desenvolvido pelas autoras Lurian Ruth Nabozny e Rosanna Rita Silva em **““Viver até o dia da sua morte”: uma discussão acerca de cuidados paliativos com crianças a partir do filme Operação *Big Hero*. ”** Fechamos a seção de artigos livres com o texto **“O paradoxo contemporâneo em torno da criança: entre o excesso e o vazio”**, de Maíra Lopes Almeida e Helvia Cristine Castro Silva Perfeito, que trata a questão das marcas da pós-modernidade e sua influência nas relações estabelecidas entre pais e crianças são analisadas pelas autoras.

A resenha, **“Uma tríade impossível de regulamentar: inconsciente, transmissão e desejo”**, analisa com precisão a importância das discussões em torno da regulamentação da psicanálise trabalhada por diversos autores ligados ao Movimento Articulação, no livro *Ofício do Psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise*. Dercirier Freire, destaca a existência de duas impossibilidades: a primeira relacionada à regulamentação do desejo de ser analista e a segunda à impossibilidade de regulamentar a transmissão da psicanálise e seu exercício.

Dessa maneira, concluímos esse editorial, certos de que nossos leitores encontrarão nesse novo volume tanto estímulos interessantes para auxiliá-los em suas pesquisas, quanto para deleitá-los em seu apetite intelectual.

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

[revista@psicanalisebarroco.pro.br](mailto:revista@psicanalisebarroco.pro.br)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

[www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php](http://www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php)

# JUST YOUR VOICE – A VOZ COMO MEDIADOR PRIVILEGIADO NA CLÍNICA COM BEBÊS EM RISCO PARA AUTISMO E NA CLÍNICA COM CRIANÇAS AUTISTAS

*Inês Catão<sup>1</sup>*

## RESUMO

A partir da noção psicanalítica de voz, da hipótese de que ela é o primeiro objeto em torno do qual se organiza o laço da criança com o Outro, e da hipótese de que a clínica do autismo testemunha uma dificuldade específica na constituição do circuito da pulsão invocante e do objeto voz, este artigo trata do manejo desta pulsão e da voz como mediadores privilegiados na clínica com bebês em risco para autismo e na clínica com crianças autistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** psicanálise, bebês, autismo, voz, pulsão invocante.

---

1 Psicanalista membro da Escola Letra Freudiana (RJ), médica psiquiatra infantil (SESDF), Pós Doutora em Psicopatologia pela Universidade Côte d'Azur (França), autora do livro O bebê nasce pela boca: voz, sujeito e clínica do autismo (SP: Instituto Langage) e de numerosos artigos publicados em revistas e livros especializados no Brasil e na França, escritora. Endereço de correspondência: SQN 215 bloco k apto 205 Asa Norte Brasília DF CEP 70 874-110. Email: cataoines@gmail.com.

“O sujeito produz a voz. E direi mais, teremos que envolver esta função da voz, no que diz respeito ao peso do sujeito, o peso real do sujeito no discurso.”  
(LACAN, Seminário livro 6)

## APENAS A SUA VOZ

Owen Suskind foi diagnosticado autista aos 3 anos de idade. Seus pais Ron e Cornellia comentam que “seu filho desapareceu, foi sequestrado”. Deixou de falar, ensimesmou-se, passou a dedicar seu tempo a assistir filmes da Disney e a editá-los. Repetia ecolalicamente frases consideradas sem sentido pelos médicos procurados por seus pais. Certo dia, a mãe teve a impressão de compreender algo no que o filho dizia. Ela pensou ter escutado a palavra “juice”. Interrogou o filho se ele queria suco, sem resultado. Então reparou que, na verdade, o que ela ouvia, era a repetição de um trecho do filme *A pequena sereia*, aquele em que a Medusa Malvada diz à ela que pode torna-la humana. Para isso, a pequena sereia tem que lhe dar *apenas* a sua voz: *just your voice*.

O fato da mãe ter encontrado um sentido no que o filho dizia, validando sua fala no código da língua, iluminou o pequeno Owen, que começou a sair do seu fechamento autístico. O pai descobriu também que o filho, que não respondia às pessoas, respondia ao fantoche do papagaio do filme Peter Pan. A família passou a falar com a criança através de diálogos encenados dos filmes da Disney. A descoberta levou os pais de Owen a propor a *Affinity Therapie*, uma Terapia por Afinidade.

Lacan, na Conferência de Genebra sobre o Sintoma (1975), diz que os autistas são personagens verbosos, e que se eles falam, repetem o que ouviram em algum lugar. Que não saibamos dar sentido ao que eles dizem, não os impede de serem verbosos. Os pais de Owen, sem terem lido Lacan, colocaram-se em relação ao filho na posição de analista – *sujeito suposto saber que há sujeito* (VIVÈS, 2012) – validando o que ouviam.

Não é por acaso que Owen recorta esta passagem específica do filme, uma passagem que fala sobre *como* tornar-se humano. Sabemos de interesse semelhante em crianças autistas fixadas, por exemplo, na história do Pinóquio, o boneco de madeira que virou um menino. Mas o recorte feito por Owen é ainda mais emblemático do que parece ocorrer no autismo: uma dificuldade *específica* com a voz.

## **No COMEÇO ERA VOZ...**

Em “O Ego e o Id” (1977[1923]), Freud sublinha a importância do que entra pela calota acústica, para a formação do aparelho psíquico. O que entra pelos ouvidos, orifícios que nunca se fecham, faz marca, que vira traço, que vira significante, que se organiza em cadeia, cujo produto é o sujeito e o resto é o objeto *a* que faz mover a cadeia. Freud já tinha dado importância à voz tanto na organização psíquica quanto ao falar da constituição do supereu como instância vocal – as vozes do supereu – e ao propor as bases da cura analítica, uma cura pela fala.

Coube, no entanto, a Lacan dar um lugar ainda mais privilegiado à voz em seu ensino como uma das apresentações do objeto *a*. Ele ampliou a lista freudiana de objetos pulsionais – seio e fezes, objetos da demanda –, incluindo voz e olhar, objetos do desejo. Em Lacan, a voz se torna o objeto da pulsão invocante, aquela *a* que ele se refere como “a mais próxima do inconsciente” (LACAN, 1985). A voz é o objeto do desejo do Outro.

Há uma disjunção entre o que se entende por voz no senso comum e o que, com Lacan, é considerado voz para a psicanálise. Aqui, ela não se confunde com o som. O som pode servir de vestimenta imaginária da voz, não sendo, no entanto, a única. A voz está presente também no silêncio, em todos os modos de vibração e em todos os modos de *mútuo endereçamento* entre o sujeito e o Outro, sendo o endereçamento a sua marca.

A palavra, o sentido, constituem a dimensão simbólica da voz. Mas, a voz propriamente dita, em Lacan, é áfona e não tem compromisso com a significação. Ela é o objeto *vazio* da pulsão em torno do qual se organiza o primeiro laço com o Outro, sob a forma de um circuito pulsional em três tempos: “chamar” (o grito), “ser chamado” (pela mãe) e “se fazer chamar” (se implicar no laço).

A audição é um sentido que se encontra constituído desde o quinto mês de gestação. O bebê ouve a voz da mãe desde intra útero – o que implica não apenas som mas vibração –, e reage à ela com movimentos. Ele é capaz de reconhecer esta voz desde que nasce, mesmo se retransmitida por um gravador. As experiências dos psicolinguístas mostraram que antes de qualquer leite para saciar a fome, o bebê se alimenta da voz da mãe.

Sua principal sede é de interação com o outro, talvez fruto de seu desamparo ao nascer. Ele busca *ativamente* por esta interação. O bebê se coloca como um parceiro ativo nas trocas vocais que estabelece com o outro, mesmo se não

compreende ainda as palavras pronunciadas. Mas não basta a apetência para o laço. O estabelecimento do vínculo com o semelhante implica perdas.

Em “A Pequena Sereia”, a Medusa Malvada indica o caminho da perda necessária à humanização. A sereia teria que consentir em perder seu bem mais precioso, sua voz encantatória, para poder falar, deixando assim de ser...eia. Com os seres humanos acontece algo semelhante. Para passar à condição de sujeito, isto é, poder contar com uma organização psíquica e com a função da fala na sua circulação no campo da linguagem, o bebê deve consentir em perder algo do ser. A passagem de infante a ser falante implica deixar o reino do som pelo reino do sentido.

Lacan nomeou de alienação e separação as duas operações constitutivas do sujeito que ocorrem em tempos lógicos. A alienação corresponde ao passo que a criança dá aceitando perder o gozo sonoro da voz em prol da sincronia com a musicalidade da fala materna. A separação nomeia o passo que conduz a criança, por meio da sincronia musical, à incorporação do vazio da voz, tornado objeto da pulsão. No processo de constituição psíquica, o bebê perde a possibilidade de escutar a própria voz e, também, de falar todas as línguas.

Para Maleval (2017), o autista não cede sobre o gozo vocal. Sua dificuldade não é com o registro sonoro da voz, mas com o dizer. O autista tenta fazer um uso da voz que escape à enunciação. Jean-Michel Vivès (2012) faz a hipótese da não constituição do ponto surdo, cicatriz do recalque originário, que no autismo não acontece. M.-C. Laznik (2014) propõe que no autismo falha o fechamento do terceiro tempo do circuito pulsional, tempo dito passivo, no qual o bebê se oferece no lugar de objeto de gozo do outro, compartilhando prazer e, ao fazê-lo, demonstrando que aceitou o jogo de entrada na linguagem. O autista não faz o fechamento do terceiro tempo da pulsão porque recua diante do mútuo endereçamento que lhe aponta, no horizonte, o buraco. No autismo, a voz não se constitui enquanto objeto vazio da pulsão, algo falha na incorporação primordial, como propomos.

A clínica do autismo mostra as inúmeras estratégias de que a criança lança mão para lidar com a voz. Mutismo, sonorização, ecolalias, holófrases, uso de uma língua estrangeira em lugar da língua materna, dentre outros, são modos de defesa do autista no que tange o objeto voz.

A marca do autismo é a recusa radical e precoce ao que vem do campo do Outro. Esta recusa aparece na clínica em vários registros. Ao contrário da maioria dos bebês,

sua alienação ao campo da linguagem é feita com reservas. Ela traz a marca de uma recusa.

## **O CANTO DA SEREIA MATERNO E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO**

O laço com o agente materno é a condição *si ne qua non* para que a criança organize um funcionamento pulsional em três tempos. O vínculo é uma co-construção entre mãe e criança. Vivès (2019) aponta, de modo pertinente, que a prosódia manhês é co-construída também.

A função materna implica, em um primeiro momento, um chamado para o vínculo. A criança precisa dar ouvidos ao canto da sereia materno. Ela deve poder deixar-se encantar pela melopéia da voz da mãe, dar seu *sim* à ela, para depois ensurdecer a este chamado, como condição de constituir a própria voz.

Didier-Weill (1997, 2014) diz sobre a música que não é o sujeito que a ouve, é ela que o escuta. É por sentir-se escutado por ela, que nada lhe pede, que ele aquiesce com o encontro musical. O que a música devolve a quem a ouve é o próprio enigma do sujeito, de modo invertido. O sujeito passa assim de ouvinte a invocante. Talvez seja por isso que a maior parte dos sujeitos gosta de música, por sentir-se acolhido por ela.

Da mesma maneira, a musicalidade da fala materna não demanda nada à criança. Ela acolhe o grito do bebê, que assim não cai no vazio. O bebê é escutado pela musicalidade da fala materna. Esta retorna para ele que se reconhece como autor naquele que chama e que é chamado. Passando a invocante, ele se *faz* chamar.

Nos anos 80, a psicolinguísta Anne Fernald estudou o interesse do bebê pela voz da mãe. Ela se perguntou o que o interessava aí. Descobriu *espanto* e *grande prazer* como marcas da *prosódia manhês*. Todo bebê se interessa por este tipo específico de prosódia, inclusive aquele que vai posteriormente receber o diagnóstico de autismo.

Laznik (2004) propôs que estas duas características do manhês equivalem aos dois tempos do chiste descritos por Freud (FREUD, 1977/1905): sideração e luz. Ela conclui que a prosódia manhês interessa os bebês por transmitir o modo de gozo materno. Podemos dizer que um bebê ao nascer se alimenta *deleite*. Que haja um desejo não anônimo endereçado à criança e um gozo suscitado no outro por sua presença é fundamental para que o bebê se tome pelo objeto deste gozo, constituindo assim a alienação.

Vivès (2019) propõe responder de outro modo a questão sobre o que torna irresistível a voz da mãe para todo bebê. Para ele, “a fala lhe é transmitida enquanto frequentada pelo timbre da voz materna.” O timbre “é insubstituível e representa o sujeito que o porta para aquele que o escuta... O que torna uma voz singular não é o que ela diz, nem como diz, mas seu timbre, que é a dimensão real da voz sonora.” Para Vivès, é o timbre da voz que orienta o bebê em direção à mãe. É ele que o levará a alienar-se ao campo da linguagem. Vivès faz do timbre da voz materna a isca que o bebê deve fisgar para ser apanhado pelo anzol da linguagem. Tomando esta hipótese, propomos que aquilo que aproxima a maior parte dos bebês de sua mãe, o real de sua voz, é o que afasta o bebê futuro autista do encontro com o outro.

## **IDENTIFICAÇÃO PRIMORDIAL: O QUE SE INCORPORA**

“A psicanálise conhece a identificação como a primeiríssima manifestação de um laço de sentimento a uma outra pessoa<sup>2</sup>” (FREUD, 1977/1921, p. 133). A operação fundadora do sujeito é a alienação ao campo do Outro e a identificação é a forma privilegiada de sua efetuação.

A identificação primordial é a matriz da série de identificações. Freud propõe que a primeira é identificação por incorporação (*Einverleibung*) (FREUD, 1977/1921). A identificação por incorporação é a condição que possibilita as duas outras.

Aquilo que se incorpora neste tempo imemorial não é matéria e sim algo que da estrutura se sustenta como incorpóreo (CRUGLAK, 2001). O que na palavra do outro se endereça ao bebê e o captura no campo da linguagem não é o sentido do que é dito mas a dimensão incorpórea da sua voz (na proposta de Vivès, o timbre).

No tempo da identificação primordial o que se incorpora é vazio que, por efeito desta mesma incorporação, institui um lugar vazio. Este vazio será estrutural e estruturante do sujeito, como Lacan explica ao abordar a superfície topológica do toro. “A voz não é assimilada, mas incorporada. É isso que pode servir de modelo para nosso vazio.” (LACAN, 1962, p. 301). Para deixar o reino do som em prol do reino do sentido, o bebê deve poder aceitar identificar-se ao lugar vazio que o Outro lhe oferece. A mãe implanta no futuro sujeito um vazio, não sem a sua aceitação.

---

<sup>2</sup> Utilizamos aqui a proposta de tradução do texto de Freud “Psicologia das massas e análise do eu”, mais especificamente do “Capítulo VII: A identificação” feita por Eduardo Vidal para trabalho interno em 2014-2015 para a Escola Letra Freudiana.

Fazemos a hipótese de um comprometimento da identificação primordial nos autismos, pelo viés de uma recusa do real da voz. A incorporação de um lugar vazio se ocorre, se dá de outro modo. A marca deixada pelo encontro com o significante não pode se ordenar em cadeia. A cicatriz da marca constituinte não tem simbolização. O autista não sabe o que fazer com ela. O sujeito não entra no discurso. Nos autismos falta a marca da incorporação da falta.

### **SOBRE O MANEJO CLÍNICO DA VOZ: REANIMAÇÃO PSÍQUICA, VOZ MAQUÍNICA, VOZ ARTIFICIAL, FRASEADO MUSICAL E VOZ MONOCÓRDICA**

A descoberta de Laznik sobre o manhês como veículo de desejo e gozo maternos lhe permitiu propor o uso desta prosódia na clínica com bebês com meses de vida, em risco para autismo, trabalho que a autora vem nomeando, desde 2012, de *reanimação psíquica* (SILVA, 2013). Laznik esclarece que não se trata de um conceito, mas de uma descrição fenomenológica. Partindo de sua hipótese do não fechamento do terceiro tempo do circuito pulsional no autismo, ou seja, da impossibilidade do bebê futuro autista se oferecer no lugar de objeto de gozo do outro, se estes bebês partilham essa dificuldade, Laznik se pergunta: se conseguirmos fazê-los entrar nesse jogo, isso modifica o seu prognóstico?

O uso da prosódia manhês com bebês em risco para autismo no primeiro ano de vida, não é uma finalidade em si, não se trata de uma técnica, mas de um mediador privilegiado no manejo clínico. Esta mediação, não se funda no uso do significante, mas na fundação da significância, possibilitando a alienação ao campo da linguagem e a instalação de uma matriz simbolizante no bebê. Ainda assim, o uso dos significantes surgidos em sessão (entre mãe e psicanalista) não é arbitrário, e sim fruto de uma escuta analítica. Indicando a sutileza deste trabalho, Laznik comenta que há um momento propício à intervenção, ao chamamento melódico do bebê: “A escuta do momento onde isso é possível demanda [da parte do analista] uma grande competência de encontrar os momentos em que o bebê é capaz de ser submetido e como captá-lo” (apud SILVA, 2013, p. 140).

Na *reanimação psíquica*, o analista não pede a voz do bebê. Ele oferece a musicalidade da sua. Trata-se de restabelecer a *sintonia afetiva* (STERN, 1992) entre sujeito e Outro, mãe e bebê, mediada pelo analista. Laznik não preconiza o mesmo tipo de manejo clínico com crianças autistas maiores, nem com crianças psicóticas. O trabalho de pôr em funcionamento o terceiro tempo do circuito pulsional, por hipótese

comprometido no autismo, se destina à clínica com bebês menores de 1 ano e seus pais. A *reanimação psíquica* também não se aplica à clínica com bebês com distúrbios do vínculo, que não se encontram em risco de fechamento autístico.

O trabalho com crianças autistas maiores de 1 ano de idade, em que o quadro clínico já se encontra mais cristalizado – o que corresponde à maior parte das crianças que chegam até nós no Brasil hoje – terá que valer-se de outras estratégias, indicadas pela própria criança. Trata-se aqui de uma direção que conduza a criança autista de uma impossível cessão do objeto voz ao investimento possível de uma voz (ORRADO, PILAS, VIVÈS, 2017).

A criança autista lança mão de *estratégias de borramento subjetivo da voz*, a sua própria e a do outro. Ou, para dizer de um outro modo, estratégias de borramento do que, na voz, aponta o coração do sujeito. Na proposta de Vivès, o timbre. Tapar os ouvidos; distorcer as qualidades da própria voz ao falar; distorcer as vozes de um filme ou desenho animado; falar com utilização de fraseado musical; falar em tom monocórdio e responder ao outro apenas quando este se utiliza do mesmo expediente; aceitação preferencial da voz artificial<sup>3</sup> e da voz maquínica, produzida por um robô “serão utilizadas pelo autista para jogar com essa dimensão do timbre, permitindo uma abertura em direção à linguagem” (ORRADO, PILAS, VIVÈS, 2017, p. 496).

Na clínica psicanalítica com o autista maior, o analista inventa modos de apagar sua presença, se utilizando de sua voz sem se endereçar diretamente à criança e sem olhá-la, ao contrário do que é feito na reanimação psíquica de bebês, proposta por Laznik.

## **CONCLUSÃO: JUST YOUR VOICE? O PREÇO DE TORNAR-SE SUJEITO**

A voz é desde Freud um mediador privilegiado na clínica psicanalítica. Por sua importância na estruturação psíquica, encontra-se também implicada de muitas maneiras na psicopatologia. O quadro clínico do autismo resulta da impossibilidade de ceder sobre o gozo da voz.

Em bebês em risco de autismo, por se encontrarem em um impasse nos tempos iniciais da constituição subjetiva, a direção de tratamento visa o chamamento musical para a alienação ao campo da linguagem. Por suas características, a música

---

<sup>3</sup> Voz artificial é o nome dado neste contexto a todo material sonoro vocal, registrado, fixado em um suporte e depois restituído ou transmitido por um meio.

é em geral mais facilmente aceita que a palavra. A musicalidade da prosódia manhês traz o apelo de toda música, a marca de um desejo não-anônimo e do gozo maternos. Trata-se aqui de um trabalho com a significância, mais que do que com os significantes, como construção de uma matriz simbolizante que antecede a aquisição, posterior, da língua materna. Na *reanimação psíquica*, privilegia-se o registro imaginário (sonoro) da voz que, no entanto, continua a servir de veículo ao real da voz.

Já na clínica com bebês com outro tipo de dificuldades de vínculo, o manejo clínico pede a aposta na palavra dirigida tanto à mãe quanto ao bebê. Escutar a mãe e ler o bebê é aqui precioso, como indicador do que pode estar sendo um impasse no vínculo e “causador” dos sintomas que a pequena criança apresenta.

Dar *apenas* a sua voz, *Just your voice*, é imperativo categórico que cada sujeito escuta e ao qual responde como pode: as afasias, gagueiras e mutismos eletivos do neurótico; as alucinações e delírios psicóticos; os medos de barulho, mutismos e ecolalias autistas que nos mostram que dar a voz é um preço que nem toda criança pode pagar para tornar-se sujeito.

O analista escuta estes (des)caminhos e empresta a sua voz, muitas vezes através de seu silêncio, dando voz ao sujeito, ao invés de pedir à ele que fale.

## REFERÊNCIAS

- CRESPIN, G. (2016) “*D’un préalable à tout traitement possible des enfants autistes hors langage*”. In Coleção Cadernos Preaut número 1 (no prelo).
- CRUGLAK, C. *Clínica da identificação*. RJ: Companhia de Freud. 2001.
- DIDIER-WEILL, A. *Nota Azul: Freud, Lacan e a Arte*. RJ: Contracapa, 2014.
- DIDIER-WEILL, A. *Os três tempos da lei: o mandamento siderante, a injunção do supereu e a invocação musical*. RJ: Zahar, 1997.
- FREUD, S. (1977/1905). *Os chistes e sua relação com o Inconsciente*. In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago. Vol. VIII
- FREUD, S. (1977/1921). *Psicologia das massas e análise do Eu*. Capítulo VII: A identificação”. In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago. Vol. XVIII.
- FREUD, S. (1977/1923). *O Ego e o Id*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Rio de Janeiro: Imago. Volume XIX
- LACAN, J. (1958-59). *O Seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação*. RJ: Zahar. 2016.
- LACAN, J. (1957-58). *O Seminário 5, livro 5: as formações do inconsciente*. RJ: Zahar, 1999.
- LACAN, J. (1964). *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. RJ: Zahar, 1985.
- LACAN, J. (1962). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- LACAN, J. (1975). *Conferência em Genebra sobre o sintoma (1975)*. Opção Lacaniana, no 23, dezembro, 1998. p. 6-16.
- LAZNIK, MAESTRO, MURATORI, PARLATO. *Les interactions sonores entre les bébés devenus autistes et leurs parents*. In *Au commencement était la voix*. Toulouse: Érès, 2010.
- LAZNIK, M.-C. (2004) *A voz como primeiro objeto da pulsão oral*. In *A voz da sereia: o autismo e os impasses na constituição do sujeito*. Salvador: Ágalma.
- LAZNIK, M.-C. (2007) *La prosodie avec les bébés à risque d’autisme: clinique et recherche*. In *Langage, voix et parole dans l’autisme*. Paris: PUF. p.181-216.
- MALEVAL, J.-C. (2017). *O autista e sua voz*. SP: Blucher.
- ORRADO, I. e VIVES, J.-M. (2016) *Oficinas terapêuticas: uma mediação para cada um*. Texto inédito, apresentado em 19 de agosto de 2016 na “Jornada com Jean-Michel-Vivès: autismo e voz maquínica” realizada por Outrarte (IEL-UNICAMP) e LaPSuS (FCM-UNICAMP).
- ORRADO, I., PILAS, V. e VIVES, J.-M. *De l’impossible cession de l’objet voix au possible investissement d’une voix: la passe résonante de l’autiste*. In *Rev. Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. Vol.20 no.3 São Paulo July/Sept, 2017.
- SILVA, C. P. M. *Uma cartografia dos usos da noção de reanimação psíquica na psicanálise com bebês e crianças*. Dissertação de Mestrado. PUCSP. 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/15317/1/Caroline%20Peixoto%20Mendonca%20Silva.pdf>
- STERN, D. (1962). *O mundo interpessoal do bebê*. SP: Artes Médicas, 1992.
- VIVES, J.-M. *O que torna uma voz tão singular?* In *Variações psicanalíticas sobre a voz e a pulsão invocante*. RJ: Contracapa, 2019.

*Just Your Voice – A Voz Como Mediador Privilegiado Na Clínica Com Bebês Em Risco Para Autismo E Na Clínica Com Crianças Autistas*

VIVES, J.-M. *Autismo e voz maquínica*. Texto inédito, apresentado em 19 de agosto de 2016 na “Jornada com Jean-Michel-Vivès: autismo e voz maquínica” realizada por Outrarte (IEL-UNICAMP) e LaPSuS (FCM-UNICAMP). 2016.

VIVES, J.-M. *Dévoilement, révélation et voilement de la voix. Enjeux invocants de la médiation thérapeutique utilisant la musique*. In VINOT et VIVES (org). *Les médiations thérapeutiques par l’art*. Paris: Érès, 2014.

VIVES, J.-M. *A voz na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.

***JUST YOUR VOICE - VOICE AS A PRIVILEGED MEDIATOR IN THE  
CLIMATE WITH BABIES AT RISK FOR AUTISM AND IN THE CLINIC  
WITH AUTISTIC CHILDREN***

**ABSTRACT**

From the psychoanalytical notion of the voice, the hypothesis that it is the first object which organizes the bond between the child and the Other, and the hypothesis that the clinic of the autism gives testimony of a specific difficulty in the constitution of the circuit of the invoking drive and the object voice, this article approaches the maneuver of this drive and of the voice as privileged mediators in the clinic with babies in risk for the autism and in the clinic with autistic children.

**KEYWORDS:** psychoanalysis, babies, autism, voice, invoking drive.

**JUST YOUR VOICE - VOIX EN TANT QUE MÉDIATEUR PRIVILÉGIÉ  
DANS LE CLIMAT AVEC LES BÉBÉS À RISQUE POUR L'AUTISME ET  
DANS LA CLINIQUE AVEC DES ENFANTS AUTISTIQUES**

**RÉSUMÉ**

A partir de la notion psychanalytique de la voix, de l'hypothèse qu'elle est le premier objet autour duquel s'organise le lien entre l'enfant et l'Autre, et de l'hypothèse que la clinique de l'autisme témoigne une difficulté spécifique dans la constitution du circuit de la pulsion invocante et de l'objet voix, cet article approche le manœuvre de cette pulsion et de la voix comme des médiateurs privilégiés dans la clinique des bébés en risque pour l'autisme et dans la clinique des enfants autistes.

**MOTS-CLÉS:** psychanalyse, bébés, autisme, voix, pulsion invocante.

Recebido em: 29-03-2019

Aprovado em: 10-06-2019

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

[revista@psicanaliseebarroco.pro.br](mailto:revista@psicanaliseebarroco.pro.br)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

[www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php](http://www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php)

# BLIRIUM: MÚSICA E CLARÃO

*Débora da Fonseca Seger*<sup>1</sup>

*Edson Luiz André de Sousa*<sup>2</sup>

## RESUMO

A partir da peça *Blirium*, do compositor brasileiro Gilberto Mendes e, em especial de sua forma *Blirium C-9*, buscamos explorar, no presente artigo, alguns pontos de articulação entre o uso da indeterminação na música erudita experimental, a concepção de utopia tal qual elaborada pelo filósofo Ernst Bloch e o conceito psicanalítico de objeto *a*.

**PALAVRAS-CHAVE:** música, indeterminação, utopia, psicanálise, objeto *a*.

---

1 Mestre em Arte e Cultura Contemporânea pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2019) e mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011), pela qual também é graduada em Psicologia (2007). Pesquisa, principalmente, articulações entre arte, psicanálise e filosofia; cultura e produção de subjetividade. Endereço: Rua Joaquim Nabuco, 98/301 – Copacabana – Rio de Janeiro/RJ. Telefone: (21) 999133547 E-mail: deboraseger@hotmail.com.

2 Psicanalista. Professor titular do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia do Instituto de Psicologia UFRGS. Professor do PPG Psicanálise: clínica e cultura e PPG Psicologia Social e Institucional. Pesquisador do CNPQ. Pós-Doutorado pela Universidade de Paris VII e pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Paris. Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Rua Ramiro Barcelos, 2600 , – Santana - Porto Alegre/RS. Telefone: (51) 33085524. E-mail: edsonlasousa@uol.com.br.

“O instrumentista olha seu relógio, colocado ao lado. O grupo de notas, exatamente nesse momento indicado (ou a caminho de ser) pelo ponteiro, é para ser tocado, de acordo com as instruções seguintes.” (MENDES, 1969, p.1)

Inicia-se, a partir destas orientações, a execução de *Blirium C-9*, obra do compositor brasileiro Gilberto Mendes. O intérprete deve verificar o ponteiro de segundos de seu relógio ou cronômetro, consultando, então, o desenho proposto pelo compositor, em que cada posicionamento do ponteiro corresponde a um grupo de notas.

O procedimento deverá ser feito mais vezes ao longo da execução e determinará o plano melódico da obra. A ansiedade em começar o trabalho, um movimento precipitado, alguns segundos antes, e são diferentes as notas a soar; uma distração, um demorar-se qualquer, alguns segundos depois, e é outra a música que surge.

Assim como as variações de altura, consequência da sucessão aleatória destes grupos de notas, a escolha dos instrumentos, os parâmetros rítmicos, de andamento e de dinâmica também apresentam maior ou menor grau de abertura e indeterminação. Como se diz dos raios, *Blirium* não cai duas vezes no mesmo lugar.

Composta em 1965, seu nome é anagrama de *Librium*, um calmante vendido na época. Segundo Edino Krieger, *Blirium C-9* é “talvez a mais bem-sucedida das composições aleatórias produzidas no Brasil.” (apud MENDES, 1994, p. 121). Na trajetória de Gilberto Mendes, tem lugar de destaque por seu caráter radical de experimentação, assim como as versões *A-9*, *B-9*, *D-9* e *Blirium Total*.

Antes da série *Blirium*, porém, o compositor já havia utilizado recursos e técnicas ligadas à indeterminação em outros trabalhos, valendo mencionar *nascemorre*, escrita entre 1962 e 1963. Composta a partir de um poema de mesmo nome do concretista Haroldo de Campos, *nascemorre* é uma música para vozes, elementos percussivos e, opcionalmente, fita gravada, realizada a partir de desdobramentos das palavras e fonemas utilizados no poema. Em sua parte final, estes elementos devem combinar-se aleatoriamente a partir da escolha prévia ou improvisada de cada intérprete participante.

A ousadia experimental de *nascemorre*, precursora, em alguns anos, da radicalidade da série *Blirium*, reflete as ambições não apenas de Gilberto Mendes, mas de um grupo de compositores brasileiros que, no início dos anos sessenta,

mobilizou esforços em direção a uma renovação do cenário da música erudita no país. Gilberto Mendes assim descreve a tarefa a que se propuseram:

Como grupo de compositores – ora um, ora outro se destacando neste ou naquele campo de criação – quisemos mudar tudo, a exemplo do que tinham feito os poetas concretos da década anterior. E mudamos tudo. [...] Mudamos tudo, não tenho a menor dúvida. Alguém tinha que fazer isso aí. Aconteceu que fomos nós, simplesmente. Os escolhidos porque estávamos ali, na hora certa. Nenhum mérito especial. Cumprimos um designo da providência, para salvar a música brasileira do atraso, do marasmo em que se encontrava, depois da recaída violenta do mal nacionalista, em princípio dos anos 50. Nossa música clamava por essa mudança, por essa atualização. (MENDES, 1994, p. 80-81).

Munidos deste desejo de transformação, os compositores, dentre eles Willy Corrêa de Oliveira e Rogério Duprat, frequentaram os já famosos cursos de Darmstadt, na Alemanha, onde assistiram às aulas-conferência de Stockhausen e Boulez, entre outros mestres da nova música, cada vez mais forte no continente europeu, enquanto nos Estados Unidos, o experimentalismo e as lições de vanguarda se mostravam através das obras transgressoras de John Cage.

Os rumos do pensamento musical da época surgiam ainda em resposta à dissolução do tonalismo, na esteira do impacto causado pelas criações de Schoenberg e Webern. O sistema tonal que, desde o Renascimento, ditava o discurso musical do ocidente, implicava em uma temporalidade linear em que a noção clássica de causalidade era determinante e a produção de sentido e de seu anagrama, destino, indissociável.

A crise deste sistema e a concomitante necessidade de inventar caminhos mais flexíveis para o fazer musical, onde os sons pudessem ser organizados sem recorrer somente a formas pré-determinadas, acabaram por levar o compositor moderno a lançar mão de recursos e técnicas ligados à utilização do acaso e do aleatório e à concepção de forma aberta, caracterizando o que Vera Terra (2000) denominou de estéticas de indeterminação. Segundo a autora, estas estéticas “contribuíram, com a criação de formas móveis e dotadas de uma multiplicidade de sentidos, para construir a imagem de um mundo complexo em permanente mudança e expansão.” (TERRA, 2000, p. 138).

A filósofa sustenta, ainda, que é possível identificar aí dois caminhos bastante distintos, representados, de um lado, pelos trabalhos de Boulez e Stockhausen e, de outro, pelas invenções de Cage.

Na escola europeia, o uso da indeterminação é controlado, de modo a assegurar, em maior ou menor grau, a estrutura da obra e a escolha do autor. Há, por esta via, uma ampliação da rede de possíveis e prováveis, em suma, das possibilidades criativas dentro de uma composição. Assume-se, aqui, a busca de “uma síntese dialética entre as noções de caos e ordem, propondo uma ordem complexa.” (TERRA, 2000, p.138)

Já na escola de Nova York, há o abandono progressivo das ideias de ordem nos métodos de criação artística, valoriza-se mais as possibilidades do acaso, problematizando a ideia de intencionalidade do compositor. Para Terra (2000), a música, nessa corrente de pensamento, não quer ser representação do mundo e, sim, busca se tornar experiência do permanente fluir da vida.

Ao discorrer sobre a importância e impacto dos trabalhos de Boulez e Cage em seu percurso, Gilberto Mendes comenta: “Como compositor, fui marcado pelo dilema entre as duas direções diametralmente opostas por eles apontadas. Acabei por não seguir nenhuma delas, descobrindo meu próprio caminho. Que, no entanto, não teria encontrado se não tivesse “pensado a música” (como diria Boulez) nos termos por eles propostos.” (MENDES, 2000, p. 13).

Atentos, portanto, aos questionamentos que guiavam os pensamentos sobre a música de sua época e às especificidades das proposições surgidas a partir daí, os compositores brasileiros ansiavam, eles também, pela criação de novos signos e formas de invenção musical. Assim, aspirando à criação de uma “*música nova brasileira*” (MENDES, 1994, p. 71), o grupo publica, em 1963, na revista de arte de vanguarda *Invenção*, o *Manifesto Música Nova*, do qual são signatários, além de Gilberto Mendes e dos já citados Willy Corrêa de Oliveira e Rogério Duprat, os músicos e pensadores Damiano Cozella, Régis Duprat, Sandido Hohagen, Júlio Medaglia e Alexandre Pascoal.

O manifesto afirmava “um compromisso total com mundo contemporâneo” (MENDES, 1994, p.73-74) e explicitava afinidades com compositores, escritores e artistas, além de estabelecer os preceitos que orientavam as práticas de seus signatários. Sobre o ineditismo e as inovações trazidas pelo grupo para o cenário da música erudita brasileira, fala Gilberto Mendes:

[...] fomos realmente os primeiros compositores brasileiros – o nosso Grupo Musica Nova - a fazer música aleatória, microtonal, música estruturada parâmetro por parâmetro segundo os princípios do serialismo integral, não periódica, não discursiva, música com a introdução do ruído no contexto sonoro (o ruído elevado à categoria de som, de objeto musical, vale dizer, música concreta e/ou eletrônica), com a utilização dos *mixed media* (como eram chamados então, liquidificadores, aspiradores de pó, televisores, etc.), do gesto e da ação musical como teatro (a serem encarados e desenvolvidos como tal, como teatro musical), de novos grafismos, abolindo a notação musical tradicional (falávamos em *design* para nossas obras), música com a participação do ouvinte na sua execução, e música “programada” em computador (ordenador eletrônico, ou cérebro eletrônico, como era conhecido na época)[...] (MENDES, 1994, p. 80).

Deste caldeirão de experimentação musical, surgiu a série *Blirium*, em que a aleatoriedade é inseparável do que Gilberto Mendes chama de um novo grafismo, ou seja, de uma outra forma de conceber a partitura. Terra (2000) observa que as partituras das obras vinculadas às estéticas de indeterminação acompanham as mudanças de concepção formal das composições e não mais se limitam a registrar sons no papel, propondo “roteiros, possibilidades diversificadas de percurso que o intérprete deve avaliar para tocar.” (TERRA, 2000, p. 139).

Nas partituras de *Blirium*, uma série de orientações escritas, como no trecho que abre este artigo, toma o lugar da notação tradicional. O compositor brasileiro antecipa, aqui, um procedimento que somente ganhará maior notoriedade internacional alguns anos depois, no trabalho de um dos mestres da nova música europeia. Gilberto Mendes conta:

[...] a ideia de uma música feita somente de instruções de como realizá-la, eu tive em 1965, para a composição da série *Blirium*, enquanto Stockhausen teve a mesma ideia três anos depois, em 1968 para *Aus den sieben Tagen*. Ele tinha por objetivo uma música intuitiva, a ser feita com base num texto de natureza literária. Eu pretendi uma música igualmente aleatória, levada às últimas consequências, mas absolutamente controlada pelo meu texto, nos mínimos detalhes, uma espécie de receita de composição. Compus não a música, mas a “máquina” de fazer música. Deixei para o intérprete a composição da música, por meio da “máquina” que inventei, pelo jogo das possibilidades combinatórias, que ela lhe permite, dos dados da “programação” estabelecida por mim (MENDES, 1994, p. 84-85).

A música “absolutamente” controlada pelo texto, a “receita” de composição ou a “máquina” de fazer música poderiam, em um primeiro momento, dar a entender que *Blirium* é mero exercício de submissão a um conjunto de regras restritas pré-estabelecidas. Faz-se necessária, portanto, uma aproximação mais cuidadosa da obra, que traga à tona a complexidade envolvida na criação de Gilberto Mendes. Nos parágrafos seguintes, dedicaremos algumas palavras às instruções contidas na partitura de *Blirium C-9*.

Anteriores ao momento em que verifica o relógio e inicia a execução da música, algumas decisões precisam ser tomadas pelo intérprete a partir das orientações do compositor. Dentre elas, a primeira questão que a partitura propõe é a escolha dos instrumentos. *Blirium C-9* pode ser executada para: a) 1, 2 ou 3 teclados (1 órgão, 3 pianos, cravo e acordeon, etc), b) 3, 4 ou 5 instrumentos da mesma família ou c) para as versões a) e b) mais (no máximo) 6 instrumentos de timbres diferentes. Somados aos instrumentos escolhidos, podem ser incluídos instrumentos de percussão de sons indeterminados ou, ainda, para as versões a) e b) o intérprete pode gravar em *playback* uma ou duas execuções e utilizá-las como acompanhamento para a execução ao vivo.

Escolhidos os instrumentos, o procedimento do relógio determinará a o plano melódico a partir dos grupos de notas indicados pelo ponteiro. Caso o ponteiro indique a repetição do último ou penúltimo grupo, o intérprete deve passar para o grupo seguinte, o que ressalta a preocupação do compositor com a exploração de possibilidades diversas pelo executante, presente em vários momentos da partitura.

Ainda tratando do plano melódico ou das tessituras, Gilberto Mendes oferece outras explicações sobre quando seria possível acrescentar uma nota ou grupo de notas escolhidos previamente na sequência dos grupos indicados pelo ponteiro. Detém-se também, e com particular atenção, a oferecer instruções sobre as transições entre os grupos.

Algumas possibilidades para estes momentos de transição, que tem duração indeterminada no tempo, podem ser o silêncio ou o prolongamento das últimas ou todas as notas do grupo executado até o início do próximo. Outra via possível é o uso de citações musicais, concebidas como fragmentos de qualquer música que o intérprete desejar, podendo ser preparadas antecipadamente ou improvisadas no momento da execução. Estes fragmentos podem vir de absolutamente qualquer música, de qualquer época, lugar ou estilo e os trechos podem ser tocados isolados, desde que irregulares e incompletos, ou rearranjados. "A citação, porém, deve ser sempre perfeitamente reconhecível", enfatiza Gilberto Mendes (1969, p. 2) na partitura. Ainda é permitida a realização de um improviso sobre quaisquer notas durante uma transição toda ou num corte entre as citações, o que o compositor denomina, na partitura, como momento de "liberdade descontrolada".

No que se refere ao plano rítmico, o instrumentista precisa realizar um trabalho preliminar à execução da peça: deve desenhar previamente cinco linhas horizontais

de mesmo tamanho em no mínimo três folhas separadas, sendo que cada uma destas linhas corresponderá ao tempo a ser utilizado para tocar cada grupo de notas obtido através da verificação do ponteiro do relógio. Sobre as linhas, o intérprete sinalizará os pontos, distanciados de forma periódica, aperiódica ou mista, em que serão atacadas as notas, acordes, clusters ou glissandos.

A partir daí, deverão ser desenhadas linhas verticais cortando as horizontais em nove partes iguais. A partitura esclarece que cada parte equivalerá a uma pulsação e que o intérprete deverá acompanhar estas pulsações visualmente durante a execução, sem, no entanto, contar tempos:

As barras verticais controlam seu deslocamento no tempo-espço sem que ele deva perceber. Sem preocupação de erro e sem pressa, procurando manter igualdade nesse deslocamento, o instrumentista demora o tempo necessário para entender e realizar as pontuações e demais indicações. A métrica visada não é a escrita. Da demora ou rapidez com que forem encontradas as notas do grupo indicado pelo ponteiro e da precisão ou indecisão na realização das pontuações, resultará a complexidade e elasticidade rítmica, a métrica real: uma microdivisão aleatoriamente obtida (MENDES, 1969, p. 3-6).

Também as dinâmicas devem ser marcadas previamente nas linhas horizontais e o andamento, escolhido entre as possibilidades lento, moderato e rápido, será sempre uma aproximação a partir das barras verticais, percebidas à medida que as linhas horizontais são seguidas visualmente em sua extensão, já que os tempos não estão sendo contados ou controlados pelo intérprete.

Some-se a estes parâmetros, esboçados aqui de maneira sintética, o que o compositor chama de plano de escolha livre, que consiste em algumas possibilidades de atuação, como, por exemplo, uso de pedal, notas presas, legato, a serem usadas como válvula de escape e relaxamento ao longo da execução, desde que observada a necessidade de variação e contraste nas escolhas.

Se, em uma primeira mirada, o detalhamento e o rigor das instruções parece antecipar uma composição engessada, fixada pela previsão na partitura, em seguida o que se apresenta é a porosidade destas mesmas instruções, o papel determinante do acaso, as possibilidades de escolha entre variáveis múltiplas, a métrica imprecisa, o andamento aproximado, a indeterminação alcançando todos os elementos da obra.

A partitura resiste a nos mostrar *Blirium*, que escapa a toda e qualquer meteorologia, a todo e qualquer sentido/destino dado *a priori* e pulsa somente ali onde a obra se revela imprevisão. A cada interpretação, *Blirium C-9* é uma nova música, clarão que se faz somente no instante em que é tocada.

No documentário “*A Odisseia Musical de Gilberto Mendes*”, de 2006, vemos o compositor declarar que *Blirium* é uma peça que não existe, abrindo caminho para que possamos arriscar articulações com o conceito de utopia, tal qual aparece no pensamento de Ernst Bloch.

Bloch é o que Russell Jacoby (2007) denomina de utopista iconoclasta, em oposição aos teóricos da utopia projetista. Enquanto estes últimos estariam preocupados em prescrever o futuro, revelando, frequentemente, planos que tenderiam mais à dominação do que à liberdade, o pensamento dos teóricos iconoclastas se recusaria a descrever ou apresentar medidas precisas para uma sociedade vindoura, afastando-se das previsões de um por vir ideal. Jacoby chega a afirmar que, para os iconoclastas seria possível “ouvir” o futuro, mas não vê-lo” (JACOBY, 2007, p.17). Portanto, ainda que o anseio e o empenho pela afirmação da potência utópica se façam presentes em suas produções, nelas o futuro não seria reduzido a um semblante visualizável; ao invés de determinar o rosto do que virá, manteriam seus ouvidos abertos às suas vozes.

A potência utópica de *Blirium* reside justamente na impossibilidade de reduzi-la à imobilidade de uma imagem antecipada. Porque não pode ser prevista, a peça faz tremer, no clarão que abre em nossa experiência do tempo, a visibilidade do instante seguinte. As visões do futuro vacilam e mostram-se não mais do que redes de pré-visões. Ali onde se via destino, suspende-se o sentido e escancara-se o desamparo.

A indeterminação presente na obra, assim, acaba por remeter à indeterminação mesma que nos constitui. Aqui, cabe trazermos a psicanálise à discussão na tentativa de situar de que se trata essa porção de indeterminado que nos sustenta.

Em “*Pulsões e destinos da pulsão*” (1915/2015), Freud já afirma que o objeto “É o que há de mais variável na pulsão, não estando originalmente a ela vinculado [...] Pode ser substituído incontáveis vezes no decurso dos destinos vividos pela pulsão [...]” (p.25-27). Em outras palavras, diferente do instinto e sua disposição determinista, a pulsão pode se ligar a qualquer objeto, sendo, de saída, indeterminada.

Qualquer objeto é também nenhum objeto; que o objeto da pulsão seja indiferente aponta para o fato de que se trata de um objeto impossível. Para este objeto, Lacan dará o nome de objeto *a* e dele dirá: “[...] é apenas a presença de um cavo, de um vazio, ocupável, nos diz Freud, por não importa que objeto, e cuja

instância só conhecemos na forma de objeto perdido, a minúsculo.” (LACAN, 1964/1998, p. 170).

O objeto *a* é resto irreduzível da operação de entrada na linguagem, um resíduo não assimilável, sempre a se esquivar da captura especular. Este objeto-enigma resiste, também, a qualquer atribuição de sentido/destino, insistindo em denunciar a precariedade e a arbitrariedade do lugar que o Outro nos reserva. Assim, podemos aproximá-lo de *Blirium* e sua potência utópica, pois em ambas às invenções (a musical e a psicanalítica) é a responsabilidade pelo por vir que se coloca em questão.

É também sobre as potencialidades do instante que Bloch nos fala, ao defender a ideia de um ainda-não-consciente: “Isto é: aquilo que ainda é relativamente inconsciente, visto pelo seu outro lado, o lado voltado para a frente, não para trás” (1959/2005, p.21). Segue o autor:

Não se trata de um mistério que subsiste, apenas, por exemplo, para o entendimento insuficiente [...], mas trata-se daquele mistério real que ainda é a questão do mundo para si mesmo, e para cuja solução ela mesma está em processo e a caminho. Assim, o ainda-não-consciente no ser humano efetivamente faz parte do que-ainda-não-veio-a-ser, do ainda-não-produzido, do ainda-não-manifestado no mundo. (BLOCH, 1959/2005, p.23)

A arte, para Bloch, estaria na linha de frente deste processo, constituindo-se em uma aposta no eterno indesignável do vir a ser. O filósofo confere especial destaque à potência utópica da música, concebendo-a como o *medium* estético que expressaria do modo mais puro e imediato o elemento utópico que fermenta latente no mundo (MÜNSTER, 1997).

Ao criar, entre os volteios da partitura, uma música que não existe, uma não música, Gilberto Mendes se aproxima deste não lugar que a utopia propõe e deste não objeto que a psicanálise conceitua e o faz a partir da materialidade sonora, que talvez se preste particularmente a esta função.

Nas palavras de Bloch (1959/2006a, p. 379): "O som paira, não está claro onde se localiza. Do mesmo modo, não fica bem nítido o que expressa". Ainda sobre o som, o autor discorre: "Algo está faltando; ao menos essa falta o som expressa com clareza. Ele próprio contém algo obscuro e sedento de si mesmo; ele se move como um sopro e não está assentado num certo lugar, como a cor." (BLOCH, 1959/ 2006b, p. 143).

O som se move; a música que não existe faz mover. Sobre sua composição, Gilberto Mendes (1994) discorre:

Não ambicionei ser o autor da música, mas sim de um mecanismo pelo qual a música pudesse ser feita. De uma complexidade simples, se me permitem o paradoxo, porque é uma obra engenhosa – todos os parâmetros explorados minuciosamente – trabalhosíssima para o intérprete, e ao mesmo tempo extremamente simples em sua concepção e realização final (MENDES, 1994, p. 92).

Através de *Blirium*, move-se a margem que separa intérprete e compositor, explicitando o ato criativo inerente a toda interpretação. Gilberto Mendes desestabiliza, desta forma, arraigadas concepções sobre autoria. O compositor comenta, sem perder o humor:

Quando *Blirium* é magnificamente realizada, não posso dizer: que bela obra eu compus! Na verdade, o autor é o intérprete. Meu mérito está em que ele não poderia ter criado a obra sem a minha, poderíamos comparar, maquininha de filmar. Ele fez o filme, com a máquina que construí. [...] Mas tudo tem suas compensações; se a obra soar muito mal, posso dizer que o responsável é o intérprete, não fui o compositor [...] (MENDES, 1994, p. 85).

O intérprete, apesar de guiado pelas instruções do compositor, se depara com o abismo abaixo de seus pés ao não encontrar, na partitura, a música pré-determinada. A experiência de execução de uma obra como *Blirium C-9* é, antes, experiência de invenção: rede relacional tecida a cada interpretação, que surge no instante fugidio do tempo e logo desaparece, de volta à sua forma de pura potência, máquina de raios.

Sem podermos situar *Blirium* em definitivo ao lado do compositor ou do intérprete, da partitura ou do momento de execução, podemos pensá-la como habitando, mesmo que de forma evanescente, este entre um e outro. Se retomarmos a aproximação com o conceito de objeto *a*, temos aí a definição de algo que cai no encontro com o Outro, de um vazio no Outro que acaba por sustentar a força desejan-te do sujeito, movendo-o.

Algo desta possível força motriz de *Blirium* talvez tenha influenciado em sua recepção no mundo musical, pois, apesar dos desafios que a peça impõe, Gilberto Mendes afirma que esta foi bem acolhida pelos intérpretes, tanto no Brasil, quanto no exterior. Sobre a percepção junto aos ouvintes, o compositor comenta:

É também de fácil comunicação com o público, apesar de ele poder estranhar sua composição pela simultaneidade de módulos em nove tempos, indicadas pelo ponteiro de segundos de um cronômetro – ou relógio de pulso – em sua modalidade “C-9”, ou por um regente em “A-9”. Mas o ouvinte vai se interessar pelos dados semânticos, que são as citações de músicas de todo tipo, em meio à rígida estruturação atonal (MENDES, 1994, p. 92).

A despeito de encontrar algum abrigo nas citações musicais permitidas, uma peça com o grau de indeterminação de Blirium inegavelmente faz mover, também, algo no ouvinte. Como afirma Terra (2000):

A obra indeterminada propõe uma multiplicidade de percursos, em lugar do desenvolvimento unidirecional da música tonal. Sugere a ideia de um labirinto. As formas móveis colocam para o ouvinte a necessidade de uma mudança de escuta. Desprovido dos pontos de apoio que orientavam sua percepção de processos sonoros no tempo, o ouvido precisa acompanhar percursos que se desenvolvem em múltiplas direções [...] (TERRA, 2000, p. 139)

Finalmente, pode-se dizer que a série Blirium também repercutiu na trajetória do próprio Gilberto Mendes, uma vez que será a partir desta obra que se prenunciará a convivência entre o campo tonal e atonal que marcará a fase posterior de sua produção composicional, como conta o próprio compositor:

A observação minuciosa que fiz, nesta peça, do comportamento das citações tonais/modais permitidas em meio ao resultado atonal da indicação aleatória das notas de fundo (feita pelo ponteiro de segundos de um cronômetro) me fez compreender como tranquilamente possível uma convivência do tonal e do atonal na mesma música; compreender o universo atonal como uma extensão do universo tonal, ao longo do fenômeno acústico da ressonância. O que me levou a escrever obras dentro dessa minha nova concepção, e não mais aleatórias, como Vento Noroeste e outras que se seguiram. Concepção que devo à minha experiência fundamental em *Blirium* (MENDES, 1994, p. 197).

A incursão na música experimental radical foi, portanto, fundamental para possibilitar os caminhos que seu trabalho tomara. A perseguição do signo novo, levada às últimas consequências nas experiências de Gilberto Mendes com a aleatoriedade, acabou abrindo espaço para a criação de vias imprevistas em seu percurso.

Sobre seu estilo, Gilberto Mendes afirmou: “Na verdade meu estilo é uma técnica in progress. A cada nova peça, quando necessário, eu desenvolvo uma outra técnica, específica para os problemas e ideias que essa nova peça me apresenta, mas que também enriquecerá a técnica geral básica” (MENDES, 2008, p. 121). O compositor foi desenvolvendo, assim, com os ouvidos atentos às particularidades de cada instante e de cada peça, uma produção plural e, ao mesmo tempo, singular. Suas obras invocam diferentes estilos, épocas, culturas, cenários; são chamados insubordinados e pulsantes, resistentes a qualquer significação definitiva que lhes tente amarrar.

## REFERÊNCIAS

- BLOCH, E. (1959). *O Princípio Esperança*: vol. 1. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005.
- BLOCH, E. (1959). *O Princípio Esperança*: vol. 2. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2006a
- BLOCH, E. (1959). *O Princípio Esperança*: vol. 3. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2006b
- FREUD, S. (1915). *As pulsões e seus destinos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- JACOBY, R. *Imagem Imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LACAN, J. (1964). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- MENDES, G. *Uma Odisséia Musical: dos mares do Sul Expressionista à Elegância Pop/Art Déco*. São Paulo: EDUSP: Editora Giordano, 1994.
- MENDES, G. Apresentação. IN: TERRA, V. *Acaso e aleatório na música: um estudo da indeterminação nas poéticas de Cage e Boulez*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2000.
- MENDES, G. *Viver sua música: com Stravinsky em meus ouvidos, rumo à avenida Nevskiy*. Santos: Realejo Edições; São Paulo: EDUSP, 2008.
- MENDES, *Carlos de Moura Ribeiro. A Odisseia Musical de Gilberto Mendes*. Berço Esplêndido Produções, 2006. (Documentário).
- MENDES, G. *Blirium C-9*. São Paulo: Ricordi, 1969. (Partitura)
- MUNSTER, A. *Utopia, messianismo e apocalipse nas primeiras obras de Ernst Bloch*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997
- TERRA, V. *Acaso e aleatório na música: um estudo da indeterminação nas poéticas de Cage e Boulez*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2000.

## **BLIRIUM: MUSIC AND GLARE**

### **ABSTRACT**

From the piece Blirium, by the Brazilian composer Gilberto Mendes, and in particular its Blirium C-9, we explore, in this article, some points of articulation between the use of indeterminacy in experimental classical music, utopia as elaborated in the work of philosopher Ernst Bloch and the psychoanalytic concept of object *a*.

**KEYWORDS:** music, indeterminacy, utopia, psychoanalysis, object *a*.

## **BLIRIUM: MUSIQUE ET REFLETS**

### **RÉSUMÉ**

A partir de la pièce Blirium, du compositeur brésilien Gilberto Mendes et, en particulier dans la forme Blirium C-9, nous avons cherché à explorer dans cet article, certains points d'articulation entre l'utilisation de l'indétermination dans la musique classique expérimentale, l'utopie comme est établi par le philosophe Ernst Bloch et le concept psychanalytique de l'objet a.

**MOTS-CLÉS:** musique, indétermination, utopie, la psychanalyse, l'objet a.

*Alain Didier-Weil, juillet 2016.*

Recebido em: 10-03-2019

Aprovado em: 10-04-2019

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

[revista@psicanaliseebarroco.pro.br](mailto:revista@psicanaliseebarroco.pro.br)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

[www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php](http://www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php)

# ALLER À LA RENCONTRE D'HILDEGARD DE BINGEN...

*Corinne Calvet Curbaille*<sup>1</sup>

## RÉSUMÉ

Aller à la rencontre d'Hildegard de Bingen, c'est aller à la découverte d'une singularité qui tente de se dire tout en s'extrayant par l'emploi d'une production, faisant œuvre multiple, de ce qu'elle nous annonce comme une certaine vérité sur sa jouissance féminine. Il faudra revenir sur une production artistique peu commune brodée autour d'une rencontre avec un bout de réel. Elle va employer les éléments du savoir transmis et les mettre au service d'une cause divine, pour elle, et faire résonner pour nous ce qui de sa chair s'est épris de l'Autre dans cette lettre vivante et centrale au cœur de son écriture. L'hypothèse à ce travail se plait à interroger la jouissance féminine. « Cette jouissance qu'on éprouve et dont on ne sait rien, n'est-ce-pas ce qui nous met sur la voie de l'ex-sistence? Et, pourquoi ne pas interpréter une face de l'Autre, la face Dieu, comme supportée par la jouissance féminine? » (LACAN, 1975, p 71).

**MOTS-CLÉS:** Féminin, jouissances, création, objet voix, *sinthome*.

---

<sup>1</sup> Psicóloga e Psicanalista. Trabalha há mais de 17 anos em um serviço de psiquiatria adulto no Centro Hospitalar de Béziers (França). Membro da Associação da Causa Freudiana na região francesa Languedoc Roussillon. Mestre desde 2013 em Pesquisa e Estudos Psicanalíticos e Estéticos pela Universidade Paul Valéry (França). Endereço de correspondência: 17 rue Henri Pégoud 34500 Béziers, France. Endereço eletrônico: curbailecalvetc@aol.com

« Il me semble que nous apprenions quelque chose de l'art, quand nous éprouvons ce que voudrait désigner le mot solitude » (BLANCHOT, 1955, p. 13)

« Le réel, dirai-je, c'est le mystère du corps parlant, c'est le mystère de l'inconscient. » (LACAN, 1975, p. 118)

C'est par les ondes, radiophoniques celles de « *France Musique* » que j'ai été initiée à la vie de ce personnage d'Hildegarde de Bingen. Quelques mots ont fait mouche pour moi qui suis intéressée par « *Le génie féminin* ». C'est ce titre que Julia Kristéva avait choisi pour nommer une série de 3 ouvrages dédiés à des personnalités fortes; Hannah Arendt, Mélanie Klein et Colette. Ouvrages dont la lecture est conseillée pour ceux et celles qui aiment les lectures éclairées.

Il était question dans cette émission d'histoire de la musique, de la singularité de cette femme qui fût l'une des premières à se lancer dans l'écriture musicale au 11<sup>ème</sup> siècle. De nombreux éloges couraient à son sujet concernant son érudition, une voix décidée par une volonté de transmettre sa connaissance de l'homme, de la nature et de l'univers céleste qui lui ont fait dépeindre une véritable cosmologie. Une connaissance du domaine de l'homme et de la nature comme fruit de sa rencontre avec « le divin ».

Cette œuvre d'Hildegarde de Bingen fera l'objet dans une temporalité très éloignée d'elle de plusieurs siècles, d'une reconnaissance de ses pairs et lui vaudra une nomination émérite en 2012, celle de Docteur de l'église. Quatrième femme à qui aura été décerné ce titre honorifique après Catherine de Sienne, Sainte Thérèse d'Avila et de Thérèse de Lisieux.

Ce titre honorifique posthume vient nous rappeler quelques petites choses liées à la place des femmes au moyen âge.

En son temps, les femmes ne sont pas autorisées à dispenser un enseignement public. Rebecca Lenoir, à qui on doit une belle traduction des lettres d'Hildegarde de Bingen, nous le rappelle. Il semble que si Hildegarde de Bingen a pu transmettre « les fruits de sa passion » tant par une parole soutenue que par une volonté incessante d'écrire, c'est qu'elle a su très tôt qu'elle n'échapperait pas à l'autorité des pères de son église. Cette connaissance de l'ordre phallique de son monde lui a permis de s'entourer de pair mais aussi de demander une protection et une reconnaissance aux plus grands de son monde, comme Bernard de Clairvaux sous qui elle va placer « sa liberté de parole ». Elle peut poursuivre ainsi sa recherche divine tout en produisant les fruits de sa connaissance: ce savoir y faire révèle un choix existentiel orienté et nourri d'une grande solitude. Ce franchissement de la règle avec un certain savoir y

faire avec les jouissances et le désir, étançons du sinthome lui permettra de mieux résister à des moments cruciaux de sa vie de bénédictine et de femme.

D'autre part, un autre nom lui sera donnée au 20<sup>ème</sup> siècle dans cette appellation de « mystique ». Ce nom de mystique n'est apparu qu'au 17<sup>ème</sup> siècle. C'est plutôt au « mystère » qu'aurait été associé le nom de cette femme de son vivant. Ces deux noms, docteur de l'église et mystique, de l'après coup n'auront pas eu d'effets sur elle car elle n'aura pas eu le loisir de les entendre.

Mais ce terme de « mystique » nous intéresse quand même car c'est celui que choisit Lacan pour introduire une pluralité des jouissances.

Dans son séminaire « *Encore* » une Autre jouissance apparaît qui n'est pas seulement liée à la sexualité où règne la loi phallique. Cette loi dite phallique est aussi celle qui fait de tous, hommes et femmes, des êtres parlant. Pour Lacan, c'est la rencontre entre la langue et le corps qui exile le sujet humain de la complétude sexuelle dont nous avons, dans l'éthologie, une représentation en une image fixe celle de l'instinct associé à la reproduction animale. Cette loi phallique vient rappeler l'impossible rapport sexuel mais aussi, médiatiser par le manque de l'objet adéquat, les relations amoureuses et désirantes entre les partenaires du couple.

Si cette loi phallique borde la rencontre pour le sujet avec le réel du partenaire sexuel, il persiste une part d'étrangeté et de différence – une part d'éprouvé – qui échappe à sa traduction. C'est ce reste qui vient en plus d'un manque pour certain sujet ouvrir un champ Autre à la jouissance. Non référée à la médiation sexuelle, cette Autre jouissance, n'entre pas dans le système des échanges signifiants, elle n'est pas pour tous et toutes, ce qui fera dire à Lacan (1975, p. 73) que, c'est du côté femme, de la bisexualité psychique (voir le tableau de la sexuaction dans le séminaire « *Encore* ») qu'elle s'éprouve.

Pour une femme, déjà divisée par le signifiant, cette occurrence de jouissance la déporte en un lieu coupé d'elle-même -dans le sens de la représentation du soi – et ouvert sur une contigüité du passage que l'on pourrait comparer, par analogie seulement, aux règles Freudiennes en vigueur pour l'inconscient (pas de temporalité, pas de système d'opposition). Ces questions sont traitées très finement par une psychanalyste, Rose Paule Vinciguerra dans son ouvrage « *Femmes Lacaniennes* ». Si le féminin ne s'inscrit pas, s'il ne se transmet pas, par contre il ouvre à la créativité. En effet, il ouvre à une poétique vive du corps et de la langue et peut faire de l'imaginaire un allié pour traiter les maux du réel.

Le signifiant, lui-même, s'il reste lié aux premières satisfactions de la création de la substance jouissante intraduisibles mais constitutives de ce premier impact dont j'ai parlé entre la langue et le corps, il est aussi le garde-fou du sujet. Selon le choix de structure du sujet, c'est-à-dire de son consentement ou non à se « laisser mordre » par le signifiant, en acceptant la perte irréductible qui lui est liée mais aussi en se laissant convoquer à des jouissances partielles et infimes voir hypothétiques, quelque chose d'une quête désirante pourra se dérouler et s'étayer de la chaîne parlée. La structure existe donc toujours pour l'humain, qu'il ait accès à la parole ou qu'il soit en passe d'y parvenir, pour peu qu'il y consente. La singularité du sujet viendra en ponctuer le style et, de ce fait, il ne peut y avoir de hiérarchie de structure. Il n'y a que des modes d'opérer différents face aux jouissances du réel, des modes symptomatiques de l'existence humaine. Toujours la structure donc, la névrose, la psychose et la perversion qui se décline mais avec un en plus qui pour certaine s'éprouve du reste. Ce reste, qui a des effets singuliers, opère pour le sujet qui s'y risque à un éprouvé d'une jouissance sans nom et sans loi. L'art du sujet s'y trouve convoqué, toute structure confondue, dans le retour, à se reconstituer comme corps jouissant sans aucun repère valide. Le non-sens du symbolique, la désorientation de l'imaginaire et la part du réel dévoilée oblige quelque part le sujet à s'y trouver avec ses propres limites. Livré donc à sa création intérieure – seule « *Barrière contre le pacifique* », pour citer un auteur, Marguerite Duras qui n'aura eu de cesse de s'y employer par une écriture hors norme, dont on ne pourra jamais dire qu'elle est de quelqu'un d'autre –, le sujet va s'employer, parfois avec le partenaire qu'il choisit son psychanalyste, à inventer sa propre solution de vie, son sinthome qui est aussi cette lettre dont Lacan parle, qui nous revient de l'Autre et dont on ne peut lire qu'une partie et se laisser éprouver dans sa lecture.

Ainsi, nous voyons que la psychanalyse, qu'elle soit « appliquée », c'est-à-dire celle qui se supporte de l'hypothèse du sujet de l'inconscient, en accroche les effets produits dans le monde des échanges sociaux (production de signifiants et d'objet hétéroclite) où qu'elle soit en « acte » pendant la cure où comme le dit Lacan « la psychanalyse est à réinventer », elle parle de la singularité de chacun et, pour nous, ici de cette rencontre avec cette femme, perdue pour notre siècle, mais qui n'a pas été avare dans ses tentatives de trouver des solutions et qui a laissé des traces de son symptôme de vivante.

Ce personnage historique d'Hildegarde de Bingen va nous éclairer sur les divisions de sa subjectivité et surtout sur son originalité à traiter cette énigme pour une femme « d'être autre à elle-même ». Il ne saurait être question d'embrasser la totalité de l'œuvre « Hildegarde de Bingen », mais plutôt de forcer un trait plutôt qu'un autre de sa formidable énergie de vouloir exister.

Nous pouvons dire que sa curiosité et son don prolifique pour la créativité laissent des témoignages majeurs de son passage sur cette terre. Une terre partagée avec nous certes mais une terre étrangère. N'étant pas historienne, je ne vais pas rentrer dans une exploration de ce temps, fort intéressant d'ailleurs, celui du moyen âge, mais plutôt me contenter de me référer à quelques écritures, les siennes et celles de Régine Pernoud en me laissant guider par ma propre lecture mais aussi en prenant un appui sur le film allemand « *Visions* » de Margarethe Von Trotta.

Tout d'abord, quelques éléments biographiques et repères du quotidien de la vie de cette femme.

C'est donc au moyen Age, en 1098 que vient au monde Hildegarde de Bingen, en Allemagne du Sud-ouest.

A 8 ans elle est amenée par ses parents au monastère du Disibodenberg pour y être éduquée par la recluse Jutta Von Spanheim.

De la période de l'enfance plusieurs choses nous sont dites dans les témoignages d'Hildegarde.

D'abord, elle se présente comme ayant été mise, dès 3 ans, en présence d'une source de clarté: « j'ai vu une telle lumière que mon âme en a été ébranlée, mais à cause de mon enfance, je n'ai rien pu en dire. » (PERNOUD, 2013, p. 14-15)

A 5 ans, « Vois donc le joli petit veau qui est dans cette vache. Il est blanc avec des tâches au front, aux pieds et au dos. » (PERNOUD, 2013, p. 15) A sa naissance, le veau était tel qu'elle l'avait dit. Elle va se rendre compte que ses perceptions du monde restent étrangères aux autres, sa nourrice, ses parents, ses frères et sœurs (elle est la dixième enfant du ménage).

A 8 ans elle va « être donnée à Dieu » et baigner dans l'éducation religieuse. Dans le film « *Vision* » cette scène du don est traitée d'une façon exemplaire. L'enfant ne peut rien dire. Elle est déjà devenue la fille de sa mère de substitution. Juste un petit cri, « reste étouffé », de cette scène traumatique du départ de ses parents.

L'ordre monastique de Saint Benoit qui « prône la recherche de dieu » est devenu le quotidien de cette enfant, aux prises avec ses jouissances et une santé

précaire ; « J'ai ignoré beaucoup de choses de la vie extérieure, car j'ai été souvent malade depuis le temps où ma mère m'allaitait et plus tard, ce qui nuisit à mon développement et m'empêcha de prendre des forces » (PERNOUD, 1995, p. 14).

A la majorité, après 12 ans, elle décide de prendre le voile. Et, selon la règle Bénédictine elle sera, elle aussi, une recluse comme l'a été sa mère de substitution.

A côté de l'enfermement qui est son quotidien, rythmé par la vie liturgique, elle traverse des périodes de maladies dont on ne sait rien et qui font dire à son biographe: « Parce que les vases d'argile s'éprouvent dans la fournaise et que le courage se perfectionne dans l'infirmité, les douleurs de santé ne lui manquèrent pas et se manifestèrent presque dès la petite enfance, nombreuses et quasi continuelles, de sorte que, dit-elle, elle se tenait rarement sur ses pieds » (PERNOUD, 1995, p. 17).

Elle reste sujette aux « éclairs du réel » ainsi qu'à ces moments où « le corps ne tient plus ». Elle va finir par parler de son vécu intime avec Jutta qui lui offrira la possibilité de se faire aider, conseiller, mais aussi concrètement d'être secondée dans l'écriture de ce vécu intime par un moine qui va l'accompagner de nombreuse année, Volmar. Une lettre écrite à Bernard de Clairvaux, nous renseigne sur les liens ténus entre la division subjective et les effets salvateurs d'une parole possible : « Par moments, parce que je me tais sur ces visions, je reste terrassée sur mon lit par des lourdes infirmités qui m'empêchent de me lever » (DE BINGEN, 2007, p. 44).

A 38 ans environ, en 1136, Jutta meurt et les religieuses élisent Hildegarde comme abbesse. Dans le film, romancé certes, on voit d'un peu plus près la vie des recluses. Cette nomination d'abbesse est montrée dans le film. C'est Jutta qui lui demande d'abord de lui succéder. Hildegarde ne l'acceptera que soumise au vote de ses sœurs comme le veut la règle.

On ne sait pas grand-chose au fond de cette relation entre Jutta, cette mère « du savoir » et Hildegarde. Ce qu'il est relaté dans ses témoignages c'est sa grande curiosité qui on fait d'elle une élève attentive et douée. Est-ce pour romancer le film? Mais il y est question d'une autre sœur, amie d'Hildegarde, entrée jeune, elle aussi, au monastère qui voit dans cette nomination une part de l'amour convoité s'en aller vers une autre.

Ce savoir que lui transmet Jutta est un savoir y faire avec les moyens qui permettent de poursuivre une recherche « vers dieu ».

## *Aller À La Rencontre D'hildegard De Bingen...*

Les biographes d'Hildegarde racontent qu'elle lui apprit les psaumes ainsi qu'à jouer du décacorde, l'instrument dont on s'accompagnait alors pour les chanter... toute éducation commence par le chant, et par le chant des psaumes ; « apprendre à lire » se dit « apprendre le psautier »... Jutta avait quelque peu négligé l'enseignement de la grammaire, portant son attention avant tout sur les textes eux-mêmes (PERNOUD, 1995, p. 16).

L'apprentissage de la langue liturgique est avant tout donc une pratique de la langue chantée. En fait, si le psautier est le même pour tous et toutes c'est la modulation de la voix qui va venir opérer une petite différence mais c'est surtout la jouissance de la langue qui va soutenir le souffle ; les petites coupures, les tressautements, les envolées... Ce que l'on appelle aussi la tessiture de la voix. Ce mot de tessiture est intéressant car il nous ramène par sa définition au tissu. Cette définition nous donne quelque chose à entendre du côté de l'habillage du vocable interdit qui reste lui inaudible. La métaphore du tissu ouvre à celle du signifiant, du trou de structure et du maillage de la chaîne parlée avec le symbolique, l'imaginaire et le réel. Il est aussi une référence presque tactile au semblant qui nous identifie et trait du réel. On parle aussi du « grain de voix » qui n'est pas sans rappeler le grain de la peau. La chair et le corps sont intimement liés.

Quelques mots peut-être pour éclairer cette pratique journalière rituelle et affirmée de cette langue chantée:

On sait à peu près comment se passe la vie des moniales bénédictines... leur journée est marquée par les heures canonicales... la nuit est interrompue par l'office de matines. Celles-ci sont chantées peu après minuit. Le moment de l'aurore, c'est-à-dire du lever du soleil, est pour moines et moniales celui du chant des laudes, qui suit l'office de prime (première heure) ; vient ensuite généralement la célébration de l'eucharistie, la messe, après laquelle dans la plupart des couvents a lieu le petit déjeuner ; puis vient l'office de tierce, dont le nom désigne la troisième heure après le lever du soleil (8 à 9 heures selon les saisons), et un temps de travail jusqu'à l'heure de sexte (11h ou midi), que suit le repas. Le temps est libre ensuite jusqu'à l'heure de la none, la neuvième (généralement 14 ou 15 heures), où l'on reprend le travail, manuel ou intellectuel, collectif ou individuel ; l'heure de vêpres désigne l'office de fin de journée (18 à 19 heures), suivi du repas du soir et d'un temps libre, la récréation, généralement pris en commun. Souvent à lieu ensuite une réunion en chapitre, toutes les religieuses rassemblées en présence de l'abbesse; après quoi, au soleil couchant, c'est le dernier chant de l'office celui de complies; le silence doit alors régner pour permettre le repos de toutes. Au fil de ces diverses heures, l'ensemble du psautier-les cent cinquante psaumes- aura été chanté dans l'ensemble de la semaine (PERNOUD, 1995, p. 17).

A 43 ans, en 1141, quelques années après la mort de Jutta, Hildegarde va entendre cet ordre auquel elle se pliera désormais au nom de la révélation qui lui a été faite sur le sens de sa vie; « Ecris ce que tu vois et ce que tu entends! » (DE BINGEN, 2011, p. 13).

Dans les années qui suivirent il est à noter l'arrivée d'une jeune moniale, Richardis. Cette dernière va devenir la fille spirituelle d'Hildegarde de Bingen. Une affection profonde va les unir. La mère de Richardis, Marquise de Stade, va aider Hildegarde à s'installer avec les religieuses dans un nouveau lieu, voulu par l'abbesse, au grand dam des prêtres. Le film fait état d'une grossesse qui aurait suscité le choix, pour l'abbesse, d'éloigner du monastère des frères, les religieuses et vivre recluses entre femmes.

Durant les années qui s'écoulaient de 1147 à 1150, les religieuses suivent l'abbesse dans leur nouvelle installation au Rupertsberg. Cette nouvelle implantation va susciter des critiques fortes intramuros ainsi que de la part des institutions cléricales.

De son fantasme venu tisser l'abandon de l'Autre à l'appel à « Un père », et de la place métaphorique du chant et de la parole musicale quelque chose nous en sera dit lors d'un événement qui va venir troubler sa construction de sa subjectivité.

Dans les années 1178 ses pairs vont lui refuser le droit de continuer à entretenir cette place quasiment « onirique » de sa pratique du chant dans la vie liturgique. Il faut s'arrêter sur ce moment dans la mesure où nous avons vu que pour Hildegarde de Bingen, le chant, est comme une parole d'accueil du jour, de la nuit... de toutes ces infimes différences qui font aussi l'étrangeté du lien signifiant à l'Autre. Elle va devoir résister à « cette mise à mort subjective » afin de poursuivre sa route de chercheuse du divin en toutes choses.... L'interdit du chant est relatif à un épisode de sa vie de labour de religieuse aux côtés des autres sans autre outil que sa foi.

Voilà ce que nous relate Rebecca Lenoir:

Le second conflit ne trouvera de solution qu'après la mort de Hildegarde. En 1178, les prélats de Mayence frappent le monastère de l'interdiction de chanter les offices pour avoir accepté de donner une sépulture chrétienne à un jeune noble excommunié, qui, avant de mourir, se serait réconcilié avec l'Eglise, mais en privé et non publiquement. Les chanoines de Mayence réclame l'exhumation du corps, mais Hildegarde refuse catégoriquement: elle fait bénir la tombe et aplanir son emplacement pour qu'elle ne puisse être découverte. (DE BINGEN, 2007, p. 33)

Il n'est pas vain, ici, de rapprocher Hildegarde de Bingen d'une autre femme, celle-ci née avec la tragédie grecque, chez Sophocle, Antigone. C'est elle que Lacan choisie comme figure féminine pour nous orienter à la fin de son séminaire sur ce qu'est pour lui « L'éthique de la psychanalyse » et la relation qu'elle entretient avec le réel via le désir. « *Antigone* nous fait voir en effet le point de visée qui définit le

désir... Cette image est pourtant au centre de la tragédie, puisque c'est celle, fascinante, d'Antigone elle-même » (LACAN, 1986, p. 290).

A la beauté du geste qui fait revenir et tient dans les bras d'une sépulture le corps d'un frère au sein de l'humaine condition, succède ce que Lacan vise dans l'ennoblissement du visage d'Antigone par ce trait de beauté. Cette fonction du beau, il va la placer au centre des enjeux pulsionnels d'où il énonce:

C'est dans la traversée de cette zone (qu'il relie plus haut à l'essence de la tragédie) que le rayon du désir se réfléchit et se rétracte à la fois, aboutissant à nous donner de cet effet si singulier, le plus profond, qui est l'effet du beau sur le désir... D'autre part, non réfracté, mais réfléchi, repoussé, son émoi, il le sait bien le plus réel. Mais là, il n'y a plus d'objet du tout (LACAN, 1986, p. 291).

Quelque chose de cette alchimie du vide et de la jouissance se trouvent à s'incarner chez Hildegarde ; comme un mouvement de bascule, une renégociation entre la vie et son au-delà ; de l'établissement des règles, d'une conscience de l'autre... L'interdit du chant va perdurer pour elle mais elle n'aura de cesse de s'y confronter.

Ce qui nous intéresse dans ce lien avec ce séminaire de Lacan c'est le moment où tout en nous faisant apparaître le visage d'Antigone, Lacan qui traitait peu de la musique fait référence alors à Aristote et déploie avec lui la fonction cathartique du passage par la musique et ses passions. « Mais tout le monde ne se met pas dans ces états d'enthousiasme... Ceux-là sont à portée d'être la proie d'autres passions, notamment la crainte et la pitié. Eh bien, à ceux-là aussi, une certaine musique, la musique, peut-on penser, qui est en cause dans la tragédie, où elle joue son rôle, apportera aussi une catharsis, un apaisement- par le plaisir et au-delà... » (LACAN, 1986, p. 288).

Hildegarde est donc réduite au silence. Mais elle va s'adresser aux maîtres, les pères de son église par une demande de recours en grâce expliquant ses visions et sa mission divine quelle veut servir plus que tout au monde. Elle va l'obtenir auprès des grands personnages de la chrétienté, comme Bernard de Clairvaux et le pape lui-même, Eugène III. Confortée dans ses actes et ses choix, cette reconnaissance du père et de ses pairs va s'étendre et elle va devenir une femme à qui peuvent s'adresser à leur tour, les grands de son monde et les autres. On va lui demander conseil en toute chose.

Son désir sera à nouveau contrarié car elle souhaite que Richardis reste auprès d'elle. En effet, elle vient d'être nommée abbesse d'un monastère de Saxe. Malgré les

demandes incessantes d'Hildegarde de Bingen auprès des instances cléricales et auprès de la famille de Richardis, celle-ci partira mais mourra un an après son départ en 1151. Jusqu'à son départ, elle assistera l'abbesse dans ses travaux d'écritures en partageant sa tâche de secrétaire avec Volmar. Voici quelques phrases d'une lettre d'Hildegarde à Richardis; « J'aimais la noblesse de votre comportement, la sagesse et la pureté de votre âme et de tout votre être. » (PERNOUD, 1995, p. 56)

Un amour, qui se veut total donc, pour l'abbesse à l'adresse de sa fille spirituelle. Hildegarde bénédictine mais aussi femme n'échappe pas au ravage maternel.

En 1165, Hildegarde de Bingen crée un nouveau couvent de l'autre côté du Rhin, au-dessus de Rüdesheim, à Ei bingen. De ce lieu elle en portera le nom. En ce lieu elle est aussi inscrite comme bâtisseuse.

Hildegarde de Bingen n'aura cessé d'écrire, tel que cela lui fût demandé. Elle laisse une contribution à la liturgie chrétienne abondante et détaillée. Elle a produit le premier ouvrage de médecine européenne. Elle a aussi composé une œuvre musicale dense, et respectée aujourd'hui par les musicologues. Elle a entre autre chose écrit un opéra, « *Ordo virtutum* », à partir d'une de ses visions. « On y voit agir les Vertus, personnifiés, le Diable, l'âme fidèle qu'il tente de corrompre, l'Humilité, la Charité qui la défendent, etc. » (PERNOUD, 1995, p. 165).

Cette mise en scène des conflits psychiques qui étreignent tout autant la femme que la bénédictine est approchée dans le film de Margarethe Von trotta. On y voit les sœurs déguisées qui jouent la division subjective des sentiments sous le regard aiguisé et critique d'une visiteuse peu encline à soutenir ce projet. Ce projet, cette écriture, cette mise en scène, élèvent les sentiments humains au-delà de ce que peut entendre un certain ordre de la pratique religieuse. « La place de Dieu » ne doit pas être corrompue par le narcissisme d'une seule. Au fond ce que nous aimons depuis la psychanalyse Freudienne c'est pourtant ce qui se révèle comme voilée dans un projet d'existence toujours singulier ; un trait identificatoire, un ennoblissement du corps, une jouissance du processus créatif lui-même... L'assurance de la psychanalyse se résume à ce que déplie Lacan dans son séminaire sur l'éthique ; rien ne saurait recouvrir le manque de structure, ni l'objet, ni une idéologie abstraite, voir même une croyance celle en l'amour même. Même s'il faut attendre son dernier enseignement pour que s'épuise les tentatives de faire du parlêtre une consistance autre qu'un nouage (LACAN, 2005).

Hildegarde va poursuivre sa route de vivante. Elle va voyager et prendre la parole pour Dieu; cette « bouche de dieu » comme on appelle cette « prophète » en son pays.

Elle va échanger une correspondance soutenue avec les grands de son monde mais aussi avec d'autres femmes, comme elle, vivant la parole divine dans leur chair. Femme des échanges donc, qui n'est pas avide de parole et qui doit faire parler dieu.

Elle va mourir dans ce lieu qu'elle a créé en 1179 à l'âge de 81 ans.

Les éléments portés à la connaissance de sa vie éclairent nos consciences de la force d'une destinée hors du commun mais surtout d'une subjectivité qui s'est voulue prendre, à corps perdu tous les risques, menée par une « chose mystérieuse » dont elle nous dit qu'« Une lumière de feu, d'une extrême brillance, venant du ciel ouvert, fondit sur mon cerveau tout entier et tout mon corps, et toute ma poitrine comme une flamme qui cependant ne brûlait pas, mais qui par sa chaleur enflammait de la façon que le soleil chauffe ce sur quoi il darde ses rayons. » (PERNOUD, 1995, p. 22)

A cet évènement de corps, qui tente de circonscrire quelques chose de cette première rencontre inaugurale constitutive, dans l'après-coup de cette morsure de la langue fulgurante et morcellante, on peut associer, il me semble, ce qu'elle va dire, plus loin, de la mise en image et en mots, signifiante de ces premiers moments. « Mais moi, poursuit Hildegarde, bien que j'aie vu et entendu cela...non par obstination, mais pour cause d'humilité, j'ai refusé d'écrire jusqu'à ce que j'aie été forcée sur le lit de douleurs où je suis tombée, atteinte d'un fléau de Dieu de telle façon qu'enfin j'ai été affligée de multiples infirmités...J'ai mis la main à l'écriture. » (PERNOUD, 1995, p. 24)

Il faut se rappeler l'injonction surmoïque qui fait passer au tamis du langage cette langue première qui la somme « d'écrire et de dire ce qu'elle entend ! », vis-à-vis de laquelle nous voyons toute son ambivalence partagée, divisée qu'elle est entre la tentation de s'y soustraire « en corps » mais qui par le choix de son obéissance de structure l'amène à jouir phalliquement. La castration imposée par l'écriture et l'usage du dire passant par la parole lui permettent d'obtenir une pacification de cette chose mystérieuse, ce fléau de Dieu. Marguerite Duras a témoigné, elle aussi, de cette violence inouïe du choix de la structure qui ne peut nous apparaître à nous que comme sublimé par l'art d'écrire.

De cette cause mystérieuse qu'elle nomme Dieu comme d'autre trouve un homme, une idéologie, réceptacle de ses projections cosmiques, elle va faire consister

une approche du monde. Ce qui témoigne le plus de son élan narcissique c'est ce qui nous est livré certes par son « livre des œuvres divines » mais surtout par les dessins qui donnent une représentation de ce monde clos sur le mystère qui se veut rester entier : l'homme au centre de l'univers baignant dans toute la lumière divine y récupérant son éclat phallique. L'homme brillant! (PERNOUD, reproductions de dessins, 1995)

Ce qui pour moi nous rapproche un peu plus de cette jouissance Autre dont parle Lacan concernant les mystiques chez cette femme, c'est une façon de faire déjouer par l'écriture et le chant, la pesanteur de son adresse. Elle manie la légèreté musicale et l'art des voix entremêlées. Quelque chose me paraît s'inverser à l'écoute (Sequentia, Le chant de l'extase).

C'est d'une certaine façon une jouissance du rythme, dans ces trajets, allers et retours, véritables coupures où la voix chantée se déploie dans le silence et dans ses formes de retour d'une voix devenue étrangère.

Cette petite fille restée sans voix à de nombreuses reprises, aux prises avec une jouissance localisée en son propre corps qui ne veut pas se soumettre à la loi et qui va baigner dans un univers chanté plutôt que parlé. Le chant est inclus bien sûr dans la parole, mais là, l'univers met en exergue cette occurrence qui accorde à la voix un lien pour la pratique quotidienne des corps. Ce rythme, devenu signifiant, s'inscrit dans un double mouvement, intérieur, extérieur et fait passer de la chair douloureuse à la mise en bouche du son. Mais le rituel ne vient pas recouvrir l'appel, seul indicatif de l'autre encore vivant.

Il faut faire ici quelques rappels théoriques au sujet de cet objet dont Lacan parle dans son séminaire sur « L'angoisse ».

Dans la liste des objets partiels, c'est-à-dire, venant en creux donner une liste des lieux partiels et libidinaux du corps, passés au crible de l'Autre du désir -le sein, les fèces, le regard, la voix, le rien- certains sont plus à même de mettre en évidence la structure incomplète de l'Autre du désir.

Il se trouve que la voix à la particularité de faire exister ce lieu de l'Autre du désir par son manque de réponse et donc par sa castration signifiante, qui rate à la nomination. Mais qui ouvre aussi dans une certaine démesure vers ce que Lacan dit au sujet de la castration de l'Autre « il n'y a pas d'Autre de l'Autre ». Même si Hildegarde s'emploie à faire résonner dieu c'est toujours de son manque dont il s'agit.

Autrement dit, « La voix répond à ce qui se dit, mais elle ne peut pas en répondre. Autrement dit, pour qu'elle réponde, nous devons incorporer la voix comme l'altérité de ce qui se dit. » (LACAN, 2004, p. 318)

Le chant s'adresse à nul autre pareil, ce qui justifie qu'il ne s'arrête.

Pour conclure, j'aimerais terminer sur le témoignage de cette femme-chercheuse dans une lettre qu'elle adresse à Bernard de Clairvaux : « Moi, malheureuse et plus que malheureuse, en mon nom de femme depuis mon enfance, j'ai vu de grandes merveilles que ma langue ne peut proférer...moi qui jamais depuis mon enfance n'ai vécu en sécurité. » (PERNOUD, 1995, p. 76)

Le nom lui manquera toujours pour dire qui elle est, c'est ce défaut qui fait une femme.

De son défaut à l'ordre phallique elle connaît, une femme, parfois, comme l'écrit très finement une psychanalyste, les détours par l'Autre jouissance. « Ça leur arrive disent les femmes quand elles en parlent, comme une folie. Si c'en est une, elle ne serait que passagère; ce serait plutôt une manière qu'ont les femmes de savoir-faire avec la folie, de s'en libérer. Rien n'en demeure cependant. Rien non plus ne s'en démontre-ni son contraire » (SOL APARICCIO, 1997, p 54).

## RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

APARICIO, S. *De la satisfaction, du bonheur et de l'extase*, Revue de la Cause Freudienne, numéro 36, 1997, Paris, p 54

BLANCHOT, M. *L'espace littéraire*. Paris: Editions Gallimard, 1955.

DE BINGEN, H. *Lettres*. Grenoble: Editions Jérôme Millon, 2007.

DE BINGEN, H. *Le livre des œuvres divines*. Paris: Editions Albin Michel, 2011.

DURAS M. *Un barrage contre le pacifique*. Paris: Editions Gallimard, 1950.

DURAS M., *Gauthier, X. Les Parleuses*. Paris: Editions de Minuit, 2013.

KRISTEVA J. *Le génie féminin, Hannah Arendt*. Paris: Editions Gallimard, 1999.

LACAN, J. (1959-1960) *Le séminaire livre VII, l'éthique de la psychanalyse*. Paris: Editions du Seuil, Paris, 1986.

LACAN, J. (1962-1963) *Le séminaire livre X, l'angoisse*. Paris: Editions du Seuil, 2004.

LACAN, J. (1972-1973) *Le séminaire livre XX, Encore*. Paris: Editions du Seuil, 1975.

LACAN, J. (1975-1976) *Le séminaire livre XXIII, Le sinthome*. Editions du Seuil, 2005.

PERNOUD, R. *Hildegarde de Bingen*. Paris: Editions du Rocher, 1994.

VINCIGUERRA, R-P. *Femmes Lacaniennes*. Paris: Editions Michèle, 2014.

Musiques:

SEQUENTIA, *Ordo Virtutum*, Harmonia Mundi, BMG, 1998.

SEQUENTIA, *Canticles of ecstasy*, Harmonia Mundi, BMG, 1994.

Film:

VON TROTTA, M. (Direção). *Vision*”, 2009; mis sur Youtube le 26 Octobre 2015 par l’atelier de géobiologie.

## **GO TO THE ENCOUNTER OF HILDEGARD VON BINGEN...**

### **ABSTRACT**

To go to the encounter with Hildegard von Bingen is to go forwards the discovery of a singularity which tries to say itself as the same time that it extracts itself by the employment of a production, creating a multiple work, which announces us a certain truth of her feminine jouissance (an enjoyment beyond pleasure). It will be necessary to return to a rare artistic production embroidered around an encounter with a piece of real. She will employ the elements of the transmitted knowledge and put them in the service of this living and central letter in the heart of her writing. The hypothesis of this article pleases to interrogate the feminine jouissance. "This jouissance that we experience and that we do not know anything about, isn't it what put us in the path of the ex-sistence? And why not interpret one face of the Other, the face of God, as supported by the feminine jouissance?" (LACAN, 1975, p 71).

**KEYWORDS:** Feminine, jouissances, creation, object voice, sinthoma. La Voix Dans la Surdit 

## IR AO ENCONTRO DE HILDEGARD VON BINGEN...

### RESUMO

Ir ao encontro de Hildegard von Bingen é ir em direção da descoberta de uma singularidade que tenta se dizer ao mesmo tempo em que se extrai pela utilização de uma produção, fazendo obra múltipla, daquilo aue ela nos anuncia como uma certa verdade de seu gozo feminino. Será preciso retornar a uma produção artística pouco comum bordada em torno de um encontro com um pedaço de real. Ela utilizará os elementos do saber transmitido e os colocará a serviço de uma causa divina, para ela, que fará ressoar para nós aquilo que da sua carne é arrebatado pelo Outro nesta letra viva e central no coração de sua escrita. A hipótese deste trabalho se compraz a interrogar o gozo feminino. “Este gozo que se experimenta e sobre o qual nada se sabe, não é isso que nos coloca na via da ex-sistência? E por que não interpretar uma face do Outro, a face de Deus, como suporte do gozo feminino?” (LACAN, 1975, p 71).

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminino, gozos, criação, objeto voz, sinthoma.

Recebido em: 15-09-2018

Aprovado em: 02-11-2018

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

[revista@psicanalisebarroco.pro.br](mailto:revista@psicanalisebarroco.pro.br)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

[www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php](http://www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php)

# PSICANÁLISE E DIREITO: UM ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

*Rodrigo Octavio de Arvellos Espínola*<sup>1</sup>

*Betty B. Fuks*<sup>2</sup>

## RESUMO

A violência doméstica contra a mulher não cedeu com as leis que recrudesceram a resposta penal. Neste cenário, a Psicanálise, que surge reconhecendo a violência que funda o sujeito, individual e coletivo, oferece opções que podem ser utilizadas no setting judicial. Neste artigo, abrimos um diálogo entre Psicanálise e Direito através da produção artística de grandes compositores que redirecionaram a pulsão de destruição, em um movimento sublimatório. O encontro heterodoxo entre Freud e o músico Mahler nos autoriza a fazer uma leitura sobre a evolução necessária para que a resposta do Direito à violência atinja níveis mais eficientes, baseados no saber psicanalítico.

**PALAVRAS-CHAVE:** violência; doméstica; Psicanálise; Direito; Mahler.

---

<sup>1</sup> Promotor de Justiça, Mestre em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida. E-mail: [r.espinola@ig.com.br](mailto:r.espinola@ig.com.br) / Tel – (21) 99297-1202

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação e Cultura (ECO-UFRJ), Professora do Programa de Pós-graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida. [betty.fuks@gmail.com](mailto:betty.fuks@gmail.com) Universidade Veiga de Almeida. Rua Ibituruna, 108. Casa 3. Tel - (21) 99919-0646

## **PSICANÁLISE E DIREITO: UM ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

“As sombras da noite se dissiparam graças a uma palavra potente. Acabou o incessante latejar dos tormentos. Agora unidos, mesclados em um só acorde, finalmente, meus tímidos pensamentos e tempestuosos sentimentos” (GUSTAV MAHLER, 1910).

“A sociedade, conduzida por intenções práticas, em geral (...) contenta-se em que um homem regule seu comportamento e seus atos pelos preceitos da cultura, e pouco interroga por seus motivos” (FREUD, 1915, p. 222).

### **I – BREVE HISTÓRICO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL:**

Embora a violência doméstica seja um fenômeno global e milenar, faremos neste trabalho um recorte para abordar principalmente a questão brasileira, tendo como objetivo analisá-la como fenômeno cultural, para que possamos nos lançar na difícil tarefa de buscar pontos de saída desse panorama historicamente construído. Veremos que a cultura é fator de grande relevância para o tema e prova disso pode ser encontrada nas diferentes incidências de episódios de violência doméstica em diversos países. Assim, vemos uma determinada incidência em países da África, outra no Oriente Médio, outra nos países latinos, outra na América do Norte e ainda outra nos países escandinavos. É importante deixar claro que embora nos refiramos a países, é evidente que o aspecto relevante é a cultura de seus habitantes e, assim, sob este parâmetro, não surpreende que tenhamos culturas diversas em um mesmo país ou culturas semelhantes em países diversos.

Em que pese esta variabilidade enquanto reflexo cultural, podemos afirmar que a violência doméstica é um fenômeno planetário, presente até mesmo nas culturas que consideramos as mais avançadas. De acordo com o National Institute for Health and Welfare (Finlândia), pesquisas de 2017 apontaram que uma a cada cinco mulheres já sofreu algum ato de violência praticada por seu parceiro por questões de gênero, e 17% das mulheres e 16% dos homens sofreram algum tipo deste tipo de violência em seus atuais relacionamentos. No Japão, 26% das mulheres já sofreram algum tipo de agressão física, 14% já foram forçadas a fazer sexo e 18% já sofreram abuso psicológico ([www.japantimes.co.jp](http://www.japantimes.co.jp)). Em 2005, 1181 mulheres foram mortas por seus parceiros nos Estados Unidos e 4,8 milhões delas sofrem algum tipo de violência física, incluindo violência sexual, por ano

O Direito também é obra cultural e, em nosso caso particular, poderíamos fazer um exercício de arqueologia jurídica para o período anterior ao Direito Romano. Entretanto, partiremos da inserção do Direito europeu no território brasileiro ocorrida a partir do Descobrimento.

No período pré e pós-descobrimento, vigeram três corpos jurídicos cujo estudo é bastante esclarecedor em relação às origens culturais da visão patriarcal que até hoje influencia nossa legislação: a interpretação dela por nossos juízes, nossa expressão artística e nosso comportamento cotidiano. As Ordenações Afonsinas (1466) foram criadas no reinado de D. Afonso V e foram sucedidas pelas Ordenações Manoelinas (1521), batizadas em referência a D. Manoel I. Essas, finalmente, foram substituídas pelas Ordenações Filipinas (1603), sancionadas no período de regência de D. Filipe II, da Espanha. Alguns de seus dispositivos permaneceram vigentes até a edição do Código Civil Brasileiro de 1916.

Essas três grandes compilações legislativas, importantíssimas não só para a península ibérica, mas também para o Brasil, refletiam a cultura de sua época. Assim, estampam com clareza a reunião do poder nas mãos dos monarcas, a importância da Igreja e o tratamento explicitamente diverso dado a judeus, mouros e mulheres. As Ordenações Afonsinas, por exemplo, em seu livro V, título XII, puniam o adultério da mulher com a morte. Dizia o Rey:

Que toda molher, que daqui em diante pera fazer fornizio ou adulterio, fe for com alguém per feu grado de cafa de feu marido, ou d'alhur, hu a feu marido tever, que ella e aquele, com que fe for, ambos moiram porende.

A lei também previa que em casos de adultério praticado sem consentimento da mulher o homem seria castigado. Na verdade, o que tínhamos aí é claramente uma hipótese de estupro. Mas a prevalência da cultura machista era de tal ordem que era considerado um crime de adultério sem consentimento da mulher, dando maior relevância ao laço matrimonial e ao direito do marido que à liberdade sexual da esposa. De toda sorte, se levarmos em consideração os honour killings<sup>3</sup> que até hoje são praticados no Paquistão nos casos de mulheres casadas que são estupradas, as Ordenações Alfonsinas podem ser consideradas como uma legislação de vanguarda em termos de igualdade entre os sexos. A legislação também reconhecia haver “merecimento” que a mulher adúltera fosse morta, assim como estabelecia regras

---

<sup>3</sup> *Honour killings* são assassinatos praticados para “limpar” a honra da família, em casos como o de estupro de uma integrante. Ela é então morta pela própria família por ter sido estuprada.

para a morte do terceiro envolvido. Nesse caso, era relevante a classe social do marido e do terceiro adúltero. Se o marido fosse de classe social superior, poderia aplicar a pena de morte, mas, se fosse de classe inferior, essa penalidade não tinha cabimento.

As Ordenações Manuelinas continham disposições bastante semelhantes às das Ordenações Filipinas, que traziam uma extensa série de disposições sobre o adultério feminino e chama a atenção o Livro V, Título XXV, “Do que dorme com mulher casada”. Naquele tempo, “dormir” com mulher casada era punido com a morte. Entretanto, também havia modulações nesta pena tão severa: se o adúltero (o terceiro) fosse de maior condição que o marido traído, ou seja, se fosse por exemplo um fidalgo e o marido fosse cavaleiro ou escudeiro, ou se o adúltero fosse cavaleiro ou escudeiro e o marido fosse peão, a pena seria fixada judicialmente e o estrato social seria levado em consideração. A mulher acusada de adultério simples poderia ser perdoada pelo marido, através de registro público, a menos que o tenha praticado com judeu, mouro ou parente, caso em que ficava livre da pena do adultério, mas respondia por “pecar” com essas pessoas específicas. O marido podia perdoar a mulher adúltera e manter a acusação contra o terceiro, mas nesse caso não havia pena de morte e, sim, “apenas” o degredo perpétuo para o “Brasil”. Já se o marido perdesse o interesse pelo processo contra o adúltero, ele seria degredado por dez anos para a África e se perdoasse o adúltero, a pena seria o degredo por sete anos no mesmo destino. O mais interessante era o caso em que o marido consentia com o adultério de sua mulher. Nesse caso, ambos seriam açoitados “com senhas capellas de cornos” e degredados para o “Brasil”, ao passo em que o adúltero era degredado para a África.

As Ordenações Filipinas revelavam a enorme influência que a Igreja tinha em grande parte do continente europeu naquele momento histórico e notadamente na península ibérica. Revelavam também importantes aspectos da sociedade portuguesa e, em especial, a prevalência de certas classes sobre outras e, no que nos interessa aqui, a absoluta predominância masculina e mesmo o dever do marido de zelar pela fidelidade de sua mulher, sob pena de humilhação pública e degredo perpétuo.

Em passagem histórica curiosa que mostra que disposições desta natureza vigiam para além da península Ibérica, Rodrigo Bórgia – o Papa Alexandre VI –, conseguiu em 1497 a anulação do casamento de sua filha Lucrecia Bórgia com Giovanni Sforza forçando-o a reconhecer sua impotência sexual para a consumação

da união. O evento foi retratado com licenças poéticas na excelente série Os Bórgias (Showtime, USA), em que Alexandre VI (Jeremy Irons) obriga Sforza (Ronan Vibert) a comprovar sua potência sexual. Incapaz de praticar o ato sexual com duas senhoras pouquíssimo atraentes na frente do Colégio de Cardeais, Sforza acaba por reconhecer publicamente sua impotência, o casamento é anulado e ele deixa Roma em total humilhação.

Se dermos um salto de séculos, vamos encontrar o artigo 216, IV do Código Civil de 1916 (em vigor até 2002, embora em desuso por décadas) previa a possibilidade do marido anular o casamento em caso de defloração anterior da esposa. O artigo 233, elegia o marido como chefe da sociedade conjugal, para, com exclusividade, representar legalmente a família, administrar os bens do casal e os bens particulares da mulher, mesmo no regime de separação total dos bens, fixar o domicílio e prover a manutenção da família. De acordo com o artigo 242, a mulher casada não podia, sem autorização do marido, aceitar ou repudiar herança, aceitar tutela, curatela ou outro múnus público, litigar em juízo civil ou criminal ou mesmo exercer profissão.

O artigo 215 do Código Penal de 1940 estabelecia que era crime “ter conjunção carnal com mulher honesta” e esta última palavra, elementar, só foi excluída em 2005. O artigo 107, VII deste mesmo Código, determinava que a punibilidade seria extinta se aquele que praticou determinados “crimes contra os costumes” (incluído o estupro) se casasse com sua vítima. Até mesmo o casamento da vítima com terceiro poderia acarretar a extinção da punibilidade em determinadas circunstâncias (artigo 107, VIII). Também foi apenas em 2005 que foram abolidos os crimes do artigo 217 (“Seduzir mulher virgem, menor de 18 (dezoito) anos e maior de 14 (catorze), e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança”) e do artigo 219 (“Raptar mulher honesta, mediante violência, grave ameaça ou fraude, para fim libidinoso”). O crime de adultério também só foi revogado no Brasil em 2005.

Não é preciso que nos detenhamos muito mais nesta abordagem da vagarosa evolução de nossa legislação, bastando neste momento frisar mais uma vez que ela é fruto de nossa cultura. Evoluímos com notável lentidão, mesmo quando todas as evidências expõem fortemente o caráter sexista de nossa legislação e da aplicação dela. Por outro lado, vemos que ao mesmo tempo em que o Direito é fruto da cultura, também funciona como freio, verdadeira âncora que impede o florescimento de uma

era mais igualitária, com respostas jurídicas mais adequadas aos tempos que vivemos, dada a dificuldade com que se conquistam alterações legislativas positivas.

De posse deste arcabouço, podemos introduzir a Psicanálise para obter respostas que não são fornecidas pelo Direito. Afinal, por que uma pessoa é violenta e destrutiva com outra dentro de uma relação íntima de afeto e como podemos buscar saídas para este problema que parece não ter fim? Estas questões se colocam com intensidade crescente, especialmente quando vemos que as alterações legislativas mais relevantes<sup>4</sup> não trouxeram uma redução significativa nos casos de violência doméstica.

Desde 2006, com a Lei 11340/06 (Lei Maria da Penha), o Brasil tem uma legislação tida como moderna, específica para a violência doméstica contra a mulher, que recrudesce o tratamento penal e processual penal dispensado ao agressor e traz normas que visam proteger a vítima e impedir a reiteração das práticas criminosas. De um lado, houve o aumento de algumas penas, institutos considerados processualmente favoráveis ao réu foram proibidos, foram criadas varas especializadas na matéria (os juizados da violência doméstica), conferiu-se uma infraestrutura que visa a célere aplicação da lei, dentre várias outras iniciativas que continuam a surgir até hoje. Por outro, as medidas protetivas de urgência previstas na lei têm a finalidade precípua de impedir a reiteração da prática criminosa e podem obrigar o acusado a deixar o imóvel residencial, proibi-lo de se aproximar e manter contato com ela, além de terem grande elasticidade para adequação às necessidades do caso concreto. Mais recentemente, a Lei 13104/15 criou a figura do feminicídio, aumentando a pena do homicídio praticado contra a mulher quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Ainda assim, o número de casos de violência doméstica não diminuiu significativamente, contradizendo o conceito comumente aceito de que a certeza ou probabilidade do castigo leva à redução da prática da conduta penalmente reprovada. Se esta máxima se aplica a diversas outras modalidades criminosas, por que sofreria tamanha debacle nos casos que estudamos agora? Em que pese a estrutura, a legislação moderna, a aplicação frequente das medidas protetivas e, especialmente, o incomum índice de sucesso na apuração da autoria dos crimes – decorrência da

---

<sup>4</sup> Lei 11340/06 e Lei 13104/15, respectivamente a Lei Maria da Penha e a Lei do feminicídio.

natural existência de uma relação entre os personagens e da facilidade de reconhecimento –, podemos afirmar que não há uma diminuição à vista.

Ao contrário, se olharmos para este tipo de crime com as lentes da Psicanálise, veremos que a cultura pavimentou o caminho para que o fluxo da pulsão de destruição não se contenha diante das ameaças da imposição de uma pena, mesmo que em diversos casos tenhamos prisões em flagrante bastante previsíveis pelos autores. Em uma sociedade como a brasileira, em que a mulher é patrimônio pessoal do homem, parte significativa da população conduz-se de maneira a defender esse patrimônio com violência, o que nos leva a indagar sobre o ódio.

De início, podemos afirmar que a Psicanálise nos traz más notícias sobre o ódio: ele habita em nós, nos é constitutivo, é inclusive anterior ao amor, contemporâneo da entrada na linguagem e dele não podemos nos livrar. Freud nos ensina, ainda no Projeto para uma Psicologia Científica (1895) quando designa o “Complexo do Próximo”, sobre o jogo que ocorre na emergência do humano. Freud descreve uma cena em que o recém-nascido estabelece o primeiro e rudimentar laço social com o ser próximo (Nebenmensch), o primeiro outro que atende seu grito de socorro, satisfazendo sua sede, frio e fome, livrando-o da morte. O próximo é, ao mesmo tempo, o primeiro objeto de satisfação, fonte da experiência mítica de prazer absoluto que o homem está condenado a tentar reproduzir posteriormente; primeiro objeto hostil, presença estranha e ameaçadora que quebra a relação de indiferença que entretém com o mundo ao nascer; e única potência capaz de prestar socorro, aquele que acolhe e responde afetivamente a seu desconforto, ordenando suas manifestações pulsionais. Objeto ambíguo, porque polo de fascinação e ódio, o outro, dentro da perspectiva freudiana, se constitui como “familiar-estrangeiro”.

Com razão, LeBrun (2008) pontua que o ódio se faz presente na presença do outro, quando ele interfere de alguma forma em nossa vida, em nosso funcionamento, mesmo quando ele não comparece ativa ou atualmente. Mesmo quando há apenas uma lembrança, uma presença ainda que meramente virtual, emerge o ódio. Quando se odeia é em função de um reconhecimento do outro, de um lugar que lhe cabe em nós mesmos, de uma alteridade que nos constitui.

É neste ponto que nos aproximamos do outro da linguagem e do que nos ensinam os Estudos de Gênero<sup>5</sup> sobre as imposições culturais que nos moldam e da

---

<sup>5</sup> Os Estudos de Gêneros nasceram nos Estados Unidos, na década de 1960, como desenvolvimento dos estudos feministas e pós-estruturalistas. Na atualidade, sob a influência das ideias de Judith Butler

violência simbólica que nos enquadra em um dos padrões de gênero previamente estabelecidos pela cultura. A entrada na linguagem, constitutiva do sujeito, se dá através do outro. LeBrun (2008) fala de autronomia, em um jogo de palavras que une autonomia e autre (outro em francês) ou, se pudermos fazer uma adaptação para nossa língua, diremos que não há propriamente uma autonomia, mas uma outronomia que nos constitui a todos. O outro nos habita forçosamente. Em algum momento tivemos que contar com ele, isto nos foi imposto e é justamente o vestígio desta imposição que constitui o ódio. O sujeito se constitui com material do outro e é a esse outro que me constitui, que está em mim, que endereço meu ódio. O ódio é não só constitutivo, mas também anterior ao amor.

A expressão ter ódio carrega uma diferença marcante com o sentir ódio, consistente neste traço constitutivo. Ter ódio significa que ele está em nós ainda que não o sintamos ou nos mobilizemos de acordo com ele plena e permanentemente. Significa também, mais uma vez, que dele não podemos nos livrar. E nem deveríamos tentar fazê-lo, porque há uma dimensão dele que é absolutamente necessária para que possamos apresentar algum comportamento defensivo, evitar ataques, criar proteções contra ações externas danosas que, de fato, devem ser rechaçadas. Há uma faceta do ódio que nos é imprescindível e deve ser reconhecida e preservada. É importante, então, separarmos este ódio de que acabamos de falar, do gozo do ódio, este sim, possuidor de uma única face, sempre destrutiva.

É natural que indivíduos ou grupos de indivíduos desejem manter seus registros culturais. É ao menos compreensível que assim façam ou, indo mais além, não há princípio eticamente válido que permita que se exija renúncia a uma herança cultural, desde que ela não afete um outro grupo ou indivíduo. Em um relacionamento íntimo de afeto, não surpreende que ambos tentem impor seus registros, na busca da maior satisfação possível. De alguma forma, buscamos impor uma lei ao outro de acordo com nossas expectativas e estas expectativas, por sua vez, são formadas por nossos registros culturais, imaginários, identificatórios, que nos oferecem um padrão ideal. Desta maneira, não pratica nenhum ato de violência aquele que se desagrada com um parceiro que endereçou seu amor a um outro objeto. Ao contrário, seria pouco compreensível que houvesse indiferença em uma relação amorosa que justamente se

---

e as de Michel Foucault, tornou-se um campo da pesquisa acadêmica interdisciplinar que procura apreender as relações de gêneros – feminino, masculino e movimento LGBT.

desenvolve no registro oposto da indiferença. Não seria sequer alvo de crítica a adoção de uma postura de afastamento, de esvaziamento do amor outrora existente, agora desiludido com um panorama indesejado. Tampouco surpreenderia o surgimento, ainda que temporário, do ódio em substituição ao amor.

Entretanto, este surgimento, ao ultrapassar as fronteiras da autopreservação e dar lugar ao gozo do ódio, poderá fazer surgir o gozar da imposição da lei, de maneira imperativa. É com a exigência de submissão do outro que emerge a violência. Como aponta LeBrun (2008), o gozo do ódio é o ceder e fazer com que ele se realize, o deixar de reconhecê-lo como engodo, é renunciar a fazê-lo aparecer de outro modo, é abrir mão do trabalho da cultura. Fiquemos então, por enquanto, com esta questão em mente, refletindo sobre como fazer o ódio aparecer de outro modo.

## **II – GUSTAV MAHLER, ALMA-MARIE MAHLER E FREUD:**

Vemos amiúde que a história, a música e a literatura nos auxiliam a compreender teorizações e ainda, prestimosas, conferem um colorido bastante especial que torna nosso caminho bem menos árido.

A segunda metade do século XIX viu nascerem cinco europeus que mudaram o mundo. Einstein, Picasso, Joyce, Mahler e Freud. Recorramos, portanto, a um evento, em que se cruzaram as vidas de um dos maiores compositores da história e a do criador da Psicanálise<sup>6</sup>. No verão de 1910, Gustav Mahler sai de Toblach, uma pequena cidade no sul do Tirol e no norte da Itália e vai de trem até Leiden, na Holanda, para se encontrar com Freud. Mahler havia acabado de compor os dois primeiros movimentos de sua 10<sup>a</sup> Sinfonia quando recebeu por “engano” uma carta do arquiteto Walter Gropius para Alma-Marie Mahler, sua esposa, que deixava bastante claro o romance que vinha se desenvolvendo secretamente entre os dois.

Para tornar a situação ainda mais complexa, o próprio Gropius havia ido até Toblach e acabou flagrado por Mahler, que os confrontou. Alma escolhe o marido, dizendo que o amor que os unia era tão forte quanto a vida, ao ponto de ser absolutamente impossível deixá-lo pelo arquiteto. Sem saber que sua esposa continuaria vendo o amante – com quem se casaria após sua morte –, Mahler vai a Leiden encontrar Freud, enfrentando uma viagem extremamente longa e cansativa

---

<sup>6</sup> O relato pormenorizado sobre esse evento encontra-se publicado no site Gustav-Mahler.

para passar quatro horas caminhando pelas ruas da cidade, falando sobre suas questões com o pai da Psicanálise.

Alguns pontos dignos de um olhar psicanalítico não passaram despercebidos. A mãe do compositor se chamava Maria, sua filha foi batizada com o mesmo nome e sua esposa se chamava Alma-Maria Schindler. Por sua vez, Alma sempre procurara homens que tivessem traços em comum com seu pai, um homem de baixa estatura, fisicamente frágil, mas de grande expressão intelectual e espiritual.

O episódio que reuniu o marido traído, a esposa adúltera e o amante em Toblach poderia ter tido um desfecho bastante diferente. Ao que a história nos indica, o amor aparentemente anaclítico que unia visceralmente o compositor e sua esposa poderia ter-se invertido em ódio naquele momento, fazendo emergir a violência. Ao invés disso, Mahler ouve as queixas da esposa – que o acusa de mergulhar na música e negligenciar a família –, procura Freud e ao retornar do encontro em Leiden escreve o poema que abre caminho para este trabalho. Mais que isso, põe-se ao piano, toca as composições de Alma, emociona-se, arrepende-se de ter exigido que ela abdicasse da própria carreira musical em favor da dele e ainda publica alguns de seus trabalhos.

Sua Décima Sinfonia nunca foi terminada porque poucos meses depois de seu encontro com Freud, Mahler descobre sofrer de uma cardiopatia que o levaria à morte. Ainda assim, no ponto central da peça, Purgatório, estão fragmentos de uma composição anterior que se refere à mortalidade infantil – algo que frequentemente se atribui à morte de sua primogênita, Maria – e os efeitos sofridos por seu casamento após o trágico evento. A ideia de purgatório guarda semelhança com a de benção após a tormenta, exatamente como ele havia escrito no poema já mencionado. Note-se ainda que o compositor fez notas bastante significativas no corpo da peça, escrevendo trechos como “Oh Deus, porque me esqueceste?”, “Que eu possa esquecer o que sou” e “Viver para você, morrer por você”, esta última acrescentada com a palavra “Almschi”, uma forma de apelido carinhoso na língua germânica.

Esta interessante união de um dos maiores compositores da história com o pai da Psicanálise foi precedida por outra ainda mais marcante, que embora não tenha contado com Freud como protagonista, não deixa de ser menos significativa. Hector Berlioz (1803-1869) conheceu a atriz irlandesa Harriet Smithson (1800-1854) em setembro de 1827, quando ela encenava Hamlet em Paris. Tomado por uma paixão ardente, o famoso compositor francês passou a enviar-lhe correspondências com uma frequência e um teor que a deixaram bastante atemorizada. Hoje certamente o

chamaríamos de stalker (“perseguidor”). Rechaçado em suas investidas e forçado a seguir em frente, três anos depois Berlioz escreveu sua mais famosa composição, a Sinfonia Fantástica (nomeada Episódio da Vida de um Artista, Sinfonia Fantástica em Cinco Partes) em que um artista, tomado por alucinações motivadas pelo ópio, sonha que matou sua amada e enfrenta o caminho para o cadafalso.

Pouco tempo depois, já em vias de casar-se com Marie Moke, Berlioz recebeu um comunicado da futura sogra pondo fim ao compromisso, porque Marie iria se casar com Camille Pleyel (filho do famoso fabricante de pianos). Completamente tomado pelo ódio, ele comprou um disfarce, munuiu-se de duas pistolas, estriknina e láudano e pegou um trem de Roma para Paris com o propósito de matar a noiva, a mãe dela e o próprio Camille. Entretanto, dando-se conta do absurdo da situação que se desenrolava – uma realização do sonho exposto em sua sinfonia –, desistiu da empreitada no meio do caminho e retornou a Roma.

Anos mais tarde, a Sinfonia Fantástica foi finalmente apresentada em Paris, Harriet, a atriz que havia despertado fortes sentimentos anos antes, estava na plateia e ficou absolutamente encantada com a obra. Apesar do tema que talvez possa ser considerado pouco alentador e até bastante amedrontador, ela aceitou os pedidos do compositor e eles se casaram em 1833.

Uma nota curiosa é que em 1991 Berlioz e sua mais importante obra seriam lembrados na trilha sonora do filme Dormindo com o inimigo (Sleeping with the enemy, EUA), em que o personagem vivido por Julia Roberts simula morte por afogamento após um naufrágio para livrar-se de uma relação opressora e violenta causada pela obsessão de seu marido. Nas cenas mais tensas que precedem os vários atos de violência, o Quinto Movimento faz o fundo musical.

Estes casos são apenas duas histórias que unem arte a uma violência redirecionada que é estudada pela Psicanálise desde sempre. Contudo, outros vários exemplos são facilmente encontrados em tempos mais modernos, bastando que nos lembremos dos versos poderosos de In the air tonight (1981) em que Phil Collins expurga seus sentimentos após uma separação dolorosa (Well if you told me you were drowning, I would not lend a hand/ I've seen your face before my friend, but I don't know if you know who I am)<sup>7</sup> ou de Hey Joe (Billy Roberts, 1962), imortalizada na

---

<sup>7</sup> “Se você me dissesse estar se afogando, eu não lhe estenderia a mão/Eu já vi seu rosto antes, minha amiga, mas não sei se você sabe quem eu sou”.

performance de Jimi Hendrix em 1966 (I'm goin' down to shoot my old lady/ You know I caught her messin' 'round with another man)<sup>8</sup>. Alanis Morissette compôs You oughta know (1995), uma raivosa e vingativa letra em que ela indaga sobre as qualidades da atual namorada de seu ex-companheiro, se referindo àquela como “uma versão mais velha de mim”, questionando seu desempenho sexual e suas eventuais habilidades como mãe. E isso tudo apenas na primeira estrofe, para em seguida lembrá-lo que ele havia prometido que ficariam juntos até a morte (Does she know how you told me/You'd hold me until you died/'Til you died, but you're still alive)<sup>9</sup>.

### **III – PSICANÁLISE E DIREITO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL**

Mas o que diferencia situações como as dos ilustres compositores e a de tantos outros indivíduos que invertem amor por ódio e recorrem à violência? E o que o Direito e a Psicanálise têm a contribuir para esta compreensão e, especialmente, para que, reconhecendo-se a inevitabilidade do ódio constitutivo, evite-se o gozo do ódio?

Em 1915, no seu trabalho *Considerações atuais sobre a guerra e a morte*, Freud postula que a coação externa exercida pela educação e pelo meio contribui para mudar a vida instintual em direção ao bem, transformando egoísmo em altruísmo. Ele aponta, contudo, que a educação e o meio não têm apenas “brindes de amor” a oferecer, mas trabalham também com recompensa e castigo. Desta maneira, além de um grupo que realmente renuncia à satisfação pulsional e abraça a civilização, há um outro que ele chama de hipócritas culturais que só renunciam a esta satisfação em troca de algum outro benefício ou, ao menos, da salvaguarda contra alguma reprimenda de valor superior ao gozo que seria obtido. Em *o Mal estar na civilização* (1930), Freud retorna a *Totem e tabu* (1913) e aponta que o desconforto gerado pelas restrições que o processo civilizatório impõe às exigências pulsionais é causa do mal estar, do sofrimento, de um gozo pulsional no cerne do sintoma, de um prazer desprazeroso que o sujeito procura evitar de todas as formas.

Em 1932, Einstein escreve a Freud perguntando-lhe se haveria algo que pudesse livrar o homem da ameaça da guerra. A resposta freudiana lemos em *Por que a Guerra?* (1932), mais um trabalho aprofundado do mestre da Psicanálise sobre

---

<sup>8</sup> “Eu estou indo dar um tiro na minha mulher, sabe que eu a peguei com um outro homem”.

<sup>9</sup> “Será que ela sabe que você disse que ficaria comigo até a sua morte? / Até sua morte, mas você ainda está vivo!”

a cultura e, agora de uma maneira bem mais direta, sobre o Direito. O psicanalista propõe ao físico, substituir os termos Direito e Poder, que Einstein havia empregado, por Direito e Violência. Retornando ao mito, Freud reconta a história de Totem e tabu (1913), volta a O Mal-Estar na Civilização (1930) e tenta mostrar que ambos os termos têm uma origem comum.

Como observa Alain Vanier, o termo alemão Gewalt que Freud emprega em Por que a Guerra? (1932), “significa violência, força, mas também autoridade, poder, e significa tanto poder judiciário (richterliche Gewalt) como poder paterno (elterliche Gewalt). Pode ainda designar um atributo das instituições sociais, geistliche Gewalt, o poder espiritual da Igreja e Staatsgewalt, o poder do Estado.” (VANIER, 2014, p. 130).

A violência física, muscular, da origem dos povos, foi sendo desenvolvida até o uso de artefatos que aumentavam o poderio de uns sobre os outros e, neste momento do uso de utensílios, a força puramente muscular foi cedendo espaço para a superioridade intelectual. E em que momento se passou da utilização da violência, seja bruta ou intelectualmente potencializada, para o Direito? L’union fait la force, diz Freud e a união faz ainda mais força quando estável, duradoura e exercida pela comunidade. É razoável que nos voltemos para Eros para combater a destruição. O entrelaçamento entre Eros (pulsão de vida) e Tanatos (pulsão de morte), postulado em O mal-estar na civilização (1930), é fundamental à civilização. Dito de outro modo, amor e ódio são parceiros inseparáveis na marcha civilizatória.

Compreende-se, então, que Freud jamais desconheceu que a agressividade em relação ao semelhante estivesse presente em todas as relações. O que sempre defendeu foi a ideia de que “o amor é forte como a morte”, isto é, tudo que produza e fortaleça laços emocionais entre os indivíduos e povos terá efeito contrário à violência destrutiva. Em sua resposta a Einstein, Freud postula que a cultura e o temor das consequências da violência são dois fatores primordiais para que a agressividade não erotizada seja combatida no plano da ética.

Voltemos então a Mahler e nos permitamos mais uma vez utilizar sua história como ponto de amarração para o desenvolvimento de nossas ideias. O compositor se viu diante de uma situação que incontáveis outros indivíduos já vivenciaram e adotou uma postura absolutamente pacífica, sem deixar de lado a turbulência das emoções que o assolaram. Podemos até supor que foram justamente estes sentimentos em turbilhão que o impulsionaram para buscar uma saída que abraçou o amor e recusou usar a força bruta como objetivo de destruir o outro. A pulsão de destruição acaso

existente – não há por que presumirmos algo nesse sentido agora, mas é interessante para nosso desenvolvimento que nos orientemos nesse sentido – foi redirecionada para um objetivo de altíssimo valor cultural e é essa precisamente a definição de sublimação (PONTAILS, 2001). A Psicanálise nos ensina que grandes ganhos são obtidos pela alteração da forma como se vivencia o amor, amando-se não mais um objeto, mas o próprio amor. Naturalmente para isso se precisa de grande alteração psíquica a propiciar uma finalidade inibida para a vertente amorosa, gerando um sentimento imparcialmente suspenso, constante e afetuoso (CRUXEN, 2004).

Freud postula tanto que não devemos conceder a ninguém o estatuto de inerente beatitude, como se todos fôssemos virtuosos a priori, quanto que nem todo homem merece ser amado. Por este motivo, a máxima franciscana de amar o próximo como a si mesmo só pode ser vista e vivida como um compromisso ético pacifista, encorajado pela indiscriminação idealizada sobre o valor dos homens. No processo de diferenciação do eu, sublinha Cruxen (2004), o bem é vinculado ao prazeroso e internalizado, enquanto o mal é vinculado ao desprazeroso e mantido no mundo externo. Uma relação mortal, sem mediação, como espelham certas patologias graves.

A princípio poderíamos ver este desenvolvimento com sérias reservas, com bastante ceticismo e até com justas críticas dada a complexidade de um processo desta natureza e a intensidade quase feroz que o distancia do mundo em que vivemos. Provavelmente teríamos razão ao assim pensar. Entretanto, dois pontos de grande magnitude também não podem ser esquecidos: em primeiro lugar, trata-se de um compromisso ético e não de uma simples análise da realidade que nos cerca; em segundo, e talvez este ponto seja o mais determinante de todo este trabalho, é fato que o gênero não nos distingue. Assim, seja sob o aspecto do compromisso ético ou de uma análise mais mundana e pragmática, conseguimos ao menos nos aproximar da indiferenciação indispensável para fazer ruir todo o edifício artificialmente construído para que ajamos de maneira violenta, preconceituosa, racista, enfim, patologicamente narcisista.

A repressão social é por excelência a área de atuação do Direito, especialmente do Direito Penal, que reprime o atuar daquele que age ilicitamente em situações de violência. Como vimos, Freud aponta o castigo como via culturalmente regular para a adequação social e aqui nos distanciamos de uma parcela de pensadores do Direito que sustentam – de maneira pouco convincente – o fim do

Direito Penal como forma de promoção da pacificação social. Embora este não seja o momento para nos determos em tão interessante tópico, sempre nos pareceu que estes exageros acríticos guardam íntimo parentesco com a recusa da castração ou uma crise de legitimidade gerada pela mutação do laço social que os conduz a um eterno “é proibido proibir” que levado às últimas consequências, nos faria retornar à horda primeva e abandonar a civilização.

Mas é claro que o Direito Penal ou a nossa forma atual de promover a repressão social – ou, freudianamente falando, o castigo –, para aqueles que violam a lei, não é imune a críticas. Muito ao contrário, há muito o que conquistar em matéria de progresso na qualidade e efetividade do aparelho repressor, para que tenhamos um significativo incremento de indivíduos que realmente renunciam à satisfação pulsional ou mesmo daqueles que Freud batizou hipócritas culturais. Vemos, logo de início, que parece ser menos difícil produzir hipócritas culturais que pessoas realmente civilizadas. Mas dentro dos objetivos possíveis do Direito Penal a distinção prática resume-se a uma estabilidade que se obtém ao realmente entrar na cultura, além de um potencial de reprodução deste mecanismo em gerações futuras. Do hipócrita cultural pouco se pode esperar. Forçado às amarras culturalmente impostas, não pestanejará em violar as regras caso veja uma oportunidade de fazê-lo sem reprimenda. Ele estará sempre em busca do gozo fora da cultura. Tampouco podemos confiar nele para transmitir a possibilidade de satisfação pulsional pelo assentimento cultural. Temos então que a prescindibilidade do Direito Penal não se presentifica senão por utopia. Uma utopia que certamente nos agradaria a todos mas que, ainda assim, é utopia.

Mas estamos falando agora de Direito, de Direito Penal e mais especificamente de crimes de violência doméstica. Como vimos, há um imenso trabalho de alteração subjetiva para que cheguemos à tão desejada e necessária indiferenciação ou – abordando de outra maneira para dizer a mesma coisa – no ponto em que os indivíduos se identifiquem entre si pela supressão da questão de gênero como elemento de clivagem da igualdade. É por este prisma que devemos indagar em que pontos a resposta penal deve ser alterada – *rectius*, adequada – para que desenvolva todo o seu potencial de eficiência, promovendo não apenas hipócritas culturais mas, quem sabe – indo além e lançando-nos em uma busca muito mais ousada – indivíduos que realmente abracem a lei ou, como queiramos denominar, a cultura.

Pois bem, voltemos pela derradeira vez a Freud e Mahler, que em 26 de agosto de 1910, após três cancelamentos do compositor e um ultimato do famoso psicanalista, finalmente se encontraram no café In Den Vergulden Turk, em Leiden, passearam pela Universidade, pelo Jardim Botânico e pela Rapenburg. Naquelas quatro horas, Freud ouviu Mahler, fez seus apontamentos e saiu impressionadíssimo porque, de todos seus pacientes, Mahler provou ser o que mais compreendeu o método psicanalítico. Os efeitos que aquele encontro provocou no paciente já foram abordados anteriormente.

O que pretendemos com este último retorno a esta rica história é estimular uma reflexão não apenas sobre a Psicanálise, mas sobre a evolução necessária para que a resposta penal atinja níveis mais eficientes. Ora, se um único encontro de poucas horas foi, na avaliação de Freud, conveniente para aquela situação, podemos nos sentir estimulados a projetar cenários que permitam um deslocamento do discurso do mestre – próprio do Direito – para uma aproximação com o discurso do analista com vistas a uma nova resposta penal que supere a tradição da imposição de restrições à liberdade. A alteração subjetiva, seja ela mais ou menos duradoura e estável, está dentre as opções mais desejáveis para a sociedade. Atualmente estão em uso algumas dessas alternativas, passando pela conciliação, mediação, grupos reflexivos, justiça restaurativa e até mesmo dinâmicas como a constelação familiar, todas como tentativas sinceras de aliviar as tensões e contornar conflitos.

Desta forma, cabe perguntar por que não seria possível introduzir de uma maneira mais sólida o dispositivo psicanalítico nesta área. Naturalmente, devemos estar prontos para a ausência de Freud nos fóruns de nossas comarcas e certamente não se trata de introduzir o divã nas salas de audiência. Todavia, a experiência demonstra que em muitos casos a simples intervenção estatal, seja pela condução a uma delegacia de polícia, pela atuação do Ministério Público, do Judiciário ou mesmo da Polícia Militar, já produz efeitos extremamente positivos para que um agressor se transforme rapidamente, ao menos, em um bem vindo – e bem dito – hipócrita cultural. Esta interdição preliminar causada pela lei já é por si só bastante eficaz. Naturalmente, restaria ainda um número bastante significativo de casos que poderiam ser abordados não só pelo viés da resposta penal tradicional – que provavelmente jamais poderá ser integralmente abandonada – como também através de iniciativas inovadoras. É preciso pensar com os pés no chão, sim, mas com os olhos voltados para um objetivo ambicioso adiante.

## REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. (1895) *Projeto para uma psicologia científica*. In Obras Completas de Sigmund Freud, volume 1, Rio de Janeiro, Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1913) *Totem e Tabu*. In Obras Completas, volume 11, 1ª ed, São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_ (1914) *Introdução ao narcisismo*. In Obras Completas, volume 12, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_ (1915) *Considerações atuais sobre a guerra e a morte*. In Obras Completas, volume 12, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_ (1920) *Além do princípio do prazer*. In Obras Completas, volume 14, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_ (1921) *Psicologia das massas e análise do eu*. In Obras Completas, volume 15, São Paulo Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_ (1930) *O mal-estar na civilização*. In Obras Completas, volume 18, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_ (1933 [1932]) *Por que a Guerra?* In Obras Completas, volume 18, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_ (1933 [1932]) *A feminilidade* (1933 [1932]). In Obras Completas, volume 18, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J. *Vocabulário da Psicanálise Pontalis*/ 4ª ed, São Paulo, Martins Fontes, 2001.

LEBRUN, Jean-Pierre, *O futuro do ódio*, CMC, Porto Alegre, 2008.

VANIER, Alain, *Direito e Violência*. In Agora. V. VII n. 1. Jan/junho 2004. Rio de Janeiro.

Sites consultados:

BERLIOZ, Hector *Sinphonie fantastique* Op 14. [www.britannica.com/topic/Symphonie-fantastique-Op-14](http://www.britannica.com/topic/Symphonie-fantastique-Op-14). Acesso em dezembro de 2017.

Femicídio: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm). Acesso em dezembro de 2017.

JAPANTIMES, [japantimes.co.jp/opinion/2013/07/06/editorials/violence-againstwomen/#.Wc5\\_JftSzIU](http://japantimes.co.jp/opinion/2013/07/06/editorials/violence-againstwomen/#.Wc5_JftSzIU) . Acesso em 29 de setembro de 2017)

Lei 11340-06 <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>. Acesso em dezembro de 2017.

Meeting with Freud. Disponível em <https://www.gustav-mahler.eu>. Acesso em 25 de novembro de 2017.

NOW.ORG, [now.org/resource/violence-against-women-in-the-united-states-statistic](http://now.org/resource/violence-against-women-in-the-united-states-statistic). Acesso em 29 de setembro de 2017.

*Ordenações Afonsinas* (1446) <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/15pg32.htm> . Acesso em 20 de setembro de 2017.

*Ordenações Manoelinas* (1521) <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

*Ordenações Filipinas* (1603) <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm/>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

## **PSYCHOANALYSIS AND LAW: AN ESSAY ON DOMESTIC VIOLENCE**

### **ABSTRACT**

Domestic violence against women did not diminish with the laws that intensified the penal response. In this scenario, Psychoanalysis, which emerges recognizing the violence that founds the subject, individual and collective, offers options that can be used in the judicial setting. In this article, we open a dialogue between Psychoanalysis and Law through the artistic production of great composers who redirected the destruction instinct in a sublimatory movement. The heterodox encounter between Freud and the musician Mahler authorizes us to conclude that the psychoanalytic knowledge is key to improve the Law response to violence.

**KEYWORDS:** violence; domestic; Psychoanalysis; Law; Mahler.

## **PSYCHANALYSE ET DROIT: UNE ÉTUDE SUR VIOLENCE DOMESTIQUE**

### **RÉSUMÉ**

La violence domestique à l'égard des femmes ne s'est pas apaisée avec les lois qui ont intensifié la réponse pénale. Dans ce scénario, la psychanalyse, qui en vient à reconnaître la violence qui fonde le sujet, individuelle et collective, offre des options utilisables dans le cadre judiciaire. Dans cet article, nous ouvrons un dialogue entre psychanalyse et droit à travers la production artistique de grands compositeurs qui ont réorienté la pulsion violence dans un mouvement sublimatoire. La rencontre hétérodoxe entre Freud et le musicien Mahler nous autorise à faire une lecture sur l'évolution nécessaire pour que la réponse du Droit à la violence atteigne des niveaux plus efficaces fondés sur la connaissance psychanalytique.

**MOTS-CLÉS:** violence; domestique; Psychanalyse; Droit; Mahler.

Recebido em: 03-02-2019

Aprovado em: 04-03-2019

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.psicanaliseebarroco.pro.br>

[revista@psicanaliseebarroco.pro.br](mailto:revista@psicanaliseebarroco.pro.br)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO

Memória, Subjetividade e Criação

[www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php](http://www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php)

# **O REAL EM QUESTÃO: ENTRE A TEORIA DOS DISCURSOS E A HIPÓTESE COMUNISTA**

**Isaias Gonçalves Ferreira<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

O presente artigo pretende articular uma relação entre a psicanálise lacaniana e o marxismo de Badiou. Por um lado, buscou-se retomar os desenvolvimentos de Lacan sobre a teoria dos discursos para pensar uma saída possível da lógica capitalista (curto-circuito da mercadoria). Por outro lado, procurou-se reconstruir os argumentos que deram origem ao programa estabelecido por Badiou, denominado de Hipótese Comunista, tendo em vista, uma distinção entre o *Real da política* enquanto o antagonismo social da luta de classes e uma *Política do real* que aspira a produção do Acontecimento-Verdade como um advento criativo do real. Nesta perspectiva, se desenhou uma relação entre psicanálise e marxismo como discursos críticos do capital-parlamentarismo em seu eixo neoliberal. Com efeito, podemos pensar um ato, ao mesmo tempo analítico e político que não seja reduzido a uma forma de vida gerenciada pelo neoliberalismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicanálise, hipótese comunista, teoria dos discursos, acontecimento, política do real.

---

<sup>1</sup> Psicólogo e Psicanalista. Mestre pelo Núcleo de Pesquisa em Psicanálise e Sociedade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontífice Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Membro do Movimento Psicanalítico do Grande ABC (SP).E-mail: ferreira.is@hotmail.com.Telefone: (55) 11 98678-7474/ (55) 11 4436-8127.

## O DISCURSO CAPITALISTA E A MERCADORIZAÇÃO DO MUNDO DA VIDA

O que significa dizer que vivemos em tempos difíceis? Isto é, amplamente marcados por um sentimento nostálgico e reacionário de retorno aos tempos carregados de sentido e de controle social. Em um entendimento mais abrangente os encaminhamentos contemporâneos sobre o destino da política, foram brilhantemente desenvolvidos por Mészáros (2007) em seu livro “O desafio e o fardo do tempo histórico”, que traz reflexões importantes sobre as possibilidades de subversão ao sistema capitalista vigente. Certamente, sua via é outra, e não aquela que passa pelo reformismo, no formato de um “planejamento” político de Estado. Pelo contrário, sua crítica incide naquelas tentativas malogradas que prometem a instituição de um “socialismo de mercado”, afirmando que sua vantagem exclusiva seja a capacidade de coexistir em plena harmonia com a democracia. “Contudo, logo ficou evidente que todo o discurso sobre as virtudes insuperáveis da ‘sociedade de mercado’ era, na melhor das hipóteses, apenas uma maneira tímida de defender a permanência absoluta do capitalismo” (MÉSZÁROS, 2007, p. 164).

Assim, como bem apontou Žižek (1988/1991) a lógica capitalista se configura em um grande labirinto, que fornece a impressão de uma ampla mobilidade em seu *conteúdo* – nos variados modos do consumo no capitalismo globalizado –, porém, em sua *forma* (a forma-mercadoria) demonstra, na verdade, uma extrema imobilidade – na exploração dos meios de produção, na qual a *forma valor* do trabalho sofre uma mercadorização.

Neste sentido, quando presenciamos a atual política norte-americana de Donald Trump no tratamento contra os imigrantes, lembramos de um episódio retratado por Žižek (2002/2003), que com um ar de piscadela apontou como os chamados aparelhos ideológicos e repressivos do Estado, estes sim agem com uma “mobilidade” impressionante. Em suas palavras:

Esses aparelhos de Estado têm um papel crucial no obverso da globalização. Recentemente, uma decisão abominável da União Europeia passou quase sem ser notada: o plano de estabelecer uma força policial de fronteira para toda a Europa a fim de assegurar o isolamento do território da União e assim evitar a entrada de imigrantes. Esta é a verdade da globalização: a construção de novos muros isolando os europeus prósperos do fluxo de imigrantes. Tem-se a tentação de ressuscitar aqui a velha oposição 'humanista' marxista entre 'relações entre coisas' e 'relações entre pessoas': na celebrada livre circulação aberta pelo capitalismo global, são as 'coisas' (mercadorias) que circulam livremente, ao passo que a circulação das 'pessoas' é cada vez mais controlada. (ŽIŽEK, 2002/2003, p. 171, grifos do autor).

Vale lembrar que essa crítica já aparece no jovem Marx (1982/2004), denunciando a insuficiência da teoria dos economistas clássicos, que pensavam o capitalismo pela via do consumo e não pela exploração e dominação dos meios de produção – que fundam a sociedade capitalista em uma tensão entre forças produtivas e relações de produção.

Na lógica do consumo ocorre uma mercadorização de tudo pelo discurso capitalista, inclusive o próprio sujeito consumidor é inserido em uma inversão, na qual se torna um objeto consumido. Seguramente, esse foi o corolário do diagnóstico do jovem Marx ao definir o trabalhador reduzido à condição de mercadoria:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadoria em geral. (MARX, 1982/2004, p.80, grifos do autor).

Neste itinerário, em sua obra monumental (O Capital), Marx parte de uma análise científica para empreender uma crítica da economia política. A mercadoria, portanto, torna-se a célula base da economia na sociedade burguesa. Com isso, é possível para Marx apontar as leis da produção capitalista, no intuito de desvendar o fulcro que rege seu movimento, a saber, os modos de produção que promovem a expropriação da mais-valia (OLIVEIRA, 2004).

De acordo com Oliveira (2004) o que esse diagnóstico posiciona é a chamada mercadorização do trabalho, ou ainda, o mercado do trabalho, que implica o sistema econômico dominado pelo discurso capitalista, no qual, um mercado compra o trabalho, ou seja, de um trabalho que se vende no mercado. Dito de outra maneira, o lugar que o trabalho e o mercado assumem no discurso capitalista permitem a Marx situar a mais-valia como um impossível em direção a qual essa estrutura converge.

A finalidade é manter a circularidade da lógica do mercado de consumo, na qual se extrai a mais-valia do trabalhador no *tempo-produção*; o produto pronto invade o mercado de forma ampla através do *tempo-distribuição*; e finalmente atinge o consumidor como uma onda devastadora no *tempo-consumo*. A engrenagem precisa de dispositivos permanentes para seu funcionamento ininterrupto: a obsolescência dos objetos e a produção crescente da demanda (de complementação), pois o objeto precisa ir de encontro ao desejo *falta-a-ser-completado*. Assim, a consequência inevitável é a obtenção de tais objetos, por vezes, efêmeros e inúteis do ponto de vista do valor-de-uso.

Nesta perspectiva, o consumidor se encontra envolvido pelas mercadorias (*Warenfetischismus*), que ocupam o mesmo espaço no mundo. Isto é, em um mundo em que cada vez mais a relação consumidor e objeto de consumo denuncia problemas no estabelecimento do laço social – a luta de classes como o real do antagonismo social. O sujeito, portanto, está inserido em mundo de apelos “irresistíveis” ao seu desejo, que não é apenas alienado, mas também capturado pelo capitalismo em um efeito de fascinação. Então, o consumo na estratégia capitalista está caracterizado pela insatisfação do consumidor com o objeto (*falta-a-gozar*), despertando o desejo (*falta-a-ser*) de obter outro produto na já mencionada obsolescência do objeto.

## **MARX E LACAN: A HOMOLOGIA ENTRE A MAIS-VALIA E O MAIS-DE-GOZAR**

Ao longo de seu ensino, Lacan (1968-69/2008) realizou um deslocamento decisivo em seu conceito de discurso, que passa a ser entendido, não apenas, como um campo de enunciados proferidos, portanto, do que é falado, mas, antes, àquilo que remete o que estrutura a fala, ou seja, o que evidencia a função do discurso. O interesse passa a ser o de investigar a “relação do discurso com a fala na eficiência analítica” (LACAN, 1968-69/2008, p.16).

Desse modo, Lacan postula que a verdade em sua dimensão real é não-toda desvelada, já que faltam as palavras para inferir sua totalização no dito. Sendo assim, sua emergência se sustenta em um semi-dizer. A psicanálise, dessa forma, se situa como um *discurso sem fala*, o que representa a própria essência do discurso analítico, pois, sua visada está direcionada ao fino tecido que constitui o plano da enunciação, não redutível a cadeia dos enunciados. Em suma, o que se quer dizer fica escondido por trás daquilo que se diz (LACAN, 1968-69/2008).

Nesse contexto teórico-clínico, Lacan (1968-69/2008) reconhece que o campo da economia política, desvelado por Marx, poderia fornecer as bases para a formulação estrutural das modalidades de laço social. Sendo que, em sua incursão na teoria marxista, procurou retomar a famosa *leitura sintomal* da sociedade burguesa do século XIX, bem como seus efeitos no plano discursivo.

De acordo com Žižek (1988/1991) Lacan atribui a Marx a invenção do sintoma! Mas, como isso pode ter acontecido no campo da economia política? Por certo, é no que se refere à descoberta da dimensão do sintoma que se situa seu ato fundador. Sintoma e verdade se articulam no ponto exato, o que leva Lacan (1966/1998) a expressar que ambos são talhados na mesma madeira, isto é, o sintoma veicula uma verdade que coloca em evidência a articulação significante. Portanto, o sintoma pode ser tomado como verdade. E isto, no entendimento de que o sintoma passa a ser definido por intermédio do “retorno da verdade como tal na falha de um saber” (LACAN, 1966/1998, p. 234), ou seja, edifica-se por uma superestrutura que implica uma sobreposição de significantes entorno do real enquanto dimensão do impossível.

Por certo, a inserção de Lacan nesse expediente consistiu em reconhecer que a lógica capitalista de funcionamento se apoiou na chamada absolutização do mercado, condição *princeps* para o surgimento da mais-valia. Dito de outro modo, a teoria do fetichismo da mercadoria elaborada por Marx, desvelou a mais-valia como um efeito do discurso capitalista, sendo, portanto, o que, ao mesmo tempo resulta e sustenta a lógica de seu funcionamento. Seguindo essa inspiração foi possível a Lacan efetuar uma homologia entre a mais-valia e o mais-de-gozar (LACAN, 1968-69/2008).

Dessa forma, Lacan (1968-69/2008; 1969-70/1992) elaborou um intrincado programa de investigação sobre os modos de ordenar o gozo no laço social. Ou seja, lançou um olhar rigoroso sobre as diferentes formas de estruturar a realidade social entre os seres falantes. Para tanto, postulou o mais-de-gozar, assim como a mais-valia, como um efeito de discurso, do que denominou discurso do mestre. O discurso do mestre é o discurso do inconsciente, por excelência.

Nesse caminho de retomada e remanejamento, Lacan realiza uma complexificação em sua teoria do *objeto a*<sup>2</sup>, considerando uma dupla incidência: como causa do desejo que implica a angústia (LACAN, 1962-63/2005) e como mais-de-gozar que condensa o gozo (LACAN, 1968-69/2008). Assim, os discursos são modos estruturais de contornar o mal-estar civilizatório, na medida em que o objeto *a* remete a esse elemento não-assimilável pela linguagem (real do gozo), que exige do falante um movimento de renúncia (operação da castração), para assim, obter satisfação, pois, “o objeto que falta, funda a busca dos mais-de-gozar que vetorializam o desejo” (SOLER, 2012, p. 75). No início da década de 1960, Lacan dizia que a satisfação era obtida pela “escala invertida da Lei do desejo” (LACAN, 1960/1998, p. 841).

O mais-de-gozar, dessa forma, promove uma função de renúncia ao gozo sob o efeito do discurso, posicionando o desejo inconsciente através do objeto inscrito no campo do gozo. Com isso, nota-se o movimento pelo qual “o sujeito cria a estrutura do gozo, mas tudo o que podemos esperar disso, até nova ordem, são práticas de recuperação. Isso quer dizer que aquilo que o sujeito recupera nada tem a ver com o gozo, mas com sua perda” (LACAN, 1968-69/2008, p.113). Desse modo, a teoria dos discursos confere uma nova abordagem clínica que investiga o aspecto estrutural do sujeito e suas estratégias para lidar com o desejo e o gozo no ordenamento do laço social.

Desse ponto de vista, o sujeito empreende um arranjo simbólico envolvido pelo desejo do Outro. Portanto, o efeito do Outro em sua função significante, estrutura a realidade como uma projeção imaginária do real. Com efeito, “a realidade é feita de imaginário e determinada pelo simbólico do qual o real está foracluído. A realidade é um esgar do real, formatado pelo imaginário e determinado pelo simbólico” (QUINET, 2002/2004, p. 42).

Assim, para que o campo da realidade se constitua para um sujeito (neurótico) é preciso que, juntamente com sua entrada no campo do Outro, o objeto *a* seja extirpado. O que corresponde, por um lado, à produção de um Outro barrado, furado e inconsistente, e por outro, à constituição de um sujeito de desejo que é falta-a-ser

---

<sup>2</sup>A história do objeto em Lacan, percorre várias etapas, que vão se complexificando gradativamente ao longo de seu ensino. Inicialmente, esse itinerário de formalização considera o chamado objeto metonímico (LACAN, 1956-57/1995), avança pelo conceito freudiano de *Das Ding*, a Coisa, (LACAN, 1959-60/2008) e chega ao objeto *ágalma* da transferência (LACAN, 1960-61/1992). Posteriormente, quando é lançada as bases de sua conceitualização, o objeto *a* passa a ser entendido como *causa do desejo* (LACAN, 1962-63/2005), e por fim, no final da década de 1960 aparece em sua vertente *mais-de-gozar* (LACAN, 1968-69/2008).

(LACAN, 1957-58/1998). No entanto, o objeto *a* retorna ao campo do Outro por meios e formas que a lógica da psicanálise nos permite apreender: como causa do desejo (implicando a angústia) e como mais-de-gozar (condensador de gozo). Dito de outra maneira, a operação simbólica da lei sobre o gozo da Coisa, produz um retorno através das formas episódicas do objeto *a* (seio, excremento, voz e olhar), o que articula um efeito discursivo de recuperação dos fragmentos dessa perda de gozo (QUINET, 2002/2004).

Com efeito, foi a invenção do *objeto a* que permitiu a Lacan realizar uma intersecção entre o campo da linguagem (causa do desejo) e o campo do gozo (mais-de-gozar), bem como estabelecer a teoria dos discursos como formas de ordenamento do gozo pelos laços sociais. Aqui remeto ao fato de que a conceitualização do objeto *a* permite um avanço na formalização de “um novo campo estruturado por aparelhos de linguagem que determinam as relações entre as pessoas. Pois é o objeto *a* que ‘tetraedra’ o campo do gozo em quatro discursos” (QUINET, 2006, p. 27).

Nesta perspectiva, Lacan (1969-70/1992) com sua teoria dos discursos evoca os três impossíveis abordados por Freud (o governar, o educar e o analisar) e lhe acrescenta um quarto, a saber, o fazer desejar. Portanto, os discursos são quatro formas estruturais de ordenar o gozo e constituir os laços sociais, tendo em vista: a impossibilidade de governar (discurso do mestre), a impossibilidade de educar (discurso do universitário), a impossibilidade de analisar (discurso do analista) e a impossibilidade de fazer desejar (discurso da histérica).

Com isso Lacan quer dizer, que os discursos são aparelhos de linguagem que restringem a verdade (lugar abrigado) de cada discurso, produzindo, desse modo, o engendramento dos laços sociais entorno dos impossíveis. Em suma, mesmo diante das impossibilidades estruturais na ordem discursiva, há tentativas de governar, de educar, de analisar e de fazer desejar (LACAN, 1969-70/1992).

Não obstante, no tocante a lógica do consumo, Lacan (1969-70/1992) propõe o surgimento de uma espécie de corrupção no plano discursivo. Em seu entendimento ocorreu uma forma de mutação no discurso do mestre, o que lhe conferiu um estilo capitalista de funcionamento. Isto não significa que o discurso capitalista seja um quinto discurso, já que essa é uma longa discussão no campo lacaniano que não cabe nas linhas desse artigo. Todavia, a trilha deixada por Lacan sobre a degenerescência do significante-mestre no discurso universitário nos permite reconhecer a face

perversa do discurso capitalista. Portanto, o discurso universitário enquanto mestre perverso é uma das formas de nomear o discurso capitalista em toda sua amplitude e sustentação.

Aqui encontramos uma problematização no âmbito do discurso que diz respeito a sua face capitalista, o que intervém diretamente no estabelecimento do laço social, na medida em que o sujeito consumidor sofre uma determinada queda, ou seja, fica siderado no curto-circuito da mercadoria. O consumo associado ao campo pulsional evidencia o deslizamento do consumismo à consumição, deslocando, dessa forma, o sujeito da posição de consumidor para a de objeto consumido. Assim siderado na lógica capitalista, encontra-se em um estado de insatisfação constante, sempre acompanhado pelo gozo de algum *gadget*. As relações, portanto, sofrem uma mercadorização, na qual o sujeito passa a habitar um mundo na condição de dejetivo (LUSTOZA, 2009).

A atualidade, de certo modo, estimula reflexões consideráveis sobre os efeitos causados na “desejabilidade” dos objetos, pelo suposto casamento entre a ciência e o capitalismo<sup>3</sup>. Operando dessa forma a ciência se reduz àquilo que ela oferece? Ou seja, aos artefatos de consumo? Com relação a esse aspecto lembramos que as reflexões de Lacan sobre os efeitos do discurso capitalista, em sua ligação com a ciência, apontam diretamente para seus produtos, denominados de *latusas*<sup>4</sup>. Com isso, a lógica do mercado fomenta uma estratégia renovada para capturar e siderar o sujeito. Neste sentido, “quanto aos pequenos objetos a que vão encontrar ao sair, no pavimento de todas as esquinas, atrás de todas as vitrines, na proliferação desses objetos feitos para causar o desejo de vocês, na medida em que agora é a ciência que o governa, pensem neles como *latusas*” (LACAN, 1969-70/1992, p. 172).

Seriam, portanto, os *gadgets* o auge do consumo? Esses objetos fabricados pela ciência com utilidade e durabilidade momentâneas que, contudo, mantêm a lógica capitalista de consumo<sup>5</sup>. Ora, já que, para manter o consumo em um ritmo

---

<sup>3</sup>Abordando os efeitos da ciência sobre o mundo, Lacan (1969-70/1992) diz: “Com efeito, não deveríamos esquecer, de qualquer modo, que a característica de nossa ciência não é ter introduzido um melhor e mais amplo conhecimento do mundo, mas sim ter feito surgir no mundo coisas que de forma alguma existiam no plano de nossa percepção” (p. 168).

<sup>4</sup>Lacan (1969-70/1992) apresenta as *latusas* como *acoisa* (*lachose*), esses pequenos objetos que estão à mostra no pavimento de todas as esquinas, atrás de todas as vitrines. Portanto, representa um neologismo criado por Lacan para considerar os efeitos da ciência sobre o mundo.

<sup>5</sup>Os *gadgets* são esses objetos tecnológicos que circulam no discurso capitalista e no circuito do mercado. O fato de serem extremamente provisórios e substituíveis revelam, por vezes, uma “futilidade” e uma “inutilidade”, quando considerados do ponto de vista do valor de uso.

frenético é necessário que o objeto se torne obsoleto, a fim de que se produza um novo modelo, que capture o desejo do sujeito – mantendo assim, o movimento do consumo numa circularidade. Nesta perspectiva, o que Lacan pondera sobre a ciência refere-se aos efeitos que ela engendra, que circulam e pululam em uma escala planetária. Ou seja:

[...] em um mundo onde emergiu, de maneira que existe de fato, sendo uma presença no mundo, não o pensamento da ciência, mas a ciência de algum modo objetivada, refiro-me a essas coisas inteiramente forjadas pela ciência, simplesmente essas coisinhas, *gadgets* e coisa e tal, que por enquanto ocupam o mesmo espaço que nós no mundo em que essa emergência teve lugar [...]. (LACAN, 1969-70/1992, p. 157).

O consumidor, desse modo, se encontra envolvido pelas mercadorias que ocupam o mesmo espaço no mundo. Isto é, um mundo em que cada vez mais a relação entre consumidor e objeto de consumo denuncia contornos de “perversão” no estabelecimento do laço social. O sujeito está inserido em mundo de apelos “irresistíveis” ao seu desejo.

A era contemporânea, com efeito, é marcada pelo infortúnio da lógica capitalista de consumo, onde os objetos adquirem uma existência cada vez mais presente no mundo em que vivemos. Cada vez mais as consequências do império do consumo atingem os ditos consumidores. E a delimitação do espaço entre o consumidor e os objetos de consumo parece dissolver-se pela aceleração da tendência totalitária à alienação no discurso capitalista. O que o discurso capitalista produz é a tentativa de evaporação do sujeito castrado, tamponando sua falta estrutural pelo consumo de objetos que funcionam como artefato do discurso (*gadgets*).

O sujeito, portanto, se encontra na condição de “dejeito”. Sendo que na lógica de consumo ocorre uma mercadorização de tudo pelo discurso capitalista, inclusive o próprio sujeito consumidor é inserido em uma inversão, na qual se torna um objeto consumido<sup>6</sup>. O desejo não é apenas alienado, mas também capturado pelo capitalismo em um efeito de fascinação. Com isso, pode-se pensar os modos de gozo do sujeito em sua relação com os objetos de consumo. A consequência inevitável é a

---

<sup>6</sup>Ramos (2007), ao apresentar a encruzilhada alienante em que o sujeito se encontra na lógica do consumo, aponta que “posicionado como consumidor, tem que lidar, por um lado, com uma resposta ao Outro que lhe dita o gozo e com a ideologia que sustenta a sociedade do consumo e, por outro, com a inadequação radical e mal adaptada de seu desejo e a consequente queda da posição de ‘consumidor’” (p. 104).

obtenção desenfreada de tais objetos, por vezes, efêmeros e inúteis do ponto de vista do valor-de-uso. De acordo com o diagnóstico de Lacan, ocorre uma espécie de homogeneização em uma estrutura de identificação.

Essa fórmula designa um processo cujo aspecto dialético podemos exprimir sucintamente, observando que, numa civilização em que o ideal individualista foi alçado a um grau de afirmação até então desconhecido, os indivíduos descobrem-se tendendo para um estado em que pensam, sentem, fazem e amam exatamente as mesmas coisas nas mesmas horas, em porções do espaço estritamente equivalentes. (LACAN, 1950/1998, p. 146).

Tendo em vista esse contexto, Pacheco Filho (2009) pondera sobre os efeitos do discurso capitalista para o estabelecimento do laço social. O que o autor ressalta é a existência de uma espécie de alienação adicional implicada no laço social pela lógica capitalista, que está para além da alienação estrutural do sujeito. Ou seja, essa configuração histórica da sociedade promoveu uma forma de aceleração exponencial, que inversamente sustenta uma inércia totalitária. Eis o truque do capitalismo globalizado para prender os sujeitos em sua jaula de aço.

Como já foi dito o discurso capitalista pode ser identificado ao discurso universitário, enquanto mestre pervertido. Ao que parece esse mestre pervertido, pela onda do cinismo generalizado, esconde sua face diante de uma crise global do capital. Os candidatos à mestria olham esse cenário com certo estarrecimento e desconfiança, não querem mostrar suas cabeças para essa guilhotina que os ameaça.

Todavia, o que pode colocar um limite para os efeitos do discurso do mestre pervertido é a vergonha de viver. O giro discursivo deve dar lugar à vergonha, sendo que, vivemos em uma época que não cessa de depreciá-la. Como afirma Lacan (1969-70/1992), “morrer de vergonha é um efeito raramente obtido” (p.191).

A produção da vergonha, diante do cinismo estrutural do discurso capitalista, é uma das formas de um psicanalista agir sobre a cultura. Sendo que, a dimensão da vergonha é o buraco de onde brota o significante-mestre. Ter vergonha é uma espécie de marca da dignidade humana e da potência do laço social. O discurso analítico, portanto, configura-se como o lugar, no qual, o significante conserva sua dignidade e seu efeito de legibilidade, pois possibilita uma produção singular. Com efeito, a vergonha é designada como um recurso contingencial, que produz o significante-mestre (S1), singularizando o sujeito no campo do Outro (LACAN, 1969-70/1992).

Como resultado, Lacan (1969-70/1992) propõe pela lógica que rege o discurso analítico (transformação discursiva), uma possível saída da *lógica* do discurso capitalista (curto-circuito da mercadoria). E isto, tendo em vista que a função analítica

procura reinstaurar a verdade do sujeito, sua referência à castração, ou seja, ao mal-estar na cultura, ao contrário do discurso capitalista que tenta forçá-la. O discurso analítico, portanto, faz emergir o sujeito desejante que se contrapõe a uma forma de vida individualizada e amplamente dominada pelo discurso capitalista em sua gestão neoliberal. Vale lembrar que o desejo é o que faz laço, é o que permite a expressão das coisas do amor em um mundo que tenta a todo custo rejeitá-las.

## **O REAL DA POLÍTICA E A POLÍTICA DO REAL**

Essa pequena retomada do diagnóstico lacaniano sobre o discurso capitalista consiste em situar o caráter fundamental dessa questão que *não* cessa de retornar de forma virulenta: haveria uma saída possível para a aparente ausência de saída da lógica capitalista em sua resiliência cíclica? Ou, estaríamos presos, como dizia Max Weber, na grande jaula de aço? (LÖWY, 2014).

Nesta esteira argumentativa, nota-se que uma tentativa de estabelecer uma crítica renovada foi proposta pelo filósofo francês Alain Badiou, que em sua filosofia procura apresentar uma alternativa que questione o que, talvez, seja o maior representante do capitalismo na atualidade: o Estado. E esse itinerário foi construído através de um programa filosófico rigoroso sob a rubrica de uma *Hipótese Comunista* (BADIOU, 2009/2012), que procura, por um lado, apontar para o *Real da política* (o antagonismo social expresso na luta classes) e, por outro, posicionar uma *política do Real*: a comprovação da hipótese comunista pelo processo do *Acontecimento-Verdade*<sup>7</sup> na história dos saberes.

Badiou (2009/2012) defende com certo entusiasmo que não podemos viver sem uma Ideia. Por Ideia o filósofo francês entende a totalização abstrata de três elementos primitivos, a saber, “um processo de verdade, um pertencimento histórico

---

<sup>7</sup>Em seu livro *L'être et l'événement*, Badiou (1988) apresenta o conceito de *Acontecimento* como algo advindo do real, que em sua expressibilidade contingencial produz tanto efeitos de ruptura, quanto uma potência criativa e criadora diante da repetição ritualizada na história dos saberes. O *Acontecimento* diz de um processo de verdade que em seu trajeto produz um sujeito fiel, isto é, um sujeito que aposta nesse advento do real. Portanto, o *Acontecimento* enquanto advento do real estrutura-se logicamente como indecível, incalculável e imprevisível. Nota-se, no entanto, que o termo *l'événement* foi traduzido na versão portuguesa por *Evento* (BADIOU, 1988/1996). Contudo, ao que parece há uma certa ambivalência em sua tradução, sendo que, alguns autores preferem recorrer a tradução de *Acontecimento*. Este é o caso de Žižek (1999/2016) que utiliza o termo em sua acepção conceitual enquanto *Acontecimento-Verdade*. No decorrer do texto utilizaremos essa forma zizekiana, e sempre que as referências da versão em língua portuguesa trouxerem o termo *Evento*, acrescentaremos o termo *Acontecimento* entre colchetes.

e uma subjetivação individual” (p. 134). Com efeito, podemos dizer que uma Ideia representa a associação entre a participação num processo político singular e uma decisão histórica, o que posiciona o pertencimento do indivíduo enquanto um Sujeito no movimento da História. A *Ideia do comunismo*, portanto, é uma operação que exige uma articulação entre esses três componentes: o componente político, o componente histórico e o componente subjetivo.

Em primeiro lugar o *componente político* diz da verdade política, sendo que, o “processo de verdade determina um Sujeito dessa verdade, um Sujeito que, mesmo empiricamente, não é redutível a um indivíduo” (BADIOU, 2009/2012, p. 133). Em segundo lugar, o *componente histórico* revela que “o processo de verdade insere-se no devir geral da humanidade, sob uma forma local, cujos suportes são espaciais, temporais e antropológicos” (BADIOU, 2009/2012, p. 133). E por fim, o *componente subjetivo* que implica a possibilidade de um indivíduo (animal humano) distinto de qualquer sujeito, decidir ser militante dessa verdade política, ou seja, de tornar-se parte de um processo de verdade.

O *campo da verdade* se estrutura por intermédio de uma dimensão histórica, universal e eterna. A verdade pertencente exclusivamente ao âmbito humano, localiza-se em seus efeitos retroativos, numa disponibilização transtemporal que transcende o registro da temporalidade cronológica, concatenando os efeitos metonímicos que constituem a expressibilidade de suas manifestações (seja a verdade política, a amorosa, a artística ou a científica).

Já o *campo da decisão* se presentifica através de uma incorporação, que representa o movimento de superação da individualidade enquanto fulcro da imagem moderna do homem. Assim, o corpo individual torna-se o corpo da verdade, na medida em que se submete a uma existência material, num mundo determinado por uma verdade em devir (BADIOU, 2009/2012). Nesse processo transformativo (subjetivação), incorporado por uma decisão, o indivíduo guiado por uma verdade em pleno devir transmuta-se em um Sujeito. Com efeito, “uma subjetivação é sempre o movimento pelo qual um indivíduo fixa o lugar de uma verdade em relação a sua própria existência vital e ao mundo em que essa existência se manifesta” (BADIOU, 2009/2012, p.134).

Nesta perspectiva, o comunismo surgiu como uma Ideia que representava a “comunidade dos iguais”, sendo, portanto, amplamente “situada no campo das políticas de emancipação ou políticas revolucionárias” (BADIOU, 2009/2012, p.134).

Desse modo, o caminho da hipótese comunista sempre representou ao longo de sua história uma forma de reunir indivíduos em uma espécie de lógica coletiva de pertencimento a uma Ideia. Ideia esta que envolvia tanto o processo político enquanto *Acontecimento-Verdade*, quanto uma construção simbólica que apontava seu arco para atingir o coração da emancipação coletiva. Portanto, ao longo da existência da Ideia comunista, o processo de subjetivação possibilitou um deslocamento decisivo, no qual, o conjunto de indivíduos reunidos tornou-se uma associação entre os comuns em direção ao Sujeito emancipado (BADIOU, 2009/2012).

Assim, a Ideia comunista no sentido forte do termo é o processo que enoda determinados elementos heterogêneos entre si. Isto é, a instância política, a instância histórica e os modos de subjetivação estão ligados entre si, operando em intersecções que produzem efeitos no campo do saber, já que “a subjetivação opera ‘entre’ a política e a história, entre a singularidade e a projeção dessa singularidade numa totalidade simbólica, e, sem essas materialidades e essas simbolizações, ela não pode advir ao regime de uma decisão” (BADIOU, 2009/2012, p. 135).

Neste sentido, quando consideramos a participação dos indivíduos nos acontecimentos, entendemos que “a subjetivação, que projeta o real no simbólico de uma História, só pode ser imaginária, pela razão capital que nenhum real se deixa simbolizar” (BADIOU, 2009/2012, p. 136). Ocorre, portanto, uma projeção imaginária do real de um processo de verdade no campo simbólico da História. Aqui se desenha a definição que Lacan (1968-69/2008) confere ao semi-dizer da verdade em estrutura de ficção, tendo em vista, a impossibilidade estrutural de totalizá-la no registro do dito. Dessa forma, “a Ideia comunista é a operação imaginária pela qual uma subjetivação individual projeta um fragmento de real político na narração simbólica de uma História” (BADIOU, 2009/2012, p. 136-137). Dito de outra maneira, o processo de verdade que se persegue é a realização no campo da História de uma política emancipatória, que inicialmente é projetada imaginariamente nos modos de subjetivação.

Através desse raciocínio é possível identificar que a hipótese comunista está estritamente ligada ao campo das lutas, essas experiências históricas que são consideradas por Badiou (2009/2012) pela via do “fracasso”, contudo, em uma acepção diferente do neoliberalismo. Com efeito, os fracassos podem produzir uma inversão que vai da *hipótese* (comunista) para a sua *comprovação* (comunismo). A hipótese comunista seria para Badiou uma radicalização da ruptura em seu aspecto

concreto-material (campo das lutas), tendo em vista que a economia capitalista desenfreada não é *necessária* e como tal é *possível* uma saída do capitalismo global.

No entanto, a via utilizada por Badiou (1994) não segue uma resposta padrão, mas procura efetuar uma articulação entre filosofia, psicanálise e matemática, que envolve considerações rigorosas sobre as relações entre o inominável, a verdade, o sujeito e o saber no campo da política. Assim, identifica-se que no âmbito da política, a hipótese comunista, enquanto processo de verdade (de um *Acontecimento*) se dá pela via da ruptura e da descontinuidade e não do consenso. Por isso, o nome de Badiou e Žižek aparecem, por vezes, associados a potência da violência<sup>8</sup> como ato político, no sentido de que “a escolha verdadeiramente livre é aquela na qual eu não simplesmente escolho entre duas ou mais opções *no interior* de um conjunto prévio de coordenadas, mas escolho mudar esse próprio conjunto de coordenadas” (ŽIŽEK, 2013, 178-179, grifos do autor). Isto representa um gesto político originário, que se expressa na liberdade negativa dos sujeitos em suas formas de resistir às estratégias de contenção e instrumentalização do capitalismo.

De acordo com Safatle (2003) a crítica de Claude Lefort indica a importância de produzir uma experiência de não-saturação do lugar do povo na chamada *democracia*. Portanto, uma “negatividade própria ao povo como conceito político indica como o reconhecimento do desejo popular só ocorre quando reconhecemos que nenhuma ordem jurídica pode falar *em nome* do povo” (p. 190, grifos do autor). Essa crítica pode ser considerada simétrica a que Badiou (1997/2009) defende em “São Paulo: a fundação do universalismo”. O fundamento do universal na filosofia estaria vinculado a um certo esvaziamento do âmbito das categorias “individualizadas”, isto é, não se reduziria a um mero procedimento institucional, burocrático e generalizável. Pelo contrário o universal posicionaria os vínculos sociais por um movimento não identitário, na medida em que implicaria uma certa elevação da igualdade e da potência criativa como horizontes possíveis diante de um duplo diagnóstico da modernidade, entendida como “um excesso de experiências

---

<sup>8</sup> Badiou (2009/2012) reconhece que a hipótese comunista se faz no campo das lutas, o que apresenta uma potência violenta, por intermédio da qual se busca pela via do conflito uma transformação social radical. Nesse sentido, o filósofo francês elenca alguns acontecimentos históricos que contribuíram para o quadro geral de tentativa de comprovação da hipótese comunista. Dentre os acontecimentos mais importantes Badiou faz uma reconstrução dos seguintes: A Comuna de Paris (1871); A Grande Revolução Cultural Proletária Chinesa (entre 1965-1976); O Maio, de 1968 francês.

improdutivas de determinação” (DUNKER, 2011, p. 359), ou ainda como “um déficit de experiências produtivas de indeterminação” (Ibid., p. 360)

Dessa forma, a verdadeira *política do Real* não é aquela animada pela tentativa violenta de purificação de toda opacidade do social – o chamado *Real da política* enquanto antagonismo social –, mas sim aquela feita em nome da irredutibilidade dos antagonismos que fundam a experiência do político. O que, de certa forma, consistiria em pensar um ato capaz de suportar as consequências desses antagonismos a fim de se produzir uma mudança radical no conjunto de suas coordenadas.

Em sua conferência “Oito observações sobre a política”, Badiou (1994) descreve a concepção clássica da política contemporânea. Isto é, “uma política consiste em perseguir objetivos articulando o povo, as organizações e o Estado” (p.53). Pode-se dizer que a política atual, em sua forma organizacional (controle do Estado), se configura pela via da representação dos interesses e das ideologias.

Na concepção clássica dessa articulação política, estabelece-se de um lado a via da *representação*, e do outro a via do *conflito*. Para Badiou (1994), disso resulta 4 orientações: a revolucionária e a fascista, nas quais o conflito é violento; a reformista e a conservadora, nas quais o conflito pode se manter nas regras “constitucionais” vigentes. Todavia, a configuração que se consolidou na era contemporânea foi o parlamentarismo, que consiste em organizar a representação em todos os níveis, tendo a eleição como mecanismo central. Desse modo, o partido tornou-se o *laço representativo* entre o povo e o Estado. Ou seja, o parlamentarismo subordina a política ao Estado, e com isso, faz-se acreditar que a representação do povo nos partidos é simétrica a representação dos partidos no Estado.

Com efeito, o mecanismo eleitoral (o voto) garantiria o âmbito constitucional organizado e controlado pelo Estado. Assim, se constitui um consenso político pela via da representação, na qual o Estado alicerça seu funcionamento. As mobilizações sociais, neste sentido, apenas, bordejariam a estrutura do poder pela via da pressão coletiva.

O parlamentarismo, portanto, é uma forma de política que exclui as rupturas. E nele o Estado cria dispositivos para garantir o mecanismo representativo, uma política, por assim dizer, da continuidade. Já que no nível do Estado, o parlamentarismo tornou-se totalmente conservador (BADIOU, 1994).

Com isso, o parlamentarismo é dominante porque as políticas de ruptura “fracassaram”: tanto as ditaduras revolucionárias, que encontravam nos partidos

comunistas a representação de uma classe (o proletariado), quanto as ditaduras militares, nas quais os partidos fascistas pretendiam representar a comunidade nacional (Nacional-socialismo). Ambas mantêm em comum apenas o aspecto da representação como forma de organização política. Na Alemanha, por exemplo, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*) representava uma ideologia de extrema-direita, o que acabou posicionando uma vetorização que culminou na produção industrial dos campos de concentração, sendo que, no princípio do universo concentracionário está a recusa da diferença. Nessas políticas, portanto, a ideia de representação sempre foi o motor, ou seja, com a ideia de representação tentava-se colocar a política sob a autoridade do Estado, utilizando os dispositivos do próprio Estado para agir sobre a sociedade de maneira autoritária (BADIOU, 1994). Neste sentido, o stalinismo foi a forma mais acabada dessa configuração política partidária. Todavia, vale lembrar, que na hipótese comunista a chamada ditadura democrática do proletariado “deveria” representar, apenas, um momento transitório do socialismo para o comunismo, e não a solidificação de um Estado Socialista.

Badiou (1994) aponta que o parlamentarismo só se firmou como a forma política aceitável, porque admite três elementos distintos que se complementam, a saber: a *política* como mecanismo de representação; os *partidos* (organizações especiais), que representam as tendências da sociedade no Estado; e o *consenso*, organizado a partir do Estado, na medida em que pode assegurar a continuidade da política.

O parlamentarismo, com efeito, é a forma que se fixou como a mais “flexível” e “eficaz”, porque permite a limitação dos conflitos, com o objetivo de ampliar o consenso. Assim, ao incluir o confronto entre reformistas e conservadores (na troca do poder), acaba por excluir os fascistas (em seu sentido clássico) e os revolucionários.

E além do reformismo e do conservadorismo, o parlamentarismo também aceita um partido progressista que apresenta duas funções contraditórias, *por um lado*, estimula as associações populares em duas funções: “a independência em relação ao Estado” e “a autonomia política em relação ao consenso” (BADIOU, 1994, p. 56). *Por outro lado*, defende o mecanismo eleitoral, pois este promove a ocupação dos postos do poder (troca das cadeiras do poder), ou seja, aceita as regras do

consenso e da gestão do Estado – o governante deixa de ser um político para tornar-se um gestor administrativo do Estado (BADIOU, 1994).

Essa dominação sem véus, atuante em escala planetária pelo “Estado democrático-capitalista”, aparece em Badiou (2009/2012) sob a rubrica do capital-parlamentarismo como o grau último da forma Estado. Desse modo, mudam-se as coordenadas, mas mantem-se a estrutura das coordenadas, pois, as propostas reformista e progressista produzem uma experiência de perda do político, ou ainda, uma perda da experiência do político.

Neste itinerário, em suas observações sobre a política, Badiou (1994) defende que é preciso repensar a política através de quatro eixos: a) de uma “independência total do processo político organizado em relação ao Estado” (p. 57). Isto é, pensar uma política da ruptura contra o consenso constitucional e formal; b) do “abandono da ideia de representação”. Uma política não representa ninguém. Ela só se autoriza por si mesma” (p. 57). Ela deve, portanto, ser uma experiência associativa e não institucional; c) da produção e organização no povo de experiências de rupturas (laço associativo) para concretizar o definimento do Estado; d) de uma *política sem partido*, ou seja, “a organização política não é um partido, pois todo o partido é determinado pelo Estado” (p. 57).

Portanto, o diagnóstico de Badiou (2009/2012) com relação aos desdobramentos do Estado é crítico, pois, este não passa de um “sistema de imposições que limitam justamente a possibilidade dos possíveis” (p. 138). O Estado representa uma forma de bloqueio ao *Acontecimento* enquanto processo de verdade. Ele pode ser considerado como “aquilo que prescreve o que, em dada situação, é o impossível próprio dessa situação, com base na prescrição formal do que é possível. O Estado é sempre a finitude da possibilidade, e o evento [*Acontecimento*] é sua infinitização” (BADIOU, 2009/2012, pp. 138-139, colchetes nosso). Com efeito, o *Acontecimento* é algo que deve advir livre do julgo do Estado.

Desse modo, toda a política de emancipação e todo movimento revolucionário não devem atuar pelas coordenadas do Estado, mas, antes, reconhecer que o processo de verdade de um *Acontecimento* traz em si mesmo a *possibilidade* do estabelecimento de uma potência criativa e criadora. Isto é, justamente o que representa a Ideia comunista. Tendo em vista que:

Se, para um indivíduo, uma Ideia é a operação subjetiva pela qual uma verdade real particular é imaginariamente projetada no movimento simbólico de uma História, podemos dizer que uma Ideia apresenta a verdade como se ela fosse um fato. Ou ainda, que a Ideia apresenta certos fatos como símbolos do real da verdade. Foi assim que a Ideia do comunismo pôde permitir que a política revolucionária e seus partidos fossem inseridos na representação de um sentido da História cujo resultado necessário era o comunismo. (BADIOU, 2009/2012, p. 140).

O saldo que se obtém desse processo é uma intrincada relação opositiva entre o *Acontecimento* da Ideia comunista e o Estado. Ou seja, o resultado que se espera após a efetivação da Ideia comunista (Revolução<sup>9</sup>) é nada menos que o enfraquecimento do Estado e sua transição para o não Estado. Em suma, busca-se uma projeção do real de uma política, ou de uma política do real que não esteja submetida ao fluxo inerte e repetitivo do capital-parlamentarismo, o formato atual do Estado (BADIOU, 2009/2012).

Diante de tais delineamentos, nota-se que Badiou (1994; 1997/2009) tem um motivo claro para insistir no papel dos universais e na relação entre violência e política, pois pretende estabelecer uma crítica tanto aos limites da democracia parlamentar, quanto a contradição presente na temática dos direitos humanos e no formalismo da concepção neoliberal de liberdade. Caso contrário a política cairia na armadilha de ser ordenada por um discurso moralista, a chamada colonização da política pela moral: a verdadeira face do Mal. A democracia parlamentar com sua concepção de um indivíduo neoliberal produz uma forma de vida social que tenta esvaziar a possibilidade de todo o *Acontecimento-Verdade*, e o faz pela via do consenso político, uma forma cínica que preside a troca das cadeiras do poder.

---

<sup>9</sup>Com relação a esse aspecto o leitor precisa ser advertido sobre o posicionamento crítico que Lacan sempre manteve ao termo revolução. Na sua opinião o termo revolução era representativo de um giro em seu próprio eixo, ou seja, um retorno ao ponto de partida. O exemplo comumente retomado por Lacan dizia da revolução dos planetas, que giravam entorno de seu próprio eixo (rotação) e entorno do sol (translação). De certa forma, foi nessa referência que Lacan estruturou o núcleo de sua crítica aos universitários franceses, os quais bradavam ao som de latidos que as estruturas deveriam descer às ruas e fazer a revolução. Lacan interpreta esse gesto como uma demanda que exigia a substituição de um mestre por outro. O diagnóstico de Lacan, desse modo, incidiu sobre a tirania do saber que era comandada e sustentada pela degenerescência do significante-mestre (S1), o que posicionava os estudantes como astudados – meras unidades de valor do discurso universitário. Pelo contrário, o que se poderia esperar no plano da transformação discursiva não era a revolução, mas sim a subversão do sujeito pela via do significante – que se produziria na função do saber. Com efeito, seria necessário efetuar pelo discurso analítico uma transformação no plano discursivo, tendo em vista a instauração da função de legibilidade e o efeito de interpretação do significante-mestre, possibilitando a produção singular de cada um, na condição de desejanter (LACAN, 1969-70/1992). Vale mencionar que nossa pretensão não consistiu em elaborar uma reconstrução rigorosa do universo da crítica de Lacan ao termo revolução. Ao invés disso, optamos nas linhas desse artigo em propor uma aproximação do uso que Badiou empreende do marxismo e a teoria dos discursos de Lacan, na medida em que ambos são representantes de discursos críticos à lógica capitalista.

Esse atual contexto da política produz uma forma de vida mutilada, pois se orienta por valores resultantes de limitações das possibilidades da própria vida. Pelo contrário, a política (do Real) deve ser o campo de realização da verdade de um *Acontecimento*, que posiciona a função central da igualdade (a hipótese comunista) como ordenadora das lutas políticas. A política, portanto, não pode ser guiada por uma exigência de realização de ideais normativos de “justiça” e “consenso”.

Tendo esse cenário em vista, repensar a teoria do sujeito no âmbito da política pode significar o abandono da premissa da representação (sistema representacional), o que consistirá em uma forma privilegiada de forçamento da verdade no campo político. Este caminho em direção a afirmação da Ideia comunista tem como proposta uma política sem partido, uma política que não funcione a partir da pirâmide representacional cujo topo é o Estado.

Para tanto, Badiou (1994) considera necessário construir uma *nova teoria do sujeito* no interior do campo político. Com isso, pretende estabelecer uma crítica ao lugar que o indivíduo ocupou no século XX, como suscetível às diversas formas de catástrofes históricas: o sofrimento industrializado do capitalismo globalizado, a experiência traumática dos campos de concentração, a vitimização do pós-guerra *etc.* Isto é, de uma vida que reduz o sujeito à persistência da animalidade, que faz o indivíduo ser reconhecido na condição de vítima, enquanto o animal humano. Contudo, pensar o sujeito enquanto experiência clínico-política, nesse contexto de vitimização, implica uma contraposição ao reducionismo do campo político à meras reconfigurações do campo social – enquanto medidas paliativas – como, por exemplo, estabelecer demandas de reparações subjetivas e cuidados psicológicos, identificando-as como se representassem em si mesmas o reconhecimento da experiência política.

Não obstante, uma *nova teoria do sujeito* implica uma reflexão acurada sobre os impactos de uma ontologia renovada, de uma ontologia que não finque seus pés na metafísica, mas, antes, que busque sua lógica na matemática. A proposta dessa *nova teoria do sujeito* consiste em fundamentar uma crítica social, capaz de refletir sobre os modos de manifestação do ser e da constituição dos sujeitos, a partir da *fidelidade* aos *Acontecimentos*. Sendo que, os sujeitos são operações que colocam os indivíduos para além do que família, instituições e Estado podem produzir e legitimar. Os sujeitos também são operadores dos processos de ruptura, na medida em que essa experiência disruptiva (*Acontecimento-Verdade*) torna-se o motor para

sair da repetição da história dos saberes. Aqui se desenha o *Acontecimento* como advento do real, situado nos campos produtores de verdade, tendo a força de colocar situações em movimento (BADIOU, 1994).

Todavia, Badiou (1994) nos adverte que não podemos permanecer enclausurados apenas na matriz da *negação* (ontologia negativa), é preciso também, promover a *afirmação*, porque nenhuma filosofia pode ser solidária apenas de um acontecimento meramente negativo. Pelo contrário, a filosofia também deve trazer consigo a exigência de pensar a partir de um *Acontecimento*, portador de promessas instauradoras, isto é, que permita a passagem da hipótese comunista à demonstração lógica do comunismo.

## CONCLUSÃO

O momento histórico que vivemos é no mínimo alarmante, pois presenciamos a desintegração de qualquer estabilidade democrática possível. É certo que o próprio núcleo da democracia liberal-burguesa já traz em si mesmo o germe de sua destruição. Sendo que, ao fazer um balanço crítico – por intermédio do marxismo de Badiou e da psicanálise lacaniana, temperados por uma crítica social –, observamos que a atual expressão da democracia é refém de um Estado burguês sustentado por um capitalismo globalizado, que constituiu um campo de batalha totalmente minado por um arcabouço ideológico quase sem fim. Um capitalismo cínico que criou quase todas as condições e argumentos para se sustentar como a única forma possível de organização das sociedades. Sua resiliência é impressionante, pois diante da crise global que o assola, sua estratégia não foi outra, senão, salvar seus privilegiados financiadores, isto é, o sistema bancário.

O Estado, portanto, está sob o julgo e a tutela do capital-parlamentarismo, que regula tanto a economia (capitalista), quanto à forma constitucional da governabilidade. Essa lógica predatória é sutilmente sustentada pelos dispositivos que estruturam o plano discursivo, o que Althusser (1994/1999) chamava de Aparelhos Ideológicos de Estado. Um verdadeiro aparato jurídico-político-administrativo que impede que uma nova Ideia, que um novo *Acontecimento* emerja no mundo. E isto, tendo em vista que um processo de verdade, no campo político, diz de uma organização permanente, no que concerne as consequências de um *Acontecimento* numa situação localizável no mundo. Pode-se dizer, de um campo produtor de uma verdade não redutível ao empirismo bruto dos puros fatos, na medida

em que a subjetivação (imaginária) do processo de verdade real, pode transforma-la em um corpo material, por assim dizer, um corpo glorioso. “Em relação a esse corpo, que na política é o corpo de um novo Sujeito coletivo, de uma organização de múltiplos indivíduos, diremos que ele participa da criação de uma verdade política.” (BADIOU, 2009/2012, p. 139).

Essa verdade será construída por uma nova forma de política, uma política do real por assim dizer. O que pode representar uma maneira diferente de estruturar as relações sociais, que não se submeta a violência física e simbólica do capitalismo global, para o qual a terra é supostamente de “todos”, mas os frutos que ela produz são de poucos, almejamos inspirados em Rousseau (1971/1999) o anverso dessa afirmação, isto é, que a terra não seja de ninguém, mas que os frutos que ela produz sejam de todos.

Diante desse contexto concordamos firmemente com Badiou: sem uma Ideia estamos desorientados, estamos perdidos no deserto do real estabelecido pelo capitalismo global. No entanto, há uma Ideia que nos anima, que nos mobiliza a retornar ao que um dia inspirou os revolucionários, ou seja, ao que foi elaborado no *Manifesto comunista* de 1847 de Engels & Marx (1847/2005), sendo que, a proposta de sua existência nunca foi interpretar o mundo ou o cenário burguês do século XIX e sim transforma-los radicalmente. E essa é uma tarefa que está apenas começando.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. (1994). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado: notas para uma investigação*. In: ŽIŽEK, S. Um mapa da ideologia. (Org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- BADIOU, A. (1988). *L'être et l'événement*. Paris: Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1988). *O ser e o evento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. (1997). *São Paulo e fundação do universalismo*. São Paulo: Boitempo, 2009. (Coleção Estado de sítio).
- \_\_\_\_\_. (2009). *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Estado de sítio).
- DUNKER, C. I. L. *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: Annablume, 2011.
- ENGELS, F., MARX, K. (1847). *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LACAN, J. (1950). *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia*. In: Escritos (p. 127-151). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- \_\_\_\_\_. (1956-1957). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- \_\_\_\_\_. (1957-1958). *De uma questão preliminar a todo o tratamento possível da psicose*. In: Escritos (pp. 537-590). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- \_\_\_\_\_. (1959-1960). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- \_\_\_\_\_. (1960). *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (p. 807-842)
- \_\_\_\_\_. (1960-1961). *O seminário, livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992
- \_\_\_\_\_. (1962-1963). *O seminário, livro 10: a angústia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- \_\_\_\_\_. (1966). *Do sujeito enfim em questão*. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (p. 229-237)
- \_\_\_\_\_. (1968-1969). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- \_\_\_\_\_. (1969-1970). *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- LÖWY, M. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014
- LUSTOZA, R. Z. *O discurso capitalista de Marx a Lacan: algumas consequências para o laço social*. *Ágora: Scielo Revista Eletrônica*. Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 41-52, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/agora/v12n1/03.pdf>. Acesso em: 02 de set. 2018, 13h50min.
- MARX, Karl. (1982). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, C. *Capitalismo e gozo: Marx e Lacan. Tempo da Ciência*. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 22, p. 9-24, 2º sem. 2004. Disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/download/143/88>. Acesso em: 02 de set. 2018, 14h10min.

PACHECO FILHO, R. A. *A praga do capitalismo e a peste da psicanálise*. In: A Peste: Revista de Psicanálise e Sociedade. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 143-163, jan./jun. 2009.

QUINET, A. (2002). *Um olhar a mais: ver e ser visto na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. *Psicose e Laço social: esquizofrenia, paranoia e melancolia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RAMOS, C. *Imperativo de gozo e a propaganda no laço social da sociedade de consumo. Mental*, v. 5, n. 9, p. 101-116, nov. 2007.

ROUSSEAU, J. J. (1971). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SAFATLE, Vladimir. Posfácio. In: ŽIŽEK, S. *Bem-vindo ao deserto do real!: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas* (pp. 179-191). São Paulo: Boitempo, 2003. (Coleção Estado de sítio).

SOLER, C. *O estatuto do significante mestre no campo lacaniano*. In: A Peste: Revista de Psicanálise e Sociedade. São Paulo, v.2, n.1, p.255-270, jan/jun. 2010.

\_\_\_\_\_. *O inconsciente: que é isso?* São Paulo: Annablume, 2012. (Coleção Ato Psicanalítico).

ŽIŽEK, S. (1988). *O mais sublime dos histéricos: Hegel com Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

\_\_\_\_\_. (2002). *Bem-vindo ao deserto do real!: cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo, 2003 (Estado de sítio).

\_\_\_\_\_. (1999). *O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. (2012). *O amor impiedoso (ou: Sobre a crença)*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

## THE REAL AT STAKE: BETWEEN THE THEORY OF THE DISCOURSES AND THE COMMUNIST HYPOTHESIS

### ABSTRACT

The present article proposes to articulate a relation between the lacanian psychoanalysis and Badiou's Marxism. On one hand, we have attempted to resume lacanian developments over the theory of the discourses in order to think a possible way out of the capitalistic logic (commodity short-circuit). On another hand, we have tried to rebuild the arguments that had originated the program established by Badiou, named Communist Hypothesis, bearing in mind a distinction between the *Real of the politics*, as a social antagonism of the classes struggle and a *Politics of Truth*, which aims to produce a Truth-Event as a creative advent of the Real. In this perspective, we have drawn a relation between psychoanalysis and Marxism as critical discourses of capital parliamentarism in its neoliberal axis. In effect, we can think of an act, at the same time political and analytical that does not reproduce a way of life managed by neoliberalism.

**KEYWORDS:** Psychoanalysis, Communist Hypothesis, Theory of Discourses, Event, Politics of Truth.

## **LE RÉEL EN QUESTION : ENTRE LA THÉORIE DE DISCOURS ET L'HYPOTHÈSE COMMUNISTE**

### **RÉSUMÉ**

Cet article articule une relation entre la psychanalyse lacanienne et le marxisme de Badiou. D'une part les développements de Lacan sur la théorie des discours ont été repris afin de trouver une issue possible de la logique capitaliste (court-circuit des marchandises). D'autre part les arguments qui ont donné origine au programme établi par Badiou, nommé Hypothèse Communiste, ont été reconstruits ayant par but la distinction entre le Réel de la politique en tant qu'antagonisme social des luttes de classe et une Politique du réel qui aspire à la production de L'événement-Vérité comme un avènement créatif du réel. Dans cette perspective s'est dessinée une relation entre la psychanalyse et le marxisme comme discours critiques du capital-parlementarisme dans son axe néolibéral. Ainsi nous pouvons penser à un acte, à la fois analytique et politique qui ne soit pas réduit à une forme de vie gérée par le néolibéralisme.

**MOTS-CLÉS** : Psychanalyse, Hypothèse communiste, théorie des discours, événement, politique du réel.

Recebido em: 04-05-2019

Aprovado em: 17-06-2019

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>  
[revista@psicanaliseebarroco.pro.br](mailto:revista@psicanaliseebarroco.pro.br)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

<http://www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php>

# O DISCURSO SOBRE O AMOR NO BANQUETE, DE PLATÃO, E A PRESENÇA DE DIOTIMA DE MANTINEIA: MULHER/SACERDOTISA/HETAIRA

*Yvisson Gomes dos Santos*<sup>1</sup>

*Walter Matias Lima*<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo versa sobre o discurso de Diotima de Mantineia no *Banquete*, de Platão (2016). Foi utilizada a fala da sacerdotisa e *hetaira* (prostituta) através da alocação de Sócrates para tratar sobre o Amor como entidade demiúrgica. Na dialética platônica observamos que o *Eros* é um intermediário entre os homens e os deuses: filho nascido de uma mãe pobre e de um pai com recursos. A questão hipotética levantada através do texto/tecido do aristocrata Platão foi a entrada, mesmo que em instância discursiva, de uma mulher, em recinto masculino, para fazer encômio ao Amor no diálogo platônico. É de nota que Diotima de Mantineia era uma sacerdotisa e *hetaira* (cortesã), e que, por esse motivo, sua presença era tolerada entre os convivas do *Banquete*, mesmo que, repetindo: em domínio eminentemente da discursividade. Concluímos que a presença de Diotima de Mantineia trouxe ao enredo filosófico do *Banquete* a oportunidade de reafirmar a metafísica platônica das Formas (mundo das Ideias) e da experiência (mundo sensível) que afetam a formação do ser filósofo, este, por sua vez, devedor da *Episteme* nascida da *Doxa* para ser um amante autêntico da sabedoria.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Banquete*; Diotima de Mantineia; *Hetaira*; Eros.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pelo PPGE/UFAL. Mestre em educação pela Universidade Federal de Alagoas. Graduado em Filosofia. E-mail: [yvissongomes@hotmail.com](mailto:yvissongomes@hotmail.com).

<sup>2</sup> Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (1988), Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (1995) e Doutorado em Educação (Filosofia e Educação) pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Fez Estágio Pós-Doutorado na Université Rennes II: Centre de recherche sur l'éducation, les apprentissages et la didactique (CREAD). Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas, no Centro de Educação. E-mail: [waltermatias@gmail.com](mailto:waltermatias@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Colocar a Filosofia Ocidental como nascida das mãos teóricas da *Paideia* (Educação) helênica é um fato que nos marca profundamente. Quando se fala de fato, reporta-se a acuidade da Grécia de Péricles ou de Sólon em seu auge cultural, político, econômico e de amizade ao saber, em meados do V século a.C, que ainda nos demarca na condição de seres civilizados.

Observa-se que, no mediterrâneo grego, em tribos jônicas e dóricas, a civilização helênica foi formada e tomou firmeza em sentido forte da palavra (solidez, consistência, estabilidade), trazendo à tona vestígios sobre as quais hoje, nós ocidentais do século XXI, ainda nos debruçamos, a saber: a *episteme* (ciência) nascida da *doxa* (opinião) perfazendo elementos conceituais afinados aos silogismos lógicos, à retórica, à argumentação, ao nascimento de uma metafísica oriunda dos gregos pré-socráticos que, por sua vez, caracterizou a Filosofia de Platão de modo acintoso. Segundo Evilázio Teixeira: “o pensamento de Platão foi influenciado basicamente por quatro pensadores: Pitágoras (órfico-pitagórico), Parmênides, Heráclito e Sócrates. Mas, sobretudo, Pitágoras e Sócrates irão determinar as grandes linhas de sua filosofia” (TEIXEIRA, 2015, p. 22).

Os pensadores acima citados propuseram ao “homem de ombros largos” e de origem aristocrática a teoria da metempsicose, ou da reencarnação da alma, na linhagem pitagórica; a mutabilidade das coisas e dos devires heraclitianos; a mudança ilusória da imutabilidade nas ilações de Parmênides; e, por fim, a consciência antropológica e a discursividade socrática pelos vieses de problemas éticos (TEIXEIRA, 2015).

O aristocrata Platão, nascido em Atenas – considerada uma Cidade-Estado das mais pujantes – se aproximou de Sócrates e o teve como mestre e preceptor. Reza a tradição que “quando Platão conheceu Sócrates [...], rasgou ele seus primeiros ensaios de poesia ditirâmbica e trágica. O que a seguir escreveu não foram mais poemas, mas as próprias conversas do mestre” (SOUZA, 2016, p. 192-193).

Essa ruptura com seus textos trágicos ditirâmbicos, tendo feito imersão nos diálogos de seu mestre Sócrates, arrimou a filosofia platônica como devedora do discurso socrático. Segundo Platão (1999), Sócrates foi o homem mais sábio de seu tempo, de acordo com o oráculo de Delfos, preconizando o parto das ideias em seus

discípulos. Sócrates foi acusado de corromper a juventude e negar a existências dos deuses, sendo morto por esses crimes.

Uma acusação que terá direito de resposta retratada na *Apologia de Sócrates* (1999<sup>3</sup>), um texto filosófico e literário, em que o lugar da ironia faz assento e é seguido de locuções ideativas que colocaram Sócrates como “réu por haver-se ocupado de assuntos que não eram de sua alçada, investigando o que existe embaixo da terra e no céu, procurando transformar a mentira em verdade e ensinando-a as pessoas” (PLATÃO, 1999. 69f). O preceptor de Platão foi condenado à morte, mesmo com uma inflamada e impetuosa defesa.

Graças a seu mestre, Platão escreveu diversos diálogos que permeavam questões sobre problemáticas éticas: a Política, o Bem, a Verdade, a Amizade, o Belo, o Amor, dentre outros. Este último, o Amor, teve diversos desdobramentos teóricos, tendo sido *O Banquete* (2016) ou *Sympósion* o mais representativo e com um espírito filosófico de grande proporção.

Trata-se do louvor ao Deus *Eros*, tendo os convivas se encontrado na casa de Agatão que havia escrito uma peça trágica e sido vencedor do concurso de Leneias (NUNES, 2005). Na casa do poeta trágico a presença eminentemente masculina dos convidados era notória, à exceção das criadas que serviam o vinho, e de algumas dançarinas. Nesse nicho de confraternização, os homens estavam presentes em supremacia. Estamos falando de uma civilização que igualava escravos-mulheres-estrangeiros-crianças no mesmo patamar. Atualmente, os termos seriam os seguintes: uma Cidade-Estado que era escravocrata, xenófoba e misógina.

Entretanto, algo de notório no livro *O Banquete* nos chama a atenção, e será discutido no transcorrer deste artigo: a lembrança da fala de uma sacerdotisa/hetaira/estrangeira, que Sócrates coloca como força motriz para se pensar a figura poética de *Eros* (amor).

O discurso de uma mulher nas palavras do filósofo: “ela que me instruíra nas questões de amor” (PLATÃO, 2016, 115c), atreve-nos a uma pergunta: a sociedade helênica relegava ao *oïkos* (privado) a mulheres comuns e, por qual motivo, Platão, através do pai da maiêutica colocou uma voz feminina em seu elogio filosófico ao *Eros*, no *Banquete*. Trata-se de Diotima de Mantineia, uma sacerdotisa e *hetaira* que

---

<sup>3</sup> PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Tradução de Maura Iglesias. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

havia livrado Atenas da peste na época da guerra do Peloponeso, pois “foi ela que uma vez, porque os atenienses ofereceram sacrifícios para conjurar a peste, fez por dez anos recuar a doença” (PLATÃO, 2016, 115a).

Esta primeira pergunta nos desperta outras: que papel filosófico desempenhou Diotima de Mantineia na inscrição socrática sobre o tema do Amor? E qual o *lócus* da mulher dentro da sociedade grega?

Nossa hipótese é que sendo Diotima uma sacerdotisa, ela poderia entrar em recinto de hegemonia masculina sem feri-lo, sendo aceita como *persona mui grata* pelo motivo de ser uma prostituta/sacerdotisa e não uma mulher do *oîkos*. Ou: Se Diotima tivesse sido uma sacerdotisa/prostituta, então ela era tolerada sem reservas em recintos eminentemente masculinos no âmbito da textualidade proposta por Sócrates no diálogo platônico.

## **DO ÓIKOS AO PÚBLICO: A MULHER NA SOCIEDADE GREGA NA ÉPOCA DE PLATÃO**

Estamos em um momento histórico, na época de Platão, quando florescia a democracia como prática/discurso inerente ao cidadão da *polis* (V século a. C). Quando se fala de cidadão é necessário pontuar que se trata dos seres da *polis* ou dos *politikos*. Todas as questões que envolviam os espaços públicos da Cidade-Estado de Atenas eram discutidas entre os atenienses legítimos. Muitos se sobressaíam na argumentação de como ter uma cidade ordeira e justa, dentre os quais estava Sócrates que promovia debates em torno desses temas entre seus alunos/discípulos, na *Ágora* (praça).

A praça como formadora de uma pedagogia ou de uma *Paideia* iluminava as discussões acirradas sobre as práticas de punição e deveres dos cidadãos da *polis*. Questões nevrálgicas tais como o julgamento de Sócrates bem como as práticas sexuais ilícitas com escravos ou estrangeiros etc. – eram tratadas na esfera do espaço público.

É importante distinguirmos o público e o privado na Grécia antiga. Para isso, recorreremos a M. Florenzano:

## O Discurso Sobre O Amor No Banquete, De Platão, E A Presença De Diotima De Mantineia: Mulher/Sacerdotisa/Hetaira

Oikos e pólis são dois termos gregos que indicam instituições que, pelo menos na documentação textual e no nível da História das ideias, dos valores, podem traduzir o que queremos dizer com privado e público. São termos que dificilmente podemos verter para as línguas modernas, pois sua conceituação envolve uma série de elementos característicos e específicos da sociedade grega. Grosso modo, oikos é casa e pólis é cidade, mas 'casa' e 'cidade' empobrecem o conceito tanto de oikos quanto de pólis (FLORENZANO, 2001, p.01).

Podemos dizer que, por mais que seja difícil uma alusão à tradução do grego para a língua portuguesa, o entendimento ou seu significado aponta uma visão antagônica: público vem da *polis* = dos *politikos*; e *oikos*, do privado, da casa, do lar. Numa outra tentativa de definição sobre o termo *politikos*, ele “vem do grego *polites*; 1. ‘cidadão’, 2. ‘polis’, 3. ‘cidade’” (LAROUSSE, 1992, p. 547). Ou seja, a Cidade-Estado grega era regida pelos cidadãos nascidos em solo ateniense, detendo esses cidadãos o direito de fala e de julgo.

No Dicionário Etimológico *On-line*, temos outra definição: “numa sociedade como a grega, em que a vida pública interessava a todos os cidadãos, os *politikos* eram aqueles que se dedicavam ao governo da *polis* (‘a cidade’ ou ‘o Estado’), colocando o bem comum acima de seus interesses individuais” ([s.d], verbete P)<sup>4</sup>.

Já entendido o sentido de *polis*, o privado era endereçado também às mulheres casadas com cidadãos gregos legítimos. Deve-se frisar que havia outras cidades-estados como Esparta, mas suas idiosincrasias civis eram completamente diferentes das de Atenas, principalmente no tocante à posição da mulher. E mais:

No nível abstrato, as mulheres constituíam o elemento central na continuidade da pólis. [...] No nível concreto, essas prioridades culturais forçavam a comunidade a ter certeza que o processo de garantia [da manutenção da hierarquia social e econômica] estava absolutamente seguro [...] (BOUVRIE apud CAMPOS, 2015, p. 14).

Em Atenas, regida por uma deusa filha de Zeus e Hera, o privado representava algo inerente aos mistérios da mulher, não somente a ela, pois o *oikos*:

---

<sup>4</sup> DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. [s.d.]. **Verbetes P**. <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/politico/>> Acesso em março de 2019.

Era um espaço fechado e funcional muito mais que ostentatório ou de aparências como o espaço público muitas vezes se tornava. O relacionamento estabelecido no interior do oĩkos era pessoal, íntimo, hierárquico e desigual: marido/esposa; pai/filho; proprietário/escravo. Também a divisão do trabalho era marcada no interior do oĩkos já que cada qual tinha a sua incumbência de sorte a fazer funcionar esta célula de produção: as mulheres fiavam, os homens cuidavam do gado e das terras, e assim por diante (FLORENZANO, 2001, p. 05).

Esse espaço chamado de oĩkos representava a privacidade de uma casa, de um espaço fechado e das intimidades entre esposa/marido pai/filho e de escravos com seus donos. Esse território não tinha importância igual ao público – espaço privilegiado dos atenienses livres. Ou em outras palavras:

Enquanto o homem ocupava todos os espaços externos, participava ativamente da vida política e gozava de grande liberdade, as mulheres permaneciam no interior da casa, desempenhando o papel social que lhes fora designado: o de esposas e o de mães (CAMPOS, 2015, p. 12).

Era somente imputada à mulher o papel social de estar no oĩkos: mulheres esposas de homens livres. Temos a figura de Xantipa, companheira de Sócrates, que foi caricaturada e ridicularizada como mulher inconveniente, arreada, impulsiva e desafiadora de seu esposo. Esse modelo preestabelecido denotava o perfil do patriarcado grego em colocar a mulher (*gynaĩka*) em submissão. Platão nos diz: “Se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos teria dado ao tear a propriedade de fiar sozinho” (PLATÃO, 1964, p. 135). Segundo Nadia Lima, o “homem-livre era sinônimo de homem, macho da espécie humana (e não de mulher), de ateniense (e não de estrangeiro) e de cidadão (e não de escravo)” (LIMA, [s.d], p. 18).

Mas seria a mulher ateniense somente colocada nesse papel de submissão ao Oĩkos? Respondemos que não, pois havia outras mulheres que detinham o saber, a escrita, a participação invejável na política e que estavam juntas dos atenienses de forma quase idêntica e/ou tolerada. Falamos das *Hetairas* (prostitutas) ou das sacerdotisas.

Segundo Nickie Roberts (1998), as filhas de Afrodite cortesã eram inúmeras, tanto as que estavam subordinadas a mulheres proxenetas, quanto aquelas que eram sacerdotisas e *hetairas*. Essas últimas galgavam poderes econômicos, filosóficos e espirituais entre os homens de Atenas – não se colocavam em submissão e nem se apartavam do cuidado de si mesmas – saíam em praça pública com vestidos coloridos

*O Discurso Sobre O Amor No Banquete, De Platão, E A Presença De Diotima De Mantineia: Mulher/Sacerdotisa/Hetaira*

ou brancos com fitas vermelhas, mostrando-se privilegiadas entre os *politikos*. Roberts aponta:

As Hetairae conduziam seus negócios abertamente em Atenas, trabalhando independentemente tanto dos bordéis do Estado quanto dos templos [...]. Cada cortesã tinha uma pedra que ela usava para registrar mensagens, e toda manhã um cliente lhe escrevia cumprimentos, justamente com os detalhes mais práticos, como o horário sugerido e o preço. O escravo pessoal da prostituta levava a mensagem para a sua senhora e, se os termos fossem do seu agrado, a cortesã se dispunha a encontrar com o cliente mais tarde [...] Ao anoitecer, o jardim estava repleto de belas mulheres e seus clientes, flertando, se divertindo, negociando (ROBERTS, 1988, p.41).

Podemos perceber que entre as *hetairas*, fruto da deusa Afrodite, sua liberdade era própria por serem consideradas sagradas. Podiam ter escravo e negociar com seus clientes da forma que lhes aprouvesse. Temos também as seguidoras de Safo, de Lesbos, que eram iniciadas da ordem do amor e nas práticas sáficas. Elas, tal como as *Hetairas*, tinham um grau de instrução elevado, e “envolviam-se em encontros apenas do seu próprio sexo: banquetes e festivais frequentados apenas por mulheres, em que as participantes tanto homenageavam sua deusa, Afrodite, quanto celebravam sua convocação” (ROBERTS, 1988, p. 51).

A figura de Diotima de Mantineia representava tanto a sacerdotisa, quando a *hetaira*. Como podemos afirmar isto? Segundo Shannon Bell (*apud* MARDONES, 2010, p. 24):

El mismo nombre de ‘Diotima’ es un indicio del templo de la prostituta o sacerdotisa. ‘Diotima’ significa quien le rinde honores a Dios’, alguien quien trabaja al servicio del dios o de las diosas [...] Hay una evidencia textual y contextual para señalar a Diotima como hetaira [...]. En Diotima, la construcción de Eros combina de similar manera lo sexual y reproductivo, y como a prostituta sagrada él media entre los dioses y los seres humanos. El Eros de Diotima es ‘un espíritu muy poderoso’, un daimon, ‘a mitad de camino entre dios y los seres humanos’ (MARDONES, 2010, p. 24).<sup>5</sup>

E continua o texto:

---

<sup>5</sup> “O verdadeiro nome ‘Diotima’ é um traço para a prostituta do templo ou sacerdotisa; ‘Diotima’ significa aquela que honra a Deus, aquela que trabalha ao serviço do deus ou da deusa [...] Há uma evidência textual e contextual para marcar Diotima a hetaira [...] Na construção de Diotima, Eros combina de forma semelhante o sexual e o reprodutivo e, como a prostituta sagrada, ele medeia entre os deuses e o homem. O Eros de Diotima é ‘um espírito muito poderoso’, um daimon, ‘a meio caminho entre Deus e o homem’” (Tradução livre).

La prostituta sagrada era en un sentido la manifestación humana de Eros: el cuerpo real a través del cual el ser humano podía copular con los dioses. Eros, como la *hetaerae*, era una 'experta en brujería, encantamiento y seducción' (2010, p. 24)<sup>6</sup>.

Ora, já podemos observar que a sacerdotisa/*hetaira* Diotima de Mantinea lidava com os códigos do Eros, um demiurgo<sup>7</sup>, quando se expressava na boca de Sócrates, no *Banquete*, através da metáfora da origem do amor.

Prestemos atenção que ela era adepta da feitiçaria, do amor, do encantamento e da sedução. E ainda mais: Diotima, como cortesã sagrada, deteve a formação do Filósofo grego do “parto das ideias” no âmbito da erótica. Frisa-se a citação encontrada na introdução desse artigo: “ela que me instruía nas questões de amor” (PLATÃO, 2016, 115f).

Nossa hipótese vai se confirmando quando aferimos que sendo a sacerdotisa/*hetaira* preceptora de Sócrates, ela tinha regalias por ser uma prostituta. Nota-se que a prostituição era legalizada na Grécia de Péricles (exceto de Sólon), e a mulher de Mantinea sendo cortesã, poderia participar de encontros entre homens, tanto de foro íntimo, quanto de foro filosófico. As pitonisas, do deus efebo Apolo, tinham seu poder religioso e respeitabilidade entre os gregos, entre outras mulheres no imaginário helênico das tragicomédias, a saber:

Un tesoro de mujeres excepcionales nos ha legado la cultura griega. El dolor, la fidelidad, la justicia, la alegría, la belleza, la amistad, la bondad, llenan las páginas de la épica o la tragedia y a las que 'no muerde el diente envidioso del tiempo'. Esos sentimientos ideales los encarnan personajes femeninos que han llegado vivos hasta nuestros días como Ifigenia, Helena, Creusa, Calipso, Fedra, Danae, Antígona, Penélope, Electra, Nausicaa, Dafne, Casandra (LLEDÓ, 2009, p. 01)<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> “A prostituição sagrada foi, em certo sentido, a manifestação humana de Eros: o verdadeiro corpo pelo qual o homem poderia ter relações sexuais com os deuses. Eros, como as *hetaerae*, era 'adepto da feitiçaria, do encantamento e da sedução'” (Tradução livre).

<sup>7</sup> “Significa ‘o que trabalha para o público, artífice, operário manual’, *demios* significando ‘do povo’ e -*ourgos*, ‘trabalhador’. No sentido de “trabalhador para o povo”, a palavra foi usada em todo o Peloponeso, com exceção de Esparta, e em muitas partes da Grécia, como sinônimo de um alto magistrado. No pensamento cosmogônico de Platão, o termo designa o artesão divino - causa da alma do mundo - que, sem criar de fato o universo, dá forma a uma matéria desorganizada, imitando as essências eternas, tendo os deuses inferiores, criados por ele, como tarefa a produção dos seres mortais. No pensamento gnóstico, o demiurgo, criador do mundo é distinto do Deus supremo e em geral considerado mau” (DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS ON-LINE. **Demiurgo**. Disponível em << <http://dicionarioportugues.org/pt/demiurgo>>> Acesso em março de 2018 (grifos nossos).

<sup>8</sup> “Um tesouro de mulheres excepcionais nos deixou a cultura grega. A dor, a fidelidade, a justiça, a alegria, a beleza, a amizade, a bondade, preenchem as páginas do épico ou da tragédia e às quais ‘o invejoso dente do tempo não morde’. Esses sentimentos ideais são incorporados por personagens femininas que se tornaram vivos até hoje como Ifigênia, Helena, Creusa, Calipso, Fedra, Danae, Antígona, Penélope, Electra, Nausicaa, Daphne, Cassandra” (Tradução livre).

Essas personagens que cumpriam uma função educativa na Grécia, tanto no teatro, quanto na cotidianidade dos helenos, foram consideradas primazes para a formação da *Paideia*. Quando nos referimos a esse termo, queremos dizer de acordo com Jaeger que: “A Educação participa na vida e no crescimento da sociedade, tanto no seu destino exterior como na sua estruturação interna e no seu desenvolvimento espiritual” (Jaeger, 2010, p. 04). E na dialética platônica, pensando no *Banquete*, “o principal encanto dramático [...] na maestria das caracterizações individuais” (JAEGER, 2010, p. 725), trouxe-nos a performatividade dos discursos na casa de Agatão rumo a uma educação pela via do amor. Ou pela dialogicidade socrática através do *logos (fala, discurso)* que discutia eticamente o amor demiurgo pela voz de uma mulher/cortesã. Pois:

Es sorprendente que en boca de esa misteriosa mujer aparezca la primera interpretación y teoría del Eros. El dios del amor llena con sus hazañas toda la literatura griega, pero es precisamente en El banquete, en el que varios hombres intentan definir el origen y sentido del Eros, donde brilla el discurso y la interpretación de la clarividente mujer (LLEDÓ, 2009, p. 01).<sup>9</sup>

Nesse momento, vamos pensar sobre o discurso platônico do *Sympósion* e sua dívida para com Diotima para entender a dialética do amor pela interpretação clarividente desta sacerdotisa.

## **APONTAMENTOS ACERCA DA FALA DE DIOTIMA DE MANTINEIA EM O BANQUETE, DE PLATÃO**

Devemos levar em consideração que o discurso proposto nesse livro de maturidade de Platão se dá na forma de diálogo. E o que vem a significar esse termo? De acordo com o Larousse (1992, p. 357), “do grego [diálogos]. 1. Conversação entre duas ou mais pessoas. 2. O conteúdo desta conversa; discussão. 3. Obra literária ou científica em forma dialogada”.

Devemos perceber que se trata de uma discussão entre duas ou mais pessoas, e é assim que o livro dialogado de Platão irá se colocar – com dialogicidade. Não devemos nos esquecer de que todos os discursos platônicos nos remetem ao *logos* que vem a ser conceituado como razão ou discurso racional. Mesmo que se fale sobre

---

<sup>9</sup> “É surpreendente que na boca dessa mulher misteriosa apareça a primeira interpretação e teoria de Eros. O deus do amor preenche toda a literatura grega com suas façanhas, mas é precisamente em *O banquete*, em que vários homens tentam definir a origem e o significado de Eros, onde brilha o discurso e a interpretação da mulher clarividente” (Tradução livre).

o *Eros*, ele será dialogado na perspectiva racional e, principalmente, na dialética, mas objetivando a contemplação através da reflexão conversada.

Como mostra Platão, Sócrates, enquanto articulador da dialética, propõe nos embates de seus diálogos, que tanto o leitor quanto o discípulo encontrem a *Aletheia* (a Verdade). Essa substância metafísica em Platão será a centrifugação da Forma e das Aparências para se falar em Filosofia – poderíamos chamar essa centrifugação teórica de *Doxa* e *Episteme*. O que significa *Doxa* e *episteme* para a filosofia de Platão?

Para avançarmos nessa proposta filosófica, de acordo com Dal Maschio (2015), temos o conhecimento (*episteme*) seguido da *Nóiesis* (inteligência), e da *Diánoia* (entendimento, pensamento discursivo) que se farão presentes nas Formas e na matemática. Em contrapartida, haverá a *Doxa* (opinião, seguida da *Pístis* – crença e da *Eikasia* (imaginação) que participa do mundo sensível ou dos objetos de experiências. Com isso, cita-se novamente Maschio:

Temos um retrato do conhecimento e da ignorância, mas nada sabemos sobre como podemos alcançar o nível superior da *episteme*. Chegando a esse ponto, Platão veste-se com suas melhores roupagens místicas, herdadas do orfismo e do pitagorismo. Para começar, porque o acesso à verdade não é resultado de um processo racional, às Formas não se chega através do pensamento, não as ‘entendemos’ ou ‘deduzimos’ ou ‘aferimos’: as Formas ‘descobrem-se’ ou ‘contemplam-se’ (MASCHIO, 2015, p. 65).

Ou seja, para falar sobre o Amor no âmbito platônico, devemos sempre pontuar que há um mundo de contemplação (o Amor como entidade metafísica no *Banquete* remete-nos à ideia de que temos poucas lembranças dele, e o mesmo se concretiza em si através do mundo das Ideias, ou do mundo Suprassensível), – o Mundo das Ideias –, e o Mundo Sensível, das experiências; a entidade Amor que será descrita por Sócrates na fala de Diotima, terá essa função precípua e, mais uma, demiúrgica.

A princípio, “*O Banquete* é, ao mesmo tempo, um dos mais belos e mais simples diálogos platônicos” (SOUZA, 2016, p. 189). Um livro em que a história narrada e o evento de celebração na casa de Agatão são extemporâneos. Tem-se uma estimativa de mais de 20 anos do fato ocorrido na redação do diálogo platônico.

Conta-nos Souza que: “Num jantar em casa de um poeta, que comemora sua vitória no concurso de tragédias, resolvem seus convivas instituir um concurso, oratório desta vez, e em consequência cada um deles faz um discurso de elogio ao Amor, à divindade que presidía aquela jovial heteria” (2016, p. 190). Heteria seria uma

reunião entre homens, que na Grécia Clássica caracterizava um encontro de pares, de cidadãos em momentos festivos.

Basicamente nessa heteria o Amor será colocado como tema de discussão, ou sendo mais específico, na forma de encômio (louvor ao deus). O eixo axial sobre esse deus, segundo Giovane Reale e Dario Antiseri é:

Entendido como força mediadora entre o sensível e o suprassensível, força que dá asas e eleva, mediante vários graus de beleza, à metaempírica Beleza em si. E visto que para os gregos o Belo coincide com o Bem, ou é de todo modo um aspecto do Bem, assim Eros é força que eleva ao Bem, e a 'erótica' se revela como um caminho alógico que conduz ao Absoluto (REALE; ANTISERI, 2017, p. 152).

Deve-se observar que o que está em questão na fala de Sócrates no *Banquete* refere-se ao Deus *Eros*, ora belo, ora feio, ou ambos. A visada sempre será no perfil dialético do Belo em si, da beleza em si. Nas palavras de Sócrates em interlocução com Diotima:

Não fiques, portanto, forçando o que não é belo a ser feio, nem o que não é bom a ser mau. Assim também o Amor, porque tu mesmo admites que não é bom nem belo, nem por isso vás imaginar que deve ser feio ou mal, mas sim algo que está, dizia ela, entre esses dois extremos (PLATAO, 2016, 154d).

A sacerdotisa de Mantineia prepara Sócrates, e seus convivas para dar início ao Amor, esse deus em forma de louvor. Antes de qualquer coisa a *hetaira* diz que por intermédio do Deus “é que procede não só a arte divinatória, como também a dos sacerdotes que se ocupam de sacrifícios, das iniciações e dos encantamentos, e enfim adivinhação e magia” (PLATÃO, 2016, 156c).

Esse Deus, o Amor, se ocupa com as artes de adivinhação. Ele faz com que os seus servos sejam imantados com os poderes do encantamento e da sedução. Para a sacerdotisa de Mantineia ele era considerado um Deus que propunha suas graças aos iniciados. Sócrates pertencia a um culto órfico, o de *Elêusis*, uma sociedade secreta entre homens e mulheres no fausto da Grécia Clássica.

De acordo com Loredo (2009, p. 20): “os Mistérios de *Elêusis* [...] à presença notável de elementos do culto eleusino no texto do *Banquete*, por exemplo, a distinção entre os Mistérios iniciais e a contemplação perfeita é completa (*epotika*)”. Está-se falando dos mistérios de iniciação, em que Diotima havia proposto ao pai da maiêutica a sua entrada na *epotika* sob os auspícios dos deuses helênicos (VERNANT, 2006). E qual a função desses deuses? Segundo Jean Pierre Vernant:

Os deuses gregos não são pessoas, mas Potências. O culto os honra em razão da extrema superioridade da sua condição. Se eles pertencem ao mesmo mundo que os humanos, se eles têm, de certa forma, a mesma origem, eles não participam daquelas deficiências que marcam as criaturas mortais com o selo da negatividade – fragilidade, fadiga, sofrimento, doença, morte – [os deuses] encarnam não o absoluto nem o infinito, mas sim, a plenitude dos valores que são apreciados nesta existência terrena: beleza, força, juventude eterna, fulgor permanente da vida. (VERNANT, 2006, p. 71).

A tônica do mistério de Elêusis referendava a plenitude dos deuses, mesmo que neles houvesse o selo da negatividade, no entanto, de modo absoluto, representam a jovialidade, a beleza e a razão: elementos esses que serão observados no discurso de Diotima. Deve-se frisar que o tônus da Beleza em si e tônus do Amor em si são questionados pela sacerdotisa e *hetaira* através da fala de Sócrates, voltando ao caráter de demiurgo do *Eros*. Qual a origem desse amor? Segundo Sócrates, na rememoração da fala da cortesã:

É um tanto longo de explicar, disse ela, todavia, eu direi. Quando nasceu Afrodite, banqueteavam-se os deuses, e entre os demais se encontrava também o filho de Prudência, Recurso. Depois que acabaram de jantar, veio para esmolar do festim a Pobreza, e ficou pela porta. Ora, Recurso, embriagado com o néctar – pois vinho ainda não havia –, penetrou o jardim de Zeus e, pesado, adormeceu. Pobreza, então, tramando em sua falta de recurso engendrar um filho de Recurso, deitou-se ao seu lado e pronto concebe o Amor. Eis por que ficou companheiro e servo de Afrodite o Amor, gerado em seu natalício, ao mesmo tempo que por natureza amante do belo, porque também Afrodite é bela. E por ser filho do Amor de Recurso e de Pobreza foi esta a condição em que ele ficou. Primeiramente ele é sempre pobre, e longe está de ser delicado e belo, como a maioria imagina, mas é duro, seco, descalço e sem lar, sempre por terra e sem forro, deitando-se ao desabrigo, às portas e nos caminhos, porque tem natureza de sua mãe, sempre convivendo com a precisão. Segundo o pai, porém, ele é insidioso com o que é belo e bom, e corajoso, decidido e enérgico, caçador terrível, sempre a tecer maquinações, ávido de sabedoria e cheio de recursos, a filosofar por toda a vida, terrível mago, feiticeiro, sofista; e nem imortal é a sua natureza nem moral, e no mesmo dia ora ele germina e vive, quando enriquece, ora morre e de novo ressuscita, graças à natureza do pai; e o que consegue sempre lhe escapa, de modo que nem empobrece o Amor nem enriquece, assim como também está no meio da sabedoria e da ignorância (PLATÃO, 2016, 217d).

Já se sabe a partir desse momento que o Deus Amor ascende de uma mãe podre e de um pai de recursos, ou seja: a gênese do *Eros* estará entre a sabedoria e a ignorância, entre a necessidade de buscar algo e dele fazer recurso para alcançar, seja pelos encantamentos, seja pela sedução. Todo o discurso de Diotima de Mantineia, rerepresentado por Sócrates, descaracteriza a ideia que se tem sobre esse deus, colocando-o na feição de um demiurgo. Ele nem é belo, nem feio, apenas é um *médium* entre os homens e os deuses.

Segundo Reali: “Amor não é nem belo nem bom, mas é sede de beleza e de bondade. Amor não é, portanto, um deus (Deus é só e sempre belo e bom), mas sequer é homem. Não é mortal nem imortal: é um desses seres daimoníacos ‘intermediários’ entre homem e Deus” (REALI, 2017, p.152-153). Sendo o amor um intermediário entre os deuses e os homens, esse “eros, concebido [...] é ao mesmo tempo o impulso para a verdadeira realização essencial da natureza humana, e portanto um impulso cultural no mais profundo sentido da palavra” (JAEGER, 2010, p. 739).

Sobre o Amor, Reali e Antirese apontam:

Amor é, portanto, filo-sofo, no sentido mais carregado do termo. A sophia, isto é, a sapiência, é possuída somente por Deus, a ignorância é própria daquele que está totalmente alienado da sapiência; ao contrário, a filosofia é própria de quem não é nem ignorante nem sapiente, não tem o saber, mas a ele aspira, está a procura, e aquilo que encontra lhe escapa e deve procurá-lo além (REALE; ANTIRESE, 2017, p. 153).

Na afirmação acima, como ficará a educação ou *paideia* do ‘erotismo’ ou do Amor como demiurgo?

Nas relações entre os homens de Atenas havia a prevalência da pederastia. Um homem mais velho (*erastes*) iniciava seu discípulo na arte do saber. Esse jovem era chamado de *erômenos*. Tal relação mantinha a característica da dialética no sentido de haver uma sensatez entre os *politikos* na Academia platônica – local privilegiado dos amantes aprendizes. Diotima falará sobre isso ao se referir às mutabilidades do amor, pois:

em geral, todo esse desejo do que é bom e de ser feliz, eis o que é ‘o supremo e insidioso amor, para todo homem’, no entanto, enquanto uns, porque se voltam para ele por vários caminhos, ou pela riqueza ou pelo amor à ginástica ou à sabedoria, nem se diz que amam nem que são amantes; outros ao contrário, procedendo e empenhando-se numa só forma, detêm o nome do todo, de amor, de amar e de amantes (PLATÃO, 2016, 203c).

A relação entre amante e amado é um exercício filosófico no sentido de promover a sabedoria. Os *erastes* e os *erômenos* mantinham um diálogo de amor ao saber. O que Diotima diz é a importância desse vínculo na manutenção da *Paideia* grega e da cultura do V século a. C.

Sócrates, com a parturição de ideias, retoma o conceito de mundo sensível e inteligível. Ora, para parir ideias pela cavilha do *Eros*, requerer-se-á que o amante e o amado se detenham no saber que nos é mostrado, parcialmente, no nosso Mundo Sensível, pela ótica da *Doxa*. A *episteme* ou a Forma detém uma contemplação que

no parto das ideias os amantes discutirão e se lembrarão – reminiscências – da origem primeira das Ideias pelo Amor.

Nosso mundo, segundo Platão, é uma sombra nebulosa regida pela experiência e que guarda através do diálogo e da metodologia da maiêutica a possibilidade de parir/conceber/mostrar/lembrar das Ideias esquecidas ou evanescidas. Segundo Emilio Lledó:

El Eros nos hace salir de nosotros mismos, nos arranca de la soledad y nos inserta en un mundo distinto y perenne donde la efímera individualidad se alza hasta la verdad y la belleza 'con lo que todo bueno está emparentado'. Ese ascenso es una muestra de cómo en el desvelo amoroso, sometido a la propia estructura corporal, brota la esperanza que es, en el río del amor y la memoria, la forma humana de eternidad. Todo lo otro que ha montado el gran engaño de la ignorancia es pura miseria y, en el peor de los casos, pura perversión lastimosa del inabarcable territorio del amor. 'En él sí que merece la pena vivir', dijo la mujer de Mantinea.<sup>10</sup> (LLEDÓ, 2009, p 05)

A tentativa da *hetaira* em falar sobre o Amor é aquela que nos faz pensar ser o *Eros* do filósofo regido pela ignorância e pela sabedoria concomitantemente, pois “ela aproxima eros da opinião verdadeira, conceito fundamental para a concepção platônica de educação. [...] filosofar é estar à procura de algo. *Eros* e filosofia têm como condições naturais o desejo ou a falta de saber” (PAVIANI, 2008, p. 86).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo deslocamento textual no sentido de lhe dar uma hermenêutica requer sacrifícios e atenção à obra na qual se debruça. Nesse sentido, o Banquete platônico foi o códice pesquisado e voltado às relações do amor discutido/dialogado por uma *hetaira*.

Essa mulher, sacerdotisa e prostituta, foi quem ensinou a Sócrates a arte do amor. Tal amor que no diálogo platônico nasceria de pais distintos, na festa de Afrodite, de um pai astuto, e de uma mãe pobre. Através desse vínculo o Amor tornou-se um demiurgo, – um *médium* entre os homens (mortais) e os deuses. Uma missão alvissareira se não fosse o espírito precário do amor.

---

<sup>10</sup> “Eros nos faz sair de nós mesmos, nos tira da solidão e nos insere em um mundo diferente e perene, onde a individualidade efêmera se eleva à verdade e à beleza ‘com as quais todo bem está relacionado’. Essa ascensão é um sinal de como, na insônia amorosa, submetida à própria estrutura do corpo, surge a esperança que é, no rio do amor e da memória, a forma humana da eternidade. Tudo o mais que tem montado o grande engano da ignorância é pura miséria e, no pior dos casos, pura perversão lamentável do território ilimitado do amor. ‘Vale a pena viver’, disse a mulher Mantinea” (Tradução livre).

Quando falamos de precário nos reportamos a faltoso. No encômio ao Deus, na versão socrática, o filósofo aparece como a encarnação do *daimon* descrito pela sacerdotisa. Podemos dizer que a relação Diotima-Sócrates enveredou pelo amor/contemplação que teve uma função filosófica, a saber, uma contemplação intelectual sobre o belo, sobre o *Eros*: o amor como nascido do discurso socrático visando um grau elevado entre os amantes numa dimensão espiritual.

A presença da mulher no encômio ao Deus *Eros* na casa de Agatão, chamou-nos atenção por se tratar de uma sociedade misógina. Podemos dizer que sendo sacerdotisa, com seus encantos e presságios, Diotima, através da leitura de Sócrates, não somente se valeu desse artifício de sacerdotisa, como também do *status* de ser uma prostituta.

Na Grécia Clássica, na época de Péricles, a arte de se prostituir era louvada, – a *hetaira* não estava no *Oïkos*, mas estava nas praças, nos banquetes, nas ruas e na academia grega. Para ser uma mulher *hetaira* fazia-se necessário o conhecimento dos textos antigos e iniciatórios e dos códigos da aristocracia helênica. À mulher comum do *oïkos* restava a casa, os afazeres domésticos e o cuidar dos filhos, não havendo permissão para entrar nos recintos masculinos como faziam as cortesãs (ROBERTS, 1998).

O que nos provocou no texto platônico foi à tônica da Diotima sacerdotisa, detentora de encantos, e de Sócrates, igualmente considerado encantador pelas suas palavras e discurso (um Sileno, nas palavras de Alcebíades).

Conclui-se que o diálogo sobre o amor é um *intermezzo* entre os homens e os deuses. *Eros*, o demiurgo, propunha, nas palavras de Sócrates, ser aquela entidade que livraria o filósofo da ignorância, pois ele era faltoso, e o colocaria com o absoluto, com o saber, pois ele era recurso (expediente). A falta era sua mãe, e o recurso seu pai: com eles o “amigo da sabedoria” poderia conseguir sair das aparências através do ato dialogado e da dialética que paria.

## REFERÊNCIAS

- CAMPOS, K. R. *Pólis vs. Oikos: a investigação do papel feminino no drama grego*. Mimio. Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, 2015. Disponível em << <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/139095/000865162.pdf?sequence=1>>> Acesso em Agosto de 2017.
- DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS ON-LINE. Demiurgo. Disponível em << <http://dicionarioportugues.org/pt/demiurgo>>> Acesso em março de 2019.
- DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. [s.d.]. Verbete P. Disponível em << <https://www.dicionarioetimologico.com.br/politico/>>> Acesso em março de 2019.
- FLORENZANO, M. B. B. *Pólis e oikos: o público e o privado na Grécia Antiga*. Publicado nos Anais do I Simpósio Regional de História Antiga, Rondonópolis, M.T (LAPECA). 2010. Disponível em << [http://labeca.mae.usp.br/media/pdf/florenzano\\_polis\\_e\\_oikos.pdf](http://labeca.mae.usp.br/media/pdf/florenzano_polis_e_oikos.pdf)>> Acesso em agosto de 2017.
- JAEGER, W. *Paideia: a formação do homem grego*. 5 ed. Tradução Artur Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- LAROUSSE. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1992.
- LIMA, N. R. *Gênero – Curso de especialização em gênero e diversidade na escola*. Alagoas: UFAL, [s.d].
- LLEDÓ, E. *El Eros de Diotima*. El País: 2009. Disponível em << [https://elpais.com/diario/2009/10/04/eps/1254637623\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2009/10/04/eps/1254637623_850215.html)>> Acesso em Agosto de 2017.
- LOREDO, C. R. *Eros e a iniciação: Um estudo sobre as relações entre a paidéia platônica e os antigos cultos gregos de Mistério a partir do Banquete*. Mimio. Departamento de Filosofia (Mestrado). FAJE: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. 2009. Disponível em << <http://www.faculdadejesuita.edu.br/documentos/111213-WNJIIJzPuYcb.pdf>>> Acesso em Agosto de 2017.
- MARDONES, M.A.H. *De la hetaerea a la ramera: el viaje alegórico de la prostituta hacia la modernidade latino-americana*. Dissertação de mestrado. Stanford University, 2010. Disponível em:  
<https://stacks.stanford.edu/file/druid:dw170ch0322/Hernandez%20Dissertation-augmented.pdf> . Acesso em dezembro de 2018.
- MASCHIO, E. A. D. *Platão – A verdade está em outro lugar*. São Paulo: Salvat, 2015.
- NUNES, P. S. *História da Cultura e das Artes*. 11 ed. Lisboa: Lisboa Editora, 2005.
- PAVIANI, J. *Platão & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Tradução de Maura Iglesias. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- PLATÃO. *Diálogos*. Tradução de José Cavalcante de Souza. Rio de Janeiro: Globo, 1964.
- PLATÃO. *O Banquete*. Tradução, posfácio e notas de José Cavalcante de Souza. São Paulo: Editora 34, 2016.
- REALI, G; ANTISERI, D. *Filosofia - Antiguidade e Idade Média*. São Paulo: Paulus, 2017, volume 1.
- ROBERTS, N. *As prostitutas na história*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

*O Discurso Sobre O Amor No Banquete, De Platão, E A Presença De Diotima De Manteneia: Mulher/Sacerdotisa/Hetaira*

SOUZA, J. C. *As grandes linhas da estrutura do Banquete*. In.: PLATÃO. *O Banquete*. São Paulo: Editora 34, 2016.

TEIXEIRA, E. F. B. *A Educação do homem segundo Platão*. São Paulo: Paulus, 1999.

VERNANT, J. P. *Mito e Religião na Grécia Antiga*. Tradução Joana Melo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

# THE DISCOURSE ON THE LOVE IN THE BANQUET, OF PLATO, AND THE PRESENCE OF DIOTIMA DE MANTINEIA: WOMAN/PRIESTESS/HETAIRA

## ABSTRACT

This article is about the discourse of Diotima of Mantinea in Plato's *Banquet* (2016). The speech of the priestess and *hetaira* (prostitute) was used through the speech of Socrates to deal with Love as a demiurgic entity. In the Platonic dialectic we observe that the Eros is an intermediary between men and the gods: son born of a poor mother and a resourceful father. The hypothetical question raised through the text/fabric of the aristocrat Plato was, even in a discursive instance, entered by a woman in a male enclosure to make love to the Platonic dialogue. It is noteworthy that Diotima of Mantinea was a priestess and *hetaira* (courtesan), and that, for this reason, her presence was tolerated among the guests of the Banquet, even if, in a domain dominated by discursiveness. We conclude that the presence of Diotima of Mantinea brought to the philosophical plot of the *Banquet* the opportunity to reaffirm the Platonic metaphysics of the Forms (world of Ideas) and of the experience (sensible world) that affect the formation of the philosopher being, in turn, debtor of the *Episteme* born of *Doxa* to become an authentic lover of wisdom.

**KEYWORDS:** Banquet; Diotima of Mantinea; Hetaira; Eros.

## **LE DISCOURS SUR L'AMOUR AU BANQUET DE PLATO ET LA PRÉSENCE DE DIOTIMA DE MANTINEIA: FEMME/PRÊTRESSE/HETAIRA**

### **RÉSUMÉ**

Cet article porte sur le discours de Diotima de Mantinée au banquet de Platon (2016). Le discours de la prêtresse et de *l'hetaira* (prostituée) a été utilisé dans le discours de Socrate pour traiter de l'amour en tant qu'entité démiurgique. Dans la dialectique platonicienne, nous constatons que l'Éros est un intermédiaire entre l'homme et les dieux: fils né d'une mère pauvre et d'un père plein de ressources. La question hypothétique soulevée à travers le texte/le tissu de l'aristocrate Platon était l'entrée, même discursive, d'une femme dans un enclos masculin pour faire l'amour au dialogue platonicien. Il est à noter que Diotima de Mantineia était une prêtresse et une *hetaira* (courtisane) et que, pour cette raison, sa présence était tolérée parmi les invités du banquet, même si, dans un domaine dominé par le discours. Nous concluons que la présence de Diotima de Mantinée a apporté au complot philosophique du banquet l'occasion de réaffirmer la métaphysique platonicienne des formes (monde des idées) et de l'expérience (monde sensible) qui affecte la formation du philosophe, à son tour débiteur. de l'Episteme né de Doxa d'être un authentique amoureux de la sagesse.

**MOTS-CLÉS** : Banquet; Diotima de Mantinée; *Hetaira*; Eros.

Recebido em: 17-04-2019

Aprovado em: 02-06-2019

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>  
[revista@psicanaliseebarroco.pro.br](mailto:revista@psicanaliseebarroco.pro.br)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

<http://www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php>

# A INCLUSÃO DA DIFERENÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO À CRIANÇA DIAGNOSTICADA COM AUTISMO

*Aline da Costa Jerônimo*<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir aspectos relevantes das principais políticas públicas direcionadas aos autistas. Analisamos a lei Nº 12.764 e a “Linha de Cuidado para Atenção às Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo na Rede de Atenção Psicossocial” pautados na articulação com teoria psicanalítica e particularidades do trabalho no âmbito institucional, as quais convocam o analista a sustentar sua práxis e assumir um posicionamento ético e político frente às diretrizes de atenção e cuidado à criança diagnosticada com autismo favorável à inclusão da diferença.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicanálise, autismo, políticas públicas, inclusão, instituição

---

<sup>1</sup> Psicóloga Clínica e Mestra pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará. Coordena o projeto "Psicologia e Universidade Pública: ações integradas na assistência estudantil da UFPA. E-mail: alinejeronimopsi@gmail.com

Sustentar a ética da psicanálise implica em assumir uma postura de trabalho que se dá no caso a caso, na particularidade de cada contexto. Conseqüentemente, a clínica com crianças diagnosticadas autistas é pautada em semelhante preceito, em que a aposta no sujeito conduz ao posicionamento contrário ao anonimato que lhes é imposto, bem como a qualquer forma de tratamento que restrinja suas possibilidades de escolha, o respeito à diferença e a manifestação da subjetividade. Fundamenta-se nesses aspectos a importância da análise das políticas públicas direcionadas aos autistas.

Tais apontamentos foram possíveis partindo dos efeitos do trabalho desenvolvido no projeto “Psicanálise na Interdisciplinaridade: análise das demandas dos profissionais para atuação do psicólogo no tratamento do autismo e das síndromes neurológicas da infância”, cujo foco é possibilitar uma escuta que abranja a estrutura, a organização e o funcionamento do Serviço Caminhar, desenvolvido no Ambulatório de Desenvolvimento do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS) da Universidade Federal do Pará, que atende crianças com síndromes neurológicas graves, incluindo, além disso, também aquelas que são diagnosticadas como autistas, com o objetivo de envolver o atendimento psicoterapêutico às crianças e seus cuidadores.

Nossa prática nos confronta com os desafios que se impõem ao exercício da psicanálise na interface com as atuais políticas públicas de saúde mental vigentes no campo institucional. Enquanto a psicanálise considera que para o autista houve um fracasso no estabelecimento do laço com o Outro primordial, acarretando na falha em sua constituição psíquica (LAZNIK, 1998), outros campos do saber como as ciências biológicas divergem deste enfoque e apostam em hipóteses genéticas como causa da síndrome. Nesta via, observamos a profusão de diagnósticos de autismo, baseados em traços do comportamento conforme a determinação de manuais como CID 10 e DSM V.

Paralelamente a isto nota-se a expansão de técnicas comportamentais no tratamento do autismo e o conseqüente afastamento dos aspectos subjetivos aí implicados. Entretanto, do ponto de vista da psicanálise, nos autistas, as inscrições originárias não chegam ao status de significante por falta de quem as signifique e deles faça leitura. E é neste aspecto que se circunscreve nossa intervenção, incidindo no ponto em que falha a constituição do sujeito e apostando na retomada das operações psíquicas essenciais ao estabelecimento de laços sociais.

Isto se torna possível a partir da escuta dirigida ao sujeito do desejo, ao acessar a angústia parental que surge na relação com o filho autista, bem como oferecendo à criança um lugar em que lhe seja provida a chance de se constituir enquanto sujeito. Tais aspectos da teoria psicanalítica nos animam a implantar e desenvolver projetos articulados que visam à assistência integral à saúde, o ensino e a produção de conhecimento na área por meio de pesquisa científica.

Nesta via, o projeto “Psicanálise na Interdisciplinaridade” propõe fazer uma interlocução com os médicos e demais profissionais, procurando-os para discutir os casos e seus tratamentos, incluindo ainda a oferta de escuta às crianças e seus familiares, quando necessário. Isso, de certa forma, tem efeito sobre o tratamento do paciente e da família, pois ao serem convocados a falar, eles se implicam e se responsabilizam pelo tratamento. Se partirmos de uma resposta ou de um diagnóstico, só conseguimos estancar a fala e evitar qualquer questionamento sobre seu sofrimento, pois o paciente já tem descritas as características de seu mal, formulado pelo saber médico. As explicações recebidas de parte dos profissionais, principalmente por meio da prática do diagnóstico, constituem laços com o saber da medicina e, portanto, pela via do Discurso do Mestre, que é aquele ao qual os médicos, de um modo geral, estão afiliados.

O conhecimento médico capta a queixa emergente na rede de sinais manifestas principalmente naquilo que destoa aos marcadores biológicos e comportamentais e são localizados dentro de uma síndrome. Nessa conjuntura, o saber próprio aos laços parentais é subsumido ante aos ideais científicos de quantificação e objetividade. Com isso, os aspectos subjetivos que apontam para singularidade de cada caso tornam-se periféricos, com reflexos desde pesquisa e intervenção ao diagnóstico.

As atuais diretrizes de atenção à saúde das crianças com autismo seguem esta via do saber totalitário. Em nome do bem-estar apresentam, em seu discurso, significantes como proteção, assistência e prevenção e acabam impondo-se como um saber que move a verdade, nos moldes do que Lacan (1969-1970/1992) identifica com o Discurso do Mestre. Esse discurso faz calar o sujeito, sua história singular e seu saber próprio a respeito de sua condição desejante.

Nossa inserção no campo institucional enseja propostas de análise que objetivam a construção de saber sobre as atuais políticas públicas de saúde mental direcionadas a crianças com autismo, tendo em vista que elas regulamentam as

diretrizes sobre a direção do tratamento neste contexto. Ademais, localizamos uma tensão que se faz presente entre o que a psicanálise concebe como necessário ao tratamento e as linhas de cuidado e atenção à criança autista. Enquanto o olhar da psicanálise sobre o autismo enfatiza eticamente a escuta do sujeito, pautada na singularidade de cada caso, as práticas institucionais são em sua maioria excludentes, na medida em que tomam o autista como objeto de seu saber e intervenções, mantendo o sujeito no anonimato.

Pensamos que para que um trabalho interdisciplinar ocorra, e o autista seja de fato um sujeito de direitos, é preciso levar em conta os intercruzamentos discursivos que circulam na instituição, assegurando o lugar da escuta do sujeito. Logo, partimos da especificidade do saber e da práxis do psicanalista, que diferem do saber totalizante presente nas políticas públicas, a fim de tecer considerações sobre a atuação interdisciplinar na instituição em que estamos inseridos. Afinal, como podemos pensar a direção do tratamento no espaço coletivo? Como é possível a ocorrência de um trabalho interdisciplinar que transcenda a teoria para de fato se tornar uma rotina que venha atender as necessidades de tratamento?

Tais questionamentos nos remetem ao lugar ocupado pelo psicanalista frente às exigências institucionais, no que se refere ao diagnóstico precoce, práticas assistencialistas, medidas comportamentais e intervenção medicamentosa previstas nos manuais de tratamento da criança autista. Estariam sendo incluídas as questões subjetivas nas diretrizes de cuidado? O psicanalista está de fato engajado nas questões políticas referentes ao tratamento do autismo?

## **CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO AUTISMO – O LUGAR DOS PAIS E A CLÍNICA DO SUJEITO**

Há 72 anos Léo Kanner criava uma nova categoria nosológica ao destacar o autismo do campo das esquizofrenias, desde este ato inaugural até a atualidade o autismo permanece um quadro instigante que desafia a ciência, irreduzível às análises laboratoriais genéticas cujas conclusões sobre uma etiologia molecular não se confirmaram. É neste campo insólito que surgem os embates políticos que suscitam discussões acaloradas em torno da melhor forma de diagnóstico e tratamento.

Em 2012, na França foi “decretado” o fim da Psicanálise para o tratamento do autismo, curiosamente quando se nomeia esta síndrome enquanto causa nacional se exclui o campo do saber psicanalítico. No mesmo ano, a Secretaria Estadual de Saúde

do Estado de São Paulo (SES) seguindo a “caçada às bruxas” iniciada em solo Frances, anuncia o descredenciamento de instituições que operavam a partir da psicanálise no tratamento do autismo.

Nesta ocasião, foi lançado um edital para credenciamento de instituições de saúde especializadas no atendimento de pacientes autistas, restringindo as vagas de psicólogo aos que atuam pelo viés da abordagem cognitivo comportamental, e em agosto de 2012, a SES anunciou o fim de repasse de verbas ao Centro de Referência da criança e do adolescente (CRIA), clínica especializada no atendimento de saúde mental com base psicanalítica (ESCOLA DE PSICANÁLISE DOS FÓRUMS DO CAMPO LACANIANO, 2013).

Diante destes acontecimentos nos questionamos acerca do que se tenta deixar de fora ao negar a psicanálise enquanto um campo do saber reconhecidamente científico. Como possível resposta temos a herança deixada por Bruno Bettelheim, que, em seu livro clássico “A Fortaleza Vazia” (BETTELHEIM, 1987), destaca como causa do autismo a relação pouco afetuosa entre pais de crianças autistas e seus filhos. Tal hipótese foi rechaçada pela grande maioria dos cuidadores que, unidos em torno de associações, mobilizaram-se politicamente contra o método psicanalítico e em favor de técnicas cognitivas comportamentais (MENDENEZ, 2012).

Ora, sabemos que o nascimento de um filho representa a revivescência do narcisismo parental (FREUD, 1914 [2004]), renunciar a este ideal de perfeição, bem como vislumbrar a possibilidade de ser responsável por um infortúnio que ocorreu ao filho é uma experiência que pode ser vivenciada como desprazer pelo Eu, geradora de angústia, defesas e sintomas. A esperança de um tratamento eficiente, com apelo científico e com vias à transformação do comportamento é atraente e parece atender aos ideais parentais. O diagnóstico rápido e curso previsível do tratamento também seduz aos profissionais que atuam no campo da saúde mental, bem como coadunam com as premissas do SUS que prezam por um atendimento rápido, eficaz e de baixo custo.

Diante disso, a escuta psicanalítica poderia parecer antiquada, pouco eficiente. Porém, desse lugar de rechaço é possível colher o que resta do enquadre das políticas e práticas universalizantes ao garantir o lugar do sujeito no discurso, promovendo a torção capaz de produzir um saber particular sobre os sintomas os quais se queixa.

O projeto “Psicanálise na Interdisciplinaridade: análise das demandas dos profissionais para atuação do psicólogo no tratamento do autismo e das síndromes

neurológicas da infância” se propõe a operar a partir desta via. Desenvolvemos atividades que incluem a escuta de pacientes e cuidadores na sala de espera, assim como realizamos desde 2014 reuniões semanais no grupo “Cuidando de quem Cuida”, direcionado aos pais de crianças inscritas no serviço.

Há de se destacar da fala dos cuidadores este insólito lugar de pais de uma criança autista, às vezes até mais do que uma, visto não ser incomum encontrar casos nos quais um dos filhos já é atendido no Serviço Caminhar e a mãe leva o irmão para verificar a possibilidade de que este também seja autista. Isto nos remete ao conceito de Identificação proposto por Freud em 1921 no texto “Psicologia das Massas e análise do Eu”, onde a define como a mais remota expressão de um laço com outra pessoa. Lacan, (1961), retoma este conceito ao criar o neologismo “traço unário” em referência a uma primeira marca de surgimento do sujeito a partir do significante. A esse respeito, Rinaldi (2008 p.128), afirma que “o caminho do sujeito, passa pelo Outro, enquanto marcado pelo significante, e seu desejo se constitui nessa tensão em relação ao Outro, de onde se origina com o advento do traço unário”.

Ainda nessa via da nomeação, no que se relaciona ao nosso contexto de trabalho, vemos muitas crianças marcadas muito precocemente pelo diagnóstico de autismo. É possível observar as ressonâncias desse ato nos pais que, ante a materialidade do diagnóstico, buscam as próprias soluções. Dentre elas, o ativismo político tal como Berenice Piana, mãe que dá nome a lei de proteção aos direitos da pessoa com autismo.

Em entrevista à Revista Autismo, Berenice Piana relata a história de Dayan, seu filho caçula, que aos dois anos emudeceu e nunca mais falou. Ouviu de especialistas que o filho “não tinha nada”, porém, inconformada, pediu ao marido que comprasse livros de psiquiatria e começou a estudar por conta própria. Diz que percebeu que o filho era autista e tentou, sem sucesso, convencer a família e profissionais de sua descoberta. Berenice Piana relata que vivenciou alguns anos de tristeza e amargor, em virtude da dificuldade em encontrar tratamento para o filho, porém o encontro com a mãe de uma criança diagnosticada como autista a fez vislumbrar a possibilidade de mudança no quadro do filho.

Fiquei observando, encantada, aquele garoto lindo, calmo e educado e perguntei que tipo de tratamento ele fazia. Ela me explicou que havia um terapeuta excêntrico na Urca que fazia muito sucesso com autistas. Peguei o telefone e endereço e fui cheia de esperança para casa. Meu marido ficou me olhando como se eu fosse lunática [...] Dayan melhorou muito sim, passou a ser organizado e deixou de se machucar, de quebrar as coisas. Começou a tomar banho e a usar o vaso sanitário. Passou a usar roupa e também a dormir. (REVISTA AUTISMO, 2012)

Berenice Piana foi porta voz de seu filho emudecido, contestou a muitos e travou uma luta solitária pelo direito do filho ao tratamento. O que teria levado Berenice a escolher este tratamento em detrimento dos demais? Mais importante do que uma simples resposta é a questão que a pergunta nos suscita, a saber, o desejo dos pais em relação ao filho.

## **O NASCIMENTO DA LEI E O APAGAMENTO DO SUJEITO**

Ao longo da entrevista Berenice relata o olhar de tristeza das outras mães ao ver Dayan comportado e não ter a possibilidade de oferecer aos filhos o mesmo tratamento. A vontade de ajudar estas mães a mobilizou a lutar em prol de políticas públicas direcionadas a pessoas autistas. Sua mobilização culminou na promessa feita em 2010 pelo Senador Paulo Paim de que os próprios pais iriam escrever a lei: “Ele fez questão de frisar que seria Legislação Participativa, a lei seria escrita por nós, de acordo com nossas necessidades”.

Vale ressaltar que não há uma única definição que contemple o campo das Políticas Públicas. Compreende uma área de estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas (MEAD, 1995), em suma são ações desenvolvidas pelo Estado com a participação de entes públicos ou privados com vista a assegurar direitos e promover a cidadania.

Assim, a lei Nº 12.764, foi sancionada em 27 de dezembro de 2012 e institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, na qual a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada deficiente para todos os efeitos legais. Em § 1º define autismo conforme as determinações descritivas dos manuais diagnósticos, já seu § 2º versa sobre as diretrizes da Política Nacional de Proteção, enfocando no tratamento, preconizando o diagnóstico precoce, atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes, o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, bem como o incentivo à formação e à capacitação de profissionais e à pesquisa na área. O § 3º trata dos direitos da pessoa com autismo, são estes:

- I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:
  - a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
  - b) o atendimento multiprofissional;
  - c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
  - d) os medicamentos;
  - e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
- IV - o acesso:
  - a) à educação e ao ensino profissionalizante;
  - b) à moradia, inclusive à residência protegida;
  - c) ao mercado de trabalho;
  - d) à previdência social e à assistência social.

Sabemos que, apesar da extensa gama de terapêuticas voltadas ao atendimento de crianças autistas, há algumas técnicas que se mostram amplamente aceitas e divulgadas. Entre elas, o método ABA (Applied Behavior Analysis), Teacch (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handcapped Children), PECS (Picture Exchange Communication System).

Tais métodos baseiam-se em práticas comportamentais que por sua vez apresentam-se como novas configurações de antigas práticas educativas instituídas ainda ao final do século XVIII, como no célebre caso do selvagem de Aveyron (ITARD, 1994). Um “disfarce de modernidade” destinado a impor um ideal de cientificidade que encobre os reais interesses de ordem econômica e ideológicas (MENDENEZ, 2012).

Luciano Elia (2012) atesta a existência de um discurso pseudocientífico que se apresenta sob o que ele denomina como “medicina do comportamento”, que alia a Psicologia cognitivo- comportamental com a medicina baseada em evidências inspirada no modelo neurocientífico.

Para a psicologia comportamental, qualquer investigação ou tratamento de fenômenos como o autismo implicará a sua redução a padrões comportamentais em interação com fatores biológicos, ainda que estes permaneçam na mais completa e vaga imprecisão. Por não distinguir adequadamente objeto e método, a psicologia comportamental se vê na injunção de degradar o objeto para manter o seu método que, para ser tido como “científico”, deve “objetivar” o sujeito e reduzi-lo a repertórios comportamentais manipuláveis por modelagem experimental. (ELIA; 2012, p. 58)

Os ganhos obtidos na esfera comportamental são consideráveis, permitindo a aquisição de um bom repertório de comportamentos úteis às suas atividades diárias e importantes no processo de inclusão social. Porém, se considerarmos, tal como a psicanálise, que no autismo não se estabeleceu o laço com o Outro primordial (LAZNIK, 1998) vemos que a questão é mais complexa do que a superficialidade do

comportamento nos mostra, logo, transformar autistas em indivíduos autômatos demonstra ser uma forma de adaptá-los a nossa própria lógica e distanciá-los do que lhes diferenciariam enquanto sujeitos de desejo. A esse respeito Elia afirma:

Entregue às operações da ideologia cientificista da medicina do comportamento, lastreadas pelo poder incalculável dos lucros da indústria de psicofármacos, o autismo não conhecerá outro destino senão o da segregação travestida, como convém, da mais cínica aventura repleta de proezas no desenvolvimento de “competências sociais”, inclusão, benefícios sociais junto às políticas públicas de assistência (bolsas, auxílios, ganhos sociais os mais diversos, garantias de direitos) que não apenas mantêm intacta a posição do sujeito – como um não-sujeito, um objeto que se crê ativo e ativado pelo pragmatismo das conquistas no espaço de suas relações na pólis – como engendram incessante e performaticamente essa posição de objeto de manipulação social e política (ELIA; 2012, p. 58).

As diferenças com relação ao método Psicanalítico e da Psicologia cognitivo comportamental não precisariam, a priori, significar práticas excludentes, porém o que vemos é o rechaço da psicanálise pelos seus detratores e as correntes cognitivo comportamentais presentes até mesmo no corpo de uma lei. Isto tem efeitos importantes, principalmente nas políticas públicas que, ao lançar diretrizes sobre as linhas de cuidado e atenção a criança com autismo, prioriza determinada abordagem em detrimento das demais. O Movimento Psicanálise Autismo e Saúde Pública (MPASP) alerta que no campo da saúde mental não pode haver um reducionismo dogmático que ignore a complexidade do sofrimento psíquico elegendo uma única forma de abordagem diante dele, mas sim que se instaure um trabalho em equipe, possibilitando a articulação na direção de um tratamento interdisciplinar.

É nesta vertente que surge a “Linha de Cuidado para Atenção às Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo na Rede de Atenção Psicossocial” desenvolvida pelo Ministério da Saúde em abril de 2013, construída a partir de um amplo debate entre profissionais de diferentes disciplinas e abordagens teóricas, bem como profissionais da rede SUS e usuários, respeitando a complexidade implicada no autismo e a importância de uma atenção interdisciplinar em seu tratamento.

Enfoca na individualidade de cada caso visando à construção de “Projetos terapêuticos singulares” e à detecção precoce de sinais de risco na constituição psíquica. Entretanto, apesar do avanço em considerar a subjetividade implicada na experiência de cada família em torno da questão autista, o discurso recai no que Freud nos alertava quanto ao Furor Curandis (FREUD, 1915). Face à urgência em ofertar cura, suprimir as angústias e normatizar os sujeitos, vislumbramos que não há o

acolhimento da diferença, o que indica que algo no autismo permanece insuportável e deve ser calado, subsumido, curado por intermédio desse cuidado.

Tal arranjo nos parece ser contrário a um projeto que se supõe a favor da inclusão do autista enquanto sujeito de direitos na sociedade, na medida em que se espera dele um desenvolvimento ou mesmo um comportamento conforme as exigências de um padrão de normalidade. Diante disso, Quinet (2006) nos indica que, para a psicanálise, a inclusão de que se trata é a inclusão da diferença e conclui: “Por muito tempo, houve uma forclusão da inclusão na história da psiquiatria que adotou o binômio: exclusão e reclusão. [...] Em vez de forcluir a inclusão, trata-se de incluir a forclusão”.

Porém, o que podemos depreender do aumento no número de diagnósticos de autismo é que grande parte das tentativas de intervenção precoce da patologia se traduzem em conclusões precipitadas que causam efeitos subjetivos importantes para a criança e cuidadores e isto em favor de uma ação rápida, a fim de minimizar o agravamento do quadro, sem ao menos dar-se conta de que o diagnóstico por si já é excludente, posto que exclui o sujeito ao nomeá-lo, limitando as possibilidades de que se articulem outros significantes que o nomeie no campo do Outro.

“Deficiente”, assim é definido o autista perante a lei. Porém, ressoa em nós a deficiência da lei quando não garante a materialidade do que propõem. Escuta-se os pais e sua queixa. No entanto, a psicanálise convoca o sujeito a questionar-se sobre o próprio desejo. Nesse arranjo, os agentes políticos anseiam legislar cumprindo os quesitos da participação democrática, os pais falam desde seus narcisismos parentais. Tais questões ratificam o dever ético de sustentar o lugar da escuta dos pais no tratamento do autismo, visto que sua mobilização é determinante no curso da construção de políticas públicas em saúde mental.

A partir do exposto é possível concluir que há diversas motivações subjetivas, ideológicas e econômicas presentes na luta por direitos de crianças autistas e estas questões podem inclusive mudar o curso das demandas que se articulam nas reivindicações parentais, ou seja, tais injunções podem se sobrepor ao que tem a dizer o autista. Sim, “eles tem algo a dizer, embora não possam falar” (KUPFER, 2012), que tenhamos dificuldade em escutá-lo não impede que sejam “personagens verbosos” como afirma Lacan (1985). Tal afirmação convoca os analistas a escutar o que tem a dizer o autista, ofertando a eles a chance de se constituírem enquanto sujeitos.

## REFERÊNCIAS

- BATISTA, C. *Deficiência e autismo*. Movimento Psicanálise Autismo e Saúde Pública. Disponível em: <https://psicanaliseautismoesaudepublica.wordpress.com/2013/07/08/deficiencia-e-autismo-cristina-abranches-mota-batista/> . Acesso em 29/02/2016.
- BERNARDINO, L. M. F. *A clínica das psicoses na infância: impasses e invenções*. Estilos clin. [online]. 2001, vol.6, n.11, pp. 82-91.
- BERNARDINO, L. M. F. *A questão da psicose da infância, seu diagnóstico e tratamento frente ao seu “desaparecimento” da nosografia atual*. In: JERUSALINSKY, A.; FENDRIK, S. (Org.) O livro negro da psicopatologia contemporânea. São Paulo: Via Lettera, 2011.
- BERNARDINO, L. M.F. *Das razões para indicar uma abordagem clínica no campo da psicopatologia da criança*. In: Revista da associação psicanalítica de Curitiba “Tecendo redes: psicanálise e políticas públicas”, n.26. Curitiba: editora Juruá, 2013, p.137-148.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*, São Paulo: Ed. Campus, 1992.
- BRASIL. Lei Ordinária nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista 27/12/2012 – link [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm) .
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Linha de cuidado para a atenção às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- BETTELHEIM, Bruno. *A fortaleza vazia*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- CADERNOS DE STYLUS. *Histórico do “Movimento Psicanálise, Autismo e Saúde Pública”*. Cadernos de Stylus, Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Brasil. Rio de Janeiro, 2013, p. 11-12.
- DEBIEUX, Rosa Miriam; BERTA, Sandra Leticia ; Carignato Taeco Toma ; Alencar Sandra . *A condição errante do desejo e a prática psicanalítica clínico-política*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. V12, p. 497-511, 2009.
- DZU, R. C. M. *Discurso jurídico e discurso analítico*. Sobre a responsabilidade do sujeito e as penas alternativas. In: ALTOÉ, S.; LIMA, M. M. (Org.). *Psicanálise, clínica e instituição*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2005, p. 198-214.
- ELIA, L. *Autismo e Segregação*. A peste, São Paulo, v. 4, no 1, p. 55-64, jan./jun. 2012.
- \_\_\_\_\_. *O dispositivo psicanalítico ampliado na clínica institucional do autismo e da psicose infantil*. Estudos e Pesquisas em Psicologia (Online), UERJ, RJ, v. 7, n. 3, p. 613-620, dez. 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10883/8565> .
- \_\_\_\_\_. *A psicanálise na atenção psicossocial: o dispositivo psicanalítico ampliado na rede de atenção psicossocial*. Associação Psicanalítica de Curitiba em Revista, v. 26, p. 69-85, 2013.

\_\_\_\_\_. *Clínica e pesquisa na instituição pública de tratamento de crianças e adolescentes autistas e psicóticos*. Associação Psicanalítica de Curitiba em Revista, v. 20, p. 87-108, 2010.

\_\_\_\_\_. *Do sujeito ainda e sempre em questão*. In: Sônia Elisabete Altoé. (Org.). *As leis e a Lei*. 1ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2006, v. 1, p. 85-96.

\_\_\_\_\_. *O sujeito da psicanálise e a ordem social*. In: Sonia Altoé. (Org.). *Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo - Direito e Psicanálise*. 1ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1999, v. 11, p. 131-140.

\_\_\_\_\_. *Psicanálise e neurociência frente ao autismo: uma disjunção inclusiva*. In: Luis Achilles Rodrigues Furtado e Camilla Araújo Lopes Vieira. (Org.). *O autismo, o sujeito e a psicanálise: consonâncias*. 1ed. Curitiba: CRV, 2014, v. 1, p. 19-36.

\_\_\_\_\_. *Uma ciência sem coração*. *Ágora (PPGTP/UFRJ)*, Rio de Janeiro, v. II, n.no. 1, p. 41-53, 1999.

\_\_\_\_\_; AMARAL, Nympha ; SANTOS, Kátia Wainstock Alves dos ; PINTO, Rosemary Fiães ; ARMOINY, N. S. . *Impactos da política de saúde mental infano-juvenil na clínica do autismo praticada em rede territorial de cuidado no Rio de Janeiro: diretrizes das políticas públicas e estrutura do dispositivo clínico*. In: Edith Lauridsen Ribeiro; Oswaldo Yoshimi Tanaka. (Org.). *tenção em Saúde para crianças e adolescentes no SUS*. 1ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, v. 1, p. 211-229.

\_\_\_\_\_. *A Psicanálise com Muitos na Clínica Institucional Pública de Saúde Mental Infanto-Juvenil*. Programa Prociência. Rio de Janeiro, janeiro de 2005.

\_\_\_\_\_. *O Conceito de Sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FERNANDES, F. & COSTA-MOURA, F. (2010) “*Lógica da Ciência, Formalismo e Forclusão do Sujeito*”, In: COSTA-MOURA, F. (org.) *Psicanálise e Laço Social*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras.

FREUD, Sigmund. (1905). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. In: \_\_\_\_\_. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Vol. VII.

\_\_\_\_\_. (1914). *À guisa de introdução ao narcisismo*. In: \_\_\_\_\_. Edição standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud: escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, 2004. Vol. I.

\_\_\_\_\_. (1915). *Pulsões e destinos da pulsão*. In: \_\_\_\_\_. Edição standard brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud: escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, 2004. Vol. I

\_\_\_\_\_. (1920). *Além do princípio do prazer*. In: \_\_\_\_\_. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Vol. XVIII.

\_\_\_\_\_. (1923) *Dois verbetes de enciclopédia* In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora. Vol. XVIII.

\_\_\_\_\_. (1913). *Totem e tabu*. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* – Rio de Janeiro: Imago, 1996. Vol. VIII.

\_\_\_\_\_. (1930). *O mal estar na civilização*. In: *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira* – Rio de Janeiro: Imago, 1996. Vol. XXII.

\_\_\_\_\_. (1921). *Psicologia das massas e análise do Eu*. In S. Freud. *Obras completas (P. C. de Souza, trad., vol. 15, pp. 13-113)*. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

## *A Inclusão Da Diferença Nas Políticas Públicas De Atenção À Criança Diagnosticada Com Autismo*

JERUSALINSKY, A. *Um autista merece a chance de se constituir como sujeito*. SIG Revista de Psicanálise, Porto Alegre, v. 1, n1. Ago, 2012b, p. 103-114.

KUPFER, M. C. M.. *Os bebês falam: sobre uma pesquisa em creches atravessada pela Psicanálise*. Associação Psicanalítica de Curitiba em Revista, v. 25, p. 73-87, 2012.

LACAN, J. (1938). *Os complexos familiares na formação do indivíduo*. In: Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 23-90.

\_\_\_\_\_. (1955-1956a). *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*. In: Escritos. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1955-1956b). *O seminário, livro 03: As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. (1957-1958). *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. (1959-1960). *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. (1960-1961) *O Seminário Livro 8: A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. (1969-1970). *O seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. (1963). *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LACAN, J. (1967). *Nota sobre a criança*. In: Outros Escritos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 369-370.

\_\_\_\_\_. (1998[1975]). *Conferência em Genebra sobre o sintoma*. In *Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, (23). São Paulo: Edições Eolia, p. 10.

\_\_\_\_\_. (1969). *Alocução sobre as psicoses da criança*. In: Outros Escritos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LAURENT, E. *O que nos ensinam os autistas*. In: *Autismo(s) Atualidade: Uma Leitura Lacaniana*. Belo Horizonte. Scriptum Livros, 2012.

Laznik, M. *A voz como primeiro objeto da pulsão oral*. Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas. 1998.

LEMERLE, R. M. *Sujeito do direito, sujeito do desejo*. In: ALTOÉ, S. (Coord.). *Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter, 2004, p. 01-14.

LUNA, A; NICOLAU, R. *Práticas adaptativas, políticas públicas e o lugar da psicanálise no tratamento do autismo*. In *anais do Congresso de Psicopatologia Fundamental*. 2014.

MACHADO, F; LERNER, R. *Controvérsias acerca da presença da psicanálise nas diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com transtornos do espectro do autismo*. A peste, São Paulo, v. 4, no 1, p. 29-36, jan./jun. 2012.

MEAD, L. M. *Public Policy: Vision, Potential, Limits*. *Policy Currents*, fevereiro: 1-4. 1995.

MENDENEZ, R. *Autismo: uma questão de ciência ou ideologia?* Estudos de Psicanálise. N.38. Belo Horizonte. 2012.

MERLETTI, C; LEÃO, S. *A Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Autismo: uma análise sobre os seus efeitos nas relações entre a família, a criança e os profissionais da saúde e educação*. Disponível em:

[www3.fe.usp.br/secoes/inst/novo/agenda\\_eventos/inscricoes/PDF.../36028.doc](http://www3.fe.usp.br/secoes/inst/novo/agenda_eventos/inscricoes/PDF.../36028.doc) .

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Secretaria de Atenção à Saúde*. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo. Brasília, 2013.

NUNES, F. *Autismo e atuação política: reflexões sobre a mobilização de familiares de pessoas com autismo no Rio de Janeiro*. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência SEDPCD/Diversitas/USP Legal –São Paulo, junho/2013.

OLIVEIRA, J. *Autismo, Política de Saúde Mental e a Psicanálise: (Des) encontros possíveis*. *Psicologia & Saberes*, 2012, 1(1), p. 48-57.

PACHECO, Ana Laura Prates. *Infância e Autismo: entre a segregação e a concentração*. *A peste*, São Paulo, v. 4, no 1, p. 19-28, jan./jun. 2012.

PACHECO, Ana Laura Prates. *O Corpo e os discursos: dominação e segregação nos laços encarnados*. *A Peste: Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia*, v. 2, p. 5-26, 2010.

PACHECO, Ana Laura Prates; PACHECO FILHO, R. *Autismo, segregação, psicanálise e sujeito*. *A peste*, São Paulo, v. 4, no 2, p. 11-15, jul./dez. 2012.

PACHECO, Ana Laura Prates; BERTA, Sandra e OLIVEIRA, Beatriz. *Texto do “grupo de trabalho 21” (Política e ética da Psicanálise para o tratamento das psicoses: a subversão como resposta à segregação)*. *Cadernos de Stylus, Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Brasil*. Rio de Janeiro, 2013, p. 19-28.

PIANA, B. *A história de uma lei*. *Revista Autismo*, 2 ed, abril, 2012. Disponível em: <http://www.revistaautismo.com.br/edicao-2/a-historia-de-uma-lei> Acesso em: 17 de abril de 2015.

PIMENTA, P. R. *Autismo: déficit cognitivo ou posição do sujeito? Um estudo psicanalítico sobre o tratamento do autismo*. 150 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

PINTO, R. *CAPSI para crianças e adolescentes autistas e psicóticas: a contribuição da psicanálise na construção de um dispositivo clínico*. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia, UERJ, 2005.

QUINET, A. *Psicose e laço social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

RESTREPO, J. *Do autismo nos tempos do capitalismo ao sujeito autista da psicanálise*. *A peste*, São Paulo, v. 4, no 2, p. 57-64, jul./dez. 2012.

RINALDI, D. L. *O traço da identificação*. In: *Simpósio de Intersecção Psicanalítica do Brasil, 2008, Brasília. As identificações e a identificação sexual*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008. p. 125-133.

SÃO PAULO. *Cartilha Direitos das Pessoas com Autismo*. Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2011.

VIDAL LUIZ, N. *O real na letra da lei: de uma escrita que dê lugar ao sujeito*. Dissertação (mestrado) – UFRJ/ Instituto de Psicologia/Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, 2001.

VOLTOLINE, R. *Psicanálise e Inclusão Escolar: direito ou sintoma?* *Estilos da Clínica*, 2004, Vol. IX, no 16, p. 92-101.

VORCARO, Ângela. *Crianças na Psicanálise – Clínica, Instituição, Laço Social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

## **INCLUSION OF THE DIFFERENCE IN PUBLIC POLICIES FOR CARE OF CHILDREN DIAGNOSED WITH AUTISM**

### **ABSTRACT**

This article aims to discuss relevant aspects of the main public policies aimed at autistic individuals. We analyzed Law N° 12.764 and the "Care Line for Attention to People with Autism Spectrum Disorder in the Network of Psychosocial Care" based on the articulation with psychoanalytic theory and particularities of the work in the institutional scope, which summon the analyst to support his praxis and to assume an ethical and political position regarding the care and attention guidelines for the child diagnosed with autism in favor of inclusion of the difference.

**KEYWORDS:** Psychoanalysis, autism, public policies, inclusion, institution.

# **L'INCLUSION DE LA DIFFÉRENCE DANS LES POLITIQUES PUBLIQUES D'ATTENTION À L'ENFANT DIAGNOSTIQUÉ AVEC L'AUTISME**

## **RÉSUMÉ**

Cet article vise à discuter des aspects pertinents des principales politiques publiques visant les personnes autistes. Nous avons analysé la loi n ° 12.764 et la "Ligne de soins pour les personnes atteintes de troubles du spectre autistique dans le réseau de soins psychosociaux" en nous appuyant sur la théorie psychanalytique et les particularités du travail dans le domaine institutionnel qui promeuvent à assumer une position éthique et politique concernant les directives de soins et d'attention pour l'enfant chez lequel l'autisme a été diagnostiqué en faveur de l'inclusion de la différence.

**MOTS-CLÉS:** Psychanalyse, autisme, politiques publiques, inclusion, institution.

*A Inclusão Da Diferença Nas Políticas Públicas De Atenção À Criança Diagnosticada Com Autismo*

Recebido em: 22-03-2019

Aprovado em: 02-05-2019

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

[revista@psicanaliseebarroco.pro.br](mailto:revista@psicanaliseebarroco.pro.br)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

<http://www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php>

# “ERA UMA VEZ...” CONSIDERAÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A DEFICIÊNCIA E OS CONTOS DE FADAS

*Débora Ferreira Bossa*<sup>1</sup>

*Anamaria Silva Neves*<sup>2</sup>

## RESUMO

Este estudo considera os conhecimentos produzidos pela psicanálise sobre os enigmas e conteúdos inconscientes presentes nos contos de fadas, em diálogo com os conceitos sobre o corpo da deficiência. Foi realizada a leitura e interpretação de três contos de fadas “A mulher que teve a criança trocada”, “Riquete do Topete” e “O patinho feio”, relacionando a vivência dos personagens com as fantasias que perpassam o corpo da deficiência. Conclui-se que as narrativas apresentaram movimentos de rejeição, mecanismos compensatórios e expulsão para lidar com as angústias e os estranhamentos que o corpo da deficiência mobiliza.

**PALAVRAS-CHAVE:** contos de fadas; clínica; deficiência; infância; psicanálise

---

<sup>1</sup>Psicóloga pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Mestre em Psicanálise e Cultura Programa de Pós-Graduação em Psicologia Aplicada, UFU. Endereço para correspondência: Rua Senador Salgado Filho, 727. Tabajaras. CEP: 38400-236. Uberlândia – MG, Brasil. Endereço eletrônico: [deborabossa@gmail.com](mailto:deborabossa@gmail.com).

<sup>2</sup>Docente Associado II do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia - graduação e pós-graduação *strictu sensu*. Endereço para correspondência: Av. Maranhão, s/n. Bloco 2C. Campus Umuarama. CEP: 38400-902. Uberlândia – MG, Brasil. Endereço eletrônico: [anamaria@umuarama.ufu.br](mailto:anamaria@umuarama.ufu.br)

## **INTRODUÇÃO**

Atualmente, a deficiência pode ser compreendida a partir de duas ênfases: uma que diz respeito à tentativa de normalização do corpo, e outra que reconhece as barreiras sociais como desigualdade. A primeira se pauta no modelo biomédico em que se espera determinado padrão de funcionamento orgânico, mantendo o preceito moral de produtividade e adequação às normas sociais, atenuando os efeitos da anormalidade. E a segunda ênfase, reconhece a deficiência enquanto diversidade da espécie humana, cujo corpo vivencia a opressão de uma sociedade não inclusiva e promotora de desigualdade ao ignorar as várias modalidades de impedimento dos corpos. Para além do comprometimento ou lesões do corpo, o conceito de deficiência estabelece relações de desigualdade em ambientes que perpetuam obstáculos (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

No contexto da reformulação do conceito de deficiência, para além da perspectiva biomédica, e na consideração da dimensão social, ocorreu a assinatura da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, em 30 de março de 2007, na cidade de Nova Iorque. No Brasil a edição da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, recebeu aprovação e reconhecimento da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em documento oficial de setembro de 2007. A Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, por meio do Decreto Legislativo nº 186 de 09 de julho de 2008, reconheceu a deficiência enquanto um fenômeno que não apresenta estruturação conceitual constante, uma vez que há a consideração do constante processo de evolução social, necessitando ser atualizado a cada momento histórico.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2012) tem como propósito promover e assegurar o exercício pleno e equitativo dos direitos humanos e liberdade fundamentais a todas as pessoas com deficiência. E, considera que as pessoas com deficiência têm como especificidade impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, cujas barreiras sociais podem obstruir sua participação efetiva na sociedade, estando em condição de desigualdade com as demais pessoas. As políticas públicas estão voltadas para a inclusão social, evidenciando a necessidade de eliminação das barreiras sociais, ideacionais ou

delimitadoras do ambiente. Nesse sentido, é possível considerar que a compreensão atual sobre a deficiência está relacionada à diversidade da espécie, sendo necessárias mudanças políticas e estruturais na sociedade para acolher as variedades do corpo e suas diversas necessidades. Ao buscar suprimir as barreiras sociais que inviabilizam a ocupação do espaço público do corpo com deficiência, é colocada ênfase na descaracterização do corpo enquanto funcionalidade que visa atender a um ideal estético.

É importante reconhecer que o atual conceito de deficiência é decorrente de extensa construção histórica e social. A deficiência nasce com o ser humano, nunca destituída da espécie, caminhou por longa trajetória, e sofreu inúmeras formas de apreensão e trato. Em algumas sociedades as pessoas com deficiência foram tratadas como divindades, em outras como encarnação do mal, passando por diferentes modos de tratamento, desde glorificação até punições por açoites e morte. Frente ao processo histórico pelo qual a deficiência caminhou, Jerusalinsky (2007) aponta algumas modalidades de apreensão da deficiência: os gregos no Taigeto matavam as pessoas com deficiência; a sociedade egípcia as endeusavam; na Idade Média era comum indicá-las como amaldiçoadas; Lutero empregou a concepção de encarnação do demônio; as ideologias de inspiração nazista consideravam a deficiência como característica de uma raça inferior; até que nos tempos atuais o trato da deficiência visa a reeducação e inserção social.

Foucault (2002), em sua obra “Os Anormais”, apresenta várias modalidades de expiação e punição em que a pessoa com deficiência foi submetida entre os séculos XVIII e XIX, pois a condição de estranheza se aproximava ao caráter demoníaco. Os “anormais” elencavam a loucura, o incesto, os crimes violentos e os “monstruosos”, cujo destino remetia a duas formas de punição: isolamento, castigos e maus-tratos; e outro, que os condenavam à morte. O termo “monstros” ou “monstruosos” designava as pessoas com deficiência física, caracterizadas pela falta ou excessos de membros no corpo, como os siameses e as pessoas com membros múltiplos.

Nesse sentido, é possível perceber que a cultura incide sobre o corpo da pessoa com deficiência, apontando sua forma de trato e reconhecimento. Aranha (1995) esclarece que os discursos de inclusão social surgiram a partir do século XX, como consequência da inserção do capitalismo com interesse em aumentar a produção e eficiência dos cidadãos. Os programas de reabilitação surgiram nos Estados Unidos como proposta de reabilitar os soldados egressos da Segunda

Guerra, visando à recuperação, e reinserção no mercado de trabalho. As iniciativas de reabilitação buscavam, dessa forma, normalizar o corpo a partir da superação da deficiência. Diante disso, pode-se compreender que a deficiência passou por longa trajetória de reconhecimento, ocupando diferentes lugares, desde o isolamento até as recentes propostas de inclusão.

A psicanálise também é solicitada a compreender as condições subjetivas e sociais que incidem sobre a deficiência, considerando suas implicações ao sujeito. Escobar, (2012), argumenta que a psicanálise é convocada a debater sobre a deficiência, considerando a dimensão do sujeito, frente ao reconhecimento da constituição psíquica, bem como aborda o corpo para além do comprometimento físico, ou seja, como um organismo transpassado pelo desejo.

A princípio, a psicanálise não se aplicava ao tratamento da pessoa com deficiência, pois se pautava na concepção de que era necessária certa capacidade de abstração para se submeter à análise, uma vez que esse processo se baseava nas formações de estruturas metafóricas e abstratas. Como mostra Brauer (1998), a deficiência foi incluída no processo psicanalítico a partir dos estudos iniciados por Mannoni, na década de 1960, que reconheceu a presença das estruturas psíquicas da psicanálise (neurose, psicose, perversão) não distintas para a pessoa com deficiência, além de compreender que o tratamento da pessoa com deficiência exige aprimoramento da estratégia clínica (BRAUER, 1998).

Enquanto objeto de estudo, a deficiência pode ser reencontrada a partir da leitura dos contos de fadas, considerando as representações inconscientes e movimentações psíquicas tanto nos personagens que vivenciam conflitos postos pela imagem de seus corpos, quanto às ressignificações familiares e sociais que a presença da deficiência mobiliza.

Ao reconhecer os conteúdos inconscientes desvelados por Bettelheim (1979) em “A psicanálise dos contos de fadas”, este estudo buscou reconhecer as representações psíquicas e os sofrimentos vivenciados pelos personagens dos contos “A mulher que teve a criança trocada” (GRIMM; GRIMM, 2012), “Riquete do Topete” (PERRAULT, 1997) e “Patinho feio” (ANDERSEN, 2013). Esses contos foram selecionados por terem como ponto em comum o relato dos personagens sobre os conflitos frente o efeito da imagem antecipada do outro sobre o sujeito, cuja forma física difere daquilo que é esperado enquanto normalidade. Os enredos dos contos selecionados foram compreendidos a partir do conhecimento construído pela

psicanálise, versando sobre os conflitos e movimentos psíquicos apresentados mediante o encontro da deficiência na família e na sociedade, de modo a relacionar a imagem do corpo com os possíveis efeitos causados na subjetividade do sujeito, que porta alguma forma de deficiência.

## **A PSICANÁLISE E OS CONTOS DE FADAS**

Desde os primórdios da História é possível ter evidências de tentativas humanas para desvendar os mistérios da natureza e das relações, como forma de ultrapassar os limites impostos por sua própria condição. A literatura é uma forma de expressão que visa lidar com a necessidade de saber e dominar a vida. Fábulas, apólogos, parábolas, contos, mitos, lendas, sagas, dentre outros, são exemplos do extenso material narrativo fecundo na humanidade, que guardam determinado saber fundamental. As narrativas, de modo direto ou indireto, simbólico ou realista, atentam-se para trazer aspectos comuns aos homens, sobre a vida e formas de como vivê-la. Dessa forma, as narrativas versam sobre a ambivalência da condição humana, que pode se relacionar ou dialogar diretamente com os deuses, ao mesmo tempo em que se mostra limitada aos próprios homens e suas incompreensões sobre as adversidades da vida e do mundo (COELHO, 1987).

O enredo dos contos de fadas pode apresentar as fadas como personagens presentes ou não, além de reis, rainhas, príncipes, princesas, gênios, bruxas, gigantes, anões, objetos mágicos, dentre outros. Os contos de fadas são, caracteristicamente, reconhecidos pelo eixo narrativo composto por uma problemática existencial, que alude a busca de uma realização interior profunda, seja no nível da dimensão da existência singular ou social, além de portarem a sabedoria da palavra e da paixão amorosa para a preservação ou a destruição da vida (COELHO, 1987). Bettelheim (1979) aponta que os detalhes menos significativos são excluídos e os personagens são mais típicos do que únicos, o bem e o mal recebem forma, corpo e ação, cuja dualidade representa o problema moral do conto, convocando o leitor ao conflito e à resolução.

Bettelheim (1979) apresenta nas páginas iniciais de sua obra “A psicanálise dos contos de fadas” a citação do poeta alemão Schiller que se aproxima do percurso teórico desenvolvido na referida obra: “Há maior significado profundo nos contos de fadas que me contaram na infância do que na verdade a vida ensina” (The Piccolomini, III, 4, citado por BETTELHEIM, 1979, p. 14). O autor considera, a partir da citação,

que os contos de fadas dialogam com a imaginação e os conflitos humanos ao representar emoções e aspectos do desenvolvimento intelectual, além de movimentar ansiedades e aspirações, reconhecer dificuldades e sugerir soluções para os problemas que perturbam os personagens.

Nesse sentido, os contos de fadas auxiliam a criança a lidar com o mundo desordenado, sugerindo pistas para compreender sua complexidade, isso porque o dilema existencial é apresentado de forma breve e categórica. Os enredos e seus enigmas interessam crianças e adultos, de modo que as compreensões e os elementos capturados dependem de cada sujeito. Assim, uma mesma pessoa pode ler a mesma obra em distintos momentos de sua vida, e reconhecer nessas leituras diferentes conflitos, tramas e emoções que anteriormente pareciam mais ou menos importantes. Os significados apreendidos dependem, portanto, do interesse dos leitores e necessidades situacionais, oportunizando a ampliação de significados já conhecidos para substituí-los por novos (BETTELHEIM, 1979).

Mannoni, (1995), menciona que os contos trazem a sutileza de apresentar uma imagem que logo em seguida pode ser esquecida, mas deixa um resquício no corpo. A narrativa oferece vida à cena que desaparece no momento em que é representada. Esse movimento pode ser percebido nas situações em que a criança vivencia intensamente o enredo dos contos. Na escuta analítica, a criança assume um ou mais personagens do conto, depositando o agir sobre seu próprio corpo, o enredo oferece elementos de identificação para o simulacro de suas emoções e pensamentos. Os contos podem ser portadores de um segredo terrível e medonho, de modo que algo percebido como assustador se refere ao que não foi retirado pela amnésia infantil. O terror, a crueldade ou a violência, produzidos a partir dos contos podem constituir para a criança, ou em seu corpo, um acontecimento próximo ao sacrifício.

Bettelheim, (1979), esclarece que a partir da psicanálise, os contos transmitem informações aos sistemas consciente, pré-consciente e inconsciente, abordando os problemas universais humanos. As histórias que preocupam o pensamento da criança dizem respeito ao Eu em formação, assim como dialogam com conflitos inconscientes. O desenvolvimento das histórias valida e oferece corpo às pressões do Isso, e mostram os percursos para satisfazê-las, seguindo as requisições do Eu e do Supereu.

Schneider e Torossian (2009) reconhecem que, na prática clínica com crianças, os contos de fadas podem ser usados como forma de expressão e simbolização do

sofrimento. As autoras observam que desde a origem os contos têm função terapêutica, o que explica a permanência e transmissão transgeracional ao longo dos séculos, e lembram que os contos foram utilizados na medicina hindu como método para estimular a meditação para pacientes com transtornos mentais. Para a clínica psicanalítica, os contos têm sido utilizados como recursos que favorecem a introspecção e a projeção, uma vez que, permite, pelas vivências dos personagens, atualizar uma realidade na qual a criança se reconhece.

## **A DEFICIÊNCIA NOS CONTOS DE FADAS**

Charles Perrault (França, 1628 – 1703), os irmãos Jacob Grimm (Alemanha, 1785 – 1863) e Wilhelm Grimm (Alemanha, 1786 – 1859), e Hans Christian Andersen (Dinamarca, 1805 – 1875) construíram grande parte do legado literário conhecido atualmente sobre os contos de fadas. Os contos eram difundidos na cultura através da comunicação oral de suas regiões e épocas, e esses autores transcreveram as histórias para a literatura a partir da linguagem popular.

Resgatando os contos “A mulher que teve a criança trocada” (GRIMM; GRIMM, 2012), “Riquete do Topete” (PERRAULT, 1997) e “Patinho feio (ANDERSEN, 2013), discute-se sobre a deficiência como um fenômeno que provoca desdobramentos psíquicos no sujeito e os efeitos impostos pela sociedade.

O conto “A mulher que teve a criança trocada” (GRIMM; GRIMM, 2012) narra que gnomos colocaram uma criança “aberração” no berço e levaram embora a criança “normal” que ali estava previamente. Para resolver o problema, a mulher pediu a ajuda de uma vizinha que sugeriu um desafio: a mulher deveria ferver pequenas porções de água em cascas de ovos, e colocar a criança “aberração” junto ao forno para presenciar o evento. Isso faria com que ela gargalhasse e, assim, os gnomos a resgatariam, trazendo de volta a “verdadeira criança”. Enquanto a mulher preparava as cascas de ovo, a criança “aberração” falou: “Sou mais velho que a floresta do Reno, mas nunca vi alguém cozinhar em casca de ovo!” (GRIMM; GRIMM, 2012, vol. II, p. 199). A criança começou a gargalhar e os gnomos colocaram a criança verdadeira junto ao fogão e levaram a “aberração” embora.

A criança do conto é indicada como tendo uma cabeça gigante e olhos inexpressivos, além de recusar a alimentação. O sentimento de desconhecimento é despertado tanto na mulher quanto na criança. A criança “aberração” anuncia ser mais velha que a floresta do Reno, considerando que a deficiência é uma característica da

espécie humana, não podendo ser destituída de sua existência. Apesar de ser uma condição intrínseca da espécie humana, a deficiência passou, historicamente, por processos de exclusão.

Andrade e Sólera, (2006), reconhecem que o encontro com a deficiência emerge a marca da debilidade e da impotência, características forçosamente excluídas da imagem que o sujeito reconhece, ou constrói de si. A deficiência é negada, pois, oferece uma imagem incômoda e não correspondente àquela construída a partir do eu ideal, associada à perfeição narcísica e, por isso, é produtora de angústia.

A mulher do conto se deparou com a estranheza da criança e, não se reconhecendo no corpo desta, inviabiliza a instauração da posição materna, sendo nomeada como mulher e não como mãe durante o conto. Ao olhar para a criança, a mulher não reconhece a maternidade, pois, primeiramente, não se reconhece na criança, o que exclui a filiação.

O nascimento de uma criança com deficiência na família pode ser pressentido como uma catástrofe ou heroísmo a depender da colocação dela no desejo dos pais, promovendo reconfigurações na relação familiar. Brauer, (1998), esclarece que a deficiência ocupa um espaço especial no imaginário familiar e social e pode ter diversas representações. A presença da deficiência na família pode simbolizar o lugar de depósito ou a corporificação de um problema, de uma maldição, culpa ou castigo.

Jerusalinsky, (2007), aponta que a mãe da criança com deficiência se percebe enquanto objeto narcísico quebrado, não sendo possível oferecer uma identificação fixa, demandando o encobrimento de seu desejo. A criança, assim, é colocada a representar desde a morte até a imagem da criança que não nasceu, um gênio esperado, mas impossível. A descontinuidade é experimentada pela criança na medida em que a mãe oferece essas imagens fragmentadas.

Lacan, (1949 [1998]), considerou o estádio do espelho como o momento de reconhecimento e constituição do psiquismo, permeado pela fascinação à imagem oferecida pelo olhar materno. No processo de especularização, que compõe o estádio do espelho, a mãe recobre com o olhar o corpo do bebê, cuja identificação imaginária com o Outro (agente materno) coloca-o na condição de perceber-se enquanto totalidade.

No trato com a criança, a mãe (ou aquele que ocupa esse lugar) olha a si mesma no corpo da criança, processo fundamental para a constituição do sujeito e

para a inscrição da criança na identificação com a alteridade. A mãe da criança com deficiência pode não conseguir se reconhecer no corpo da criança, ou se identificar com estranheza a esta, podendo não oferecer a ilusão de totalidade, e sim a imagem de corpo fragmentado, fraturado pela deficiência.

É a partir desse processo de especularização que a mãe se dispõe psiquicamente para oferecer os cuidados à criança. E, nessa condição de ruptura com a continuidade do corpo da mãe no corpo da criança que há o risco de a mãe colocar a si mesma no lugar de dependência e debilidade, isso porque não se reconhecendo em tal função delega à equipe de saúde, e outros profissionais, a condição de maternar seu bebê. Essa situação declara a destituição da mãe de seu lugar simbólico para a criança, que a deixa abandonada nos aspectos afetivos e psíquicos (BRAUER, 1998).

Freud, (1914), esclarece que o narcisismo primário é oferecido pelas figuras parentais à criança de modo que se torna herdeira dos ideais não realizados pelos primeiros, bem como reivindicam direitos e privilégios aos quais foram obrigados a renunciar. A criança, por sua vez, aparece na perspectiva dos pais como depósito das melhores expectativas e cumprimento dos desejos irrealizados, como se o desejo de imortalidade pudesse instaurar refúgio na criança, de modo que o amor dos pais à criança refere-se ao narcisismo renascido, que ganha forma de amor objetal. Nesse sentido, a deficiência interfere na formação dessa imagem e os pais não conseguem se ver no corpo da criança, encontrando dificuldade de oferecer a imagem especular para que a criança possa se identificar, comprometendo seu desenvolvimento e a formação de sua identidade.

Os termos “anormal”, “monstro” (FOUCAULT, 2002), “débil”, “retardado” (MANNONI, 1999), “excepcional”, “especial” (BRAUER, 1998), “pessoa portadora de deficiência” (Brasil, 2012) são substituídos pelos familiares e pessoas próximas por outros de cunho heroico, como “anjos”, “eterno bebê”, “herói”, “príncipe/princesa”, para que a deficiência suplante o incômodo que ela provoca. Maesso, (1999), considera que os pais tendem a deslocar o olhar à criança para sua deficiência ou má formação, reduzindo-a em sua doença.

O sentimento de luto sustenta os primeiros meses do nascimento da criança com deficiência, em que os pais se deparam com a não realização do ideal mediante a ruptura narcísica que o corpo da criança com deficiência apresenta. Freud (1917) esclarece que o luto equivale à sensação de perda de uma pessoa ou da abstração.

A perda do objeto ideal não se refere à perda real, mas ao que foi perdido como objeto amoroso. A pessoa enlutada encontra resistência em substituir o objeto amoroso, uma vez que o humano tende a não renunciar às suas satisfações.

Jerusalinsky, (2007), considera que o nascimento da criança com deficiência entra em contraste com a imagem esperada pela mãe, o que pode afetar o exercício da função materna a ser desempenhada. A mãe, nesse momento, vivência em sua recusa o despertar de emoções que coloca o filho como desconhecido, invasor ou impostor, excluindo-o em comparação com a criança que não nasceu. O autor ainda reconhece que o nascimento da criança com deficiência provoca a manifestação de sentimentos de não reconhecimento, ódio e isolamento que, aliadas ao comprometimento orgânico da criança, podem indicar a estruturação de psicose ou autismo.

A deficiência pode ser compreendida a partir dos mecanismos compensatórios. É o que mostra o conto “Riquete do Topete” (PERRAULT, 1977). A narrativa apresenta a ambivalência entre beleza-estupidez e o feio-sabedoria, de modo que essas virtudes residem unicamente no mesmo personagem até o momento em que a beleza-estupidez e o feio-sabedoria se apaixonam, oferecendo sabedoria à beleza e beleza ao que era feio. Riquete era uma criança muito feia que nascera com apenas uma porção de cabelos no alto da cabeça, sendo chamado de Riquete do Topete, o primeiro nome faz referência ao que recebera da família, e o segundo é a marca de tal característica. Uma fada, que presenciou o parto, anunciou que o menino seria detentor de grande sabedoria, porém teria aspecto horroroso. Em um reino próximo, o nascimento de duas irmãs também fora presenciado pela mesma fada, que anunciou que uma delas seria bela e estúpida, e a outra feia e sábia, e à medida que o tempo passasse suas virtudes seriam proporcionalmente intensificadas.

A irmã bela frequentemente ia à floresta lamentar por seu destino. Riquete do Topete a encontrou e se mostrou solidário. A princesa lhe contou sobre sua incapacidade de conversar com destreza, ser interessante ou ter habilidades manuais. Riquete se propôs a desposá-la, pois ele teria a habilidade de entregar parte de sua virtude a quem ele realmente amasse, e lhe ofereceu um ano para decidir sobre o matrimônio. A princesa voltou ao reino e se tornou cada vez mais sábia. Os dois voltaram a se encontrar na data marcada, mas a princesa considerou não ter inteligência para tomar tal decisão. Riquete anunciou que ela também poderia

transferir sua beleza para ele, tornando-o o mais belo dentre os príncipes de todos os reinos. Riquete se tornou belo e a princesa sábia, e o casamento aconteceu.

O conto mostra que a beleza como virtude exclui a capacidade de sabedoria, da mesma forma que a sabedoria porta também o feio, revelando que a aparência do corpo indica a presença ou ausência de virtudes que podem ser compensatórias ao longo da vida. Os mecanismos de compensação da debilidade física são também indicados no relacionamento da criança com deficiência, em que a mesma é mantida em seu paraíso infantil, pelos pais e educadores, mesmo quando se tornam adultos. A compensação da deficiência não equivale à manifestação de outras habilidades para a qual a criança pode se embasar para suplantar suas faltas, mas à supressão do sujeito tomado como objeto. Nesse sentido, a deficiência é compensada pela submissão ao outro.

Mannoni, (1999), menciona que o trato à criança com deficiência está embasado em aderi-la à posição de objeto de desejo, subtraindo-a da identificação como sujeito de desejo. A criança é colocada na condição de alienação, ausentando-se como sujeito autônomo, o que a transforma em objeto a ser cuidado. Isso oferece subsídio ao drama da criança, ao perceber que nada se espera dela. Para a criança com deficiência não há virtude que compense a condição de estar alienado ao outro, uma vez que a submissão do sujeito como objeto configura o modo de reparar a debilidade orgânica. Os mecanismos compensatórios apontados como fantasia frente ao corpo da deficiência dizem respeito à intromissão da autoridade no corpo da criança, mantendo-a como objeto e inviabilizando a emersão do sujeito de desejo.

Em “Riquete do Topete”, a convivência de virtudes antagônicas foi possível a partir da permuta entre beleza e sabedoria, reduzindo os efeitos degradantes do feio e da estupidez. Tendo o amor como recompensa da ambivalência, os personagens se pautaram na compensação de suas faltas. A discussão que se insere a partir desse conto faz referência aos mecanismos compensatórios da deficiência, os quais dizem respeito à superação da debilidade a partir da inserção da autoridade parental no corpo da criança. As figuras parentais se tornam os eternos cuidadores da criança, que mesmo em fase adulta é mantida como hóspede do universo infantil. Os mecanismos compensatórios da deficiência são identificados como os movimentos de intromissão das figuras parentais como manutenção da alienação da criança à deficiência.

O conto “Patinho feio” (ANDERSEN, 2013) apresenta o sofrimento do personagem frente às exclusões, xingamentos e desrespeito vivenciado no grupo devido à sua aparência destoante dos demais, e discorre sobre a imagem corporal esperada pela cultura e, conseqüentemente, para o sujeito. O patinho feio nasceu de um ovo muito diferente dos que estavam sendo chocados pela mãe pata no ninho, e já nesse momento indicava sua diferença em relação aos ovos das galinhas e patos comuns. A partir de seu nascimento, o patinho feio foi ultrajado pelo grupo devido sua aparência repugnante, seu modo desajeitado de andar, bater as asas e seu desafinado grasnado. Infeliz com o desprezo, patinho feio decidiu ir embora e se aventurar por diferentes e belos lugares pelo mundo. Na jornada, deparou com um grupo de cisnes que ascenderam voo do matagal. Ele também bateu suas asas e acabou reencontrando o mesmo grupo que nadava no lago. Deslumbrado com a imagem se aproximou dos cisnes, acreditando que por sua aparência repugnante seria açoitado e excluído do grupo. Porém, a imagem refletida no lago revelou que ele era tão belo quanto os admirados cisnes.

Diante da narrativa, é possível considerar, a partir de Brauer (1998), que o olhar enviesado pelo significante “deficiência” da família e da comunidade delimita o lugar da criança na cultura, indicando a presença ou ausência dos cuidados que serão a ela oferecidos. A deficiência, posta no real do corpo, tem efeito de significante localizado como marca psíquica. A deficiência, portanto, não inviabiliza a constituição psíquica, mas a antecipa, indicando a relação com a alteridade.

O corpo, conforme indica Fernandes (2011), é tomado como princípio de vida e individuação. A psicanálise, ao reconhecer o corpo como erógeno, compreende a passagem do corpo autoerótico ao corpo narcísico, fundamentado pela imersão ao campo do Outro. Nesse sentido, o corpo incide como lugar de transição do objeto e do Outro, onde nasce o sujeito que se apropria do corpo como objeto de amor do Outro, sendo constituído a partir da alteridade, ou seja, do efeito do Outro sobre o sujeito.

O corpo antecipa a imagem que o sujeito porta frente ao outro, sendo revelador do inconsciente, uma vez que a imagem conserva a substância do eu. O eu é a sensação íntima de si mesmo, cuja composição parte da fusão entre a imagem do corpo enquanto imagem mental das sensações físicas, e a imagem percebida pelo reflexo do corpo no espelho e seu poder de fascinação. O corpo é marcado, portanto, pela imagem inconsciente e pela imagem percebida no espelho. A primeira remete à

imagem das sensações advindas do conjunto das primeiras impressões gravadas no psiquismo infantil a partir das sensações corporais no contato carnal, afetivo e simbólico com o agente materno. Na segunda, a criança reconhece que a imagem que o espelho oferece não a representa de fato, compreendendo que há uma defasagem irreduzível entre a irrealidade de sua imagem e a realidade de si (NASIO, 2009).

O “Patinho feio” vivenciou o drama da exclusão, não sendo amado ou aceito pelo grupo, uma vez que sua aparência antecipou o modo pelo qual ele foi apresentado e inserido no grupo: objeto a ser expulso. A reinserção no grupo de cisnes caracterizou a forma pela qual reconheceu a imagem frente os efeitos de horror vivenciados no corpo anteriormente, permitindo a compreensão do corpo como imagem inconsciente que conserva a substância do eu. O personagem vivenciou no corpo e em sua imagem a manifestação da escória que perturba a imagem não especular do outro, resultado da exclusão do grupo familiar. A cultura incita as medidas a serem tomadas junto ao personagem que não porta a marca da herança comunitária, cujo sofrimento é vivenciado no corpo pelos açoites que incidem sobre o psiquismo através construção da imagem inconsciente do corpo, mobilizando os afetos do personagem.

A exclusão é uma marca cultural do corpo com deficiência, como pode ser percebido em momentos singulares dos personagens dos contos elencados. Neles, a ruptura com o ideal narcísico é característica que viabiliza os modos de tratamento e afastamento do personagem central. A deficiência é apresentada na sociedade como fenômeno a ser reparado, seja pela recuperação da debilidade e tentativa de padronização pela normalidade, seja pela via da inclusão enquanto supressão das barreiras sociais. Nesses modelos de inclusão, a deficiência é percebida enquanto algo que precisa receber um tratamento social, biomédico, clínico ou político, em virtude do efeito angustiante da debilidade. Os contos apresentaram, portanto, que a deficiência provoca movimentos de rejeição, mecanismos compensatórios e expulsão como tentativas para lidar com as fantasias inconscientes que emergem frente ao estranhamento do corpo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os contos de fadas podem desvelar dimensões humanas mobilizadoras de afetos inomináveis ou confusos. A imagem corporal dos personagens apresentados

pelos contos “A mulher que teve a criança trocada” (GRIMM; GRIMM, 2012), “Riquete do Topete” (PERRAULT, 1977) e “Patinho feio” (ANDERSEN, 2013) está destituída da forma familiar do grupo para o qual se inserem, sendo o estranhamento, o espanto e a exclusão movimentos que sinalizam o desencontro entre o ideal e o real do corpo.

A releitura dos contos de fadas pelo viés psicanalítico, considerando o fenômeno da deficiência redimensiona a sua perspectiva, aborda os mecanismos inconscientes que persistem e se mantêm atuantes no modo de incluir a pessoa com deficiência na sociedade atual.

A aparência física ou as habilidades pessoais e sociais perpassam as expectativas e a inserção como sujeito de desejo da criança com deficiência, apontando para seus movimentos na comunidade e processo de constituição psíquica. Os contos são atemporais e manifestam as fantasias do humano, sendo possível considerar que, frente aos conteúdos encontrados nos contos, na perspectiva da deficiência, os sentimentos de isolamento, estranhamento, punição, rejeição e compensação representam os efeitos de negação do sujeito frente à diversidade de sua própria espécie. Embora as propostas políticas reconheçam a necessidade da inclusão social, há sempre resquícios da negação a esta inserção, considerando os esforços e conflitos antagônicos entre as propostas políticas em sua real representatividade e aplicação social.

A deficiência, na compreensão da psicanálise, está relacionada às condições constitutivas do sujeito, e aponta seu interesse para a sua existência independente da condição do comprometimento do corpo. O nascimento da criança com deficiência desvela projeções de seus fantasmas e a invenção de seus destinos, de modo que o corpo da deficiência mobiliza afetos relacionados ao comprometimento, dependência e debilidade, imagens negadas ao inconsciente por ferirem o ideal de perfeição narcísica, suscitando incômodo e angústia.

A construção da clínica psicanalítica da criança com deficiência apresenta, portanto, o desafio de colocar o analista em reencontro com a fantasia primitiva que assombra o campo da impossibilidade do corpo, como o medo de ser abandonado e desprezado. Trata-se de uma clínica singular, desafiadora, inundada por desconhecimentos e constantes descobertas, em constante reconhecimento do objeto que a sustenta: o investimento no sujeito.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, H. C. *Histórias maravilhosas de Andersen*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ANDRADE, M. L. de A.; SÓLERA, M. O. *A deficiência como um “espelho perturbador”*: uma contribuição psicanalítica à questão da inclusão de pessoas com deficiência. In: *Mudanças – Psicologia da Saúde*. v. 14, n.1, jan/jun, pp. 85-93, 2006. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MUD/article/view/636/636>. Acesso em: 25 mar. 2017, 17h45.
- ARANHA, M.S.F. *Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica*. In: *Temas em Psicologia*. v. 2, pp. 63-70. Ribeirão Preto, Sociedade Brasileira de Psicologia, 1995. Disponível em: <http://www.adiron.com.br/arquivos/historia.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2017, 13h20.
- BETTELHEIM, B. *A psicanálise dos contos de fadas* (3ª ed.). Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com deficiência. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, 4ª ed.* Brasília, 2012.
- BRAUER, J. F. *O sujeito e a deficiência*. In: *Estilos da Clínica*. v. 3, n.5. São Paulo, 1998. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71281998000200008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71281998000200008). Acesso em: 06 fev. 2017.
- COELHO, N. N. *O Conto de Fadas*. São Paulo: Ática, 1987.
- DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos. *Deficiência, direitos humanos e justiça*. In: *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*. v. 6, n. 11. São Paulo, dez., 2009. Versão impressa ISSN 1806-6445. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-64452009000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000200004). Acesso em: 12 fev. 2017, 8h52.
- ESCOBAR, V. M. C. *Um estudo sobre a função materna na constituição de sujeitos precocemente atingidos por deficiência orgânica*, 2012. Dissertação (Mestrado em Psicanálise, Saúde e Sociedade) -Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2012.
- FERNANDES, M. H. *Corpo*, 4ª ed. Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- FOUCAULT, M. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FREUD, S. *À Guisa de Introdução ao Narcisismo*. In. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*, 1914. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- \_\_\_\_\_. (1917). *Luto e Melancolia*. In. *Obras Completas de Sigmund Freud*. Vol. XII. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, pp. 193-212.
- GRIMM, J.; GRIMM, W. *Contos Maravilhosos Infantis e Domésticos* (1812 – 1815). Trad. Christine Röhrig. v. I; II. São Paulo: CosacNaify, 2012.
- JERUSALINSKY, A. et al. *Psicanálise e Desenvolvimento Infantil*, 4ª ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2007.
- LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. (Original publicado em 1966).

*“Era Uma Vez...” Considerações Psicanalíticas Sobre A Deficiência E Os Contos De Fadas*

MAIA, M. *Novo conceito de pessoa com deficiência e proibição do retrocesso*. In: Imprensa.v. 12, n. 37, p. 28 - 306, jul./set., Brasília, 2013. Advocacia-Geral da União, Centro de Estudos Victor Nunes Leal, 2002. Rede Virtual de Bibliotecas. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2013;100100523>. Acesso em: 31 mar. 2017, 08h42.

MAESSO, M. C. *A criança especial na psicanálise*. In: Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas.v.1, n.26. Piracicada, SP. Versão impressa ISSN 0103-7676, dez. 1999. pp. 139-150, 1999.

MANNONI, M. *Amor, ódio, separação: o reencontro com a linguagem esquecida da infância*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_. *A criança retardada e a mãe*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NASIO, J. D. *Meu corpo e suas imagens*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

PERRAULT, C. *Contos*. Lisboa: Estampa, 1997.

SCHNEIDER, R. E. F.; TOROSSIAN, S. D. *Contos de fadas: de sua origem à clínica contemporânea*. In: Psicologia em Revista. v. 15, n. 2. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682009000200009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682009000200009). Acesso em: 25 abr. 2017, 10h25.

## **“ONCE UPON A TIME...” PSYCHOANALYTICAL CONSIDERATIONS ON DISABILITY AND FAIRY TALES**

### **ABSTRACT**

Our study considers the knowledge produced by psychoanalysis about the enigmas and unconscious contents present in the fairy tales while dialogue with the concepts about the body of the deficiency. We interpret three fairy tales “The woman who had the child changed”, “Riquete of Tuft” and “Ugly Duckling” in order to comprehend and describe the experience different characters who presented them in fantasies that closely pass the body of the disability. It was concluded that narratives presented rejection movements, compensatory mechanisms and expulsion to deal with the anguish and estrangement caused by body disability.

**KEYWORDS:** fairy tale; clinic; deficiency; childhood; psychoanalysis.

## **“IL ÉTAIT UNE FOIS...” DES CONSIDÉRATIONS PSYCHANALYTIQUES SUR LES CONTES DE FÉES ET HANDICAP**

### **RÉSUMÉ**

Cette étude considère les connaissances produites par la psychanalyse sur les énigmes et les contenus inconscients présents dans les contes de fées, en dialogue avec les concepts sur le corps de la déficience. Il a été lu et interprété trois contes de fées "La femme qui a fait changer l'enfant", "Riquete do Topete" et "The Ugly Duckling", racontant l'expérience des personnages avec les fantasmes qui imprègnent le corps du handicap. On en conclut que les récits présentaient des mouvements de rejet, des mécanismes de compensation et d'expulsion pour faire face à l'angoisse et à l'éloignement que le corps du handicap mobilise.

**MOTS-CLÉS:** contes de fées; clinique; handicapées; enfance; la psychanalyse.

Recebido em: 27-03-2019

Aprovado em: 20-04-2019

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>  
[revista@psicanaliseebarroco.pro.br](mailto:revista@psicanaliseebarroco.pro.br)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

<http://www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php>

# PERSPECTIVAS PSICANALÍTICAS SOBRE AMOR E LAÇOS SOCIAIS NA MODERNIDADE A PARTIR DA OBRA ``AMOR LÍQUIDO`` DE ZYGMUNT BAUMAN

*Lucas de Oliveira Alves*<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho propõe uma aproximação teórica entre o saber da psicanálise e a obra do sociólogo Zygmunt Bauman. Partindo das elaborações de Bauman acerca do conceito de amor líquido e seguindo as trilhas de Freud e Lacan, em suas construções teóricas sobre a dimensão e vicissitudes do significante amor, busca-se escutar e interrogar as ressonâncias do amor líquido nas subjetividades e nos laços sociais que se constituem na modernidade. Ademais, ressalta-se que esse trabalho não busca desenvolver um comparativo entre as duas correntes teóricas, mas promover uma interlocução entre ambas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amor. Desejo. Modernidade. Psicanálise. Zygmunt Bauman.

---

<sup>1</sup>Graduado em Psicologia pela UNISUL. Mestrando em Psicologia Social e Cultura na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Participante de Maiêutica Florianópolis - Instituição de Psicanálise. Cel. 99615-5984. E-mail: lukass.oliveira@hotmail.com .

“O amor é um laço contra o qual qualquer esforço humano viria a se esfacelar. Um exército composto de amantes seria invencível, pois para o amante, o amado representa a mais alta autoridade moral, símbolo de honra e de seu derradeiro sacrifício” (Lacan, 1992, p. 52).

“É isso, o amor. É o seu próprio eu que se ama no amor, o seu próprio eu realizado ao nível imaginário” (LACAN, 1986, p. 189).

## INTRODUÇÃO

O amor é um significante. Escapa à significação, desliza, produz efeitos, interpela sujeitos. Fala-se sobre o amor desde que se ama. Ele é histórico, dialético, discursivo, subversivo. Desde a Antiguidade, está na letra e no ato. Na “Ilíada” de Homero, no “Banquete” de Platão. Deflagra guerras, transcende territórios e epistemes. Está nas artes, nas ciências, na ética e na psicanálise.

Freud, investigando aquilo que interrogava o saber médico da era vitoriana – os sintomas histéricos - deparou-se com o amor no espaço clínico. O médico austríaco percebeu que o sofrimento das histéricas e dos neuróticos, revivido na relação com o analista, estava inelutavelmente articulado a uma narrativa amorosa.

No contexto social atravessado pelos discursos de maio de 68 e seus desdobramentos nas esferas públicas e privadas, teóricos das ciências humanas perscrutam o significante amor e sua inserção nos espaços e configurações da modernidade. Dentre esses teóricos, destaca-se o sociólogo Zygmunt Bauman e sua obra “Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos”. Obra centrada na problematização do amor em uma sociedade marcada pelo consumismo, pela indiferença e pela busca de prazeres instantâneos.

A psicanálise é constituída por suas interlocuções com diferentes campos epistemológicos. O espaço clínico nunca pode se outorgar o direito de circunscrever suas *práxis*, pois tal como em uma fita de *Moebius*, onde a distinção entre dentro e fora se desvanece, os fenômenos da clínica estão articulados ao que ocorre extramuros.

Historicamente, de Freud à Lacan, passando por seus diversos sucessores, a psicanálise se volta para as questões sociopolíticas. Seu corpo é permeado pela literatura, pelas ciências sociais, biológicas, artes plásticas, linguística, cinema e por tudo aquilo da ordem da cultura que incide sobre o sujeito. Dessa forma, pretende-se, tendo como instrumento, concepções psicanalíticas sobre amor e laço sociais, escutar, interrogar e intervir sobre algumas características levantadas por Bauman acerca do amor líquido.

## **BAUMAN E AS RELAÇÕES AMOROSAS MODERNAS**

Na obra “Amor Líquido”, Bauman problematiza a incidência de discursos e tecnologias da modernidade sobre os laços sociais. Dividida em quatro capítulos e fragmentada em pequenos textos contextualizados a partir de trechos da literatura, declarações da mídia e recortes de reportagens, o sociólogo convida o leitor a refletir sobre as vicissitudes do amor em um contexto sociopolítico erigido e permeado pelo significativo “globalização”.

Neste novo universo, emoldurado pelos discursos alinhados a significantes-mestres, tais como a já mencionada “globalização” e outros como “felicidade”, “saúde” e “economia”, emergem novas maneiras de perceber o tempo, o espaço, buscar prazeres e relacionar-se com o outro - amigos, familiares, amantes, vizinhos, estrangeiros e toda sorte de alteridade em sua dimensão identitária.

O termo “líquido”, com o qual o autor adjetiva o amor, está presente em muitas de suas obras. A “liquidez”, ou “fluidez”, caracteriza todas as relações da modernidade: econômicas, políticas, culturais, amorosas e as diversas relações de poder.

No livro “Modernidade Líquida”, Bauman (2000) apresenta o conceito de liquidez como uma metáfora que nos auxilia a compreender a atual conjuntura global de relações, pautadas em uma lógica de hipervalorização das liberdades individuais e do consumismo, a qual, se contrapõe aos controles estatais e econômicos sólidos de décadas atrás. Para o autor, transitamos do capitalismo pesado para o capitalismo leve.

É a partir dessa lógica de liquidez que o autor desenvolve sua obra/conceito *amor líquido*, traçando paralelos entre as relações amorosas e as dinâmicas de consumo na modernidade, perpassando questões como o lugar da família, a posição da sexualidade, da comunicação humana e do estrangeiro.

No primeiro capítulo, de modo a elucidar as transformações que correram nos laços de parentesco na modernidade líquida, Bauman (2009, p. 43) se vale da experiência de Antígona<sup>2</sup>, cotejando-a às experiências da atualidade. O autor cita a seguinte fala da personagem na obra: “Oh, mas eu não teria feito a coisa proibida/ Por nenhum marido, nem por nenhum filho/ Para quê? Eu poderia ter tido outro marido e

---

<sup>2</sup>Personagem mítica da peça homônima escrita por Sófocles no século V a.C. Antígona, fruto da relação incestuosa entre Édipo e Jocasta, desafia a lei do Estado, encarnada no rei de Tebas Creonte, e proporciona um enterro digno a seu irmão. Ela acaba sendo condenada à morte pelo ato.

por meio dele outros filhos;/, mas perdidos o pai e a mãe, onde eu conseguiria outro irmão?”

Antígona, no mito de Sófocles, dedica-se, subversivamente, à família, enfrentando o Estado pelo direito de sepultar seu irmão. Sua dedicação parte de uma concepção sacra da família, posto que essa, se constitui a partir desígnios de Deus. A relação fraterna da personagem simboliza o paradigma da pré-modernidade, signatário da solidez e da inviolabilidade dos laços familiares.

Nas relações modernas, respectivamente de acordo com Nietzsche e Bauman, deus está morto e não usa celular. As concepções de família se alteraram, estão horizontalizadas, laicas e fluidas.

Perscrutando o conceito de relações de bolso e as trilhas da intimidade na modernidade líquida, Bauman discute a problemática do “sexo em si”, levantada por Erich Fromm. O sociólogo comenta: “Agora, espera-se que o sexo seja autossustentável e autossuficiente, que se “mantenha sobre os próprios pés”, para ser julgado unicamente pela satisfação que possa trazer por si mesmo” (BAUMAN, 2009, p. 63).

Ao desvincular o sexo da experiência amorosa, a sociedade moderna rompeu com o paradigma matrimonial da sociedade vitoriana. Na modernidade, o sexo está exposto na vitrine. Seu consumo faz-se imperativo como forma de dirimir os efeitos do desemprego.

Apostando na análise da esfera macropolítica da modernidade líquida, o autor discorre, ainda, sobre os produtos indesejados da globalização: o lixo humano, encarnado na figura dos sem-teto, sem-terra, dos “criminosos” dos guetos, dos refugiados e dos migrantes econômicos. Nos atuais enquadramentos, estas figuras são consideradas os agentes do medo e da insegurança. São os elementos da exceção que, paradoxalmente, compõem a regra.

Nos campos de refugiados, o autor aponta para algumas características que sinalizam as tendências constitutivas da modernidade líquida, a saber: o avanço da extraterritorialidade, a perda de sentido do lugar, a fragilidade e a descartabilidade dos meios, a indeterminação e a plasticidade das identidades e a permanência da transitoriedade. Os campos não pertencem a uma nação, eles representam, portanto, um não-lugar, uma suspensão no espaço e no tempo (BAUMAN, 2009, p.168).

## **BREVES CONCEPÇÕES PSICANALÍTICAS ACERCA DO AMOR**

Freud, em seu percurso teórico-clínico, se defrontou com uma questão premente na relação com seus pacientes – os afetos que estes dirigiam ao analista. Invariavelmente, Freud e outros analistas, deparavam-se com situações de difícil manejo na clínica. Diante de um quadro de diminuição dos sintomas, os pacientes começavam a agir de maneira hostil ao tratamento e centrar sua fala na figura do analista, atribuindo-lhe predicativos puros de ambivalência afetiva.

Esta reação negativa do paciente ao trabalho analítico foi chamada por Freud de *resistência*. Ela surge no momento do desvelamento de alguns conteúdos reprimidos, e apresenta-se como um aspecto inextrincável da transferência estabelecida entre analista e analisando.

A resistência e a transferência permitiram à Freud, propor algumas considerações sobre o amor. O autor afirma que o estado amoroso tem um caráter repetitivo. Ele reproduz protótipos infantis, fantasias primevas que o *infans* estabeleceu com seus primeiros objetos amorosos – as figuras parentais. O amor se manifesta no âmbito da compulsão e está sempre no liame daquilo que poderia ser chamado patológico. Ele implica, seja no espaço clínico ou extramuros, um afastamento da norma, um ponto de subversão (FREUD, 1912 [2006], p. 185-186).

Lacan retoma a temática do amor transferencial no seminário 8 e, assim como Freud, ultrapassa a circunscrição da discussão clínica. Desenvolvendo parte da discussão em torno da obra “O Banquete”, o autor vale-se dos enunciados dos pensadores de modo a interrogar e responder algumas questões da transferência e do amor. No referido Seminário “A Transferência” (1960-61/1992, p. 57), o autor discorre da seguinte maneira sobre o amor: “O amor como significante – pois, para nós, ele é um, e não mais que isso – o amor é uma metáfora – na medida em que aprendemos a articular a metáfora como substituição.”

Acerca da propriedade significativa do amor, lê-se também: “O amor é um fato cultural. Não se trata apenas de quantas (sic) pessoas nunca teriam amado se não tivessem ouvido falar do amor, como articulou muito bem La Rochefoucauld, mas que nem se cogitaria falar de amor se não houvesse a cultura.” (LACAN, 1962-63/ 2005, p. 198).

Neste sentido, Freud (1921/2006, p. 115), comenta: a linguagem permanece fiel a uma certa realidade. Dessa forma, nomeia-se de “amor” diferentes tipos de relações emocionais que já foram agrupados teoricamente como amor, não obstante,

sempre reste, por parte daquele que ama, uma certa dúvida sobre a veracidade e a genuinidade do sentimento.

Depreende-se que o amor advém como dinâmica afetiva e laço social, a partir de sua nomeação, de sua inserção no universo simbólico. Sua concepção na realidade precisar passar pela materialidade da linguagem. Há que se ter um discurso outro, prévio ao sujeito, que outorgue e oriente uma apreensão subjetiva do significante amor.

Lacan (1960-61/1992, p. 46), com base na discussão de Sócrates, Alcebiades e Agaton no banquete de Platão, comenta: o que caracteriza o amante, érastès, é aquilo que lhe falta, a marca da castração que lhe é inconsciente – algo lhe falta, mas ele não consegue nomeá-lo. Já o objeto amado, érômenos, é aquele que não sabe o que tem e faz o outro desejá-lo. Nesta hiância, aquilo que falta a um não é o que existe, escondido, no outro.

Amado e amante são seres faltantes que só podem oferecer a falta - *aquilo que não se tem* - a alguém que espera a completude - *aquilo que não receberá*. A posição de amante/desejante, amado/desejado constitui uma dialética, pois ambos encarnam a falta e a pressuposição da posse do objeto.

Abordando o tema do narcisismo enquanto elemento constituinte do sujeito, Freud analisa os tipos de escolhas objetais possíveis na esfera do amor. Compreendendo o narcisismo como um investimento libidinal sobre o *eu*, o psicanalista o toma como condição *sine qua non* para o amor, assim como efeito deste. No enlace de sua célebre expressão “*His Majesty the Baby*”, Freud (1914/2010, p. 36) comenta que o amor dos pais está implicado no renascimento de seu narcisismo, transformado em amor objetal. Ou seja, toda a libido que as figuras parentais outrora investiram no seu *eu* (em si), no período do seu narcisismo infantil, agora é investida no bebê.

Freud, no decorrer do texto, identifica dos tipos de libido: a libido do eu e a libido objetal, ou seja, a libido investida nos objetos externos. Distinção que parece se diluir em algumas elucubrações e, efetivamente, se desvanece com Lacan a partir da tópica do imaginário.

Freud, (1914), textualmente, esclarece que o desenvolvimento do *eu* consiste num distanciamento do narcisismo primário. A libido que era totalmente investida no *eu*, dirige-se para um *Ideal do Eu* que será buscado numa exterioridade, em um outro. Deste distanciamento, o autor elenca duas possibilidades ou tipos de escolhas

objetais amorosas: a narcísica - onde o sujeito busca o que ele mesmo é, foi, gostaria de ser e a pessoa que foi parte do seu próprio eu; e a escolha do tipo de apoio - onde ele busca a mulher nutriz ou o homem protetor, ou seja, as projeções das figuras parentais (FREUD, 1914/2006, p. 36).

Lacan dirá que o tipo de apoio é tão imaginária quanta a escolha narcísica, pois está fundada em uma inversão da identificação. Analisando o artigo de Freud acerca do narcisismo, Lacan irá apontar, ainda, para uma noção de equivalência entre a libido do eu e a libido objetal, ressaltando que esta equivalência, a despeito de sua distinção conceitual, já estava marcada no percurso do texto freudiano (LACAN, 1953-54/1986, p. 177).

Apropriando-se da máxima de Rimbaud de que o “eu é um outro”, Lacan, a partir do estágio do espelho, assevera que o *eu* se constitui por meio da imagem do outro. A imagem do outro precisa ser reconhecida e libidinizada para que o eu se precipite como função. Neste sentido, assevera: “uma unidade comparável ao eu não existe na origem, não está presente desde o início no indivíduo, e o *eu* tem de se desenvolver. As pulsões autoeróticas, ao contrário, estão lá desde o início” (LACAN, 1953-54/1986, p. 156).

Diluindo as fronteiras do eu e do outro, Lacan avança na teoria freudiana do narcisismo, solucionando os impasses das incipientes distinções propostas para os tipos de libido e os tipos de escolhas amorosas: narcísicas ou de apoio. Há, a priori, pulsões autoeróticas, mas não há um eu. O *eu* só advém a partir do outro – o *eu* é um outro, logo, toda escolha objetal é narcísica. Lacan sublinha:

A estrita equivalência do objeto e do ideal do eu na relação amorosa, é uma das noções mais fundamentais na obra de Freud, e a reencontramos a cada passo. O objeto amado é, no investimento amoroso, pela captação que ele opera no sujeito, estritamente equivalente ao ideal do eu. (LACAN, 1953-54/1986, p. 170).

No esteio dessa discussão, Rosa (2003, p. 119) comenta: “No amor, o amante confere ao amado o poder de completar o que nele falta, mas não porque o outro tem o que lhe falta, mas porque o sujeito o idealiza. O idealiza como outrora idealizou a si mesmo, quando fantasiava ser um eu ideal”.

. A qualidade do *ideal do eu* é estar sempre além da função do eu. Disso decorre, de maneira equivalente, a impossibilidade de encontrar a completude no objeto amado. Há sempre algo que escapa, uma não-totalidade. Freud (1921/2006, p. 106), utiliza o símile de Schopenhauer sobre os porcos-espinhos para tratar do caráter

problemático dos encontros e vínculos afetivos. Os porcos-espinhos, em um período de frio intenso tiveram que se aproximar para se manterem aquecidos, mas seus espinhos começaram a machucar uns aos outros, logo, eles precisaram se afastar. Depois de algumas tentativas de aproximação movidas pela necessidade, eles encontraram uma distância intermediária onde a coexistência se tornou tolerável.

O romance dos porcos-espinhos é paradigmático, pois revela um mal-estar intrínseco aos encontros. Uma impossibilidade de fazer laços sem enfrentar desafios ou sofrimentos. Freud redimensiona as (im)possibilidades dos ideais narcísicos projetados nos encontros e nas uniões à esfera do tolerável. Aponta para um entrave permanente, um resto inapreensível das relações do *eu* com o *outro* e do *nós* com *eles*.

## O AMOR LÍQUIDO NO DIVÃ

Analisar o amor, independentemente de sua propriedade material, demanda uma escuta aos discursos que o tangem. O amor líquido é um conceito sociológico, abarca diferentes perspectivas e âmbitos das relações humanas: das relações sexuais entre parceiros casuais às relações da *pólis*, perpassando miríades de possibilidades gregárias da modernidade.

Bauman (2009, p. 19) argumenta que as pessoas tendem a chamar de amor muitas de suas experiências de vida, tais como noites avulsas de sexo e encontros fortuitos do cotidiano. Em função da alteração das estruturas de parentesco atreladas aos antigos padrões de amor, houve uma facilitação dos testes pelos quais uma experiência deve passar para ser chamada de amor.

Na qualidade de construção sócio histórica, o amor oscila entre possibilidades de sentidos e modulações afetivas. No período vitoriano, o amor atrelava-se às normas matrimoniais, era regimental e indiferente às perspectivas de fruição. Sua função era alicerçar as relações verticais, essenciais à manutenção daquilo que Bauman chamou de capitalismo pesado. As incursões amorosas eram controladas por dispositivos sociopolíticos de modo a manter certas divisões, como as de classe, gênero, etnia, nacionalidade, etc. Na modernidade, essencialmente horizontalizada, fluída, o leque de sentidos, afetos e experiências articulados ao significante amor encontra poucas barreiras na cultura.

Por suposto, enquanto significante, o amor permite uma apreensão no nível do discurso. Suas concepções estão na cultura e partem do conjunto de significantes que

o Outro abarca. Está na filosofia, nas religiões, nas artes, nos romances familiares, nos apelos publicitários e nas propagandas. Deste modo, o crivo de sua nomeação passa por um encadeamento significante no campo do Outro; por um discurso que antecede o sujeito e orienta suas relações.

Tomando a perspectiva do discurso em psicanálise, sinaliza-se sua equivalência ao laço social. O discurso é a dimensão das possibilidades de organização social na cultura, de se constituir, gozar e saber. Lacan elenca quatro discursos centrais em 1969 no seminário *O Avesso da Psicanálise*, a saber: o discurso do mestre, da universidade, da histórica e do analista. Adiante, em escritos e conferências datados da década de 70, o psicanalista apresenta uma variação do discurso do mestre – o discurso do capitalista.

Na dinâmica do discurso do capitalista, podemos encontrar ressonâncias das facetas do amor líquido. Quinet (2010, p. 39) argumenta: (...) O que caracteriza o discurso capitalista é a foraclusão da castração, a negação da diferença. Nele, o sujeito não faz laço, mas se relaciona apenas com objetos-mercadorias. Em *Sociedade de consumo* de Jean Baudrillard, de modo consonante, argumenta-se que a multiplicação de objetos de consumo impele o homem a se relacionar com bens em detrimento das relações com seus pares.

Sobre o uso do conceito de “foraclusão da castração” por Quinet, pode-se pensar em sua apropriação a partir de uma maleabilidade, de uma elasticidade do conceito cujo intuito é auxiliar na problematização do discurso capitalista e compreender suas marcas. Trata-se de um discurso que, tal como a estrutura psicótica, não faz laços. Ele é atravessado pela errância, pelos curtos-circuitos circuitos do gozo e pelas efemeridades que impossibilitam elaborações de sentidos.

No vértice dessa discussão, Žižek comenta: a atual constelação político-ideológica se caracteriza pela busca da autorrealização e do autocontrole. Os sujeitos investem no cuidado de si – vida saudável, estética, carreira - e na busca de uma felicidade associada aos prazeres individuais. Como comenta a atriz Francesca Annis: a felicidade é “uma mercadoria importada dos Estados Unidos na década de 1950” (ŽIŽEK, 2011, p. 393).

Há no discurso capitalista, um imperativo de gozo não-compartilhado. Uma prerrogativa de que a libido esteja investida inteiramente no corpo (autoerotismo), sem passar pela alteridade. Em sua *Introdução ao Narcisismo*, Freud argumenta que os esquizofrênicos investem toda sua libido no *eu*, abandonando os objetos do mundo

externo. Deste modo, eles se comportam como se ainda estivessem no período do narcisismo primário. A partir dessa citação, pode-se pensar que há uma dimensão psicótica no discurso capitalista, que não implica uma estrutura clínica dessa ordem (FREUD 1914/2010, p. 15).

Observa-se, com base nas articulações, uma associação entre investimento narcísico e felicidade. A cultura do eu e da masturbação da imagem vai ao encontro das promessas de uma felicidade *prêt-à-porter, estampada em outdoors, pujante nas propagandas e nas ofertas afetivas e sexuais ofertadas em aplicativos*. Aposta-se no alcance de um *ideal de eu* na cópula com as mercadorias, negando-se a impossibilidade de atingi-lo.

O discurso capitalista, articulado no bojo da globalização, encontra-se com o conceito de capitalismo leve proposto por Bauman, pois revela a fluidez das relações e a vulnerabilidade dos laços sociais face aos imperativos do mercado. Neste discurso, o outro tem sua dimensão reduzida à de uma mercadoria consumível.

Bauman, (2009), aponta que os sujeitos modernos têm se perdido com assaz facilidade nas delimitações do desejo e do amor. Deseja-se o amor como objeto de consumo e busca-se desenvolver uma prática indolor no ato de amar, imune à angústia e ao sofrimento.

Sobre esse aspecto do amor líquido, Nasio, comentando Freud, destaca que: “Nunca estamos tão mal protegidos contra o sofrimento como quando amamos, nunca estamos tão irremediavelmente infelizes como quando perdemos a pessoa amada ou o seu amor” (NASIO 1997, p. 27).

Freud, em *O Mal-Estar na Civilização* (1930), afirma que as possibilidades de felicidade estão sempre restritas por nossa constituição, de modo que o sofrimento nos ameaça de três direções: do nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, do mundo externo e do nosso relacionamento com o outro, talvez o mais penoso de todos. Tendemos a crer, a despeito da experiência demonstrar o contrário, que o sofrimento das relações venha como um acréscimo e possa ser evitado (FREUD, 1930/2006, p. 85).

Interessante perceber, a partir da perspectiva de Freud, como a crença da evitação do sofrimento nos encontros, foi apropriada de maneira eficiente, ao menos em seu aspecto propagandístico, pelos discursos da modernidade. Estes discursos cooptam sujeitos por tocar em algo que lhe é constituinte: seu narcisismo. Nivelam-se os sujeitos ao patamar da “Sua Majestade, o bebê”, escandindo do universo de suas

relações amorosas, o que está na letra<sup>3</sup>: “é impossível ser feliz sozinho” e, por acréscimo, com o outro.

No início do capítulo 4, Bauman trata de algumas questões concernentes à posição do estrangeiro na modernidade e as similitudes entre as características dos campos de refugiados e os traços da globalização. O autor, expõe:

Um espectro paira sobre o planeta: o espectro da xenofobia. Suspeitas e animosidades tribais, antigas e novas, jamais extintas e recentemente descongeladas, misturaram-se e fundiram-se a uma nova preocupação, a da segurança, destilada das incertezas e intranquilidades da existência líquido-moderna (BAUMAN, 2009, p. 143).

A xenofobia, essa aversão ao estrangeiro que se desenvolve, sobretudo, na relação imaginária do eu com o outro, parte de um aspecto constituinte do sujeito - a relação especular trabalhada por Lacan no estádio do espelho - e atravessa os discursos da cultura que culminam nas formas de violência e segregação correntes na sociedade.

As suspeitas e animosidades componentes do discurso xenóforo, como Bauman ressalta, e Freud trabalha em obras como *Psicologia das Massas* e *Análise do Eu* (1921) e *Mal-estar na Cultura* (1930), são históricas. Suas marcas estão nos genocídios, na escravidão e outras formas de anulação do outro. Todavia, atentos ao que Bauman e alguns autores contemporâneos discutem, o discurso científico acoplado aos modos de produção em série, sinalizam a sistematização das formas de segregação e dizimação do inimigo. Esse inimigo passou a ser encarado, sobretudo após as experiências dos campos de concentração nazistas, como um lixo humano, um excesso a ser derradeiramente solucionado.

Koltai (2000), comenta que para Lacan, o Holocausto não foi uma tragédia isolada que nunca mais se repetirá. O discurso científico utilizado na racionalidade tecnológica dos campos de extermínio foi apenas um precursor das formas de segregação. Lacan, ainda, questionando-se sobre o lugar do gozo no mundo atual, indica que, aturdidos pelos imperativos do gozo e atravessados pelo enigmático gozo do outro – estrangeiro – intensificamos os processos de segregação.

Nesse sentido, Quinet argumenta:

---

<sup>3</sup> Trecho da canção Wave de Antônio Carlos Jobim.

O discurso do capitalista não é regulador, ele é segregador. A única via de tratar as diferenças em nossa sociedade científica capitalista é a segregação determinada pelo mercado: os que têm ou não acesso aos produtos da ciência. Trata-se, portanto, de um discurso que não forma propriamente laço social, mas segrega. Daí a proliferação dos sem: terra, teto, emprego, comida etc. Os que estão *with*, no discurso capitalista são *out*: os *without*. Quem está com (o capital) está sem (o capital), sua lógica obriga (QUINET, 2010, p. 40).

As incertezas e intranquilidades da modernidade líquida, emergentes no horizonte gozoso que o mercado, na ausência das estruturas e dispositivos verticais e reguladores, nos impõe, direcionam a fonte da angústia para o desconhecido – outro que goza de maneira estranha.

Incapazes e indispostos a lidar com esses estranhos objetos, os sujeitos da modernidade líquida, os liquidam, os dispõe em guetos e campos - locais onde sua aparição espectral não possa intervir sobre suas frágeis verdades.

No que concerne às similitudes entre os campos de refugiados e os aspectos da globalização, faz-se possível pensar na banalização do uso dos dispositivos móveis como algo paradigmático e condensador dos predicativos da modernidade líquida. No universo de um celular, não há território, o espaço é fluido, veloz, as identidades são construídas como avatares pretensamente ideais. Tudo é transitório, da amizade facilmente desfeita com um toque na tela ao invejado perfil no Instagram.

São relações de bolso, onde o estar com (*with*) amigos, amores, fãs é sempre estar sem (*without*). Os espaços públicos estão repletos de indivíduos transitando com seus celulares na mão. Eles estão encapsulados narcisicamente no universo de seus dispositivos. Circulam, se cruzam, mas não fazem laços com o outro ao lado – sólido, palpável. Esse outro pode ser alguém, mas é apenas um corpo. Segue-se navegando no *feed*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, percebe-se que os imperativos do amor líquido e suas reverberações, buscam construir a fantasia de uma paradoxal completude, pois ao mesmo tempo que o sujeito é impelido a se completar com objetos encarnados em mercadorias e pessoas, também precisa ser autossuficiente, bastar-se sem o outro. Vemos que essa perspectiva nega o horizonte da castração e, portanto, a dimensão constitucional do sujeito e sua necessidade de formar laços.

O amor, não obstante seu estatuto significativa e sua conseqüente variância sócio histórica e subjetiva, só pode se constituir, se corresponder com outros

significantes, pela mediação de um outro que sustenta a fantasia da relação amorosa. Portanto, somente a partir da trilha desejante do sujeito, em seus enlaçamentos, vínculos e na elaboração e significação dos afetos que o assaltam na impossibilidade de atingir um *ideal de eu*, faz-se possível amar.

Salienta-se que a psicanálise, enquanto dispositivo clínico pautado na escuta e na ética do desejo, não se propõe a estabelecer normas, impor discursos que cerceiem o significante amor ou, tampouco, preconizar modos ideais de relação. Sua proposição é a da escuta e da interrogação do mal-estar na cultura, daquilo que, seja no estado sólido, líquido ou gasoso, atua sobre o inconsciente, produzindo sintomas e demandando análise.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt (2009). *Amor Líquido – Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

\_\_\_\_ (2000). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

FREUD, Sigmund (1912). *Observações sobre o amor transferencial*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XII. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2006.

\_\_\_\_ (1914). *Introdução ao Narcisismo*. Ensaios de Metapsicologia e Outros Textos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_ (1921). *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XVIII. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2006.

\_\_\_\_ (1932[1929]). *Mal-Estar na Civilização*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XXI. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2006.

KOLTAI, Caterina (2000). *Política e Psicanálise*. O Estrangeiro. São Paulo: Escuta.

LACAN, Jaques (1953-1954). *O Seminário 1 “Os escritos técnicos de Freud”* - Livro 1. 1ª ed. brasileira. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1986.

\_\_\_\_ (1960-1961). *O Seminário Livro 8 “A Transferência”*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1992.

\_\_\_\_ (1962-1963). *O Seminário Livro 10 “A Angústia”*. 1ª ed. brasileira. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

NASIO, J. David (1997). *O livro da dor e do amor*. Rio de Janeiro: Zahar.

QUINET, Antônio (2006). *Psicose e Laço Social*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ROSA, Gresiela Nunes (2003). *O que sustenta uma relação amorosa?* 1ª ed. Tubarão: Editorial Studium.

ZIZEK, Slavoj (2008). *A Visão em Paralaxe*. 1ª ed. brasileira revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

**PSYCHOANALYTIC PERSPECTIVES ABOUT LOVE AND SOCIAL TIES  
IN MODERNITY BASED ON THE ZYGMUNT BAUMAN'S WORK  
"LIQUID LOVE"**

**ABSTRACT**

This paper proposes a theoretical approach between the knowledge of psychoanalysis and the work of the sociologist Zygmunt Bauman. Starting from Bauman's elaborations on the concept of liquid love and following the trails of Freud and Lacan, in their theoretical constructions on the dimension and the vicissitudes of the significant love, the following paper aims to listen and interrogate the resonances of liquid love in subjectivities and in the social ties that constitute modernity. Moreover, it's important to remark that this work doesn't seek to develop a comparative between the two theoretical currents, but to promote an interlocution between them.

**KEYWORDS:** Love. Desire. Modernity. Psychoanalysis, Zygmunt Bauman.

## **PERSPECTIVES PSYCHANALYTIQUES SUR L'AMOUR ET LES LIENS SOCIAUX DANS LA MODERNITÉ À PARTIR DU TRAVAIL "AMOUR LIQUIDE" DE ZYGMUNT BAUMAN**

### **RÉSUMÉ**

Ce article propose une approche théorique entre la connaissance de la psychanalyse et le travail du sociologue Zygmunt Bauman. Partant des élaborations de Bauman sur le concept d'amour liquide et en suivant les traces de Freud et de Lacan, dans leurs constructions théoriques sur la dimension et les vicissitudes du signifiant amour, nous cherchons à écouter et à interroger les résonances de l'amour liquide en subjectivités et dans les liens sociaux qui constituent la modernité. De plus, il est souligné que ce travail ne cherche pas à développer une comparaison entre les deux courants théoriques, mais à promouvoir une interlocution entre les deux.

**MOTS-CLÉS:** Amour. Désir. Modernité. Psychanalyse, Zygmunt Bauman.

*Perspectivas Psicanalíticas Sobre Amor E Laços Sociais Na Modernidade A Partir  
Da Obra ``Amor Líquido`` De Zygmunt Bauman*

Recebido em: 19-02-2019

Aprovado em: 14-05-2019

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>

[revista@psicanaliseebarroco.pro.br](mailto:revista@psicanaliseebarroco.pro.br)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

<http://www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php>

# **“VIVER ATÉ O DIA DA SUA MORTE”: UMA DISCUSSÃO ACERCA DOS CUIDADOS PALIATIVOS COM CRIANÇAS A PARTIR DO FILME OPERAÇÃO BIG HERO**

*Lurian Ruth Nabozny<sup>1</sup>*

*Rosanna Rita Silva<sup>2</sup>*

## **RESUMO**

Este artigo discorre sobre o funcionamento pulsional nas toxicomanias. A toxicomania é um modo de existir em que a droga se torna central, funcionando como objeto privilegiado da pulsão. Por esse motivo, ela pode ser considerada uma das expressões mais claras da pulsão de morte desfusionada, conquanto não configure uma compulsão à repetição. O toxicômano, prescindindo da relação com os outros, manipula quimicamente as fontes pulsionais com o tóxico, regredindo ao autoerotismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Toxicomania; Pulsão; Droga; Pulsão de Morte.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (PR). inabozny95@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (PR). rosanna.irati@unicentro.br

## INTRODUÇÃO

Na mesma pedra se encontram,  
Conforme o povo traduz,  
Quando se nasce - uma estrela,  
Quando se morre - uma cruz.  
Mas quantos que aqui repousam  
Hão de emendar-nos assim:  
“Ponham-me a cruz no princípio...  
E a luz da estrela no fim!”  
(Mario Quintana)

Há sempre uma temática que nos captura e diante disto a pesquisa nos proporciona um encontro com aquilo que, de alguma forma, nos habita. Tal experiência faz com que passemos a abordar um tema de uma nova forma e, movidos por um interesse incomum passamos a investigá-lo por diversos âmbitos da nossa vida.

As vezes em que li Mario Quintana, tive a impressão de que o tema da morte se presentifica em algumas das suas escritas. Apesar de já ter lido alguns dos seus poemas, talvez essa característica só tenha sido realmente tocante quando comecei a estudar a morte.

Os poemas e os filmes, assim como toda forma de arte, nos possibilitam uma aproximação com nossa subjetividade. Buscamos uma interpretação, (se é que podemos interpretar a arte) segundo as nossas vivências, nossos estudos e nossas concepções; logo, são abordagens interessantes para a compreensão de vários assuntos. O filme foi a ferramenta escolhida para auxiliar a escrita e as conclusões que entrelaçam este artigo, que trata dos Cuidados Paliativos (doravante CP) e a discussão sobre o tema da morte a partir da Psicanálise. Um filme pode suscitar diversas reflexões: sobre a vida ou a morte, e auxiliar o paciente a compreender, a seu modo, o processo pelo qual está passando. Dessa forma, nasce a proposta da análise fílmica para criar uma articulação com CP.

O filme escolhido para a análise leva o nome de *Operação Big Hero* (com título original *Big Hero 6*), e sua escolha está ligada à faixa etária que concerne a esta pesquisa: as crianças. É um filme do gênero animação/aventura, produzido nos Estados Unidos e lançado no dia 25 de dezembro de 2014. A história diz respeito à vida de Hiro Hamada, um menino de treze anos, que possui grande interesse em

tecnologia e grande habilidade para a construção de objetos que a envolvam. Hiro é colocado frente à temática de morte desde os três anos, quando seus pais morrem e, com a idade atual, perde o irmão em um incêndio na escola de robótica na qual ele estudava. Antes de morrer, Tadashi Hamada, irmão de Hiro, apresenta a ele o robô Baymax, de sua criação, que inicialmente possui o intuito de melhorar a saúde das pessoas, tanto a emocional, quanto a física. O robô apresentado pelo irmão de Hiro será um dos grandes enfoques do estudo, pois podemos entendê-lo e vê-lo como um profissional que atende em CP, preocupando-se com a saúde mental e física da pessoa que depende dessa forma de atendimento, bem como as questões de morte e luto que aparecem no enredo e envolvem os personagens.

Acreditamos, então, que o filme pode ser um disparador para entender como a questão da morte nos envolve e nos afeta, e como pode interferir na vida da criança, podendo gerar grave adoecimento. A partir disso, é possível também, compreender como se dá a aplicação dos cuidados paliativos, como trabalhar as questões relacionadas à morte e ao luto com as crianças e como se dá a atuação dentro dessa área de alcance da Psicologia. Para isso foram selecionadas três cenas do filme mencionado e, a partir delas, serão trabalhadas questões que envolvem o tratamento em CP.

Podemos pensar que a morte é uma temática que cerca a vida das pessoas diariamente, mas em contrapartida, comparece também uma evitação no enfrentamento da mesma. Isso nos coloca o questionamento: se a morte é a única certeza presente nas nossas vidas, porque, é um tema tão permeado por tabus?

Segundo Freud, a morte é inevitável, inquestionável e natural. Em “Escritos sobre a Guerra e a Morte”, sublinha: “[...] no fundo, ninguém acredita na sua própria morte ou, o que é a mesma coisa, no inconsciente, cada qual está convencido da sua imortalidade” (FREUD, 1914-1916, p. 19). Freud pontua que os sujeitos procuram afastar-se da ideia de sua própria morte, mas ficam à mercê quando vivenciam perdas que exigem o trabalho do luto, tais como o final de um relacionamento, ou a perda de um ente querido. Precisamos, assim, entendê-la, para melhor compreender a forma como ela nos afeta, tal como exposto anteriormente.

Existem sujeitos que são colocados frente à finitude quando descobrem que estão com uma doença grave, a qual já não apresenta mais possibilidade de cura. Nesse sentido, uma equipe multiprofissional se dedica ao estudo e aprimoramento de

técnicas que viabilizem o entendimento do contexto desses pacientes. Essa equipe leva o nome de cuidadores paliativos.

Menezes (2004), citada por Silva e Sudigursky (2008), indica que o cuidado paliativo atinge o paciente que está fora das possibilidades de cura, não somente na fase terminal, mas durante todo o percurso que a doença pode desenvolver. Sobre o paciente destaca:

[...] apresenta fragilidades e limitações bastante específicas de natureza física, psicológica, social e espiritual. Trata-se daquele paciente, para o qual a ciência não possui recurso para deter o avanço fatal da doença, trazendo interrogações para a equipe de saúde, familiares e para o próprio indivíduo. (SILVA e SUDIGURSKY 2008, p.505).

Segundo Gomes (2016), quando se trata de CP, o cuidado que é disponibilizado ao paciente não terá um viés de cura, uma vez que evitar a morte já não é mais uma possibilidade. Assim, o cuidador paliativo atua como facilitador para a compreensão do sujeito quanto a sua atual situação, procurando confortar as angústias que possam surgir. Essa atuação busca alcançar também os familiares e amigos do paciente para amenizar as dores emocionais e físicas, sempre priorizando o respeito pelo tempo de aceitação da finalidade da vida.

Nesse sentido, o CP apresenta a proposta do olhar direcionado ao paciente que não responde mais às intervenções curativas ofertadas, como meio de controle dos sintomas da doença e sofrimento, mas oferta uma maior qualidade de vida aos pacientes. Sabe-se que os sujeitos com doenças terminais frequentemente sofrem com dores físicas, entretanto, os conflitos psicológicos instaurados pela condição na qual o paciente se encontra também precisam ser trabalhados, o que nos clarifica o papel do psicólogo nesse tipo de atendimento.

Podemos pensar, então, na qualidade de vida desses sujeitos, que se liga com a significação que pode ser suscitada em suas vidas, bem como no seu entendimento do processo do adoecimento, aceitação e organização de possíveis conflitos. “O principal negócio da pessoa cronicamente doente não é somente estar vivo ou manter seus sintomas sob controle, mas viver o mais normalmente possível a despeito dos sintomas e da doença [...]” (STRAUSS et al. apud CASTELLANOS, 2011, p.39).

Nesse tempo de aceitação, a questão do luto deverá ser trabalhada com as pessoas envolvidas pelo processo de aceitação da morte. Assim, podemos nos perguntar:

Em que consiste o trabalho realizado pelo luto? [...] O exame da realidade mostrou que o objeto amado não mais existe, e então exige que toda libido seja retirada de suas conexões com esse objeto. Isso desperta uma compreensível oposição – observa-se geralmente que o ser humano não gosta de abandonar uma posição libidinal, mesmo quando um substituto já se anuncia (FREUD, 1915 [1917], p. 173-174).

Trazemos esse fragmento de “Luto e Melancolia”, para introduzir a discussão da dificuldade das pessoas em compreender esse processo que os CP se propõem a construir, que coloca os familiares do paciente frente à realocação da sua libido a partir do momento que precisam assimilar que logo perderão um membro que lhes é muito próximo. Também podemos pensar na abordagem do luto e da morte com crianças que, enquanto sujeitos, são tomados como seres incapazes de entender esses temas de forma concreta, tendo em vista que ainda se encontram em formação. Kovács (2016), coloca que o uso de metáforas e eufemismos para trabalhar a morte com crianças pode deixá-las mais confusas e prejudicar a sua recuperação perante o luto, podendo aumentar a dor e criar sentimentos de desamparo.

Sabendo da dificuldade que os sujeitos apresentam quando se trata do enfrentamento e discussão sobre a morte, colocamos o desafio de visualizar essa temática na vida das crianças, especificamente as que precisam encará-la todos os dias. Os CP com crianças envolvem justamente essa explicação sobre a sua condição e o modo como isso será feito, mas, para além disso, existe uma especificidade do trabalho com essa faixa etária, e ela está no envolvimento que ele terá com a família do paciente. Segundo Castellanos (2011), é necessário ter em mente que os familiares desse paciente estarão envolvidos o tempo todo com o processo e, por isso, muitas vezes trabalharão complementarmente à ação dos CP. Também é necessário compreender quais as concepções dessa família sobre assuntos como morte, luto e adoecer, por exemplo, para que a partir disso possam ser pensados os próximos passos do cuidado. Pesquisar esses detalhes sobre o decorrer da atuação em CP e como eles acontecem, nos propicia uma possível discussão sobre o tema, o que corrobora na construção de possíveis intervenções nessa área e o aumento do conhecimento sobre os CP. A utilização do filme, o qual é um produto cultural com uma interpretação da temática da morte, viabiliza enxergá-lo a partir de uma perspectiva teórica, o que valoriza esses produtos e o quanto eles podem ser utilizados para debater inúmeras questões da vida dos sujeitos. No que tange essa pesquisa, também é possível justamente pensar sobre esse desdobramento para a

infância, que ainda é pouco estudado pela academia e por trazer um grau de dificuldade considerável para os profissionais que atuam nessa área.

Para entender como o filme pode ser utilizado como veículo de compreensão de CP e possível ferramenta a ser utilizada para falar sobre a situação na qual a criança com doença terminal está inserida, é necessário primeiro compreender mais detalhadamente o que são os CP e qual a sua importância na vida do paciente. Por isso, o próximo tópico trará maiores definições do que é cuidado paliativo e uma discussão sobre a sua importância na vida de alguém que precisou se haver com a questão da sua própria morte.

Mas, vale antes disso, destacar uma reflexão: quantas vezes passamos os dias vivendo a eternidade que nos acalenta, e deixamos de pensar no quão finito podem ser os risos, as viagens, as brincadeiras e as conversas? Automaticamente vivemos no mundo corrido, e nos enlaces que produzem nós na corda comprida que é a vida, e deixamos de pensar no instante inesperado e sensível que se rompe. A vida nos parece bela, e a morte nos surge como um pequeno espinho que incomoda: difícil de ver, mas sabemos que está presente. E se, por um breve momento, pudéssemos saber quando é chegada a hora do fim, faríamos de nós composições diferentes? E se, às vezes, lembrássemos que a nossa existência nos faz breves porque breve é o instante que nos faz partir?

## **CUIDADOS PALIATIVOS: O OLHAR DA VIDA ACERCA DA MORTE**

A morte é uma certeza que carregamos escondida dentro de cada um. Ela está nos sorrisos que nos surgem em bons momentos, e também nas cenas que julgamos veementemente que ficarão marcadas durante todas as décadas, décadas estas que ainda contabilizamos que nos acompanharão. O paradoxo do nosso pensamento e de olhar o calendário acreditando, com firmeza, que ainda vamos chegar até aquela data especial marcada de cor diferente no quadrado da folha, é que a morte pode acontecer em qualquer um dos dias da semana, naqueles mais triviais em que acordamos sem grandes expectativas, ou de um jeito banal que antes não conseguíamos vislumbrar.

O convívio com a iminência da morte e a defrontação com a finitude do ser, do estar e do pertencer nos assusta, e nos coloca em um jogo de esconde-esconde com a nossa realidade e com a realidade das pessoas que nos cercam, com as quais partilhamos afeto e boas experiências. Por isso discutir a morte é discutir a vida e o que somos capazes de produzir, sentir e esperar no nosso cotidiano, seja fazendo

pequenos planos diários ou programações a longo prazo. E também é possível discutir vida mesmo com aqueles sujeitos, que enfrentam a sua finitude.

Tendo isso em mente, receber a notícia de que se está com uma doença como o câncer, por exemplo, pode nos remeter à falta de cura e desesperança quanto ao tratamento, o que abre a possibilidade de redirecionarmos alguns medos existentes que nos desesperam e paralisam. São notícias que nos posicionam no enfrentamento a essa temática da morte que estamos energicamente dispostos a negar, e que colocam em jogo nossas convicções: o que julgamos ter construído e cimentado em bases fortes, acaba sendo derrubado na tempestade da notícia, é um “profundo arranhão no desejo de ver garantida a fantasia onipotente de segurança e imortalidade” (LABAKI, 2012, p. 19).

Nesse sentido, alguns profissionais colocaram-se dispostos a estudar esses desdobramentos da vida, e, principalmente auxiliar pacientes e seus familiares que se tornam conscientes quanto à finitude de ser somente quando se deparam com um possível impedimento de continuar o rumo normal e corriqueiro que seguiam antes de entender que agora estão com uma doença crônica, degenerativa ou terminal, ou que estão envoltos por essa realidade que os impossibilita de continuar suas atividades como previamente faziam.

Esses profissionais que se dispõem a acompanhar os pacientes e seus familiares em estágios avançados ou terminais, com doenças crônicas ou progressivas, e direcionam a sua formação e carreira com o intuito de aprimorar as técnicas que incluem essa prática, estão na equipe de CP. “A equipe profissional em cuidados paliativos assume a conduta de não eliminar a morte da vida, encarando-a de frente, não recuando desse encontro, falando sobre a vida, os fantasmas da morte e a vida que há na morte” (LIMA, 2014, s/p.).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), citada pelo Manual de Cuidados Paliativos, informa:

Cuidado Paliativo é uma abordagem que promove a qualidade de vida de pacientes e seus familiares, que enfrentam doenças que ameacem a continuidade da vida, através da prevenção e alívio do sofrimento. Requer a identificação precoce, avaliação e tratamento da dor e outros problemas de natureza física, psicossocial e espiritual (OMS, 2012, p. 26),

Cuidar de pacientes, que já não correspondem mais aos tratamentos curativos ofertados, lança um desafio a uma equipe multidisciplinar de controle de dor e outros sintomas, que, além de físicos, também estão inclusos na ordem psicológica, social e

*“Viver até O Dia Da Sua Morte”: Uma Discussão Acerca Dos Cuidados Paliativos Com Crianças A Partir Do Filme Operação Big Hero*

espiritual, por exemplo, como discorrem Ferreira, Lopes e Melo (2011) e também conforme citado acima pela OMS. Também os desafia no que tange o envolvimento no âmbito familiar do paciente e coloca esses profissionais num enfrentamento recorrente com a morte e a finitude a que estamos predispostos.

Como dito, a equipe de CP é multidisciplinar, ou seja, é composta por profissionais de diversas áreas;

[...] cada profissional é chamado a desempenhar sua profissão em um processo de trabalho coletivo, cujo produto deve ser fruto de um trabalho formado pela contribuição das diversas áreas profissionais, esperando-se que os integrantes das equipes sejam capazes não só de conhecer e analisar o trabalho, mas também de compartilhar conhecimentos e informações. (FERREIRA, VARGA & SILVA, 2009. 1422, s/p).

Quando se trata de CP, a equipe é formada por médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais de áreas distintas (INCA, s/d) que podem completar a mesma, conforme a necessidade do paciente e de sua família, acompanhando e respeitando as suas crenças e convicções, sempre compartilhando do objetivo de minimizar o sofrimento. Apresentamos como exemplo os conselheiros espirituais, que estão ligados com a esfera espiritual de cuidados e se fazem necessários em algumas situações por compartilharem das crenças que sustentam o sujeito e seus familiares.

A atuação da equipe de CP passa a ser requerida durante as últimas semanas ou últimos seis meses de vida do paciente, a partir do momento em que o diagnóstico é capaz de mostrar o declínio progressivo do estado em que o sujeito se encontra. Segundo Santos (2011), os CP asseguram que o alívio do sofrimento possa ser buscado, mesmo que a doença se apresente de maneira incisiva e que traga sobrecarga. A partir disso, existe o zelo pela autonomia, autocuidado e que se aumente a aproximação com os entes queridos, conforme o INCA (s/d) demonstra.

Esse tipo de cuidado foi estabelecido segundo alguns princípios que possibilitam melhor alcance aos sujeitos que precisam do atendimento da equipe. Segundo o Manual de Cuidados Paliativos (2012, p. 26-27), são nove esses princípios e estão ligados com a promoção do alívio da dor e de outros sintomas desagradáveis; afirmar a vida e considerar a morte como um processo natural da mesma; não acelerar e nem adiar a morte do paciente; visualizar os aspectos psicológicos e espirituais integralmente no cuidado com o sujeito; oferecer suporte ao paciente com vias de possibilitá-lo viver o mais ativamente possível até o momento da sua morte; oferecer

auxílio aos familiares durante a doença do paciente e a enfrentar o luto; oferecer abordagem multiprofissional para atender as necessidades dos pacientes e seus familiares, incluindo acompanhamento no luto; melhorar a qualidade de vida e influenciar positivamente o curso da doença; e por fim, deve ser iniciado o mais precocemente possível, juntamente com outras medidas de prolongamento da vida, como a quimioterapia e a radioterapia e incluir todas as investigações necessárias para melhor compreender e controlar situações clínicas estressantes.

No caso dos CP com crianças, como explana Castellanos (2011), a condição de doença crônica, degenerativa e progressiva se torna mais complexa por envolver os planos e expectativas que nelas são depositados. A criança é colocada em um critério de sujeito em desenvolvimento, em transformação constante e dono de um conjunto de possibilidades futuras, que muitas vezes se entrelaçam com a trajetória de vida dos seus pais, responsáveis e familiares. Neste sentido aponta Castellanos: “A criança, mais do que o adulto, é vista como um ser intermediado por contextos físicos, psicológicos e sociais, sujeita que está a esses contextos” (CASTELLANOS, 2011, p. 51).

Pensando nisso, é possível entender que o diagnóstico da doença na criança está sempre envolto pelos projetos dos que fazem parte do seu círculo de convivência. Desta forma, segundo o mesmo autor, os pais e todos os envolvidos na vida da criança são constantemente orientados a questionamentos sobre os sentidos do adoecer e do cuidado. A busca atrelada a esses sentidos tem a ver como os sujeitos identificam algumas situações e se posicionam perante as mesmas. Por isso, o maior desafio é compreender como a criança está sendo vista e tratada pelas pessoas que estão em seu convívio para, a partir disso, conseguir estabelecer o melhor modo de intervir na vida da criança e desses sujeitos.

Os cuidadores das crianças, leigos (familiares) ou especializados (profissionais), irão agir complementarmente para garantir o seu bem-estar. Porém, tais cuidadores também disputam a todo o momento os sentidos sobre as suas ações, assumindo diferentes posições ao longo do processo de adoecimento infantil (sendo por ele afetados também de maneira dinâmica) (CASTELLANOS, 2011, p. 53).

Os CP com crianças são realizados sempre em consonância com o entendimento do funcionamento do seu meio, ou seja, a família dessa criança tem papel fundamental nesse processo, sendo que o atendimento também se estende aos seus membros, seja no intuito de capacitá-los ao atendimento do sujeito que retorna

a sua casa para receber tratamento, quanto à ajuda psicológica devido ao envolvimento com a situação de terminalidade da vida. Entendemos, então, que a convivência por parte destes e outros participantes da vida do sujeito também se abre como território de intervenção da equipe multiprofissional, pois isso resultará no aumento da qualidade dos cuidados oferecidos aos pacientes.

Agora que apresentamos brevemente o que são os CP, quais os objetivos desse tratamento e quais pessoas passam por esse processo, podemos aprofundar nas questões teóricas que nos levam a refletir sobre como os CP acontecem na vida das crianças. Este aprofundamento estará presente na análise das três cenas do filme *Operação Big Hero* escolhidas, próximo tópico desta pesquisa.

## **TRAJETÓRIA METODOLÓGICA**

Uma forma de desencadear uma reflexão sobre o novo andamento da vida de uma criança em Cuidados Paliativos é a utilização da linguagem fílmica, caminho que tomamos aqui.

As cenas de um filme, bem como a construção delas, podem suscitar nas pessoas sentimentos diferentes ligados à temática que elas apresentam. A escolha do filme *Operação Big Hero* está atrelada a esse intuito de pensar como o desdobramento da história dos personagens pode se aplicar à vida de quem o assiste. Também foi escolhido pela possibilidade de pensar a morte a partir do seu enredo e por ser do gênero animação permite uma aproximação maior ao universo infantil.

A partir do filme, defendemos aqui uma discussão que envolve a criança que está em CP. Para isso foram destacadas e analisadas três cenas do filme *Operação Big Hero*. Sendo que a primeira cena selecionada apresenta o início do tratamento em CP. A segunda conduz para a reflexão acerca de como a criança lida com a morte e com o luto e, por fim, uma terceira onde se discute a descoberta da doença e a questão da verdade sobre o tratamento e suas implicações.

A história do filme gira em torno de Hiro Hamada e o robô Baymax. Hiro é um menino que sempre esteve ligado à tecnologia e construção de aparatos tecnológicos, influenciado pelo seu irmão Tadashi Hamada, cientista em formação. Baymax é um robô inflável, totalmente branco, criado por Tadashi para prestar assistência às pessoas no que tange a sua saúde, seja ela física ou emocional. Ele foi programado com a classificação de inúmeras doenças que podem nos acometer e também como podemos tratá-las, dessa forma ele é capaz de identificá-las quando disposto frente a

frente à pessoa que precisa de assistência, e só é desativado quando ela diz que está se sentindo melhor.

Baymax é apresentado a Hiro pelo seu irmão como a sua maior criação até o momento, e o menino fica encantado com o que Tadashi conseguiu construir. Após esse contato entre os dois personagens, o irmão mais velho sofre um acidente na escola de robótica em que estudava e não sobrevive ao incêndio, fato que desperta profunda tristeza em Hiro. Durante determinado momento do filme, Hiro descobre que o incêndio foi criminoso e que um vilão está na cidade, por isso se junta aos amigos de Tadashi e também ao Baymax para derrotá-lo e salvar San Fransokyo, cidade na qual a história é ambientada. Na sequência, passaremos à análise de cada uma das cenas selecionadas, segundo os tópicos escolhidos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### CENA 01 – FALANDO SOBRE O INÍCIO DO TARTAMENTO EM CUIDADOS PALIATIVOS

Esta cena mostra a primeira aparição de Baymax na história, sendo que é nela em que ele é apresentado ao Hiro pelo seu irmão Tadashi. O robô é ativado após Hiro ter sido machucado por uma fita adesiva proferindo a interjeição “Ai!”, sendo que ele aparece na cena com o propósito de cuidar da enfermidade que está trazendo dor ao garoto. A primeira frase pronunciada pelo robô é *“Olá, eu sou o Baymax, seu agente pessoal de saúde. Eu fui programado para te dar atendimento quando disser ‘ai’”*. Na sequência pergunta *“Em uma escala de 1 a 10, qual é o nível da sua dor?”*. Após Hiro ter perguntado se a dor à qual ele se referia era física ou emocional, o robô o escaneia e enxerga nele o machucado do antebraço, que inicialmente havia sido feito pelo seu irmão. Depois disso, descobre qual remédio deve ser utilizado naquele ferimento e logo em seguida o aplica.

Após tratar o machucado presente no braço do menino, Baymax fala *“Não serei desativado até me dizer que está se sentindo melhor”*, pois a sua programação só permite que ele desinfe quando, finalmente, a pessoa se sente mais confortável com a sua dor e diz que está tudo bem. Hiro, então, diz que está se sentindo melhor, possibilitando que Baymax volte para a sua caixa e seja desativado.

A partir da análise desta cena, alguns detalhes podem ser percebidos na sua construção que nos fazem lembrar o ambiente de atuação dos profissionais de CP. O primeiro ponto a ser visto é a cor de Baymax, personagem que se apresenta

inteiramente de branco como os profissionais que estão inseridos na área da saúde. Entendendo, então, que Baymax poderia ser um cuidador paliativo, qual é a sua função e como acontece esse tratamento?

Segundo INCA (2002), os cuidadores paliativos estão organizados em graus de complexidade que resultam em um cuidado integral e ativo para o paciente, são os cuidados paliativos gerais e específicos. Os CP gerais referem-se ao atendimento ao sujeito que descobre a sua doença e agora percebe seu agravo diariamente. O profissional precisa, então, trabalhar com todo e qualquer sintoma que, eventualmente, apareça na vida do paciente, explicando sobre os seus desdobramentos e também entendendo como o sujeito está sendo capaz de trabalhar essas questões em sua vida. Os CP específicos são requisitados nas últimas semanas ou últimos seis meses de vida, no momento em que se confirma a gravidade da doença e há declínio da condição do sujeito.

Os cuidados ao fim de vida referem-se, em geral, aos últimos dias ou últimas 72 horas de vida. O reconhecimento desta fase pode ser difícil, mas é extremamente necessário para o planejamento do cuidado e preparo do paciente e sua família para perdas e óbito. Mesmo após o óbito do paciente, a equipe de cuidados paliativos deve dar atenção ao processo de morte: como ocorreu, qual o grau de conforto e que impactos trouxe aos familiares e à própria equipe interdisciplinar. A assistência familiar pós-morte pode e deve ser iniciada com intervenções preventivas (INCA, 2002, s/p).

Outro elemento que nos chama a atenção no enredo do filme é a escolha da palavra “desativado” para sinalizar o cumprimento da função de Baymax em certos momentos da vida de Hiro. Pressupomos que existe uma “ativação” e “desativação” dos cuidados com o paciente. Relacionamos aqui o papel do psicólogo nesse momento, como se dá a sua inserção e no que ela pode ajudar o sujeito com doença grave.

A atuação do psicólogo tem como alcance justamente essa sinalização da saúde do sujeito: quando ele está precisando de auxílio, o profissional da psicologia é convocado a cumprir o seu papel dentro da equipe multidisciplinar de CP, buscando o alívio e controle dos sintomas presentes na vida do paciente. Aguarda, a partir disso, que o paciente trabalhe as questões da sua vida e busque ficar melhor, o que sinaliza ao psicólogo o cumprimento do seu papel. Dessa forma podemos pensar que existe uma ativação das suas funções e uma desativação quando não são mais necessárias. Qual seria exatamente o papel do psicólogo?

Juntamente com o conjunto da equipe multiprofissional na qual está inserido, o psicólogo está voltado para a aproximação dos medos, angústias e outros sofrimentos do paciente e da sua família, no sentido de dar assistência e abraçar as queixas presentes, visando qualidade de vida, enquanto vida ainda houver, como Ferreira, Lopes e Melo (2011) expõem, utilizando-se das palavras de Oliveira e Silva. Fala-se em qualidade de vida no intuito de ressaltar que o processo de adoecer pode ser compreendido pelos sujeitos que estão envolvidos na situação, seja a família ou o paciente, da melhor maneira possível e ainda mantendo-os ativos nesse processo.

Nunes no Manual de Cuidados Paliativos, cita que, primeiramente, faz-se necessário que o psicólogo atuante na equipe tenha clareza sobre a abordagem a partir da qual atua, tendo conhecimento dos alcances e limitações da mesma, “pois é no avanço articulado entre teoria e prática que vai se definindo a prática e a identidade do psicólogo da equipe” (NUNES, 2012, p. 337). A autora também expõe:

Uma formação básica em Cuidados Paliativos, que permita ao psicólogo conhecer os princípios e temas relevantes para a área, amplia o seu campo de compreensão acerca do contexto em que seu trabalho se insere e contribui para uma atuação sintônica com os objetivos da equipe (NUNES, 2012, p. 337).

É necessário que o psicólogo saiba comunicar-se com a equipe da qual faz parte, sabendo que todos os profissionais trabalharão com o paciente, de alguma forma, visando o melhor atendimento possível, sendo que o “objetivo comum é o de garantir que necessidades distintas do doente, da família e da equipe possam ser reconhecidas e atendidas pela articulação de ações de diferentes naturezas” (NUNES, 2012, p. 337).

A autora também discorre sobre o psicólogo que atua a partir da teoria psicanalítica, área que contribui com a ideia de que

[...] a doença e todo o contexto que a envolve é interpretada pelo doente à luz de seu discurso, isto é, de seu sistema de afetos e crenças (conscientes e inconscientes). Considerando isso, o psicanalista oferece a sua escuta clínica aos que desejam falar, buscando por esse meio favorecer a elaboração das vivências associadas ao adoecimento. Do ponto de vista do paciente, isso pode contribuir para a reorganização de uma autoimagem vilipendiada pela doença e pelo tratamento (NUNES, 2012, p. 338).

Como ressalta Lima (2014), a psicanálise procura respeitar a singularidade dos sujeitos, bem como o direcionamento de como ele resolve passar por esse momento e a maneira como constrói as suas relações. Isso permite que, durante essa ocasião de escuta da angústia presente, nasça uma possibilidade para que o paciente conte

## *“Viver até O Dia Da Sua Morte”: Uma Discussão Acerca Dos Cuidados Paliativos Com Crianças A Partir Do Filme Operação Big Hero*

sobre a sua história e como ela o constituiu, promovendo uma possível abertura para que o mesmo reconstrua a sua vida e fortifique as suas verdades.

[...] Cabe ao psicoterapeuta poder esperar e, passada a tempestade ou quietude, abrir-se com seu paciente para o tempo de investir representações emergentes, possibilitando, então, o início propriamente dito da visada psicoterápica em regime de trocas e movimentos pulsionais (LABAKI, 2012, p. 71).

O psicólogo também tem como pretensão comunicar a família e acompanhá-la no processo de luto e prestação de auxílio ao paciente em CP. Faz isso buscando não amedrontar os familiares, levando em consideração os medos da família, estimulando-os a pensar e falar livremente sobre a situação e sobre seus sentimentos, possibilitando suas elaborações.

Quanto ao que foi citado acima, podemos pensar na “ativação” do papel do psicólogo dentro da equipe de CP, mas e a desativação? A atuação da psicologia se estende para além do óbito do membro que estava recebendo cuidados, pois se entende que o período de luto e ressignificação da perda também são de alcance do trabalho do psicólogo. Dessa forma, a “desativação” do seu exercício se dá apenas

Quando as pessoas com vínculos afetivos fortemente estabelecidos conseguem lidar com as múltiplas mudanças e perdas relacionadas à morte, fazendo uma transição saudável através do processo de luto, [com isso sendo possível] reconstruir suas vidas e se reintegrar à sociedade (GOMES, 2016, p.5).

A “ativação” da Psicologia se dá da maneira mais precoce possível, atendendo qualquer demanda advinda do processo de descobrimento da doença, sua progressão e embates em relação à situação vivenciada. A “desativação” será plenamente possível quando os envolvidos se sentirem capazes de reconstruir as suas vidas e ressignificar o que aconteceu.

Passamos agora à próxima cena e tema alvo da discussão desta pesquisa.

### **CENA 02 – FALANDO SOBRE A CRIANÇA E A MORTE**

A cena escolhida para suscitar algumas questões sobre criança e a morte é a em que Tadashi morre no incêndio da escola de robótica. Hiro estava andando com o seu irmão próximo à escola de robótica quando os dois percebem que algo está em chamas. Quando se aproximam para ver, constatam que é a própria escola que está pegando fogo, o que coloca os dois irmãos em grande apreensão. Tadashi escuta que o seu professor permanece dentro da escola e, sem se preocupar com o que

aconteceria consigo, corre para salvá-lo. O impacto desta cena está na morte de Tadashi, enquanto Hiro o espera fora da escola.

Hiro estava com o irmão durante a sua morte, e precisou entendê-la e presenciá-la mais uma vez. Falamos “mais uma vez” porque a história do filme nos diz que ele já havia perdido seus pais quando mais jovem. Os detalhes que podem ser observados na cena após a morte estão todos voltados para a sensibilização; um memorial é montado para o professor e para Tadashi, o funeral aparece no filme em um dia chuvoso, com música melancólica e as cores do filme permanecem escuras. Detalhes que podem ser ligados a como acontece o luto na vida das pessoas, onde tudo, metaforicamente falando, perde a cor, os sentidos e fica mais lento. Depois do funeral de Tadashi, o filme mostra a grande comoção da família e principalmente a tristeza vivida por Hiro diante da morte do irmão.

Primeiramente trazemos uma reflexão sobre a escolha do título da análise desta cena, utilizando-se da letra “a” antes da palavra “criança” e antes da palavra “morte”. Isso foi levado em consideração partindo das ideias adotadas pela abordagem da psicanálise, a qual se volta para o entendimento de que cada sujeito passará pelo processo de morte e vivência do luto de maneira única.

Pensando assim, foi possível elencar a discussão de como enxergamos a criança e os seus entendimentos sobre assuntos como a sua morte e o luto e as especificidades atreladas ao tratamento com crianças e adultos. Vivemos a infância sendo barrados de compreender o que realmente acontece à nossa volta, como se não fôssemos capazes de compreender essas situações por sermos pequenos. Sempre pequenos demais, demasiado frágeis e sensíveis, ou muito suscetíveis à incompreensão ou confusão. A verdade é que nas crianças podemos nos ver, podemos sentirmo-nos inseguros novamente, podemos recriar nossos medos e encarar o passado que lançamos para o inconsciente com o medo veemente de que o conteúdo guardado volte e nos faça perder o controle.

O mundo infantil é gerenciado por novas descobertas e pela liberdade de se construir lentamente o que será no futuro, daí surge a compreensão de que existe a necessidade de ser claro com a criança, sobretudo com o que ela vivência e lhe provoca dúvidas, como propõe Kovács (2016). Dentre essas vivências da criança estão a morte e o luto.

Nosso entendimento de morte é sempre atravessado pela ideia de quantidade de anos vividos, ou seja, a pessoa que está ficando mais velha é aquela que se

aproxima da morte, e os mais jovens ainda serão “honrados” com muitos anos de vida. Entender a finitude da vida dessa forma fortalece a nossa dificuldade em encarar a morte como acontecimento inesperado que pode nos acometer a qualquer momento, em qualquer fase da vida. A negação dessa temática na infância também nos faz ficar surpresos e abalados quando precisamos enfrentar uma situação de morte nessas condições.

“A vovó foi para o céu e virou estrelinha, meu cachorro brincará muito com os outros cachorros do céu, mas para onde foi o meu amigo, e para onde os meus pais vão... E eu, também vou embora? Para onde vou?”. O quanto nós conseguimos responder aos questionamentos sobre a morte trazidos pelas crianças, e o quanto isso se liga com a nossa dificuldade em enfrentar a nossa mortalidade? “Vida e morte estão atreladas do início ao fim. Morremos porque vivemos. Esta é a única lei que não se burla e a única certeza que não se contesta” (GRINFIELD, 2016, s/p.).

Não é incomum pensarmos que a criança não tem um psiquismo completamente formado, que talvez não conseguisse entender assuntos que para nós também se tornam difíceis, e que por isso seu funcionamento mental é de alguma forma diferente do dos adultos. Essa não é a perspectiva adotada pela psicanálise, pois ela compreende, de um lado, que o inconsciente é atemporal, porém entende também que há a perspectiva histórica do sujeito ligada à trajetória desenvolvida ao longo de sua vida e que possui especificidades de cada momento, como a infância. Esse será o ponto de partida discutido nesse tópico.

Freud oferece embasamento para a compreensão da premissa mencionada, diferenciando o adulto da criança colocando suas formas de expressão :

Eu não partilho a opinião, atualmente favorecida, de que o que dizem as crianças é inteiramente arbitrário e nada confiável. Não existe arbitrariedade na psique; o caráter não confiável das afirmações das crianças vem da preponderância de sua fantasia, assim como o caráter não confiável das afirmações dos adultos vem da preponderância de seus preconceitos. De resto, também a criança não mente sem motivo e, em geral, tem maior inclinação à verdade que os adultos. (FREUD, 1909, p. 105)

Pode-se entender que tudo aquilo que é expresso pelo sujeito, seja ele criança ou adulto, tem uma origem. Portanto, a criança não inventa simplesmente, e também não deixa de entender o que lhe é dito ou vivenciado, ela se expressa e compreende com as palavras que lhe estão disponíveis em seu universo de significações. Tudo aquilo que é falado tem origem nas fantasias, pois os preconceitos dos adultos também são fantasias, bem como os mecanismos utilizados para dar conta das

angústias. Os modos à partir dos quais damos conta de viver com a nossa morte também são fantasiosos, exigem de nós um esforço constante para que não nos defrontemos com a finitude das coisas.

A real diferença que pode ser assinalada entre os adultos e as crianças está na forma como elas se expressam, ou como algumas situações serão explicadas a elas, e isso está ligado aos meios que serão utilizados para acessar a dor psíquica da criança. Neste sentido, podemos pensar no brincar da criança, por exemplo, que propicia que ela pense sobre a sua situação e fale ou demonstre o que está sentindo.

Segundo Stümer e Castro (2009), conversar com crianças e entender sobre o que se passa com elas é tarefa difícil por três motivos: no que diz respeito à interferência que elas recebem de seus familiares e terceiros por serem pequenos e ainda dependentes; o encaminhamento do pedido de ajuda, que na maioria dos casos parte dos pais e do que eles acreditam que está errado; e por fim, o fato de que a criança, ainda não utilizando as palavras no mesmo nível em que os adultos as utilizam, precisam utilizar outras formas de manifestar seus sentimentos. Desse modo:

A psicoterapia com crianças (e em alguns casos com adolescentes) não pode ser confundida com uma psicoterapia familiar, mas, em inúmeras ocasiões, precisamos compreender e explicitar as ansiedades e o funcionamento do grupo familiar ou crenças que, muitas vezes, são transgeracionais e se atravessam na psicoterapia individual com a criança ou o jovem (CASTRO & CIMENTI, 2000, apud STÜMER & CASTRO 2009).

Assim, a criança utiliza uma linguagem própria, a qual não é entendida pelos adultos porque estes estão marcados pelas próprias resistências e preconceitos. Freud (1909) alega que as experiências infantis exigem uma consideração especial, pois para a análise do adulto se trabalha com aquilo que ele lembra, enquanto que nas crianças, as questões são atuais.

Dessa forma, o que é o luto, e por que temos medo do luto da criança? Freud (1917 [1915]) nos diz que, “via de regra, luto é a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar, como pátria, liberdade, um ideal etc.”, e também nos afirma que o que diferencia o luto da melancolia, sendo a segunda um estado de “abatimento doloroso, uma cessação do interesse pelo mundo exterior, perda da capacidade de amar, inibição de toda a atividade e diminuição da autoestima [...]”, é que no luto a autoestima não é afetada (FREUD, 1917 [1915], p. 249). Assim, podemos pensar que talvez o nosso medo esteja voltado para a dor da criança que será necessário enfrentar, e uma vez que a nossa própria dor muitas vezes nos

traz dificuldade de enfrentamento. A dor do outro nos mostra a nossa dor. Na tentativa enérgica de contornar a constância e a certeza da morte na vida, tentamos escondê-la à medida em que não falamos sobre ela, pois acreditamos que se as crianças não souberem sobre ela, não sofrerão.

De acordo com Freud (1917 [1915]), estar em luto exige do sujeito grande dispêndio de energia, e nesse processo é necessário que se entenda a perda desse objeto que recebe muito investimento libidinal, para que seja possível direcionar libido para um novo objeto. Esse processo exige tempo e pode ser muito doloroso para quem o presencia, mas isso não deve interferir na sinceridade utilizada com a criança para apresentá-lhe a verdade dos fatos. Uma criança precisa entender o que está sentindo, realocar isso em sua vida e elaborar a sua dor.

Kovács (2016), discorre sobre o fato de negarmos essa informação aos questionamentos da infância relacionados a essa temática, colocando que essa negação também está atrelada a nossa dificuldade de falar sobre o morrer e encarar o nosso sofrimento em processo de luto ou enfrentamento de uma situação que envolva a morte de alguma forma. A verdade é que negar essa informação às crianças pode evocar nelas sentimentos de medo e insegurança, bem como explicar a morte contornando os seus impactos, utilizando metáforas para isso, por exemplo, ao invés de ajudar, podem causar incompreensão e confusão.

Crianças vivem processos de luto como os adultos, necessitam de acolhimento e cuidado [...]. É um erro considerar que crianças não percebem quando ocorrem mortes e que por isso se deve agir como se nada tivesse acontecido [...]. Falar, explicar, esclarecer, não retira a dor, mas permite que a criança possa recorrer àquelas pessoas com as quais se sente mais segura [...]. (KOVÁCS, 2016, s/p).

Mesmo com as nossas tentativas de negar que a morte pode chegar também durante período da infância, a realidade é que as doenças graves sem possibilidade de cura também acometem crianças e podem se tornar uma parte de suas vidas. E, nesse sentido, sabendo que o tratamento com pacientes nessa faixa etária também acontece em ala hospitalar, e que elas perdem amigos que antes tinham muito convívio nesse ambiente e se veem em conflitos com o enfrentamento da sua morte; propomos, na análise das próximas cenas, uma compreensão dos cuidados paliativos com crianças.

### **CENA 03 – FALANDO SOBRE A DESCOBERTA DA DOENÇA E A QUESTÃO DA VERDADE**

Depois de um período descarregado, Baymax volta com Hiro para o quarto para ser ligado ao carregamento e, durante esse processo, visualiza o boné de Tadashi em cima da cama que era deste personagem. Hiro fica sensibilizado e retoma o luto pela perda do irmão. A tristeza comparece na cena representada pela música e expressões do personagem, enquanto o garoto explica para o robô que o seu irmão morreu e nunca mais voltará. Baymax alega que Tadashi estava bem e, provavelmente, ainda teria uma vida longa, Hiro diz que infelizmente houve um incêndio, um acontecimento inesperado, que mudou essa perspectiva completamente. Segue falando para Baymax que a falta de Tadashi “*dói muito*”, mas que isso não era uma dor física, fazendo com que robô faça *download* de grande quantidade de estudos sobre perdas pessoais para entender o que Hiro estava passando e sentindo. A partir disso descobre que ficar perto de amigos e familiares pode auxiliar na melhora, assim como o contato físico, por isso comunica todos os amigos de Hiro. Depois disso resolve abraçá-lo, tendo em mente a importância do contato físico, e dizer que sentia muito pela morte de Tadashi.

A partir da análise desta cena, foi possível ligar à ideia de que o trabalho do cuidador paliativo é explicar o que são as mudanças sentidas pela criança durante esse processo e alguns questionamentos que podem surgir envolvendo desde a situação sentida unicamente pelo sujeito, como a reação da família ao diagnóstico apresentado. A intervenção também diz respeito à explicação do que é a doença que acometeu essa criança e como ela afeta o seu organismo, pois “crianças enfermas necessitam de explicações claras sobre o que está sendo feito no hospital, já que a internação é uma situação difícil com afastamento da família e de amigos” (KOVÁCS, 2016, s/p) e essa explicação pode ser tanto para o sujeito quanto para sua família, que também sofre com a situação. O papel do cuidador também é de extrema relevância quando se diz respeito ao exercício de escuta do paciente, sem julgamentos prévios e sem censura às angústias apresentadas. A diferença está em como será realizada a intervenção quando se pensa em adultos e crianças: para o adulto isso pode ser explicado diretamente, para a criança existem meios de esclarecer isso da melhor forma. Para que seja possível abordar esse assunto com a criança, é necessário que se leve em consideração as alternativas que são

disponibilizadas para o alcance das angústias dessa fase da vida, a qual, neste caso, está imersa na situação de doença terminal, crônica ou progressiva. O modo mais utilizado para o trabalho com crianças é a brincadeira, que permite a entrada do psicólogo no universo infantil, pensando na dificuldade de expressão de sentimentos através da fala.

Segundo Melanie Klein (1997), ao brincar, a criança pode representar de maneira simbólica as ansiedades e fantasias sobre as suas experiências e, através disso, expressar os conflitos inconscientes, o que abre a possibilidade de superação de experiências que podem ser nocivas ao sujeito. Por isso é possível pensar, na utilização da brincadeira ou de outros recursos lúdicos em cuidados paliativos, como forma de ressignificação de angústias e obtenção de resultados com pacientes na fase da infância. A brincadeira, como estudado por Winnicott (1975), serve como ponte para o acesso ao inconsciente, podendo representar os sentimentos internos da criança, em que a realidade externa pode ser utilizada para mostrar o que há na realidade interna.

Podemos, assim, partir do pressuposto de que a explicação da morte para as crianças em CP pode ser feita por via da brincadeira, e a partir daí surge o entendimento de como o sujeito se sente diante de tal situação. Uma terapia que prossegue desta forma permite a aproximação dos processos inconscientes que permeiam o sujeito, viabilizando o trabalho da abertura das expressões da criança à possíveis ressignificações, o que dá contorno ao tratamento e à situação na qual esse sujeito se encontra.

Como dito anteriormente, os CP com crianças também pretendem atingir o meio familiar, pensando que o envolvimento com a família se torna indispensável nessa idade, como nos diz Castellanos (2010). Por isso as equipes multiprofissionais estão sendo ampliadas como uma estratégia de melhora e aumento na intervenção em casos de adoecimento crônico. A busca pelo aprimoramento do atendimento com a família possibilita que se ampliem os cuidados domiciliares e “manutenção do bem-estar das crianças”. Segundo o mesmo autor:

[...] as dinâmicas familiares produzem efeitos diversos sobre o processo de adoecimento, sobre a organização dos cuidados e sobre o próprio desenvolvimento e crescimento das crianças. Desse modo, uma linha de intensos contatos se estabelece, então, entre profissionais de saúde crianças doentes e seus familiares [...] (CASTELLANOS, 2010, p. 20).

É a partir desse envolvimento que se torna possível estabelecer o que deve ser feito, como deve ser feito e a melhor forma de se aplicar o que foi planejado. Também é possível entender quais as expectativas que envolvem esse processo e criar afetos entre criança, equipe e familiares. Trabalhar com a família e com as instituições de saúde também nos remete à dificuldade existente nesses meios de entender as doenças crônicas, degenerativas e progressivas em crianças, devido à medicalização da infância e do cuidado direcionado a esses sujeitos, mas também nos abre a possibilidade de fazê-los entender mais sobre o processo de adoecimento e o cuidado específico nesses casos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Começo as minhas considerações finais sobre o que foi trabalhado nesta pesquisa retomando o poema disposto como epígrafe. Como dito, após escolhida a temática que nos provoca sentimento de afinidade, sinto que começamos a enxergá-la em muitos âmbitos da nossa vida. Com esse poema tive um olhar especial devido a uma frase, a qual é “quando se morre uma cruz”. Isso me remeteu aos ditados populares que são reproduzidos, e nesse caso pensei que quando falamos sobre “carregar uma cruz”, nos referimos ao peso que algumas situações exercem sobre nós e que são as eventuais desventuras participantes da vida de todos os sujeitos. O que quero dizer é que o sofrimento é algo inerente à existência de todos, e que sim, é pesado e exige de nós constantes ressignificações, mas ele não se faz de todo ruim. Assim como a morte, que é a única certeza que nós temos, e em contrapartida a negamos energicamente transformando essa certeza em algo deveras pesado de se carregar.

Perguntei-me muitas vezes, enquanto estudava os Cuidados Paliativos, sobre as séries de acontecimentos que nos predispõem ao enfrentamento da finitude de tudo o que nos cerca. Acabei chegando à conclusão, em diversos momentos do processo, que encarar a morte é sim uma sucessão de eventos difíceis de serem elaborados. Aos CP fica incumbida a tentativa de amenizar as angústias que transpassam esse enfrentamento da morte e da elaboração do luto encarando-as de frente.

Uma equipe de CP se encarrega, dessa forma, de auxiliar o paciente e seus familiares abdicando de um viés curativo, pois o atendimento se dá com o sujeito que está diante da sua morte, e descobre uma doença terminal, crônica, degenerativa ou

progressiva que já não corresponde mais a nenhum tipo de tratamento. As pessoas atendidas pela equipe multidisciplinar de CP são auxiliadas de maneira integral, sempre levando em consideração as convicções, tanto do paciente e o que eventualmente o fará sentir-se melhor, quanto da família.

Este artigo trouxe a análise do filme *Operação Big Hero* como arte passível de ser utilizada para compreender temáticas como morte e luto. No processo de análise das três cenas escolhidas, foi possível visualizar o filme pode ser utilizado tanto para trabalhar essas temáticas com a criança hospitalizada, propiciando reflexões e ressignificações, quanto com a criança que se depara com essa temática por um familiar hospitalizado, uma vez que os CP alcançam a família do paciente. Essa segunda hipótese de utilização do filme surge com a observação de que o personagem principal (Hiro) passa por momentos de luto, mas não necessariamente está hospitalizado.

As cenas destacadas do filme fizeram as seguintes abordagens: a discussão do início do tratamento em CP e como se dá esse tratamento, uma reflexão sobre como a criança lida com a morte e com o luto e como devemos introduzi-las nessas temáticas, a discussão da descoberta da doença e a questão da verdade sobre o tratamento e as implicações advindas do mesmo.

O enfoque da pesquisa foi o estudo do CP com as crianças, por isso apresentou as especificidades atreladas ao atendimento com essa faixa etária, que no caso estão na brincadeira, método utilizado para facilitar o acesso ao universo infantil e seus modos de ressignificar experiências. Também aborda a questão de que a maneira como abordamos as crianças privando-as da verdade acreditando que elas não conseguirão dar conta de entender grandes rupturas como a morte, por exemplo, é equivocada.

Por fim, na infância existem as expectativas que são depositadas no sujeito de pouca idade que atravessam todo o processo de elaboração da situação na qual este se insere. Em CP com crianças, então, é possível pensar na utilização de recursos lúdicos, como o filme, e outras brincadeiras que se transformem em suporte e veículo para a ressignificação das angústias.

## REFERÊNCIAS

- HALL, Don; WILLIAMS, Chris (Direção). *Big Hero 6*. Produção: Roy Conli e Kristina Reed. Produtora: Walt Disney Pictures e Marvel Entertainment. Estados Unidos, 2014. Disponível em: <<https://yts.ag/movie/big-hero-6-2014>> Acesso em: 23 nov. 2017.
- FERREIRA, A. P. Q; LOPES, L. Q. F; MELO, M, C, B. *O papel do psicólogo na equipe de cuidados paliativos junto ao paciente com câncer*. Rev. SBPH. vol.14 no.2. Rio de Janeiro dez. 2011. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582011000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200007). Acesso em 30 mai. 2017.
- FERREIRA, R. C; VARGA, C. R. R; SILVA, R. F. *Trabalho em equipe multiprofissional: a perspectiva dos residentes médicos em saúde da família*. Ciência & Saúde Coletiva, vol.14 supl.1 Rio de Janeiro Sept./Oct. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000800015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000800015) . Acesso em: 25 mai. 2017.
- FREUD, S. *Análise da fobia de um garoto de cinco anos ("O Pequeno Hans", 1909)*. In: FREUD, S. O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- FREUD, S. *A nossa atitude diante da morte*. In: FREUD, S. Escritos sobre a Guerra e a Morte (1915). Tradução de Artur Morão. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior, 2009.
- FREUD, S. *Luto e Melancolia* (1915). In: FREUD, S. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GOMES, J. S. *Cuidados Paliativos e Psicologia: Uma correlação na terminalidade da vida*. Psicologia.pt. São Paulo – IPUSP, Brasil. 2017. Disponível em: [http://www.psicologia.pt/artigos/ver\\_artigo.php?cuidados-paliativos-e-psicologia-uma-correlacao-na-terminalidade-da-vida&codigo=A1116](http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?cuidados-paliativos-e-psicologia-uma-correlacao-na-terminalidade-da-vida&codigo=A1116) . Acesso em: 24 de Out. 2017.
- GRINFELD, P. L. P. *Falando Sobre Morte com Crianças*. 2016. Disponível em <http://ninguemcrescesozinho.com.br/2016/06/23/falando-sobre-morte-com-criancas/>. Acesso em: 26 de Out. 2017.
- INCA. *Cuidados Paliativos*. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/tratamento/cuidados-paliativos>. Acesso em: 25 mai. 2017.
- KOVÁCS, M. J. *Falando de Morte com Crianças*. psico.usp, n.2/3, 2016. Disponível em: <http://www.ip.usp.br/revistapsico.usp/index.php/30-commentor-2/79-falando-de-morte-com-criancas.html>. Acesso em: 08 jun. 2017.
- LIMA, N. *Um olhar sobre os cuidados paliativos*. Instituto da Psicanálise Lacaniana. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.ipla.com.br/editorias/saude/um-olhar-sobre-os-cuidados-paliativos.html>. Acesso em: 08 Jun. 2017.
- MELO, P. O; SILVA A. M. C. *A Psicanálise de Crianças: o Brincar como Recurso Terapêutico*. PSICOLOGADO Artigos, Cidade Nova, Montes Claros, 2012. Disponível em: <https://psicologado.com/abordagens/psicanalise/a-psicanalise-de-criancas-o-brincar-como-recurso-terapeutico> . Acesso em: 8 Jun. 2017.

*“Viver até O Dia Da Sua Morte”: Uma Discussão Acerca Dos Cuidados Paliativos Com Crianças A Partir Do Filme Operação Big Hero*

SANTOS, F. *Cuidados Paliativos e Síndrome de Burnout: um olhar profilático*. In SANTOS, F. *Cuidados Paliativos: Diretrizes, Humanização e Alívio de Sintomas*. São Paulo, Atheneu, 2011.

SILVA, E. P. SUDIGURSKI, D. *Concepções Sobre Cuidados Paliativos: Revisão Bibliográfica*. Acta paul. enferm. vol.21 no.3 São Paulo 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002008000300020&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002008000300020&lng=en&nrm=iso&tlng=pt) . Acesso em: 24 Out. 2017.

VICENSI, M, C. *Reflexão sobre a morte e o morrer na UTI: a perspectiva do profissional*. Rev. Bioét. vol.24 no.1. Brasília. Jan./Apr. 16. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-80422016000100064](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422016000100064) Acesso em: 07. nov. 2016.

## **“LIVE TILL THE DAY OF DEATH”: A DISCUSSION ON PALLIATIVE ON CHILDREN WITH REFERENCE TO THE FILM BIG HERO**

### **ABSTRACT**

Palliative care consists of the multidisciplinary focus on seriously ill people, with a great risk of death. In the case of children, their special needs should be attended to and means for the access of children imaginary should be constructed. Current essay deals with the application of palliative care in children and comprises the use and analysis of *Big Hero*, a cartoon film. Three scenes were chosen which gave rise to three aspects of palliative care processes: the start of treatment and how it occurs; the manner children deal with death and bereavement; the issue of telling the truth on treatment and its implications. Results show the relevance of the family in the treatment and the film strategy as facilitator of children's access to the theme.

**KEYWORDS:** Palliative Care, Death, Grief, Children, Film, Psychoanalysis.

## **“VIVRE JUSQU’AU JOUR DE SA MORT”: UNE DISCUSSION À PROPOS DE SOINS PALLIATIFS SUR DES ENFANTS BASÉE SUR LE FILME OPERATION BIG HERO**

### **RÉSUMÉ**

Les soins palliatifs sont compris comme l’attention dispensée aux soins multidisciplinaires accordés aux personnes en grave état de santé et risque effectif de mort. Les soins palliatifs aux enfants doivent respecter leurs caractéristiques tout en construisant des moyens pour accéder à l’univers enfantin. Cet article a pour but de faire comprendre comment les soins palliatifs sont dispensés aux enfants et cela à travers une analyse du film d’animation « Opération BIG HERO ». Trois scènes ont été choisies à partir desquelles il a été possible d’analyser trois aspects des soins palliatifs : le début du traitement et comment il se déroule, la façon dont les enfants font face à la mort et au deuil, plus encore la vérité à propos du traitement et ses implications. Il ressort de cette étude que la famille est importante durant le traitement des enfants, en outre les films sont une stratégie facilitatrice d’accès à cette thématique.

**MOTS-CLÉS** : Soins Palliatifs, Mort, deuil, Enfant, Film, Psychanalyse.

Recebido em: 16-04-2019

Aprovado em: 02-06-2019

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>  
[revista@psicanaliseebarroco.pro.br](http://psicanaliseebarroco.pro.br)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

<http://www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php>

# O PARADOXO CONTEMPORÂNEO EM TORNO DA CRIANÇA: ENTRE O EXCESSO E O VAZIO

*Maíra Lopes Almeida<sup>1</sup>*

*Helvia Cristine Castro Silva Perfeito<sup>2</sup>*

## RESUMO

Este trabalho propõe problematizar como algumas marcas da pós-modernidade influem nas relações estabelecidas entre pais e crianças. Estas marcas podem ser elencadas como a aceleração, a individualização, a negação da dor e a superficialidade das relações. Diante dessa conjuntura, tem se tornado comum observar cuidadores que desertam de sua posição de autoridade frente aos filhos. Essa configuração promove uma demanda clínica, na qual os profissionais, impulsionados pelo saber científico, têm sido convocados para assumir essa posição. Isto foi constatado por meio de diversos atendimentos clínicos que reúnem o agrupamento familiar no modelo conjunto pais-criança. Neste artigo, discute-se a problemática por meio de discussão teórica e apresentação de um caso clínico. Elucidamos, então, que os elementos pós-modernos incidem sobre as relações pais e filhos e criam um entorno paradoxal em volta da criança de excesso e/ou vazio.

**PALAVRAS-CHAVE:** infância; Contemporaneidade; Família; Psicanálise.

---

<sup>1</sup> Psicóloga. Mestre em Psicologia na linha “Psicanálise e Cultura” pela Universidade Federal de Uberlândia. Endereço Profissional: Instituto de Psicologia – Universidade Federal de Uberlândia: Rua Ceará, s/n, Bloco 2C, Campus Umuarama, CEP: 38405-320 – Uberlândia, MG – Brasil. E-mail: maira.psicoufu@gmail.com

<sup>2</sup> Psicóloga e Psicanalista da Clínica Psicológica da Universidade Federal de Uberlândia, Mestre em Psicologia Aplicada (Núcleo Intersubjetividade) pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: helviacristine@yahoo.com.br

Este artigo propõe, por meio de discussão teórica e da apresentação de um caso clínico, problematizar como as marcas pós-modernas influem nas relações entre pais e filhos. É possível observar, contemporaneamente, que alguns cuidadores desertam de suas posições de autoridade frente às suas crianças, recorrendo aos profissionais para que estes, então, o façam.

Essas reflexões são oriundas do trabalho clínico realizado com famílias, no modelo de atendimento psicanalítico conjunto pais-criança desenvolvido na Clínica-Escola de Psicologia (CLIPS) da Universidade Federal de Uberlândia (CHAVES, 2010; PARAVIDINI & CHAVES, 2012).

Neste modelo, os atendimentos acontecem de forma conjunta, isto é, é composto pelos cuidadores e a criança, além de uma dupla de psicoterapeutas. Os atendimentos são semanais, com duração de 50 a 60 minutos e contam com supervisões de 3 horas e 30 minutos em grupo. A dinâmica dos atendimentos ocorre a partir da dupla: há um psicoterapeuta que é o portador da palavra falada, agente na condução da sessão e um psicoterapeuta observador que é o portador da palavra escrita que se configura como um espaço de continência. Durante as supervisões, esses lugares se invertem, de forma que o psicoterapeuta observador ocupa o lugar daquele que possui a palavra falada, enquanto o psicoterapeuta silencia. (PARAVIDINI, PRÓCHNO, PERFEITO & CHAVES, 2007).

As vivências desta prática que envolve o agrupamento familiar propiciaram a observação de uma constância entre os atendimentos praticados, no que diz respeito a crianças com problemas de comportamento e pais que não se impunham, omitindo-se de ocupar um lugar de autoridade. Questionamo-nos, então, sobre a repetição dessas dificuldades, que embora diferissem e tivessem significações singulares dadas às histórias familiares e as particularidades de cada caso, afunilavam-se a ponto de se tornar, de fato, um pedido último ao profissional, para que este instalasse qualquer ordenação possível em frente ao caos.

Atualmente, de acordo com o que alguns autores têm descrito, vivemos sob o declínio da função paterna e a criança como mestre do gozo. (ROUDINESCO, 2003; BERNARDINO e KUPFER, 2008). A partir disso e de nossas vivências clínicas, formulamos a hipótese de que as mudanças instauradas pela pós-modernidade atingem o grupo familiar e incide sobre os cuidadores, dificultando a transmissão da lei e, conseqüentemente, da falta.

## **AS MARCAS PÓS-MODERNAS E SUAS INCIDÊNCIAS NAS FUNÇÕES PARENTAIS**

Freud (1987/1930), em seu texto sobre o “Mal-estar na civilização”, aponta que na passagem da natureza para a cultura, funda-se um sofrimento decorrente da existência humana no coletivo. Assim, se o sujeito se constitui na relação com os pares, é a isso também que se deve seu mal-estar, intrínseco a vida em civilização.

Na leitura de Bauman (1998), o mal-estar descrito por Freud refere-se ao mal-estar da modernidade, onde um sentimento de segurança era oferecido pela sociedade. Porém, o preço a ser pago pela segurança seria a perda da liberdade individual. Paradoxalmente, na pós-modernidade este mal-estar regula-se pela relação oposta, isto é, a valorização da liberdade individual ao preço da redução do sentimento de segurança. “Os mal-estares pós-modernos nascem da liberdade, em vez da opressão” (BAUMAN, 1998, p. 156).

Assim, a pós-modernidade caracteriza-se pela igualdade e superficialidade das relações. Outros elementos contemporâneos que também podem ser elencados referem-se ao imediatismo e a urgência, de forma que este estado de alerta constante parece produzir um circuito pulsional curto (PARAVIDINI, ROCHA, PERFEITO, CAMPOS & DIAS, 2008)

A crença do indivíduo pós-moderno de que se pode escolher tudo, se ampara em um campo de elisão, afinal em algum momento este campo denunciará sua vulnerabilidade, evidenciado pela angústia do real que se destampona e pode, por exemplo, tomar forma a partir do que o autor denomina como “condições evacuatórias em ato (a pulsão sem mediação)” (PARAVIDINI, 2006, s.p.).

Essa ausência de repressão atira o sujeito em direção ao desamparo, como aponta Menezes (2005). De acordo com a autora, contemporaneamente, o indivíduo está à mercê da solidão e do vazio, ocasionando um desamparo agudo que, em suas irrupções, denunciam que o mal-estar não está erradicado, mas reconfigurado a partir das mudanças nos laços sociais.

Dessa forma, não é possível eliminar completamente o mal-estar, pois ele sempre retorna, tomando formas igualmente aflitivas. De acordo com Fortes (2009), na pós-modernidade, há a vitória do gozo que exacerba o individualismo e enfraquece os vínculos afetivos, de maneira que vivemos em uma era de incertezas que mudou a relação do sujeito com as garantias relacionadas ao seu futuro. Isso conduz à sensação de vazio e de desproteção, bem como à descrença na política, à fragilidade dos laços sociais e ao enfraquecimento da figura da alteridade nas nossas vidas.

De acordo com Bauman (2001), esta individualização constitui-se como uma marca pós-moderna. Nery e Vasconcellos (2014, p.124) argumentam que essa marca “representa o indivíduo que por si mesmo é capaz de construir sua própria trajetória e alcançar seus objetivos”.

Tais esses fenômenos pós-modernos influem também na configuração das famílias. A proposição de Fortes (2009) a respeito do imperativo da felicidade e da negação da dor tem fortes indícios nas experiências clínicas. Cada vez mais, surgem sujeitos menos dispostos a expor seus sofrimentos próprios da condição humana. É comum também observar pais que diante da intensa angústia de seus filhos, negam-se a procurar ajuda profissional ou, quando o fazem, recusam-se a participar dos atendimentos a fim de não ter que falar sobre si e implicar-se nos destinos subjetivos dos filhos.

Contudo, esses elementos levados às últimas consequências nas relações pais-filhos podem ter efeitos desastrosos, como no caso de uma menina de quatro anos, que apresentando nenhuma produção sonora até essa idade, esbarrava na insistência materna em não se comunicar com ela, pois ela “*vai aprender a falar sozinha, quando der o tempo dela*” (sic). Assim, se estabelecemos que para o nascimento psíquico necessita-se de outro humano, de que forma se articulam as famílias em tempos tão solitários, marcados pela individualização, imediatismo e urgência?

## **O GRUPO FAMILIAR: ENTRE O SABER CIENTÍFICO E O SABER VIVENCIAL**

A partir do exercício das funções parentais se inaugurará o processo de subjetivação da criança. Contudo, o contexto sócio-histórico-cultural incide no exercício dessas funções, de forma que a aceleração, como uma marca da lógica contemporânea, produz para a criança um entorno paradoxal de excesso e vazio (PERFEITO, 2007; 2014).

Não obstante, o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) tem se tornado uma epidemia diagnóstica para a infância com um considerável aumento nos dados epidemiológicos (LACET, 2014). Se estamos em estado de urgência, vivendo sob a égide da falta de tempo, isso nos custa à qualidade das relações interpessoais que estabelecemos. Se assistimos um aumento no número de crianças tidas como hiperativas, isto é, antes de tudo, uma denúncia sobre a precariedade do próprio existir dos adultos que as rodeiam.

Ranna (2001, p. 82) afirma que, na atualidade, a infância sofre das expressões psicopatológicas caracterizadas a partir da intensidade, do gozo, da falta de corte e do limite. Segundo ele, “hoje em dia não tem nada que faça o barramento” (p.82). A clínica contemporânea, então, assiste à emergência de patologias que o autor denomina como “patologias da ausência de castração” (p.84).

Essa afirmação está de acordo com o encontrado por Bernardino e Kupfer (2008) durante a Pesquisa sobre os Indicadores Clínicos de Risco do Desenvolvimento Infantil (IRDI) e em seus consultórios. As autoras relatam que têm presenciado o aumento de crianças com problemas de comportamento, em casa ou na escola, e com queixa de hiperatividade. Trabalham, então, com a hipótese de que, contemporaneamente, a criança ocupa o lugar de mestre de gozo nas famílias ocidentais deste início de século, sendo “encarregada de decidir quais objetos aportam o gozo e de que maneira gozar deles” (BERNARDINO e KUPFER, 2008, p.663).

A partir disso, faz-se premente pensar que as marcas pós-modernas têm efeitos importantes nas relações estabelecidas entre pais e filhos. Estas marcas configuram um campo social em que se dificultou a transmissão da falta. Assim, os pais ficam isolados na conservação desta transmissão, sem poder contar com o campo social. Pelo lado da criança, é imputado a ela um lugar que não lhe é, de antemão, destinado a ocupar.

Sobre a transmissão da Lei, Rosa e Lacet (2012) afirmam que há uma desresponsabilização referente a essa que inaugura os lugares paternos. Isso não quer dizer que há uma falta de responsabilidade no que tange aos cuidados da criança, ou mesmo de preocupar-se com ela, “mas o efeito é de abandono de responsabilidade e autoridade” (ROSA E LACET, 2012, p.367).

Neste sentido, Kamers (2013) retoma que historicamente as tentativas de encontrar a gênese da loucura do adulto na criança permitiu a criação de dispositivos higienistas e de controle sobre a família. A autora articula, então, que ocorreu um deslocamento do olhar sobre a criança. Antes, vista pela perspectiva psicológica, educativa e assistencial e, na atualidade, pelo campo médico-psiquiátrico que tem se sobreposto aos outros campos. Isso impôs que cabe, atualmente, à medicina regular sobre o normal e o patológico, ou em outros termos, o que está em causa a respeito da criança.

Isso também foi observado na pesquisa de Telles (2011). Ao se propor a ouvir mães de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a autora se deparou com o peso que há no discurso científico. Segundo ela, “esse discurso se contrapõe ao do leigo, que nada sabe e só terá possibilidade de saber se aliando ao discurso científico, pois a ele é conferida legitimidade” (p.14). Dessa forma, os profissionais assumem seu lugar de autoridade, daquele que porta o saber, em contraposição, ao saber da família que deslegitimado, perece.

De acordo com Kupfer e Bernardino (2009), há em curso uma substituição que se opera gradativamente do saber inconsciente parental pelo saber técnico e científico. Observa-se que as condições contemporâneas, pós-modernas, incidem nessa substituição, como a aceleração, a urgência, a individualização, a tecnologização, os *workaholics*, são elementos que resultam em pouco tempo dispensado às crianças. Por isso, as autoras constataam que

os pais modernos necessitam de lugares de escuta e de discussão para poder construir sua paternidade e maternidade, bem como resulta daí a necessidade de ações preventivas junto a gestantes, puérperas e pais de crianças pequenas, em maternidade, creches, pré-escolas, comunidades de bairro. Ações para as quais a psicanálise tem os dispositivos e uma teoria de base. (KUPFER e BERNARDINO, 2009, p.55)

Para tanto, no caso que apresentaremos a seguir da família de Mariana encontram-se efeitos que a pós-modernidade impõe sobre os indivíduos e refletem na criação das crianças. Neste caso, acontecem apelos às profissionais para que prescrevam remédios ou lhes contem o que está havendo com as crianças em uma clara menção ao discurso científico que desimplica os sujeitos da família de suas histórias e suas dificuldades relacionais.

## **A FAMÍLIA DE MARIANA: TEMPO E TRAUMA**

A família de Mariana foi atendida em acolhimento institucional. Mariana (30 anos), a mãe, procurou atendimento para seus filhos Leandro, de 8 anos de idade, e Bernardo, de 7. A queixa principal era em relação a Bernardo: agitação e queixas do comportamento na escola. Porém também havia demanda para Leandro, pelo seu silêncio exagerado. Além destes filhos, tinha mais dois meninos, gêmeos (1 ano).

Mariana também apresentava necessidade de acompanhamento, pois diversas vezes manifestava desconforto em “*ser ela mesma*” (*sic*). Ainda jovem, Mariana teve os filhos Leandro e Bernardo de um homem 10 anos mais velho. Seu envolvimento

com ele foi marcado segundo uma lógica competitiva. Ele tinha um relacionamento com uma amiga sua e, sob esta lógica, Mariana resolveu seduzi-lo e conquistá-lo. A relação conjugal durou 10 anos, da qual nasceram dois filhos, Leandro e Bernardo. As duas gravidezes também aconteceram segundo a métrica comparativa de Mariana, pois o pai dos meninos também tinha dois filhos do casamento anterior. Mariana dizia: *“para conseguir competir com os outros dois” (sic)*.

Após a separação deste primeiro companheiro, Mariana tem um envolvimento afetivo com um homem mais jovem que ela, Laerte. Ao contar para ele dos filhos, houve uma drástica transformação no relacionamento, o qual *“se transformou num inferno” (sic)*. Ele a torturava psicologicamente e dizia que deveria *“jogar os filhos no lixo” (sic)*, conforme lembrado por Bernardo na 21ª sessão de atendimento e confirmado por ela.

Neste período, Mariana adquire seu próprio apartamento para morar com os filhos do primeiro relacionamento, mas conforme as pressões sofridas por Laerte, abandona seus filhos sob os cuidados de sua mãe e de uma tia-avó. Este ato de Mariana é realizado sem explicações, sem palavras. A partir de então, Leandro e Bernardo ficam sem a presença materna, a qual raramente os visita.

Na relação com Laerte, engravida de gêmeos. Estabelece com ele uma relação permeada por violência verbal, persecutoriedade intensa e ciúmes patológicos, sendo atormentada incessantemente acerca de seu passado e da existência dos filhos de seu relacionamento anterior. Neste sentido, esta relação não perdura, e após um ano distante de seus filhos mais velhos, Mariana, em mais um ato, os busca na casa de sua mãe, deixando os gêmeos para serem cuidados pela avó materna, numa base de troca.

Esse é o contexto de Mariana e sua família, quando buscam ajuda psicológica. Ela não está mais em nenhum relacionamento amoroso, sua mãe cria os gêmeos e ela mora em um apartamento com Leandro e Bernardo. No entanto, ao contrário do desejo de Laerte, não há como apagar ou jogar no lixo o que se passou. Na primeira sessão, ela conta que *“procurou ajuda, pois os meninos estão revoltados” (sic)*.

O que se passa, então, no atendimento conjunto psicanalítico pais-criança, são sessões volumosas, densas e aceleradas. Por um lado, Bernardo com sua agitação e gritaria, comportamentos e falas em alta velocidade. Por outro, Leandro, respondendo à velocidade de Bernardo, na forma de um fechamento e silêncio constantes. E, Mariana, afastada de todos, em posição infantilizada e indiferente

quanto ao sentido das brincadeiras e contrastes gritantes entre seus filhos. Em contrapartida, seus pedidos eram direcionados para soluções generalizadas de “*como fazer*” e por encaminhamentos psiquiátricos, a fim de obter uma cura medicamentosa mais rápida.

No decorrer das sessões e, conforme a diminuição das demandas de Leandro e Bernardo abriu-se espaço na 12ª sessão para participação dos gêmeos (com sintomas de terror noturno e manias).

A partir do intenso trabalho com esse grupo familiar, com oito meses de duração, num total de 50 sessões, começamos a problematizar as mudanças que o estilo de vida pós-moderno acarretou também às famílias. A aceleração do tempo e o enquadre no presente pretende riscar os vestígios do passado. Entretanto, a grande descoberta freudiana com as histéricas sustenta que as reminiscências do passado se fazem presente e produzem um sentido oculto na sintomatologia e no sofrimento psíquico (Freud, 1980/1893). No caso de Leandro e Bernardo, isto se expressa na forma da agitação e do isolamento/fechamento.

Esta família apresentava um modo particular de lidar com o tempo. Foram oito meses de trabalho, mas que aparentavam três anos. Logo na primeira sessão, após o atendimento, “*Mariana questiona a psicoterapeuta: ‘eu vou ficar vindo aqui para sempre?’ fazendo um gesto com a mão que conotava a ausência de pausas e de qualquer vislumbre possível de um futuro.*” (Cena do 1º Atendimento)

Birman (2012), ao abordar a questão do narcisismo na atualidade, defende que há em curso uma mudança crucial nas relações dos sujeitos com o tempo e o espaço, de forma que o segundo engloba o primeiro. De fato, com a hegemonia do narcisismo, isso nos “destina às miragens do eterno presente, na sua repetição do mesmo, no aqui e agora” (BIRMAN, 2012, p.54).

Ao descrever as características do sistema inconsciente, Freud (1915) afirma que “os processos nesse sistema são atemporais, eles não são cronologicamente organizados, não são afetados pelo tempo decorrido e não tem nenhuma relação com o tempo” (FREUD, 1915 [1987], p.37-38).

A leitura de Azevedo (2011) sobre a atemporalidade do inconsciente indica por Freud é interessante, na medida em que a autora compreende que a atemporalidade pode ser o tempo do sempre, sem um antes ou depois, como nos denota a fala de Mariana, que está exilada da condição descontínua do tempo.

A mãe de Mariana afirma que Laerte foi o problema de sua filha, pois ele queria zerar o passado dela. A psicoterapeuta aponta que era o que ela também queria, ao propor que os meninos tomassem remédio, sem sequer pensar no que aconteceu nos últimos sete anos (Cena do 2º atendimento).

As crianças implicadas nas relações parentais também respondem a esse tempo do sempre e da pressa. Em jogos extremamente agitados e com brincadeiras volumosas, não havia palavra possível para mediação, ficávamos entre o silêncio de Leandro ou o grito de Bernardo. No vazio das palavras, as crianças colocavam em ato suas histórias.

Mariana conta sobre como esqueceu o pai dos meninos, fazendo um concurso. Bernardo começa a acelerar novamente, Leandro diz '*calma, eu sou só um*', mas Bernardo não escuta e continua, num ritmo frenético, "*a fogueira, fogueira, fogueira... a bola, a bola, a bola... o sapato, o sapato, o sapato...*". Começam a jogar e os meninos, novamente, fazem um jogo muito acelerado. Na mesa de criança, a mãe parece esgotada, ela tenta entender o jogo, mas logo desiste e fixa o olhar no relógio. (Cena do 1º atendimento).

A agitação das crianças dava conta de suas histórias de vida e de como tudo vivido rapidamente para eles, sem uma digestão de presenças e ausências ou um ritmo que fizesse marcações no tempo. A rapidez sem palavras, esse assujeitamento frente aos adultos, deixavam essas crianças em situação de abandono, e mesmo agora vivendo juntos com a mãe e está frequentando as sessões, nestas ficava paralisada, "*com a cabeça cheia*" (*sic*). Os meninos a chamavam para jogar com eles e ela não se movia.

Bernardo diz: '*a mamãe vai jogar*', porém ela não se move. A mãe diz que sempre foi presente e esteve perto dos filhos, a psicoterapeuta responde '*perto, mas não vem brincar nem com eles chamando*' [...] (Cena do 1º atendimento).

Em outra cena, Bernardo evidencia a posição das crianças desta família em relação aos adultos. O garoto desenha durante a maior parte da sessão e ao mostrar para a avó, segundo relato da psicoterapeuta observadora, recebe desdém em seu olhar e palavras.

Bernardo não vai embora enquanto não termina seu desenho, a avó manda que ele termine logo. Ele diz que "*semana que vem desenho mais*". Os meninos estão juntos, no mesmo desenho, ainda não sei o que estão desenhando, mas ouço a psicoterapeuta dizer "*calma, eles estão completando um a cerca do outro*", Bernardo

responde “*não, a cerca é minha, o Leandro só está me ajudando*”. O menino, então, diz que vai deixar seu desenho, mas não é para rasgar. A psicoterapeuta guarda o desenho na gaveta. Bernardo se aproxima de mim (psicoterapeuta observadora) e diz “*nossa, olha o tanto que ela escreve*”, a avó o puxa e diz “*é, ela está escrevendo a história de vocês*”. A sessão termina. (Cena do 2º atendimento).

A escassez de palavras acaba se tornando um reflexo do contexto sócio-cultural que induz a aceleração do tempo e são com essas famílias, submetidas a esse frenesi do tempo, que teremos que manejar. Os pacientes atuais são esses, para os quais o conceito da permanência está substituído pelo da velocidade temporal (GIOVANETTI, 2006).

Perfeito (2014) aponta que há uma lógica vigente sobre o eterno presentificar-se que induz uma aceleração sem mediação. Assim, sem palavras, não há evocação memorativa sobre o que passou e a esperança sobre o que virá. Este insuportável manifesta-se em forma de estagnação, uma paralisia que impede os movimentos do grupo familiar.

No decurso das sessões, apreendemos que esta paralisia era traduzida em sessões aceleradas e, ao mesmo tempo, esvaziadas que se relacionavam a situação traumática de abandono de Leandro e Bernardo, vivido em ato sem mediação.

Sobre essa paralisia que remete ao evento traumático, Besset et al (2006) recuperam que a palavra trauma tem uma origem grega e se remete a palavra ferida. É interessante que essa concepção etimológica da palavra nos distancia do que tem sido estabelecido pelos manuais de diagnósticos contemporâneos, que por um viés biologicista, repugna a dimensão psíquica. Assim, “deixam de lado o sujeito que possui a *ferida* aberta com ele” (BESSET et al, 2006, p. 317).

Com a entrada dos irmãos menores no atendimento, Leandro e Bernardo revivem a rivalidade e a violência do abandono que sofreram ao ir morar com a tia-avó, sem quaisquer notícias da mãe, como nos contam nesta sessão: os irmãos menores brincam tranquilos sentados no colchão. Os maiores invadem o colchão em que os menores estão brincando quietinhos. Os gêmeos gritam e sofrem muito. A psicoterapeuta intervém, e os maiores insistem em querer levar o colchão e a analista é firme dizendo para Bernardo que se ele levar, a sessão terminará. No entanto, o menino insiste, fala que vai tirar, a psicoterapeuta diz que acabou e vai para abrir a porta, ele insiste, mas diante do silêncio, desiste. Leandro, inclusive, já arrastava os pequenos. Ele tenta tirar o colchão laranja de novo, mas de novo a psicoterapeuta

também é firme e não deixa. A psicoterapeuta se senta sobre o colchão laranja e Leandro joga almofadas nos irmãos menores com raiva e força. Bernardo também joga almofadas com força. A psicoterapeuta pontua que foi ela quem não deixou tirar o colchão e não os irmãos menores. [...] A psicoterapeuta sai do colchão laranja, Bernardo corre, olha para ela, a desafiando e pega para levar junto ao colchão verde. A analista fala “*Bernardo, eu disse que se você pegasse, a sessão ia terminar, então acabou. Vamos embora*”. Eles demoram um pouco a entender, mas começam a calçar os chinelos para sair da sala. Leandro diz a Bernardo “*Não importa, teve 40 minutos também*”. A psicoterapeuta afirma que na sessão que vem é para Mariana não trazer Leandro e Bernardo, é para vir só ela e os gêmeos. Bernardo sai dizendo que nunca mais voltará lá. (Cena do 20º atendimento).

Esse ato da psicoterapeuta, de encerrar a sessão antes do tempo estipulado<sup>3</sup>, tem fortes reverberações em todos, de forma que apenas após dois meses a família volta ao atendimento. Ainda assim, Leandro não sai do carro, voltam apenas Mariana e Bernardo. A cena traumática ficou ali exposta diante de todos, a violência vivida na separação, sem palavras e os irmãos maiores novamente postos pra fora. Diante disso, Mariana não vem e, dois meses depois, volta, só com os mais velhos.

Observamos que nesta cena, a psicoterapeuta fez um ato, protagonizou a cena da separação, incitou o ódio e ressentimento, reavivou emoções guardadas, ocupando o lugar de Mariana, de quem excluiu Leandro e Bernardo e preferiu os gêmeos.

Segundo Maldonado e Cardoso (2009), há um imemorável do trauma que é regido pela compulsão à repetição e no lugar da representação, traz o ato, a ação e no lugar da lembrança, tem a repetição do mesmo. Nesse sentido, vivemos esse ato sem representação, mas que foi fundamental para que dois meses depois pudéssemos colocar em palavras essa vivência traumática em forma de cena.

Dois meses depois, voltam Mariana e os mais velhos. A psicoterapeuta retoma a cena do colchão e associa com ela e Bernardo a decepção do menino e a raiva de Leandro com a vivência de rejeição em relação à mãe e os bebês. Mariana traz a memória todos os momentos da separação, inclusive, contando nos dedos os meses

---

<sup>3</sup>É importante ressaltar que os atendimentos foram realizados em uma Clínica-Escola, sendo assim, por questões institucionais é acordado inicialmente com os pacientes que as sessões terão a duração aproximada de 50 minutos.

de separação e como viveu isso. Lembra que Laerte dizia que era melhor que ela tivesse câncer ou AIDS do que Leandro e Bernardo.

Na última sessão, Mariana comparece com os quatro filhos. Este último, em sua brincadeira, *“constrói uma casa com colchão e almofadas bem protegida e chama todos para morar com eles. Todos entram” (cena do 48º atendimento)*. A vivência da separação, colocada em palavras meses depois, permite que se inaugure uma mediação possível. Eles puderam ter a experiência de relatar essa situação traumática ao outro, *“endereçar um testemunho à escuta de alguém que possa, com essa atitude, vir a promover a abertura de uma possibilidade de representação do ‘inominável’”* (Maldonado e Cardoso, 2009, p.55).

Segundo Perfeito (2007), as marcas pós-modernas demonstram pais presentes no nível das necessidades físicas e econômicas. No entanto, crianças demandam mais que apenas estes recursos. Assim, produzem-se falhas ao nível simbólico das relações, que provocam que se recaia um peso sobre as crianças *“em relação às exigências que tem sido feitas a elas para que sejam cada vez mais competentes e autônomas, como se prescindissem de seus pais, o que não é verdade”* (p.210).

Em face às diversas mudanças históricas, socioculturais e econômicas, Zanetti e Gomes (2011) apontam que a fragilidade das funções parentais, na atualidade, indica que alguns pais não conseguiram se apropriar dessas mudanças de maneira equilibrada, ou seja, proporcionando maior espaço para a criança na família e, ao mesmo tempo, reconhecendo a importância norteadora de um adulto que estabeleça limites e orientações. Isso novamente sublinha o paradoxo contemporâneo em torno da criação das crianças.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho com famílias nos provocou a questão de como a pós-modernidade incide sobre estes núcleos. Destacam-se como importantes elementos: a individualização, a aceleração, a negação da dor e a superficialidade das relações. Isso afeta, sobretudo, as crianças que vivem sob a égide do discurso científico de autoridade baseado em uma lógica biologicista. Esta lógica nos remete a um grande perigo no que concerne à compreensão orgânica do sintoma que demanda respostas orgânicas.

No começo dos atendimentos, Mariana sempre pedia que encaminhássemos seus filhos ao psiquiatra para que eles os medicassem. Ela queria remédios que

acalmassem a agitação de Bernardo e dessem um jeito no silêncio de Leandro. Diante da nossa recusa em atender a seu pedido, dirigiu a nós suas demandas de “o que acontece com o meu filho?”, uma solicitação que legitimava o discurso profissional, o portador do saber. É a isto que se deve estar atento, ao perigo de assumir a posição tentadora daquele que sabe perante uma família que faz uma invocação em torno de um sintoma.

O atendimento a esta família proporcionou que se inaugurasse um tempo e espaço de investimento para essas crianças. Assim, eles puderam distanciar-se da situação de desamparo a que estavam expostos para fazer demandas à mãe, inclusive, revivendo a cena traumática.

Com a família de Mariana, o trabalho possibilitou reviver uma situação traumática e colocá-la em palavras, o que permite que todos possam caber em uma casa. Eram, agora, uma família, com tropeços e desarranjos, mas em uma casa protegida. Se tivéssemos cedido às demandas da mãe, ou teríamos encerrado a possibilidade de apelo que se configura o sintoma, ou teríamos nos rendido às camisas-de-força neuroquímicas.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A.M.A. de. *Algumas considerações sobre o tempo*. Jornal de psicanálise. São Paulo, v. 44, n. 81, 2011, p. 67-84.
- BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BERNARDINO, L.M.F & KUPFER, M.C.M. *A criança como mestre do gozo da família atual: desdobramentos da “pesquisa de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil”*. Mal-estar e subjetividade, v.8, n.3, 2008, p. 661-680.
- BESSET, V.L. et al. *Trauma e sintoma: da generalização à singularidade*. Rev. Mal-Estar e Subjetividade, Fortaleza, v. 6, n. 2, 2006, p. 311-331.
- BIRMAN, J. *O sujeito na contemporaneidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CHAVES, L.S. *Atendimento psicanalítico conjunto pais-crianças: uma proposta de intervenção na primeira infância*. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2010.
- FORTES, I. *A psicanálise face ao hedonismo contemporâneo*. Revista Mal-Estar e Subjetividade, v.9, n.4, 2009, p. 1123-1144.
- FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- \_\_\_\_\_. (1893). *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar*. Vol. II.
- \_\_\_\_\_. (1915). *O Inconsciente*. Vol. XIV.
- \_\_\_\_\_. (1930). *O mal-estar na civilização*. Vol. XXI.
- GIOVANETTI, M.F. *Hospitalidade na clínica psicanalítica hoje*. Revista Brasileira de Psicanálise, v.39, n. 4, 2006, p. 25-32.
- KAMERS, M. *A fabricação da loucura na infância: psiquiatrização do discurso e medicalização da criança*. Estilos da Clínica, v.18, n.1, 2013, p.153-165.
- KUPFER, M.C.M & BERNARDINO, L.M.F *As relações entre construção da imagem corporal, função paterna e hiperatividade: reflexões a partir da pesquisa IRDI*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v.12, n.1, 2009, p.45-58.
- LACET, C. *A escuta psicanalítica da criança e seu corpo frente ao diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)*. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2011.
- MALDONADO, G. & CARDOSO, M.R. (2009). *O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias*. Psicologia clínica, v.21, n.1, 2009, p. 45-57.
- MENEZES, L.S. de (2005). *Pânico e desamparo na atualidade*. Ágora, v.8, n.2, 2005, p. 193-206.
- NERY, A.D & VASCONCELLOS, E.G. *Individualização e Fragmentação: efeitos da pós-modernidade no cristianismo contemporâneo*. Ciências da religião: história e sociedade, v.12, n.2, 2014, p. 118-132.

PARAVIDINI, J.L. (2006). *O Estatuto de felicidade e de fracasso na constituição da relação de filiação do sujeito na contemporaneidade*. Anais do 6º Colóquio do LEPSI, São Paulo, SP, Brasil.

PARAVIDINI, J.L.; ROCHA, T.H.R.; PERFEITO, H.C.C.S; CAMPOS, A.F & DIAS, A.G *Nascimento psíquico e contemporaneidade: implicações metapsicológicas nos modos de estruturação subjetiva*. Subjetividades, v.8, n.1, 2008, p.195-224.

PARAVIDINI, J.L.; PROCHNO, C.C.S.C.; PERFEITO, H.C.C.S & CHAVES, L.S *Atendimento psicoterapêutico conjunto pais-crianças: espaço de circulação de sentidos*. Estilos da Clínica, v.14, n.26, 2009, p. 90-105.

PARAVIDINI, J.L. & CHAVES, L.S. *Atendimento psicanalítico conjunto pais-crianças: uma investigação teórica, técnica e metodológica*. Revista da SPAGESP, v.13, n.2, 2010, p. 4-11.

PERFEITO, H.C.C.S. *Os impasses nas funções parentais: da clínica psicanalítica do precoce às transformações sócio-histórico-culturais*. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2007.

PERFEITO, H.C.C.S. *A criança e seu entorno: o excesso e o vazio*. In Anais do VI Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e XXI Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2014.

RANNA, W. *A doença no corpo: efeitos do contemporâneo ou resultado de uma nova leitura*. In M.C.M. Comparato & D.S.F. Monteiro (Orgs.), *A criança na contemporaneidade e a psicanálise – Família e Sociedade: Diálogos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

ROSA, M.D & LACET, C. (2012). *A criança na contemporaneidade: entre saber e gozo*. Estilos da Clínica, v.17, n.2, 2012, p. 359-372.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2013.

TELLES, C.M.A O(s) *Obscuro(s) dizer(es) de mães sobre o autismo de seus filhos*. 2011. Dissertação (Mestrando em Linguística), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2011.

ZANETTI, S.A.S & GOMES, I.C. *A 'fragilização das funções parentais' na família contemporânea: determinantes e consequências*. Temas em Psicologia, v.19, n.2, 2011, p.491-502.

## **THE CONTEMPORARY PARADOX AROUND THE CHILD: BETWEEN EXCESS AND EMPTINESS**

### **ABSTRACT**

This paper proposes to problematize how some elements of postmodernity influence the relations established between parents and children. These marks can be listed as acceleration, individualization, negation of pain and the superficiality of relationships. Given this situation, it has become common to see caregivers who desert their position of authority in front of their children. This configuration promotes a clinical demand, in which the professionals, driven by scientific knowledge, have been called to assume this position. This was evidenced through several clinical consultations that bring together the family group in the parent-child set. In this article, the problem is discussed through theoretical discussion and presentation of a clinical case. We then elucidate that the postmodern elements focus on parent-child relationships and create a paradoxical environment around the child of excess and / or emptiness.

**KEYWORDS:** Childhood; Contemporary; Family; Psychoanalysis.

## **PARADOX CONTEMPOREINE AUTOUR DE L'ENFANT: ENTRE L'EXCÈS ET LE MANQUE**

### **RESUME**

Cet article propose de problématiser comment certaines marques de postmodernité influencent les relations établies entre parents et enfants. Ces marques peuvent être énumérées comme l'accélération, l'individualisation, le déni de la douleur et la superficialité des relations. Face à cette situation, il est devenu courant de voir des soignants abandonner leur position d'autorité face à leurs enfants. Cette configuration favorise une demande clinique, dans laquelle les professionnels, poussés par les connaissances scientifiques, ont été appelés à assumer cette fonction. Cela a été démontré par plusieurs consultations cliniques qui réunissent le groupe familial dans l'ensemble parent-enfant. Dans cet article, le problème est discuté à travers la discussion théorique et la présentation d'un cas clinique. Nous expliquons ensuite que les éléments postmodernes se concentrent sur les relations parent-enfant et créent l'environnement paradoxal autour de l'excès et / ou du vide de l'enfant.

**MOTS-CLÉS:** Enfance; Contemporain; Famille; Psychanalyse.

Recebido em: 09-04-2019

Aprovado em: 13-06-2019

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>  
[revista@psicanaliseebarroco.pro.br](http://psicanaliseebarroco.pro.br)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

<http://www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php>

# UMA TRIÁDE IMPOSSÍVEL DE REGULAMENTAR: INCONSCIENTE, TRANSMISSÃO E DESEJO

**AN IMPOSSIBLE TRIAD OF REGULATION: UNCONSCIOUS, TRANSMISSION AND  
DESIRE**

**UNE TRIADE IMPOSSIBLE DE RÉGULATION: INCONSCIENT, TRANSMISSION ET  
DÉSIR**

Ofício do Psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise. SIGAL, Ana Maria;  
CONTE, Bárbara. ASSAD, Samyra (Orgs.). São Paulo: Escuta, 2019. 208 p.

*Dercirier Freire <sup>1</sup>*

A psicanálise desde sua invenção por Sigmund Freud enfrentou embates políticos para sua sobrevivência. No atual momento político da psicanálise no Brasil, não é diferente a luta dos herdeiros de Freud em mantê-la viva. Hoje, discutimos e lutamos por um lugar para a psicanálise no Estado Democrático de Direito Brasileiro, sem a sucumbência a uma regulamentação que inviabilize sua existência. Na defesa da análise leiga e de uma formação que não se submeta aos ditames universitários e religiosos surgiu, no ano de 2000, o Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras visando lutar contra a regulamentação da psicanálise como profissão.

O Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras, após o seu primeiro livro - “Ofício do psicanalista: formação vs regulamentação” – que abordou as especificidades da formação do psicanalista, lança seu segundo livro: “Ofício do Psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise”. A questão da especificidade da formação do psicanalista é novamente ressaltada nesse segundo livro que avança na “ideia de que não é possível pensar a formação de um psicanalista com regras e normas determinadas por uma regulamentação” (SIGAL, 2019, p. 8).

---

<sup>1</sup> Psicanalista e Criminóloga. Analista associada ao Corpo Freudiano Escola de Psicanálise Seção Rio de Janeiro. Doutoranda em Pesquisa e Clínica em Psicanálise na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PGPSA-UERJ). Mestre em Psicanálise, Saúde e Sociedade pela Universidade Veiga de Almeida. Especialista em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera/Uniderp. [dercirier@hotmail.com](mailto:dercirier@hotmail.com)

O livro traz 14 artigos de autores das instituições que compõem o Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras. O Movimento Articulação reúne instituições que se dedicam à formação psicanalítica e que não têm cunho religioso ou sindical, e não são de propriedade pessoal ou com fins lucrativos. Tais instituições articulam-se desde o ano 2000 contra a regulamentação estatal da psicanálise no Brasil. No presente livro encontramos, além dos artigos, documentos e cartas enviados a políticos e ao judiciário visando interromper processos de regulamentação da psicanálise. No final do livro é trazida a entrevista realizada por Marie-Jean Sauret à revista *La Psychanalyse* (Toulouse/França) com representantes do Movimento Articulação sobre o funcionamento do Movimento e seus objetivos.

Já na apresentação, é enfatizado o caráter de resistência inerente à psicanálise, assim como, a luta do Movimento Articulação contra “a impostura de um diploma no lugar de uma análise” (SIGAL, 2019, p.8). Os artigos que se seguem abordam a importância da defesa da análise leiga desde Sigmund Freud, o fundamental tripé – análise pessoal, teoria e supervisão – da formação do psicanalista, a ética do desejo, o impossível da profissão e o caráter subversivo da psicanálise. Todos caminham na impossibilidade de regulamentar o desejo de ser analista e reafirmam a impossibilidade de regulamentar a transmissão da psicanálise e seu exercício.

Na defesa de uma não regulamentação a análise leiga tem lugar de importância, assim como não ser possível prescindirmos do tripé da formação analítica (análise pessoal, formação teórica e supervisão). A análise leiga foi defendida por Freud que escreveu um artigo especificamente sobre a questão devido ao psicanalista contemporâneo dele, Theodor Reik, ter sido acusado de charlatanismo por exercer a psicanálise e não ser médico. Nesse artigo, de 1926, intitulado “A questão da análise leiga” Freud deixa claro que para ser psicanalista não há nenhum pré-requisito de diplomação. Ela pode ser exercida por quem fez um percurso cuja teoria e supervisão servem de substrato para o desejo de ser analista que emerge em uma análise pessoal. Nesse sentido, a análise pessoal adquire fundamental papel nessa formação: “Exigimos que todo aquele que quiser praticar a análise se submeta ele próprio a uma análise” (FREUD, 1926, p. 186).

Ainda, a respeito da análise leiga, Freud elucida o que seria um charlatão: “é todo aquele que efetua um tratamento sem possuir o conhecimento e a capacidade necessários para tanto” (FREUD, 1926, p. 216). No livro aqui resenhado, o

charlatanismo também é abordado e nos é perguntado quem seriam os charlatões de hoje.

Os três pilares da formação analítica se articulam propiciando a transmissão da psicanálise. A transmissão da psicanálise não é uma simples questão de ensino, sendo “importante a maneira pela qual se articula constantemente com sua prática clínica e com a análise pessoal do psicanalista” (FERREIRA, 2019, p. 55).

A história do movimento psicanalítico é também trazida mostrando como chegamos à psicanálise contemporânea e os caminhos percorridos para sustentá-la, defendê-la e transmiti-la. Construindo-se, assim, um lugar de alteridade da formação psicanalítica muito além de um ensino teórico sob balizas pedagógicas. Um lugar de transmissão que coloca em cena inconsciente e transferência, sob a ética do desejo.

Um ponto forte do livro é a crítica contundente e de extrema pertinência à fusão psicanálise e religião, pois antagônicas que são, a religião fundiu o supereu com o diabo. Diversas instituições de cunho religioso surgiram nos últimos anos e se propõem a dar cursos que ignoram os ensinamentos de Sigmund Freud assassinando a psicanálise. Freud, em carta ao amigo Oskar Pfister, já temia tentativas desse tipo: “não sei se o senhor adivinhou a ligação secreta entre “A questão da análise leiga” e “O futuro de uma ilusão”. Na primeira, quero proteger a psicanálise dos médicos; na segunda, dos sacerdotes” (ASSAD, 2019. p.117).

Dentre os documentos trazidos no livro, está a carta endereçada à Senadora Fátima Bezerra solicitando a retirada da psicanálise do rol das terapias a serem regulamentadas pelo Projeto de Lei do Senado nº 174 de 2017. O Projeto visava regulamentar uma série de práticas terapêuticas e incluía a psicanálise no rol de terapias naturistas. A carta consiste em um verdadeiro esclarecimento quanto o *status* da análise leiga, o tripé da formação e a alteridade da psicanálise como ofício.

Na carta, o Movimento Articulação afirma que “A Psicanálise persiste há mais de um século graças a princípios e métodos rigorosos e a um corpo teórico e técnico que tem a proposta de Sigmund Freud como fundamento” (p.177) e prosseguem afirmando que a regulamentação endossaria formalmente a prática da psicanálise “daqueles que não necessariamente se submetem em ato à ética da Psicanálise (p.177).

O Movimento Articulação obteve êxito em sua solicitação, e a psicanálise foi retirada da referida proposta de regulamentação. Entretanto, surgiu uma nova

proposta que ainda exige do Movimento engajamento, pois agora se pretende regulamentar a psicanálise separadamente em Projeto de Lei (PL 101/2018).

Um grande problema que atravessa a psicanálise é a confusão entre a psicanálise e as terapias. Nesse sentido, ao responder a pergunta de Marie-Jean Sauret na entrevista trazida ao final do livro, Sonia Alberti é enfática: “A Articulação trabalha para que jamais se esqueça que a psicanálise não é uma psicoterapia propriamente dita e não pode, portanto, ser regulamentada no conjunto das psicoterapia” (ALBERTI, 2019, p. 196). E nunca é demais lembrar que os objetivos e princípios éticos da psicanálise são diferentes das diversas psicoterapias existentes.

Por fim, a pergunta que é respondida em vários momentos do livro, seja através da defesa da análise leiga, da formação ou da ética da psicanálise: Por que não regulamentar a psicanálise? Assim, poder-se-ia dizer quem é ou não é psicanalista? Em vários momentos do livro podemos extrair essa resposta, vejamos um desses momentos:

Simplemente porque “o” psicanalista não existe, é uma função que pode ser assumida por alguém que para além de ter estudado teoricamente e feito supervisões, fez um percurso de análise que implica uma experiência que tem uma dimensão real, denominada por Freud de transferência. E será o modo como a dimensão viva da transferência for processada e dissolvida em cada trabalho psicanalítico que possibilita ou não o surgimento de alguém apto a sustentar para o Outro, e que responde a um desejo estranho e singular (MAURANO, 2019, p. 40).

Trata-se de um livro que, além de denunciar tentativas de regulamentação, demonstra a atuação do Movimento Articulação e traz aportes teóricos para sustentar essa não regulamentação. Exibe em cada letra a luta de um Movimento composto pela diversidade de psicanalistas de diferentes Escolas de Formação Psicanalítica que se articulam para defender a psicanálise e com ela sustentar o que de mais subversivo se pode ter: a singularidade de cada sujeito.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI S. et al. (comissão de organização) *Ofício do psicanalista: formação versus regulamentação*. Coletânea criada na articulação das entidades psicanalíticas brasileiras. São Paulo: Casa do psicólogo, 2009.

FREUD, Sigmund. (1926). *¿ Pueden los legos ejercer el análisis? Diálogos com um juez imparcial*. In: Obras completas- Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu, 1992. v. 20.

SIGAL, Ana Maria; CONTE, Bárbara. ASSAD, Samyra (Orgs.). *Ofício do Psicanalista II: por que não regulamentar a psicanálise*. São Paulo: Escuta, 2019.

Recebido em: 20.04.2019

Aprovado em: 30.05.2019

© 2019 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>  
[revista@psicanaliseebarroco.pro.br](mailto:revista@psicanaliseebarroco.pro.br)

Programa de Pós-Graduação em Memória Social — UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

<http://www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php>

## CONTENTS

EDITORIAL - LINKS BETWEEN MEMORY, LOVE AND VOICE.-----8

### **THEMED ARTICLES**

*JUST YOUR VOICE* - VOICE AS A PRIVILEGED MEDIATOR IN THE CLIMATE WITH BABIES AT RISK FOR AUTISM AND IN THE CLINIC WITH AUTISTIC CHILDREN -----24

BLIRIUM: MUSIC AND GLARE -----39

GO TO THE ENCOUNTER OF HILDEGARD VON BINGEN... -----56

### **FREE ARTICLES**

PSYCHOANALYSIS AND LAW: AN ESSAY ON DOMESTIC VIOLENCE -----77

THE REAL AT STAKE: BETWEEN THE THEORY OF THE DISCOURSES AND THE COMMUNIST HYPOTHESIS ----- 103

THE DISCOURSE ON THE LOVE IN THE BANQUET, OF PLATO, AND THE PRESENCE OF DIOTIMA DE MANTINEIA: WOMAN/PRIESTESS/HETAIRA ----- 123

INCLUSION OF THE DIFFERENCE IN PUBLIC POLICIES FOR CARE OF CHILDREN DIAGNOSED WITH AUTISM ----- 140

“ONCE UPON A TIME...” PSYCHOANALYTICAL CONSIDERATIONS ON DISABILITY AND FAIRY TALES ----- 159

PSYCHOANALYTIC PERSPECTIVES ABOUT LOVE AND SOCIAL TIES IN MODERNITY BASED ON THE ZYGMUNT BAUMAN’S WORK “LIQUID LOVE” ----- 176

“LIVE TILL THE DAY OF DEATH”: A DISCUSSION ON PALLIATIVE ON CHILDREN WITH REFERENCE TO THE FILM BIG HERO ----- 203

THE CONTEMPORARY PARADOX AROUND THE CHILD: BETWEEN EXCESS AND EMPTINESS ----- 221

### **REVIEW**

AN IMPOSSIBLE TRIAD OF REGULATION: UNCONSCIOUS, TRANSMISSION AND DESIRE----224

## SOMMAIRE

ÉDITORIAL - LIENS ENTRE MÉMOIRE, AMOUR ET VOIX.-----8

### ARTICLES À THÈME

JUST YOUR VOICE - VOIX EN TANT QUE MÉDIATEUR PRIVILÉGIÉ DANS LE CLIMAT AVEC LES BÉBÉS À RISQUE POUR L'AUTISME ET DANS LA CLINIQUE AVEC DES ENFANTS AUTISTIQUES ----- 25

BLIRIUM: MUSIQUE ET REFLETS----- 40

ALLER À LA RENCONTRE D'HILDEGARD DE BINGEN...-----41

### ARTICLES GRATUITS

PSYCHANALYSE ET DROIT: UNE ÉTUDE SUR VIOLENCE DOMESTIQUE----- 78

LE RÉEL EN QUESTION : ENTRE LA THÉORIE DE DISCOURS ET L'HYPOTHÈSE COMMUNISTE ----- 104

LE DISCOURS SUR L'AMOUR AU BANQUET DE PLATO ET LA PRÉSENCE DE DIOTIMA DE MANTINEIA: FEMME/PRÊTRESSE/HETAIRA ----- 124

L'INCLUSION DE LA DIFFÉRENCE DANS LES POLITIQUES PUBLIQUES D'ATTENTION À L'ENFANT DIAGNOSTIQUÉ AVEC L'AUTISME ----- 141

"IL ÉTAIT UNE FOIS..." DES CONSIDÉRATIONS PSYCHANALYTIQUES SUR LES CONTES DE FÉES ET HANDICAP----- 160

PERSPECTIVES PSYCHANALYTIQUES SUR L'AMOUR ET LES LIENS SOCIAUX DANS LA MODERNITÉ À PARTIR DU TRAVAIL "AMOUR LIQUIDE" DE ZYGMUNT BAUMAN ----- 177

"VIVRE JUSQU'AU JOUR DE SA MORT": UNE DISCUSSION À PROPOS DE SOINS PALLIATIFS SUR DES ENFANTS BASÉE SUR LE FILME OPERATION BIG HERO ----- 204

PARADOX CONTEMPORÉINE AUTOUR DE L'ENFANT: ENTRE L'EXCÈS ET LE MANQUE ---- 222

### EXAMEN

UNE TRIADE IMPOSSIBLE DE RÉGULATION: INCONSCIENT, TRANSMISSION ET DÉSIR-----224